



**PLANO DE  
DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL**

## Sumário

<b>I. PERFIL E GESTÃO INSTITUCIONAL</b> .....	<b>7</b>
1. PERFIL INSTITUCIONAL .....	7
1.1 DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO .....	7
1.1.1 MANTIDA .....	8
1.1.2 MANTENEDORA – BREVE HISTÓRICO .....	8
1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA FTM-CN NO CENÁRIO EDUCACIONAL .....	13
1.4 MISSÃO .....	23
1.5 VISÃO E VALORES INSTITUCIONAIS .....	24
1.6 METAS .....	24
1.7 OBJETIVOS .....	26
1.8 POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO .....	29
2 POLÍTICAS DE GESTÃO .....	31
2.1 CORPO DOCENTE E PROFESSOR .....	31
2.1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE / PROFESSOR .....	33
2.1.2 PERFIL DO CORPO DOCENTE / PROFESSOR ATUALIZADO .....	33
2.1.3 PROGRAMA DE INCENTIVO A QUALIFICAÇÃO DOCENTE / PROFESSOR - TUTOR – PIQ .....	34
2.1.4 REGULAMENTO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DOCENTE/PROFESSOR .....	35
2.1.5 PLANO DE CARREIRA DOCENTE .....	42
2.1.6 PARTICIPAÇÃO DOCENTE NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS E NA GESTÃO DA IES .....	59
2.1.6.1 COORDENAÇÕES DE CURSOS .....	60
2.1.6.2 COLEGIADOS DE CURSO .....	61
2.1.6.3 NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES .....	61
2.1.6.4 PARTICIPAÇÃO NOS ÓRGÃOS SUPERIORES .....	63
2.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO .....	63
2.2.1 PLANO DE CARREIRA PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO .....	64
2.2.2 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO .....	68
2.3 POLÍTICA DE PROVISÃO DE PESSOAS .....	70
2.3.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E REQUISITOS DE TITULAÇÃO DOCENTE .....	72
2.3.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E REQUISITOS DE TITULAÇÃO DOCENTE .....	Erro! Indicador não definido.
2.3.4. PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DOS DOCENTES .....	73
2.4 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS .....	73
2.4.1 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO .....	74
2.4.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE .....	74

2.5 RELACIONAMENTO INTERPESSOAL .....	75
2.6 PROCEDIMENTO DE DEMISSÃO .....	75
2.7 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO .....	76
3 ESTRATÉGIAS E MEIOS PARA A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA ...	76
3.1 CANAIS DE COMUNICAÇÃO INTERNA .....	77
3.2 CANAIS DE COMUNICAÇÃO EXTERNA .....	79
<b>II – PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>80</b>
1 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA .....	80
1.1 NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO .....	80
1.1.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO .....	81
1.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	83
1.2.1 PERFIL DO EGRESSO.....	83
1.2.2 SELEÇÃO DE CONTEÚDOS .....	85
1.2.3 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS .....	89
2 POLÍTICAS DE ENSINO .....	91
2.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS .....	91
2.4 TEMAS TRANSVERSAIS .....	94
2.4.2. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	96
2.4.3. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA .....	97
2.4.4. DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL .....	98
3. POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	99
4. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM.....	101
5. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	103
7 POLÍTICAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES .....	106
7.1 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES .....	107
8 MODELO DA ESTRUTURA CURRICULAR .....	111
8.1 PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....	111
8.2 MECANISMOS DE FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR .....	118
9 AVALIAÇÃO APRENDIZAGEM .....	118
9.1 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO .....	122
9.2 MOMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM .....	124
9.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM .....	124
9.4 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO .....	124
9.5 CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO .....	129
9.6 EXAME FINAL.....	129
9.8 DEPENDÊNCIA NAS DISCIPLINAS .....	130
9.9 CUMPRIMENTO DAS DEPENDÊNCIAS .....	130
9.10 PROVA DE SEGUNDA CHAMADA .....	130

9.11 REVISÃO DE PROVAS .....	131
9.12 APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS CURSADAS .....	132
10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCC .....	132
10.1 COMPOSIÇÃO DA NOTA DO TCC .....	133
11 POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO .....	134
11.1 REPRESENTAÇÕES .....	135
11.2 AULAS E MATERIAL DE APOIO .....	136
11.3 PERFIL DO CORPO DOCENTE NA PÓS-GRADUAÇÃO .....	137
11.4 NORMAS DE INGRESSO DISCENTE .....	137
11.5 DURAÇÃO DO CURSO .....	138
11.6 CANCELAMENTO DE MATRÍCULA .....	138
11.7 FREQUÊNCIA .....	138
11.8 FORMAS DE AVALIAÇÃO DOS ALUNOS .....	138
13 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	139
13.1 POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO PRIORITÁRIO, IMEDIATO E DIFERENCIADO PARA A UTILIZAÇÃO, COM SEGURANÇA E AUTONOMIA, TOTAL OU ASSISTIDA, DOS ESPAÇOS, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS URBANOS, DAS EDIFICAÇÕES, DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE, DOS DISPOSITIVOS, SISTEMAS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO, SERVIÇOS DE TRADUTOR E INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS .....	142
13.1.1 AUXILIO PARA PESSOA COM DEFICIENCIA VISUAL .....	143
13.1.2 AUXILIO PARA PESSOA COM DEFICIENCIA AUDITIVA .....	143
13.1.3. PLANO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS .....	144
3.2 DA RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	145
3.3 DOS ESPAÇOS E RECURSOS .....	145
3.4 DOS PROGRAMAS E ATIVIDADES .....	145
3.5 DAS POLÍTICAS DE TRATAMENTO DIFERENCIADO .....	146
14 POLÍTICA DE NORMATIZAÇÃO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR E EXTRACURRICULAR DA FTM-CN - (LEI 11.788/2008) .....	147
14.1 OBJETIVO DO ESTÁGIO .....	148
14.2 MODALIDADE DE ESTAGIO .....	149
14.3 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO .....	149
14.4 ESTÁGIO EXTRACURRICULAR .....	152
14.5 DIRETRIZES BÁSICAS .....	152
14.6 NORMATIZAÇÃO DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR .....	153
14.7 NORMATIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR .....	153
14.8 CAMPO DE ESTÁGIO .....	154
14.9 DURAÇÃO DO ESTÁGIO .....	155
14.10 CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO .....	155
14.11 LEGISLAÇÃO QUE ORIENTA O ESTÁGIO NA FTM-CN .....	156

14.12 PLANO COLETIVO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS .....	156
15 CORPO DISCENTE .....	156
15.1 FORMAS DE ACESSO .....	157
15.1.1 PROCESSO SELETIVO .....	157
15.1.2 ENEM.....	160
15.1.3 MATRÍCULA.....	160
15.1.4 REGIME ACADÊMICO ESPECIAL .....	160
15.1.5 TRANSFERÊNCIA E DIPLOMADOS.....	161
15.2 POLITICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE.....	161
15.2.1 PROGRAMA FTM-CN DE ESTÁGIOS E EMPREGOS.....	162
15.2.2 PARCERIAS E CONVÊNIOS COM EMPRESAS .....	163
15.2.3 CURSOS DE NIVELAMENTO.....	164
15.2.4 ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO .....	164
15.2.5 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL .....	165
15.2.6 PROGRAMAS DE APOIO E ORIENTAÇÃO FINANCEIRA AOS DISCENTES .....	166
15.2.7 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA ESTUDANTIL.....	167
15.2.8 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS .....	167
<b>III – EXPANSÃO DOS CURSOS E DESENVOLVIMENTO DA IES.....</b>	<b>170</b>
1 CURSOS DE GRADUAÇÃO EXISTENTES.....	170
2 EXPANSÃO DOS CURSOS DE BACHARELADO PRESENCIAL.....	171
3 EXPANSÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA – PRESENCIAL.....	172
4 EXPANSÃO DOS CURSOS TECNOLÓGICOS – PRESENCIAL.....	173
5 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU PRESENCIAIS .....	174
<b>IV – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....</b>	<b>178</b>
1 INFRAESTRUTURA.....	178
1.1 SALAS DE AULA.....	179
1.2 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS E COORDENAÇÕES DE CURSOS ....	180
1.3 SECRETARIAS ACADÊMICAS .....	180
1.4 ÁREAS DE CONVIVÊNCIA .....	180
1.5 SALAS PARA DOCENTES .....	181
1.6 AUDITÓRIO.....	181
1.7 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA .....	181
1.7.1 CONSERVAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA .....	182
1.8 BIBLIOTECA DA INSTITUIÇÃO .....	182
1.8.1 ACERVO COM O TOTAL DE TÍTULOS E EXEMPLARES .....	183
1.8.3 BASES DE DADOS E PERIÓDICOS.....	183
1.8.4 POLÍTICA DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO .....	184
1.8.5 INFORMATIZAÇÃO E CONSULTA AO ACERVO .....	185
1.8.6 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO .....	186

1.8.7 BIBLIOTECÁRIA E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO .....	186
1.8.8 POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA.....	187
1.8.9 ESPAÇO FÍSICO DA BIBLIOTECA DISPONÍVEL.....	187
1.8.10 EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS .....	188
1.8.11 BIBLIOTECA VIRTUAL .....	188
1.9 EQUIPAMENTOS UTILIZADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS.....	189
2.4 SUPORTE TECNOLÓGICO .....	190
4 EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI... ..	192
4.1 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA DA IES.....	192
4.2 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DE RECURSOS HUMANOS .....	193
4.3 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS.....	194
4.4 ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA .....	195
<b>V – AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL</b>	<b>196</b>
1 AUTOAVALIAÇÃO E DESEMPENHO INSTITUCIONAL .....	196
1. 1 PLANO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	197

## 1. PERFIL INSTITUCIONAL

### 1.1 DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

#### 1.1.1. IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

**Razão Social:** CENTRO EDUCACIONAL TRÊS MARIAS LTDA

**CNPJ:** 14.255.311/0001-06

**Categoria Administrativa:** Pessoa Jurídica de Direito Privado

**Endereço:** Avenida Epitácio Pessoa, 494.

**Bairro:** Torre

**Cidade:** João Pessoa

**Estado:** Paraíba

**Telefone:** (83) 991587064

**Dirigente:** Daniel Porto Campello

**E-mail:** [pi@tresmarias.edu.br](mailto:pi@tresmarias.edu.br) ; [diretoriaa@faculdadetresmarias.edu.br](mailto:diretoriaa@faculdadetresmarias.edu.br)

#### 1.1.2. IDENTIFICAÇÃO DA MANTIDA

**Mantida:** Faculdade Três Marias – Currais Novos

**Sigla:** FTM-CN

**Endereço:**

**CEP:**

**Cidade:** Currais Novos

**Estado:** Rio Grande do Norte

**Telefone:**

**E-mail:** [pi@tresmarias.edu.br](mailto:pi@tresmarias.edu.br); [diretoriaa@faculdadetresmarias.edu.br](mailto:diretoriaa@faculdadetresmarias.edu.br)

**Pesquisador Institucional:** Gessica Mayara de Oliveira Souza

### 1.1.1 MANTIDA

A **FACULDADE TRÊS MARIAS – CURRAIS NOVOS (FTM-CN)**, com limite territorial de atuação presencial circunscrito ao município de Currais Novos, no estado do Rio Grande do Norte, é uma Instituição de Ensino Superior de direito privado – particular em sentido estrito. Tem como mantenedora o **CENTRO EDUCACIONAL TRÊS MARIAS LTDA**, sendo orientada por este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), por seu Regimento Geral, pelas normas baixadas por seu Conselho de Administração Superior – CONSU, pela legislação pertinente ao Ensino Superior e por demais instrumentos legais aplicáveis que estejam em vigor ou que venham a emanar dos organismos e autoridades constituídas.

### 1.1.2 MANTENEDORA – BREVE HISTÓRICO

A mantenedora, Pessoa Jurídica denominada CENTRO EDUCACIONAL TRÊS MARIAS LTDA, está sediada na cidade de João Pessoa, sendo uma entidade de Direito Privado, constituída como uma empresa individual de responsabilidade civil limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 14.255.311/0001-06, com descrição de atividade na área de Educação Superior, amparada pelo dispositivo no inciso II do Art. 19º e no inciso I do Art. 20º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), instituída com sede e foro na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Avenida Eptácio Pessoa, 494, Torre

O Centro Educacional Três Marias, tem como objetivo exercer suas atividades na área de ensino e cultura e após várias pesquisas junto aos diversos setores representativos da comunidade local, resolveu-se criar uma entidade destinada a viabilizar e tornar realidade os anseios da população abrangida.

Em 2015, o Centro Educacional Três Marias teve sua primeira IES, a Faculdade Três Marias (antes denominada FUNEPI), com sede em João Pessoa, credenciada por meio da Portaria 663, de 01 de julho de 2015, publicada no DOU em 02 de julho de 2015. A IES foi credenciada para oferta de educação presencial, contando com a autorização de dois cursos superiores de tecnologia, a saber: Negócios Imobiliários, autorizado por meio da Portaria 540, de 21 de julho de 2015 e publicada no DOU em 22 de julho de 2015; e Segurança do Trabalho, autorizado pela Portaria 539, de 21 de julho de 2015 e publicada no DOU em 22 de julho de 2015.

Efetivamente, as atividades da IES iniciaram no ano de 2016, com o ingresso dos primeiros alunos nestes dois cursos de graduação.

No âmbito do ensino presencial, a IES ampliou a oferta dos cursos de graduação a partir do ano de 2017 quando, por meio da Portaria 940, de 28 de agosto de 2017 e publicada no DOU em 29 de agosto de 2017, foram autorizados os seguintes cursos: Bacharelado em Administração, Bacharelado em Ciências Contábeis, Bacharelado em Educação Física, Bacharelado em Engenharia Civil e CST em Gestão de Recursos Humanos. Ainda no ano de 2017, refletindo um processo de mudança advinda desde os quadros dirigentes da mantenedora, a IES passou a se chamar FACULDADE TRÊS MARIAS – FTM após deliberação do Conselho de Administração Superior – CONSU em reunião de 21 de julho daquele ano.

Em 2018, foi autorizado o curso de Licenciatura em Pedagogia pela Portaria 195, de 22 de março de 2018 e publicada no DOU em 23 de março de 2018. Em seguida o curso de Bacharelado em Direito foi autorizado pela Portaria 796, de 09 de novembro de 2018 e publicada no DOU em 12 de novembro de 2018. Já no ano de 2019, foi autorizado o curso de Bacharelado em Nutrição através da Portaria 101, de 22 de fevereiro de 2019 e publicada no DOU em 25 de fevereiro de 2019 e o curso de Bacharelado em Farmácia, por meio da Portaria 243, de 29 de maio de 2019 e publicada no DOU em 31 de maio de 2019. Atualmente a IES conta com quinze cursos de graduação na modalidade presencial.

No caso da educação a distância, a IES recebeu o credenciamento EAD provisório por meio da Portaria 370, de 20 de abril de 2018, publicada no DOU em 23 de abril de 2018. Por esta mesma portaria foi emitida a autorização provisória dos cursos de Licenciatura em Pedagogia, CST em Gestão de Recursos Humanos, Bacharelado em Administração e Bacharelado em Ciências Contábeis. Mais tarde, a IES recebeu o credenciamento definitivo para atuar na modalidade EAD por meio da Portaria 674, de 22 de março de 2019, publicada no DOU em 25 de março de 2019. Desse modo, foram emitidas a Portaria 161, de 01 de abril de 2019 e publicada no DOU em 02 de abril de 2019, que trata da autorização vinculada a credenciamento dos cursos EAD de Licenciatura em Pedagogia, CST em Gestão de Recursos Humanos, Bacharelado em Administração e Bacharelado em Ciências Contábeis. Atualmente a IES conta com 22 cursos de graduação na modalidade a distância.

Voltando um pouco no tempo, o Centro Educacional Três Marias, em 2017, por meio da Portaria 886, de 25 de julho de 2017, publicada no DOU em 26 de julho de 2017, credenciou sua segunda IES, a Escola de Ensino Superior do Agreste Paraibano – EESAP, para oferta de cursos presenciais, com sede na cidade de Guarabira, Paraíba. A IES iniciou as atividades acadêmicas com a autorização de três cursos superiores, a saber: Bacharelado em Administração, Educação Física e Enfermagem, todos autorizados pela Portaria 793, de 26 de julho de 2017 e publicada no DOU em 03 de agosto de 2017. Efetivamente, as atividades da IES iniciaram ainda no segundo semestre de 2017, com o ingresso dos primeiros alunos no curso de Enfermagem. A IES ampliou a oferta dos cursos de graduação a partir do ano de 2018 quando foram autorizados os seguintes cursos: Bacharelado em Psicologia, autorizado pela Portaria 903, de 24 de dezembro de 2018, publicada no DOU em 26 de dezembro de 2018; Bacharelado em Direito, autorizado pela Portaria 125, de 20 de março de 2019, publicada no DOU em 22 de março de 2019; Bacharelado em Ciências Contábeis e Engenharia Civil, ambos autorizados pela Portaria 209, de 29 de abril de 2019, publicada no DOU em 30 de abril de 2019; Bacharelado em Farmácia, autorizado pela Portaria 243, de 29 de maio de 2019, publicada no DOU em 31 de maio de 2019; Bacharelado em Nutrição, autorizado pela Portaria 428, de 10 de setembro de 2019, publicada no DOU em 11 de setembro de 2019; Bacharelado em Fisioterapia, autorizado pela Portaria 2010, de 30 de dezembro de 2021, publicada no DOU de 31 de dezembro de 2021; Bacharelado em Odontologia, autorizado pela Portaria 2012, de 30 de dezembro de 2021, publicada no DOU de 31 de dezembro de 2021. Dessa forma, a IES possui atualmente o total de 11 cursos presenciais que atendem a população de Guarabira e região.

Com esse pensamento surgiu a Faculdade Três Marias – Currais Novos – FTM-CN. Instituição de Ensino Superior, cujos objetivos sociais constantes em seu Contrato Social que visam a prestação de serviços educacionais em nível superior, de especialização e aperfeiçoamento, através de cursos regulares nos diversos níveis de ensino, de treinamento e de desenvolvimento, por ela organizados e mantidos, bem como difundir a cultura, de acordo com as normas legais vigentes e as exigências dos sistemas de ensino Estadual e Federal.

Sabe-se que numa economia de mercado a palavra oportunidade reveste-se em termos concretos na medida e proporção com que o empreendedor estabelece a análise das forças que atuam contra e a favor na fase inicial da criação de uma

organização. A realidade desse mercado geralmente é competitiva, visto que só sobrevivem as organizações que estejam verdadeiramente voltadas para o cliente maior - a sociedade – vivendo visceralmente a sua relação de negócios com qualidade técnica, comprometimento, responsabilidade, ética e probidade dentre outros valores.

Considerando esse cenário de crescimento, o PDI foi elaborado na perspectiva da construção de uma instituição superior, voltada para atuação no ensino e na extensão nas áreas de ciências biológicas e saúde, engenharia e ciências exatas, ciências sociais aplicadas e ciências humanas.

O PDI consolida o planejamento estratégico do desenvolvimento acadêmico da instituição, reafirmando os principais compromissos com a educação, os quais nortearam sua fundação e orientam as ações acadêmicas e pedagógicas que dizem respeito à individualidade da instituição. Dentre os princípios que a orientam, podemos destacar: O compromisso com o desenvolvimento, a produção e a democratização do conhecimento; A adequação ao desenvolvimento econômico e social do país; O comprometimento com a democracia; Respeito à ética; A busca de ensino de qualidade; Empregabilidade; Responsabilidade Social; Compromisso com o desenvolvimento do país; Inserção dos cursos na realidade social.

Além dos compromissos gerais estabelecidos nestes princípios, a FTM-CN buscará desenvolver elementos próprios que a diferenciem e que contribuam para a formação de um perfil institucional único, fundado nas seguintes características: Compromisso com as inovações tecnológicas, pedagógicas, metodológicas e científicas; Compromisso com a educação continuada, notadamente no incentivo aos professores, alunos, egressos e funcionários técnico-administrativos, por meio da oferta de cursos de extensão e aperfeiçoamento profissional; Atenção à qualidade acadêmica de seus cursos e à formação profissional de seus alunos, expressa na seleção do corpo docente, nas instalações e serviços oferecidos, na elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos, na gestão dos currículos, entre outros.

Considerando esse cenário de crescimento, o PDI foi elaborado na perspectiva da construção de uma instituição superior, voltada para atuação nas no ensino e na extensão nas área de ciências biológicas e saúde, engenharia e ciências exatas, ciências humanas e sociais aplicadas, educação e tecnologia.

O PDI consolida o planejamento estratégico do desenvolvimento acadêmico da instituição, reafirmando os principais compromissos com a educação, compromissos estes, que nortearam sua fundação pelos seus idealizadores, e

orientam as ações acadêmicas e pedagógicas que dizem respeito à individualidade da instituição. Dentre os princípios que a orientam, podemos destacar:

- O compromisso com o desenvolvimento, a produção e a democratização do conhecimento;
- A adequação ao desenvolvimento econômico e social do país;
- O comprometimento com a democracia;
- Respeito à ética;
- A busca de ensino de qualidade.
- Empregabilidade;
- Responsabilidade Social;
- Compromisso com o desenvolvimento do país;
- Inserção dos cursos na realidade social;
- Oferta de cursos que atendam à necessidade e realidade local.

Além dos compromissos gerais estabelecidos nestes princípios, a FTM-CN busca desenvolver elementos próprios que a diferenciem e que contribuam para a formação de um perfil institucional único, fundado nas seguintes características:

- Compromisso com as inovações tecnológicas, pedagógicas, metodológicas e científicas;
- Compromisso com a educação continuada, notadamente no incentivo aos professores, alunos, egressos e funcionários técnico-administrativos, por meio da oferta de cursos de graduação, pós-graduação, cursos de extensão e aperfeiçoamento profissional, com incentivo à formação continuada;
- Atenção à qualidade acadêmica de seus cursos e à formação profissional de seus alunos, expressa na seleção do corpo docente, nas instalações e serviços oferecidos, na elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos, na gestão dos currículos, nas linhas de pesquisa e extensão definidas por cada curso, entre outros.

A FTM-CN, **enquanto faculdade, coloca-se** numa postura de permanente abertura e aperfeiçoamento, estando atenta às grandes questões mundiais da educação, mas sem perder de vista a realidade onde se insere com vistas a atender



as políticas nacionais de educação. Dessa forma, a IES se compromete com a busca da excelência no ensino e na extensão, cujo perfil se consolida ao longo do tempo, por meio de compromissos e ações, tendo na divulgação do conhecimento sua maior ferramenta. Tão importante quanto a expansão do conhecimento é se ter em mente que uma instituição de ensino superior é um espaço de debate, de abertura para novos conceitos, de crítica e fomento para uma formação contínua.

É com base nestes princípios que a FTM-CN orientará suas ações e políticas levando em conta o contexto social, econômico e cultural em que está inserida, tendo em vista estes condicionantes no processo de construção de um conhecimento plenamente inserido e relevante em termos de formação profissional. É assim que a IES promoverá a formação de seus alunos para a inserção no sistema produtivo local, regional, nacional e mundial, instrumentalizando-os, por meio da preparação para o exercício de uma profissão, para a cidadania e para a inclusão social.

A partir dessas considerações é que se estruturam as várias categorias de ensino que compreendem as áreas de atuação com as quais a FTM-CN se compromete a trabalhar, são elas: educação profissional, por meio de cursos tecnológicos; cursos de bacharelado e licenciatura; cursos de pós-graduação *lato sensu*; extensão e educação continuada.

A educação continuada constitui-se num dos pilares de sustentação da IES e se realiza por meio de diversas atividades, como a formação e capacitação de professores em municípios menos favorecidos economicamente, acompanhamento de egressos e oferta de cursos de extensão. Outro pilar importante é a responsabilidade social, a qual se traduz na concessão de bolsas de estudos a estudantes carentes, no desenvolvimento de atividades de extensão que beneficiam a comunidade em geral e no compromisso com o desenvolvimento cultural e científico das regiões mais carentes do país.

Portanto, acredita-se que a IES vem demonstrando um perfil institucional de qualidade acadêmica, o qual se consolida por meio das múltiplas ações desenvolvidas ao longo dos últimos anos. A seguir, contextualizamos o cenário que educacional da FTM-CN.

### **1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA FTM-CN NO CENÁRIO EDUCACIONAL**

O século XX trouxe grande desenvolvimento econômico, também vivenciado no início do século XXI, mas não foi capaz de fazer com que a educação no Brasil também desse um salto qualitativo. Ela continuou presa aos seus históricos problemas de formação. Há 100 anos, a economia e o grau de educação do país estavam igualmente atrasados em relação a boa parcela dos países do mundo, o que demonstrava seu fraco desenvolvimento, mesmo se comparado aos seus vizinhos latino-americanos.

Assim, enquanto na França e nos Estados Unidos no século XIX, praticamente todas as crianças estavam ocupando os bancos escolares, no Brasil o contingente de analfabetos formava uma massa de quase 90% da população. Também em relação aos seus vizinhos mais modestos, sua situação era alarmante. Se, por volta de 1900, 54% da população uruguaia com mais de 10 anos sabia ler e escrever, em 1930 apenas 30% dos brasileiros estavam alfabetizados.

O grande atraso educacional do país pode ser medido pelo grande número de trabalhadores sem uma qualificação profissional mínima, decorrente do lento processo de desenvolvimento na área educacional, que inclui a precariedade da educação básica, a pobreza de grande parte da população que acaba ficando sem acesso às diversas formas de qualificação, e que coloca os jovens, prematuramente, em trabalhos sem qualificação. Com isso, há que se ter consciência de que o país ainda precisa superar muitos obstáculos para alcançar um sistema educacional capaz de suprir as necessidades básicas nesse campo.

A criação tardia das universidades e dos cursos de pós-graduação é um reflexo do lento processo de construção do seu sistema educacional. O contingente de profissionais com curso superior no Brasil fica muito a desejar em relação aos índices encontrados nos países mais desenvolvidos. Em estudo recente, os dados apontam um aumento de 486% na quantidade de doutores no Brasil e um aumento de 379% na quantidade de mestres, mas ainda assim o Brasil apresentou uma das três piores médias da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>1</sup>.

No tocante ao Ensino Médio, dados do censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam um total de 37.980.515 pessoas com o curso concluído, ao passo que apresentou um total de 13.463.757 pessoas que alcançaram o ensino superior completo. Por outro lado, o estudo apontou ainda um

---

<sup>1</sup> CGEE. *Mestres e doutores 2015: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016.

total de 81.386.577 pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto<sup>2</sup>. Tais dados mostram a necessidade dos investimentos a serem feitos na área de educação pelo setor público, mas também pelo setor privado.

Por outro lado, os dados do IBGE demonstram que a situação vem melhorando gradativamente, pois houve uma diminuição do percentual de analfabetismo para 6,8% da população considerando a faixa etária de 15 anos ou mais de idade<sup>3</sup>. O mesmo estudo ainda indica que houve um crescimento na quantidade de escolas de nível médio entre 2010 e 2018, saltando de 26.519 para 28.673<sup>4</sup>. Apesar da melhora dos índices, os números indicam uma ampla demanda da população carente de oportunidades de formação qualificada.

Dessa forma, evidencia-se que a criação da FTM-CN se fez dentro de uma área de grande importância para o país, a educação, pois a deficiência na formação educacional da população acaba por afetar a distribuição de renda, fazendo com que grande parte dessa população viva de trabalhos mal remunerados, fazendo bicos, ou mesmo sem trabalho algum, situando-se assim abaixo da linha da pobreza. Afeta também o crescimento individual, perpetuando um ciclo vicioso que coloca o país em desvantagem na competitividade com as economias com as quais disputa o mercado global.

O Brasil é um país de contrastes e em todas as áreas se observa uma disparidade elevada entre as regiões que o compõe. No Sul e no Sudeste, em geral, encontram-se os patamares mais elevados para todos os indicadores sociais, seguidos do Centro-Oeste, enquanto no Norte e no Nordeste esses patamares estão bem atrás. Em parte se explica tal disparidade devido a fatores históricos da formação brasileira, os quais vieram a gerar as diferenças sociais, econômicas e políticas encontradas. Assim, os altos e baixos da economia e da política nacional acabam por explicar o seu intrincado contexto atual, onde questões como emprego, renda, educação, qualidade de vida, são pontuais para se entender o modo com as IES se inserem e se envolvem na ampla rede de relações que formam o país.

Observa-se que de 1997 a 2003 a economia nacional caracterizou-se pela instabilidade, onde períodos de relativa melhora eram seguidos por algumas crises, e

---

<sup>2</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22469?detalhes=true>.

<sup>3</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Brasil: panorama*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 6 jun. 2019.

<sup>4</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Brasil: panorama*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 6 jun. 2019.

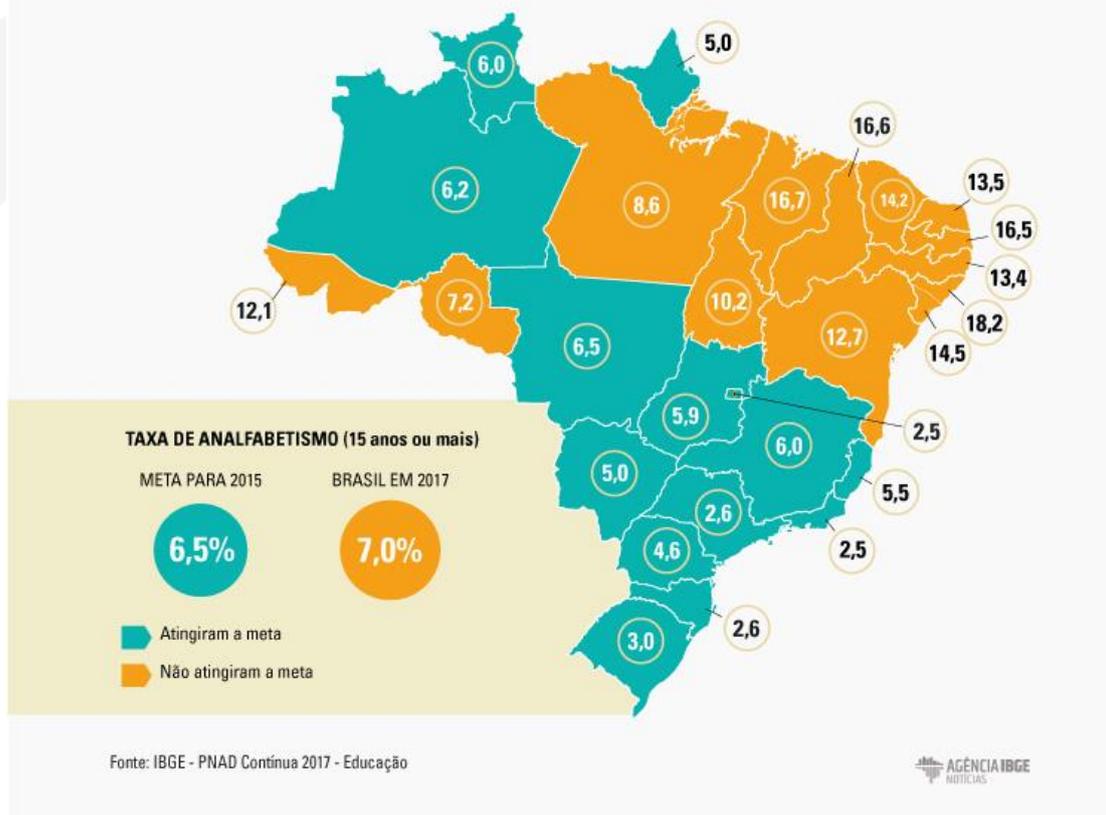
só começa a se estabilizar a partir de 2004, sendo que em 2005 o nível da inflação foi o mais baixo que houve, gerando crescimento em segmentos importantes da economia.

É dentro desse quadro de instabilidade econômica que o setor educacional no Brasil veio se desenvolvendo, notadamente o setor privado que, embora orientando-se pelas políticas educacionais estabelecidas em âmbito federal, tem de definir suas diretrizes e metas de acordo com a observação acurada dos contextos onde se insere, tanto no contexto local como nacional, procurando uma permanente atualização com a realidade econômica, social e política, cujas transformações acabam por alterar a realidade do mercado de trabalho, fazendo surgir demandas antes inexistentes. Nos últimos 15 anos tem ocorrido recordes no setor da produção agrícola, exportação, o país investiu significativamente em infraestrutura de estradas, desenvolvimento de portos e aeroportos e tecnologia em geral.

Pode-se notar que a educação está intimamente ligada às questões de geração de trabalho e renda, visto que o nível de formação do trabalhador influencia diretamente no seu tipo de ocupação, na sua qualidade de vida e também na produtividade das empresas. A qualificação profissional, portanto, é um dos meios de se produzir uma melhoria substancial no nível de vida da população, que poderá assumir postos de trabalhos antes vedados por uma baixa escolaridade. De maneira mais ampla, verifica-se uma evolução na situação educacional do país. O analfabetismo vem diminuindo, mas ainda assim, permanece alto nas regiões mais pobres do país. A imagem abaixo mostra índices relativos ao analfabetismo, de acordo com os estados brasileiros.

Figura 1: Taxa de analfabetismo no Brasil.

## Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais



Fonte: IBGE, 2018<sup>5</sup>.

Para a população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo prevista para 2015 era de 6,5%, mas o ano de 2017 apresentou um percentual de 7%. Embora o índice tenha caído em relação aos anos anteriores, percebe-se uma melhor aquém da meta estabelecida. O Nordeste e o Norte, de acordo com as informações divulgadas ainda possuem índices piores que as regiões sul e sudeste, onde também se concentram um maior número de cursos e instituições de ensino superior.

O quadro a seguir apresenta a série histórica do aumento dos cursos de graduação no país.

<sup>5</sup> ANALFABETISMO cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015. Agência IBGE Notícias. 18 maio 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>. Acesso em: 6 jun. 2019.

**Quadro 2: Número de Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino e por Grau Acadêmico – Brasil – 2008-2018**

Ano	Cursos de Graduação										
	Total Geral	Modalidade de Ensino/Grau Acadêmico									
		Presencial					A distância				
		Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnológico	Bacharelado/Licenciatura	Total	Bach.	Licenc.	Tecnológico	Bach./Licenc.
2008	<b>25.366</b>	24.719	12.937	6.200	4.355	1.227	647	138	344	162	3
2009	<b>28.671</b>	27.827	15.663	6.697	4.491	976	844	157	485	200	2
2010	<b>29.507</b>	28.577	16.401	7.401	4.775	n.a.	930	185	521	224	n.a.
2011	<b>30.420</b>	29.376	16.832	7.352	5.192	n.a.	1.044	199	559	286	n.a.
2012	<b>31.866</b>	30.718	17.486	7.613	5.619	n.a.	1.148	217	581	350	n.a.
2013	<b>32.049</b>	30.791	17.665	7.328	5.798	n.a.	1.258	240	592	426	n.a.
2014	<b>32.878</b>	31.513	18.319	7.261	5.933	n.a.	1.365	290	595	480	n.a.
2015	<b>33.501</b>	32.028	18.938	7.004	6.086	n.a.	1.473	316	625	532	n.a.
2016	<b>34.366</b>	32.704	19.795	6.693	6.216	n.a.	1.662	387	663	612	n.a.
2017	<b>35.380</b>	33.272	20.578	6.501	6.193	n.a.	2.108	525	771	812	n.a.
2018	<b>37.962</b>	34.785	21.882	6.419	6.484	n.a.	3.177	855	996	1.326	n.a.

Fonte: BRASIL, 2019<sup>6</sup>.

A partir das informações apontadas, percebe-se um aumento gradativo da oferta de cursos de graduação, mas esse patamar ainda não permite afirmar que existam vagas nas instituições para todos os egressos do Ensino Médio. Assim, a expansão da oferta de ensino superior pelo setor privado vem contribuindo significativamente para a ampliação do acesso a níveis mais altos de formação educacional. No quadro a seguir apresentamos os dados referentes ao número de matrícula, com ênfase nas regiões norte e nordeste para o ensino presencial.

**Quadro 3: Número de Matrículas de Graduação Presencial, por Categoria Administrativa (Pública e Privada), segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – Brasil – 2020**

Região/Unidade da Federação	Número de Matrículas Presencial		
	Total	Pública	Privada

<sup>6</sup> BRASIL. Ministério da Educação. *Censo da Educação Superior 2018*. Brasília: INEP, 2019.

<b>Brasil</b>	<b>6.394.244</b>	<b>1.904.554</b>	<b>4.489.690</b>
<b>Norte</b>	<b>469.762</b>	<b>190.108</b>	<b>279.654</b>
RO	50.517	11.836	38.681
AC	25.276	11.389	13.887
AM	138.014	50.004	88.010
RR	17.017	9.025	7.992
PA	152.964	70.508	82.456
AP	33.662	12.762	20.900
TO	52.312	24.584	27.728
<b>Nordeste</b>	<b>1.451.032</b>	<b>560.396</b>	<b>890.636</b>
MA	151.438	59.290	92.148
PI	102.856	42.310	60.546
CE	247.837	91.192	156.645
RN	97.243	49.105	48.138
PB	133.027	65.920	67.107
PE	235.999	84.334	151.665
AL	82.559	35.839	46.720
SE	67.196	24.802	42.394
BA	332.877	107.604	225.273

Fonte: BRASIL, 2019<sup>7</sup>.

Como se pode observar nos dados, houve avanço no ensino superior teve com significativo aumento no número de matrículas. O grande responsável por isso foi o setor privado, que hoje responde pela maior parte do número de vagas no ensino superior. Além do aumento no número de ingressantes, muitas mudanças significativas ocorridas no ensino superior aconteceram. Uma delas foi a modificação das classes que estão acessando esse tipo de ensino.

Se anteriormente o público das IES particulares estava situado nas classes A e B, a expansão das instituições de ensino superior a partir de 2000 ocasionou uma inversão nessa situação, ou seja, o aumento da oferta de cursos possibilitou também à classe C a oportunidade de usufruir da qualificação profissional em nível superior, e as previsões são de que esses índices melhores ainda mais com o avançar da próxima década.

Outra mudança ocorrida no âmbito da educação superior foi o aumento da procura por cursos tecnológicos, em detrimento dos tradicionais cursos de bacharelado e licenciatura. Em 2000, segundo a revista Exame, existia no Brasil 1

<sup>7</sup> BRASIL. Ministério da Educação. *Censo da Educação Superior 2018*. Brasília: INEP, 2019.

milhão de alunos matriculados em cursos tecnológicos, e a previsão de crescimento era contínua.

Trazendo o contexto para Currais Novos, temos que a área de abrangência direta da FTM-CN - CN encontra-se nas terras onde hoje se ergue o município de Currais Novos (RN), a região já foi habitada pelos índios Cariris, que deixaram uma marca indelével em sua história. A cidade tem suas raízes entrelaçadas com o período conhecido como Ciclo do Gado, lá pelo século XVIII, cuja origem se dá há um homem conhecido como Coronel Cipriano Lopes Galvão, vindo de Igarassu, Pernambuco, fixou-se nessa região junto com a sua esposa, Adriana de Holanda e Vasconcelos, em um local conhecido como "data do Totoró" por referência ao rio de mesmo nome (1755). Segundo a narrativa dos mais antigos moradores da região e registrada no site da Prefeitura, conta que a chegada do Coronel Cipriano Lopes Galvão à região teve o intuito de instalar sua criação de gado, que lhe concedeu influência e reconhecimento até a região de "São Bento"

Em 1760, na confluência dos rios Totoró e Maxinaré, construiu uma casa e três "novos currais" (o que mais tarde, daria nome à cidade) de pau-a-pique, utilizando troncos de aroeira para gerenciar a criação, compra e venda do gado. Seu legado continuou por meio de seus seis filhos, com destaque para o primogênito, o Capitão-Mór Cipriano Lopes Galvão, que ergueu uma capela em honra a Sant'Ana no Sítio São Bento, conforme desejo de seu pai. Essa capela, situada na ponta da Serra do Catunda, marcou o início de um povoado.

Devido ao crescimento demográfico, a capela original se tornou inadequada para acomodar todos os fiéis. Por conseguinte, em outubro de 1889, foi iniciado o processo de demolição da estrutura antiga, com o intuito de dar lugar à edificação de uma nova igreja, que atualmente é reconhecida como Matriz de Sant'Ana.

Em 1808, em virtude do desenvolvimento agrícola e pecuário da região, ocorreu um aumento significativo no número de famílias colonizadoras que se estabeleceram, resultando na consolidação do povoado. Em 26 de julho deste mesmo ano, após a finalização da construção da capela, realizou-se a primeira procissão com a imagem de Sant'Ana, trazida do Recife, sendo liderada pelo Capitão-Mór, sua família, servos e associados, do local denominado Totoró até a capela.

Até o ano de 1890, Currais Novos permaneceu subordinado como Distrito de Paz ao município de Acari. Contudo, em 15 de outubro do mesmo ano, foi promovido ao status de município autônomo, e sua sede foi elevada à categoria de vila, sendo

oficialmente estabelecido em 6 de fevereiro de 1891. Posteriormente, em 29 de novembro de 1920, a vila foi novamente promovida, desta vez ao status de cidade, marcando um novo estágio na trajetória histórica da comunidade. Currais Novos é conhecida como a 9ª cidade mais populosa do Rio Grande do Norte. Sua população, segundo o IBGE (2022) é de População (IBGE 2022) 42.934 habitantes. Sua área compreende 864,34 km<sup>2</sup>, equivalente a 1,67% da superfície estadual. A altitude da Sede é de 341 metros. A distância em relação à Capital, Natal, é de 172 km.

O município de Currais Novos – RN, possui 82,2% dos domicílios equipados com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2010). Destaca-se positivamente em comparação com outros municípios do estado e do país, ocupando a posição 2 de 167 em nível estadual e a posição 847 de 5570 em âmbito nacional. Essa métrica é essencial para avaliar a qualidade do saneamento básico e sua contribuição para a saúde pública e o bem-estar da população, destacando a importância de investimentos contínuos nessa área.

Uma economia diversificada, sustentada por diferentes atividades econômicas. Uma dessas atividades é a Mineração e Extração Mineral, na qual se destacam as minas de calcário, gipsita e mármore. Esses recursos minerais desempenham um papel crucial na indústria da construção civil, sendo utilizados na fabricação de cimento e outros materiais essenciais para infraestrutura.

Outro setor relevante é a Indústria Têxtil e de Confecções, que conta com diversas fábricas de roupas, confecções e malharias. Essa indústria é uma importante fonte de empregos na cidade e contribui significativamente para a economia local, além de influenciar a moda e o estilo na região

Na Agricultura e Pecuária, a região ao redor de Currais Novos apresenta condições favoráveis para o cultivo de feijão, milho, frutas cítricas e hortaliças, além da criação de gado bovino, caprino e ovino. Essas atividades agrícolas e pecuárias são pilares fundamentais da economia local, garantindo a produção de alimentos e o abastecimento da região

O Comércio e Serviços também desempenham um papel vital na economia de Currais Novos, com uma variedade de lojas, mercados, restaurantes e prestadores de serviços que contribuem para a atividade econômica da cidade, além de proporcionar conforto e conveniência para a população

Por fim, os setores de Educação e Saúde são essenciais para o desenvolvimento humano e social da cidade. A presença de escolas, universidades e

hospitais não só emprega profissionais como também atende às necessidades educacionais e de saúde da população local, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento sustentável da região. Em síntese, a diversidade dessas atividades econômicas contribui para o crescimento e a sustentabilidade de Currais Novos

Diante do quadro apresentado no último censo, e os dados divulgados pela Prefeitura de Currais Novos, temos a seguinte análise da educação no município:

Taxa de Escolarização de 6 a 14 anos de Idade em 2010:

A taxa de escolarização de 97,8% indica que quase todas as crianças nessa faixa etária estavam matriculadas na escola. Isso é um indicativo positivo do acesso à educação na região em 2010. IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) em 2021: Para os anos iniciais do ensino fundamental (5,2) e anos finais (4,5) na rede pública.

O IDEB é uma métrica que combina informações sobre o desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas com taxas de aprovação. Um IDEB maior indica melhor qualidade da educação. Os resultados de 5,2 e 4,5 para anos iniciais e finais, respectivamente, sugerem que a qualidade da educação básica na rede pública do município é razoável, embora haja espaço para melhorias, especialmente nos anos finais.

Em relação as matrículas no Ensino Fundamental e Médio em 2021: Havia 5.218 matrículas no ensino fundamental e 2.091 no ensino médio em 2021. Esses números indicam a quantidade de alunos matriculados em cada nível de ensino. São dados importantes para entender a demanda educacional da região. É possível constatar que há um volume considerável de egressos do ensino médio que serão beneficiados com a oferta local de ensino superior presencial, que, entre outros aspectos, fomentam a economia da região, visto que, não haverá necessidade de deslocamento para outras cidades e/ou região em busca da graduação

Portanto, o CETM, por meio da mantida, faculdade Três Marias – Currais Novos, se propõem a ofertar cursos de graduação e pós-graduação nas diferentes áreas, conforme apresentamos na caracterização da instituição. Os cursos são projetados de forma a qualificar profissionais para atender as exigências cada vez maiores do mercado de trabalho, levando em consideração as particularidades regionais do Brasil, bem como, os anseios pessoais dos seus egressos.

Assim, trabalhando com todos os referenciais necessários, buscando atingir níveis de inserção locais e regionais, bem como tratando a educação como um dos

componentes essenciais que forma a base do desenvolvimento de um país, a FTM-CN, procura se adequar de forma a corresponder às expectativas dos alunos, do mercado de trabalho e da sociedade, esta última a maior beneficiada com a expansão do ensino, pois qualificação significa, em última instância, impulso para uma melhor qualidade de vida para todos.

#### **1.4 MISSÃO**

A missão da FTM-CN - CN traduz-se num projeto de ensino capaz de oferecer acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos de forma democrática, compreendendo o espaço universitário como um ambiente de transformação social e de difusão de valores humanos – como o pluralismo cultural e o pensamento livre – levando em conta que na atual sociedade informacional, as questões da homogeneização e do conseqüente empobrecimento da diversidade cultural têm sido permanentemente colocadas em pauta.

A IES entende que o ensino superior deve primar pelo multiculturalismo, estando atento aos fatores locais e globais. Assim, ela busca um permanente diálogo com os sistemas produtivos, com as transformações tecnológicas e com as necessidades profissionais. Incentiva a formação permanente que pressupõem constante aperfeiçoamento e atualização, exigindo uma educação que, prezando a prática profissional e habilidades socio emocionais, faz do egresso o sujeito de sua própria formação e ascensão profissional

Pautado pelas questões acima expostas, a FTM-CN – CN tem como missão:

- Formar profissionais que atuem de forma autônoma, capazes de atender a demanda do mercado de trabalho e sobretudo as necessidades da sociedade em geral. Profissionais éticos e que empreguem a cultura empreendedora e da inovação nos seus espaços de atuação desenvolvendo desta forma, habilidades técnico-comportamentais para o exercício profissional de excelência

## 1.5 VISÃO E VALORES INSTITUCIONAIS

A IES possui como **visão**:

- *Busca contínua e permanente da excelência acadêmica e pedagógica de seus cursos e programas de formação.*

Os **valores** definidos para a IES por sua vez se expressam no compromisso ético com a responsabilidade social, o respeito, a inclusão, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental e no respeito às diversidades.

## 1.6 METAS

A FTM-CN tem como meta o cumprimento de sua missão e seus objetivos, bem como, a implantação integral de seu Plano de Desenvolvimento Institucional, fixado para o período de 2024 a 2028 e consolidado numa política de criação, implantação e avaliação de suas ações prioritárias abaixo descritas.

**Quadro 4: Metas prioritárias para o desenvolvimento institucional**

Nº	Meta	2024	2025	2026	2027	2028	Permanente
1	Ampliação da biblioteca						X
2	Instalar um novo laboratório de informática na sede	X	X				
3	Ampliar a oferta de salas de aula do Ensino Superior	X	X	X	X	X	
4	Definir tabela de valores salariais do PCD conforme convenção coletiva						X
5	Fazer curso de qualificação do pessoal técnico administrativo						X
6	Aperfeiçoar a competência didático-pedagógica de todos os professores mediante processo de educação contínua						X
7	Ampliar o número de docentes em tempo parcial e integral						X

<b>8</b>	Desenvolver ações que promovam maior interatividade e socialização entre níveis docente e discente							X
<b>9</b>	Aperfeiçoar o sistema de recrutamento dos docentes, funcionários técnico-administrativos e demais participantes do processo ensino-aprendizagem, priorizando a valorização do trabalho em regime de tempo integral e dedicação exclusiva							X
<b>10</b>	Desenvolver ações corretivas decorrentes dos processos de Autoavaliação e Avaliação Externa							X
<b>11</b>	Avaliar anualmente os estágios de implementação do PDI à luz dos resultados constatados através das avaliações e dos contextos social, político e econômico no período.							X
<b>12</b>	Manter atualizado o acervo da biblioteca conforme o cronograma de implantação de novos cursos							X
<b>13</b>	Fazer os investimentos necessários em infraestrutura e tecnologia para os cursos previstos							X
<b>14</b>	Desenvolver em cada Curso, canais de comunicação e intercâmbio com órgãos, associações de classe, instituições congêneres e empregadores como forma de subsidiar os processos de atualização dos Projetos Pedagógicos em sintonia com a realidade							X
<b>15</b>	Dinamizar a produção científica e sua publicação							X
<b>16</b>	Selecionar e reter talentos oriundos da instituição							X
<b>17</b>	Consolidar o Resultado Operacional visando a aplicação em mobilizações tais como salas de aula bem como em equipamentos para a biblioteca							X
<b>18</b>	Alugar imóvel para alocação dos cursos previstos, quando não for possível a sua alocação na sede							X
<b>19</b>	Ampliar a infraestrutura para produção do material didático dos alunos							X
<b>20</b>	Atualizar tecnologia para plataforma de <i>e-learning</i>							X

21	Manter plataforma de e-learning permanentemente atualizada.						X
22	Ampliar a oferta de cursos em EAD	X	X	X	X	X	
23	Manter a taxa de inadimplência inferior a 5%/ano						X
24	Manter sistema de gerenciamento institucional informatizado						X
25	Ampliar parcerias junto a empresas, prefeituras e órgãos governamentais						X
26	Acompanhar o Planejamento e Gestão de Processos						X
27	Manter atualizada a normatização dos procedimentos administrativos e a sistematização dos processos de planejamento nos seus diversos níveis						X
28	Fixar a marca "FTM-CN"						X
29	Manter atualizado o Plano de Aquisição, Atualização e Manutenção de Equipamentos						X
30	Manter os padrões de qualidade para todas as dimensões da Graduação						X
31	Manter os padrões de qualidade para todas as dimensões da Pós-Graduação						X
32	Aumentar a oferta cursos pós-Graduação Lato Sensu						X
33	Consolidar o Setor de Pós-Graduação						X
34	Buscar recursos e patrocínios para realização dos eventos e atividades de extensão da FTM-CN						X

## 1.7 OBJETIVOS

Para dar conta da sua missão institucional e atingir as metas propostas na visão institucional, a FTM-CN terá como objetivo geral:

- Ministrará, na modalidade presencial, cursos nas diversas áreas de conhecimentos, que ofereçam estreita articulação com o setor produtivo, e desenvolverá extensão nas áreas de saúde, educação, ciência e tecnologia.

Para consolidar o objetivo geral, a FTM-CN, tem como objetivo específico:

- I. Estimular, promover e divulgar a cultura e o conhecimento científico nos vários campos de saber, por meio de ensino superior de qualidade e de atividades de extensão socialmente relevantes;
- II. Promover e incentivar, por meio de investimentos e políticas internas, as inovações tecnológicas, pedagógicas, metodológicas e científicas que garantam excelência;
- III. Participar ativamente de práticas e processos que promovam a democratização da cultura, do conhecimento científico e da educação superior na sociedade brasileira;
- IV. Desenvolver projetos que possam ajudar a transformar a realidade social, tanto local como regional e nacional, por meio de práticas equilibradas entre o homem e o meio ambiente;
- V. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- VI. Desenvolver valores humanos nas mais diversas áreas do conhecimento, propiciando à comunidade participação ativa no progresso da sociedade brasileira, incentivando adoção de postura crítica por parte dos alunos e professores diante da realidade;
- VII. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.
- VIII. Formar profissionais, através da oferta do ensino técnico de nível médio, de graduação, extensão, tecnológica, pós-graduação e outras, capazes de atuar de forma ativa e reflexiva, a partir de visões generalistas, espírito investigativo, crítico, aptos a dominar competências e habilidades de sua respectiva área de atuação;
- IX. Formar profissionais aptos a gerenciar o seu próprio conhecimento permanentemente e de forma autônoma;
- X. Criar condições para uma educação verdadeiramente permanente e continuada, com alcance desde os seus agentes educacionais até seus educandos;

- XI. Utilizar suas atividades de extensão como mecanismo propiciador para o enriquecimento e a inovação do processo educativo com vistas à ampliação dos saberes nas várias áreas do conhecimento;
- XII. Estimular a produção científica e intelectual do corpo docente por meio do fomento à divulgação e publicação dos seus trabalhos em eventos e periódicos nacionais e internacionais, bem como incentivar a busca contínua por uma melhor titulação;
- XIII. Promoção da Extensão de seus serviços e cursos à comunidade em geral, atuando com responsabilidade social;
- XIV. Produzir e/ou contribuir para a publicação qualificada de periódicos, livros e demais produções de interesse da comunidade acadêmica e da IES;
- XV. Promover a formação continuada do seu corpo técnico e docente, de modo a contribuir para o entrosamento entre a qualificação acadêmica e a responsabilidade social assumida pela Instituição;
- XVI. Difundir o saber através de projetos de responsabilidade social e, assim, contribuir para a socialização e democratização do conhecimento;
- XVII. Desenvolver e aplicar projetos de inovação que visem o alargamento das fronteiras e a diversificação de saberes, de modo a combater a fragmentação e ao mesmo ampliar o diálogo entre os diferentes conhecimentos;
- XVIII. Desenvolver coerentemente uma sistemática de avaliação das ações da IES como um todo e promover o acompanhamento contínuo destas, por meio de parâmetros e critérios compatíveis com o cumprimento da missão institucional;
- XIX. Garantir a melhoria da qualidade acadêmica, privilegiando a qualificação formal e social dos sujeitos através do desenvolvimento das ações políticas, acadêmicas e administrativas pertinentes à missão institucional;
- XX. Promover o cumprimento de suas ações, modernizando os processos de trabalho e adequando a estrutura organizacional de recursos humanos, físicos, gerenciais e tecnológicos às exigências de sua missão;

XXI. Propiciar o intercâmbio com instituições congêneres e com organizações diversas, que contribuam para o enriquecimento mútuo por meio da troca de saberes e experiências.

## 1.8 POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

A responsabilidade social é um dos vetores que orienta as políticas e ações da FTM-CN. Ao entender a educação como um direito de todo cidadão, a instituição abre a possibilidade de utilizá-la na fundamentação de sua política de responsabilidade social, fazendo a fusão da formação técnica, ética e humana e da oferta de um ensino de qualidade a todos, com princípios como a inclusão social e a diversidade étnica e cultural, sem distinção de classe, gênero, etnia ou região.

A IES compreende que o conceito de responsabilidade social deve considerar uma forma de participação mais direta nas ações comunitárias da região em que se insere, aliando a isso outras atitudes, como o investimento no bem-estar de seus funcionários, incentivos à preservação do meio ambiente e fomento às ações que visem à redução dos abismos econômicos e sociais existentes nos níveis regional e nacional. É para atuar também nesses canais, e não apenas na profissionalização de seus alunos, que as instituições de ensino superior têm sido permanentemente convocadas.

A FTM-CN, buscando corresponder a essas expectativas, propicia a abertura de um espaço para o diálogo, a crítica e a reflexão, incentivando a prática da democracia em todas as instâncias da sociedade; com isso, o conhecimento produzido extravasa o seu ambiente e chega à comunidade externa.

Existe uma preocupação de se incrementar a qualidade da relação entre instituição educacional e sociedade - visando uma vida mais integrada e produtiva com base em valores de cidadania - como aponta GRIESSE<sup>8</sup>, ao se referir ao Plano Nacional de Educação. Em relação ao documento o autor destaca que nele existe a priorização de questões como a necessidade de se promover uma “*formação socialmente significativa* para o exercício da cidadania *responsável e consciente*”, a

---

<sup>8</sup> GRIESSE, Margaret Ann. *Políticas públicas, educação e cidadania: um modelo da teoria crítica e suas implicações para a educação brasileira*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE, São Bernardo do Campo, v. 18, n.2. jul/dez 2002.

possibilidade de uma educação onde a pessoa “possa usufruir *do patrimônio cultural da sociedade moderna*”, e reconheça a “necessidade de desenvolvimento permanente de aptidões para a vida produtiva e integrada”. (GRIESSE, 2002, p.188). Portanto, a atuação com responsabilidade social vai muito além de ações de filantropia; implica em uma visão ampla do que ocorre no macro ambiente, além de existir o dever da instituição de estar sintonizada com a evolução dos processos pedagógicos, comunicacionais e tecnológicos, como se pode perceber no documento resultante do Seminário Internacional Universidade XXI<sup>9</sup>, ocorrido em Brasília, novembro de 2003, segundo o qual

As universidades têm sido convocadas, e devem dar uma resposta, para colaborar na redução das diferenças econômicas e sociais que ameaçam a convivência entre os povos, bem como formular processos de desenvolvimento regionais e nacionais. Para bem desempenhar essa função, as instituições de ensino superior necessitam incorporar novas tecnologias de informação e comunicação ao processo pedagógico, de modo a responder à crescente exigência por qualificação, por novas habilidades e competências. De acordo com o Comunicado, é urgente que haja uma ampla e efetiva articulação universidade/sociedade.

Nesse sentido, a FTM-CN tem incorporado as novas tecnologias da informação e da comunicação, as quais vêm sendo aplicadas nos processos pedagógicos e são utilizadas no cotidiano da educação presencial, seja por meio da oferta de componentes curriculares que tratam desta temática ou ainda pelo uso dessas ferramentas pelos docentes durante as aulas.

Essa forma de ensino diminui as distâncias entre as pessoas - que gostariam de estar mais bem qualificadas e não têm a opção do ensino adequado em sua própria região – e a instituição que oferta o ensino, concretiza a inclusão social por meio do acesso à educação. A partir da análise da situação socioeconômica dos alunos da região de atuação da FTM-CN, pode-se observar a necessidade da criação de ações, contendo atividades de aprimoramento profissional e cultural, como forma de trabalhar a inclusão social.

Essas atividades são um esforço no sentido de possibilitar o acesso democrático a conhecimentos essenciais para o desenvolvimento profissional e pessoal dos alunos. Elas têm o objetivo de concretizar a responsabilidade social

---

<sup>9</sup> [www.mec.gov.br/acs/asp/noticias](http://www.mec.gov.br/acs/asp/noticias).

proposta pela Instituição e se desenvolvem em duas áreas específicas: inclusão digital e inclusão cultura.

Atualmente recebendo grande atenção das políticas educacionais no Brasil e no mundo, a inclusão digital também é uma das preocupações da FTM-CN, que desenvolve pequenos projetos que objetivam viabilizar o acesso democrático a esse tipo de conhecimento. Assim, no laboratório de informática da sede e polos estão disponíveis para oferta de cursos de informática e também o acesso à Internet para a comunidade em geral, com baixo custo para os mais carentes. As escolas conveniadas têm acesso aos nossos laboratórios por meio de agendamento.

Além do desenvolvimento profissional, a FTM-CN atua com conhecimentos complementares que contribuem para o desenvolvimento cultural dos alunos. As atividades culturais e de práticas esportivas são ações implementadas que incluem os alunos e a comunidade em geral.

## **2 POLÍTICAS DE GESTÃO**

Tendo como referência sua missão, a FTM-CN, estabelece como objetivo principal da política de gestão de pessoas, proporcionar a devida clareza dos papéis, direitos e deveres dos colaboradores, de forma a obter altos índices de produtividade e qualidade nos serviços prestados, apoiando-se numa política que procura estabelecer a melhor relação entre colaboradores e a Instituição.

O Conselho de Administração Superior - CONSU, em conjunto com a Diretoria Geral, tem a responsabilidade de assegurar que a IES tenha uma Gestão de Pessoas efetiva, por meio da aprovação e controle das políticas pertinentes, bem como das movimentações funcionais, admissão, demissão, transferências, promoções, aumentos de salários, licenças, férias, orçamento de pessoal e outros procedimentos relacionados ao quadro de colaboradores.

### **2.1 CORPO DOCENTE E PROFESSOR**

O regime de trabalho e a qualificação do corpo docente/ professor da FTM-CN seguem as diretrizes estabelecidas no plano de carreira, as diretrizes do Ministério da

Educação, bem como, os dispositivos legais estabelecidos pela legislação trabalhista. Dessa forma, o corpo docente é composto por professores especialistas, mestres e doutores, contratados em tempo integral, parcial e horistas.

Uma instituição cujo objetivo é desenvolver toda a potencialidade de seus alunos, tornando-os criativos e competentes, deve necessariamente investir de modo consistente em seu corpo docente, para que os mesmos possam causar impacto positivo nos alunos.

Assim, a instituição procura desenvolver atividades para que seu corpo docente possa se envolver de modo efetivo na filosofia educacional da IES, através de seminários, cursos de capacitação e qualificação, reuniões das equipes didáticas e outras atividades que orientem suas práticas docentes e seu comportamento na sala de aula. Além disso, deverá fornecer o respaldo necessário para que o docente esteja capacitado, técnica e pedagogicamente, para desenvolver com segurança suas atividades junto aos alunos.

O acompanhamento do planejamento pedagógico do docente / professor visa promover a discussão e o encaminhamento de problemáticas em relação à prática pedagógica, discutir e analisar, em conjunto com os docentes e coordenação, os indicadores da avaliação institucional para a definição de ações pedagógicas, contatos com os docentes sobre a necessidade de apoio pedagógico e assessorar as fases de planejamento, execução e avaliação da disciplina. Também é feito através do plano de ensino, apresentado ao coordenador do curso no início de cada período, disponibilizado e apresentado aos discentes no primeiro dia de aula pelo próprio docente, para que esses tenham conhecimento da ementa, do conteúdo programático, das principais referências, da metodologia e também do sistema de avaliação a ser usado, com explicitação do valor atribuído a cada atividade.

O plano de ensino é avaliado pelo coordenador do curso e também pelo respectivo NDE. A partir da apresentação do plano de ensino, os próprios alunos avaliam sua execução em sala de aula, dispondo de canais apropriados para manifestar seu parecer, como avaliação escrita semestralmente, contato direto com o coordenador de curso, participação no colegiado, através de representação e pôr fim a CPA.

### **2.1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE / PROFESSOR**

A FTM-CN adota como política institucional o estímulo à difusão da produção acadêmica dos docentes / professor, por meio da construção de condições favoráveis ao desenvolvimento das atividades institucionais, bem como possibilitando a participação dos docentes / professor em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais. Para tanto, a IES se compromete a organizar as atividades acadêmicas de modo que os docentes / professor possam se fazer presentes nestas. Além disso, a depender da dotação orçamentária anual, poderá ser concedido auxílio financeiro para viabilizar a participação dos docentes / professor.

Internamente a IES promoverá eventos acadêmicos, constituindo em uma oportunidade para os docentes / professor socializarem suas atividades, bem como relatos de experiência de ações exitosas no âmbito do ensino e da extensão.

### **2.1.2 PERFIL DO CORPO DOCENTE / PROFESSOR ATUALIZADO**

A qualidade do ensino, naturalmente, resulta da combinação de um conjunto de elementos intimamente relacionados dentre os quais se destacam, sobretudo, as características e preparação dos discentes e docentes / professor, a natureza dos programas e métodos de ensino, a adequação das instalações físicas e dos equipamentos, o clima institucional das relações humanas em que se desenvolve o processo de ensino envolvendo valores, atitudes e motivações em que tem lugar o processo de ensino/aprendizagem.

Nesta perspectiva, acredita-se que profissionais mais capacitados, tendem a produzir melhores resultados. Logo, instituições de ensino superior com corpo docentes / professor mais qualificado, tendem a obter melhor desempenho na relação de ensino e aprendizagem, conseqüentemente, melhor desempenho de seus acadêmicos. A qualificação dos docentes / professor é compreendida como sendo um conjunto que envolve titulação acadêmica, experiência técnica profissional e experiência na docência.

### 2.1.3 PROGRAMA DE INCENTIVO A QUALIFICAÇÃO DOCENTE / PROFESSOR - TUTOR – PIQ

A política de qualificação docentes / professor da FTM-CN valoriza a educação continuada, contribuindo para um melhor desenvolvimento profissional e tem os seguintes objetivos:

- Ampliar a formação dos professores e professores tutores de modo permanente aprofundando os conhecimentos específicos, o conhecimento pedagógico e a prática docente.
- Qualificar o corpo docentes / professor nas modalidades de cursos de doutorado, mestrado, especialização e outras formas cabíveis.
- Conceder bolsas integrais aos docentes / professor para cursarem os cursos de pós-graduação – em nível de especialização, mantidos pela instituição sem prejuízo da carga didática do professor, de acordo com os critérios estabelecidos nos programas.
- Apoiar a participação de professores, professores tutores e técnicos administrativos que vierem a integrar grupos de estudos.
- Incentivar a participação de professores integrantes do corpo docentes / professor nos programas de cursos de pós-graduação – especialização e mestrado - de acordo com a disponibilidade orçamentária, e as nelas definidas nos planos anuais de qualificação docente, considerando os limites dos cursos de vocação autossustentáveis.
- Conceder ajuda de custo para participação em eventos e outras atividades vinculadas às funções desempenhadas pelos docentes / professor e/ou técnico administrativo na instituição, considerando a disponibilidade orçamentária, o e desempenho nas atividades didáticas / técnicas desenvolvidas.

Na busca da consecução dos objetivos relativos à qualificação do corpo docentes / professor, a instituição pretende oferecer os seguintes incentivos:

1. Bolsas-auxílio parciais para os cursos de doutorado, mestrado, e integral para especialização *lato sensu* e graduação, em instituições brasileiras, que cobrem mensalidades dos alunos, obedecendo a critérios previamente estabelecidos;
2. Concessão de auxílio mediante pagamento de inscrições, transporte, hospedagem e alimentação, para que os seus docentes / professor participem de congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou em área afim;
3. Oferta de cursos de treinamento e atualização profissional com gratuidade parcial ou integral, aos seus docentes / professor, podendo ser do interesse dos mesmos ou da instituição.
4. Divulgação e /ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais inéditos de seu pessoal docentes / professor;
5. Licença, para participação em programas, externos ou internos, de pós-graduação e/ou de treinamento profissionais, devendo multiplicar os conhecimentos adquiridos, através de palestras, semanas culturais, reuniões.

## **2.1.4 REGULAMENTO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DOCENTE/PROFESSOR**

### **TÍTULO I DA CAPACITAÇÃO DOCENTE**

#### **CAPÍTULO I DOS CURSOS, PROGRAMAS E ATIVIDADES**

Art. 1.º A Instituição de Ensino Superior viabiliza a capacitação de docentes/professores tutores integrantes de seu quadro funcional e de recém-formados para posterior absorção, através de sua participação nas seguintes modalidades de aperfeiçoamento acadêmico-profissional:

- i. cursos de aperfeiçoamento e especialização;
- ii. cursos de pós-graduação *stricto sensu*, compreendendo mestrado e doutorado;
- iii. outras formas de qualificação docente e tutorial, não enquadradas nas categorias anteriores.

§ 1.º A participação de que trata este artigo pode ensejar o afastamento integral ou parcial do docente / professor, no que se refere às suas obrigações.

§ 2.º Os afastamentos de que trata o § 1.º, quando remunerados, não podem exceder o teto financeiro anual fixado pela Mantenedora.

## **CAPÍTULO II**

### **DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA CAPACITAÇÃO**

Art. 2.º A capacitação, através dos cursos, programas e atividades de que trata o art. 1.º pode se desenvolver na Instituição de Ensino Superior, ou em outras instituições do País e do Exterior.

## **CAPÍTULO III**

### **DO AFASTAMENTO**

Art. 3.º O afastamento previsto no § 1.º do art. 1.º tem duração variável, a depender da natureza da capacitação e sujeito as deliberações do CONSELHO SUPERIOR, conforme os seguintes prazos:

- a) até 06 (seis) meses, para cursos de aperfeiçoamento e especialização;
- b) até 30 (trinta) meses, para cursos de mestrado;
- c) até 48 (quarenta e oito) meses, para cursos de doutorado;
- d) até 12 (doze) meses, para programas de pós-doutorado.

Art. 4.º Os prazos estabelecidos no art. 3.º podem ser prorrogados com a aprovação do CONSELHO SUPERIOR, devendo ser ouvidos a Coordenação do Curso a que estiver vinculado o docente / professor.

Parágrafo Único: Será exclusiva do CONSELHO SUPERIOR da FTM-CN, a competência para o estabelecimento do prazo prorrogado.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO**

Art. 5.º Compete ao Conselho Superior da FTM-CN a supervisão do Programa de Capacitação Docente, nas modalidades compreendidas nas alíneas a, b, e c do art. 1.º da presente norma.

Art. 6.º Compete à Coordenação de Curso a que estiver vinculado o docente / professor a supervisão do Programa de Capacitação Docente / professor, nas modalidades compreendidas na alínea d do art. 1.º da presente norma.

## **TÍTULO II**

### **DOS PROJETOS ANUAL E PLURIANUAL DE CAPACITAÇÃO DOCENTE / PROFESSOR CAPÍTULO I DA ELABORAÇÃO**

Art. 7.º Compete ao CONSELHO SUPERIOR da FTM-CN, aprovação dos Projetos Anual e Plurianual de Capacitação Docente / professor, elaborados pelo Conselho Pedagógico.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS CRITÉRIOS PARA PRIORIZAÇÃO E SELEÇÃO DOS POSTULANTES**

Art. 8º Para elaborar os Projetos, o Conselho Superior da Instituição deve considerar:

- a) o mínimo de 02 (dois) anos de serviço do docente / professor na Instituição;
- b) o valor do desempenho acadêmico do docente / professor;
- c) o projeto de estudo do docente / professor;
- d) o impacto da realização dos estudos a serem realizados pelo docente / professor, na área a que estiver vinculado o docente / professor e na Instituição;
- e) a compatibilização do projeto de estudos do docente / professor com os interesses institucionais;
- f) a elevação dos Índices de Qualificação do Corpo Docente;
- g) o credenciamento e/ou recomendação, pela CAPES, dos cursos de mestrado ou doutorado.

§ 1.º O Conselho Superior do Instituto deve observar as determinações da CAPES, quanto ao tempo de serviço, no caso de candidatos à bolsa.

§ 2.º Os critérios fixados no *caput* deste artigo não se encontram hierarquizados, apresentando todo o mesmo nível de importância.

§ 3.º Para indicação de recém-formados, o Conselho Superior da Instituição deve considerar o desempenho escolar do postulante, bem como os requisitos previstos nas alíneas b a g do *caput* deste artigo.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS**

Art. 9º. O Conselho Superior da Instituição deve aprovar as propostas de capacitação, conforme a disponibilidade orçamentária

Art. 10. As Coordenações de Curso devem apresentar ao Conselho Superior da Instituição, visando a compatibilização prevista no art. 7.º, os seus Projetos Anual e Plurianual.

Art. 11. O Conselho Superior da Instituição deverá compatibilizar os Projetos Anual e Plurianual de Capacitação Docente / professor até 30 (trinta) de setembro de cada ano.

### **TÍTULO III**

## **DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROJETOS ANUAL E PLURIANUAL DE CAPACITAÇÃO**

### **CAPÍTULO I**

## **DA PREPARAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS POSTULANTES**

Art. 12. Cada Coordenação de Curso estimulará seus respectivos docentes/professores tutores a se engajar em atividades de capacitação voltadas para as linhas básicas de interesse da Instituição.

Art. 13. Para consecução das finalidades previstas no art. 12, se necessário, pode ser concedida carga horária destinada à preparação do postulante ao ingresso em programa de pós-graduação.

Parágrafo Único: A preparação a que se refere o *caput* deste artigo deve ter como finalidade:

- a) habilitá-lo na proficiência em leitura técnica e científica em idiomas estrangeiros;
- b) atualizá-lo sobre conhecimentos fundamentais na área de interesse;
- c) liberá-lo para frequentar, como aluno especial, disciplinas oferecidas por programas de pós-graduação.

### **CAPÍTULO II**

## **DA CONCESSÃO DO AFASTAMENTO**

Art. 14. O docente / professor indicado, na forma e para os efeitos destas Normas, somente tem viabilizado o seu afastamento pelo Conselho Superior da Instituição após apresentar:

- a) documento comprobatório de sua aceitação por parte da instituição responsável pelo curso ou programa;
- b) escala de férias, relativa ao período de afastamento, aprovada pela Coordenação do Curso a que estiver vinculado;
- c) projeto de estudos, com cronograma de execução.

Parágrafo Único: O afastamento é considerado autorizado e efetivado depois de apresentados os documentos exigidos, assinado o Contrato de Afastamento e expedida o competente comunicado pelo Conselho Superior da Instituição.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA PRORROGAÇÃO DO AFASTAMENTO**

Art. 15. A prorrogação do afastamento, prevista no art. 4.º, deve ser solicitada pelo interessado à Coordenação do Curso a que estiver vinculado, para fins de elaboração de parecer ao Conselho Superior da Instituição.

Parágrafo Único: O pedido de prorrogação deverá estar instruído com a seguinte documentação:

- a) solicitação oficial, com as razões do pedido e antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término do afastamento;
- b) apresentação do projeto de estudos para o período de prorrogação.

Art. 16. Satisfeitas as condições previstas no artigo anterior, caberá à Coordenação do Curso a que estiver vinculado o docente / professor o encaminhamento do

pedido ao Conselho Superior da Instituição, juntamente com o seu parecer, o qual deve conter a análise do mérito, conveniência, duração da prorrogação solicitada e compromisso de continuar assumindo as atividades do docente afastado.

Parágrafo Único: A prorrogação do afastamento é considerada autorizada e efetivada somente após a assinatura do aditamento ao Contrato de Afastamento e a expedição do correspondente comunicado pelo Conselho Superior da Instituição.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO**

Art. 17. Para fins de observância dos artigos 5.º e 6.º do presente Projeto de Capacitação, caberá ao afastado a apresentação à Coordenação do Curso a que estiver vinculado, conforme a capacitação realizada, de relatórios trimestrais de atividades, com a documentação comprobatória de seu rendimento.

Parágrafo Único: Os relatórios de que trata o presente artigo, devem ser entregues até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao fim do trimestre, exceto para o último relatório do ano, cujo prazo final de entrega é 10 (dez) de dezembro.

Art. 18. Ao término do curso ou programa, o docente / professor deve apresentar Relatório Final, acompanhado de cópia do certificado de conclusão do curso, cópia da Ata de Defesa de Dissertação ou Tese, juntamente com 03 (três) exemplares da Monografia, Dissertação ou Tese, conforme a natureza da capacitação realizada.

Parágrafo Único: Aplica-se o mesmo dispositivo aos recém-formados que serão aproveitados para o quadro docente / professor da Instituição, na forma deste Projeto de Capacitação.

Art. 19. O não-cumprimento do disposto nos artigos 17 e 18 ou a apresentação de rendimento insatisfatório no curso ou programa, pode implicar na suspensão dos benefícios previstos nestas Normas, inclusive do benefício de concessão de afastamento.

## **TÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 20. De acordo com o previsto nos termos do art. 14 do Plano de Carreira do Pessoal Docente / professor, a concessão de qualquer afastamento para efeitos de capacitação previsto nestas normas importa no compromisso, por parte do docente / professor ou do recém-graduado a ser integrado no quadro docente / professor, de realizar atividades letivas na FTM-CN por tempo mínimo igual ao do afastamento concedido, sob pena de indenização à Instituição por todas as despesas proporcionadas, constantes no Contrato de Afastamento.

Parágrafo Único: para efeitos de contagem de tempo de vínculo com a Instituição a que se refere o *caput* deste artigo, serão somados, se for o caso, o tempo das prorrogações concedidas durante o período de afastamento.

Art. 21. Os recém-formados, indicados para cursarem programas de pós-graduação, não têm direito a qualquer forma de remuneração pela Instituição.

Art. 22. Os casos omissos nesta norma serão resolvidos pelo Conselho Superior da Instituição.

#### **2.1.5 PLANO DE CARREIRA DOCENTE**

Juntamente com o PLANO DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE – PIQ, a FTM-CN tem como proposta, a implantação do Plano de Carreira Docente – PCD, que regula

as condições de seleção, admissão e progresso na carreira dos membros do corpo docente.

De acordo com o Plano de Carreira, o corpo docente da FTM-CN, será organizado em suas categorias gerais: professores efetivos e professores colaboradores (horistas).

A carreira docente será estruturada em quatro classes principais de acordo com o título maior do docente: graduado, especialista, mestre ou doutor. Cada uma das classes, identificadas respectivamente por: Professor Auxiliar, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular.

A progressão entre as classes dá-se por processo de avaliação de mérito e produtividade instruídos segundo as regras e normas baixadas pelo Conselho de Administração Superior – CONSU e pelo Conselho de Ensino e Extensão. A progressão terá como requisito mínimo à obtenção do título correspondente à classe pretendida, e a existência de vaga na classe, conforme pode se ver diretamente no Plano de Carreira Docente apresentado abaixo:

## **PLANO DE CARREIRA DOCENTE**

### **CAPÍTULO I**

#### **DO PLANO DE CARREIRA DOCENTE / PROFESSOR E SEUS OBJETIVOS**

Art. 1º. Este Plano de Carreira Docente/ Professor regula as condições de admissão, os direitos e vantagens em decorrência da movimentação na carreira do corpo docente do Centro Educacional Três Marias LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com atuação na área educacional, inscrita no CNPJ nº. 14.255.311/0001-06, localizada na Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 494, Torre, João Pessoa-PB, Mantenedora da Faculdade Três Marias - FTM-CN, a partir de agora apenas nomeadas como Mantenedora e Mantida, respectivamente.

Art. 2º. As relações de trabalho entre o corpo docente e a Mantenedora são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 3º. Os cargos ou funções do corpo docente da Mantenedora são acessíveis a todos quantos satisfaçam os requisitos estabelecidos neste Plano de Carreira Docente / Professor.

Art. 4º Entende-se como atividades do corpo docente / professor aquelas que são adequadas ao sistema indissociável do ensino e extensão, bem sejam exercidas em uma Unidade de Ensino Superior, com o objetivo de ampliar e transmitir o saber.

Parágrafo único. São também consideradas como atividades do corpo docente / professor aquelas inerentes à administração escolar e universitária, privativas de docentes de nível superior.

## **CAPÍTULO I**

### **DO CORPO DOCENTE / PROFESSOR**

Art. 5º. O Corpo Docente de cada Curso será constituído pelo pessoal que nele exerça atividades de ensino e extensão.

Parágrafo único. O Pessoal Docente será distribuído e lotado em Coordenações, constituídos de disciplinas afins, as quais passarão a caracterizar os respectivos cargos e/ou funções.

Art. 6º. O Corpo Docente integrará o Quadro de Pessoal da Mantida, fixado por Portaria da Direção Geral.

Art. 7º. A idoneidade profissional, a capacidade didática, a integridade moral e a boa conduta pública, são condições fundamentais para o ingresso e permanência no corpo docente da Mantenedora.

Art. 8º. A admissão de Pessoal Docente far-se-á mediante contrato de trabalho celebrado com a Mantenedora e a seleção de candidatos será feita com observância dos critérios estabelecidos no Regimento da Mantida e neste Plano de Carreira Docente.

## **CAPÍTULO II**

### **DA CLASSIFICAÇÃO E FIXAÇÃO DOS CARGOS**

Art. 9º. A Carreira do Pessoal Docente, integrante do corpo docente da Mantenedora, será constituída por 3 (três) Categorias e 8 (oito) níveis.

§ 1º. As categorias de professor são constituídas de classe única em 8 (oito) níveis.

§ 2º. O Corpo Docente será formado por:

I - Professor Titular:

- ser portador de título de Doutor;

II - Professor Adjunto:

- ser portador do Título de Mestre;

III - Professor Assistente:

- ser portador de título de Pós-Graduação *lato sensu*.

Art. 10. A Mantenedora fixará anualmente, por Departamento, o número de cargos do corpo docente, no Regime de Tempo Parcial - TP (12 horas a 20 horas semanais) e o Regime de Tempo Integral - TI (40 horas semanais).

Parágrafo único. A Mantenedora poderá, na medida de sua conveniência, contratar professores em regime de Tempo Hora (TH).

## **CAPÍTULO III**

### **DO INGRESSO E ACESSO**

Art. 11. O corpo Docente será contratado de acordo com as normas constantes neste Capítulo pela Mantenedora, por indicação do Diretor Geral, obedecendo a este Plano de Carreira Docente.

§ 1º Caberá às Coordenações comprovar a necessidade da contratação de Docentes, fazendo o exame das credenciais dos interessados em conjunto com o Diretor Geral.

§ 2º A contratação de professor será feita mediante a indicação das Coordenações ao Diretor Geral após análise do Currículo Lattes, respeitada a legislação vigente, ou quando necessário, através de Prova escrita, de Títulos e Didática.

Art. 12. O professor contratado será enquadrado de acordo com sua titulação, conforme previsto no Art. 9º §2º.

Art. 13. A ascensão à categoria mais elevada se dará por meio dos critérios de merecimento, enquanto que a mudança de nível se dará por merecimento e antiguidade.

§ 1º O acesso de uma categoria para outra se dá por merecimento, após obtenção de título de pós-graduação *stricto sensu* correspondente à classe pleiteada, realizado no Brasil com reconhecimento do Ministério da Educação ou, quando realizado no exterior, devidamente revalidado nos termos da legislação vigente.

§ 2º No ato de solicitação de mudança de categoria o docente deverá entre requerimento próprio (Anexo II) à Direção Geral, acompanhado de cópia autenticada do diploma e histórico escolar do título apresentado.

§ 3º A passagem de um nível para outro dentro da mesma categoria se dá por tempo de serviço efetivo na Carreira Docente no mesmo estabelecimento de ensino, em caráter permanente a cada três (3) anos de interstício, mediante resultado positivo em avaliação de desempenho realizada quando da solicitação de mudança de nível pelo docente.

§ 4º O docente deverá atingir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação geral da tabela constante no Anexo IV para ter acesso à mudança de nível pleiteada.

§ 5º No ato de solicitação da mudança de nível o docente deverá entregar requerimento próprio (Anexo III) à Direção Geral, acompanhado da Ficha de Avaliação para Mudança de Nível (Anexo V) e memorial descritivo das atividades desenvolvidas nos últimos cinco (5) anos devidamente comprovado.

Art. 14. A admissão do pessoal docente será feita conforme a disponibilidade de vagas existentes no quadro de professores.

#### **CAPÍTULO IV DA ACUMULAÇÃO**

Art. 15. É vedado ao membro do corpo docente da Mantenedora manter com ela dupla vinculação contratual para essa função.

Art. 16. O cumprimento de mais de uma função, por membro do corpo docente da Mantenedora, deverá ser compatibilizado dentro do regime de trabalho docente.

## **CAPÍTULO V DO AFASTAMENTO**

Art. 17. Além dos casos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, poderá ocorrer o afastamento do ocupante de cargo do Magistério, com direitos e vantagens estabelecidos neste Plano de Carreira Docente, para:

- I - aperfeiçoar-se em instituições nacionais ou estrangeiras e comparecer a congressos e reuniões, relacionados à sua atividade técnica ou docente na Mantida.
- II - exercer cargos administrativos na Mantida.

§ 1º O pedido de afastamento deverá ser encaminhado por meio da Coordenação competente, em requerimento dirigido ao Diretor Geral, com a exposição de motivos e a programação a que se destina.

§ 2º O Docente somente poderá afastar-se ou permanecer afastado, para a realização de Curso de Aperfeiçoamento na área específica ou afim à disciplina que leciona ou em atividades de interesse do Curso.

§ 3º O afastamento do ocupante de cargo de docente previsto nos itens I e II deste artigo, se dará mediante proposta da Coordenação respectiva, após pronunciamento do Conselho Pedagógico e com posterior análise do Diretor Geral, cabendo a este a decisão final, após o que deverá expedir a Portaria competente no caso de deferimento.

Art. 18. Os docentes licenciados nos termos do inciso I do art. 17 deverão firmar antecipadamente o compromisso de lecionar ou prestar serviços técnicos à Mantida, no mínimo, por tempo idêntico ao do afastamento, sob o mesmo regime de trabalho, sob pena de reembolso das importâncias recebidas da Mantenedora acrescidas de atualização monetária.

Parágrafo único. Durante o período do Curso ou estágio e ao final do mesmo, fica o docente obrigado a remeter à Coordenação no qual está lotado relatório semestral das atividades, com visto do Coordenador do Curso, bem como a comprovação de frequência mensal emitida pela Instituição.

## CAPÍTULO VI DO REGIME DE TRABALHO E SALÁRIO

Art. 19. O Pessoal Docente de Ensino Superior da Mantida está sujeito à prestação de serviços semanais, dentro dos seguintes regimes:

I - regime de TP - Tempo Parcial, de 12 (doze) a 20 (vinte) horas semanais de trabalho, devendo o professor assumir tarefas em sala de aula que requeiram no máximo 75% do tempo contratual. Podem encaixar-se neste regime professores contratados para atividades docentes, administrativas e em projetos de qualquer curso;

II - regime TI - Tempo Integral, com 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, devendo o professor assumir tarefas em salas de aula, que requeiram no máximo 50% do tempo contratual. Podem encaixar-se neste regime, diretores, coordenadores de curso e professores contratados para atividades docentes, administrativas e em projetos de qualquer curso;

III - regime TH – Tempo Hora, Professores contratados apenas para atividades docentes conforme as necessidades dos cursos mantidos pela Mantida.

§ 1º As horas de trabalho não utilizadas em sala de aula do Docente “TI” e “TP”, serão distribuídas em assistência aos alunos, projetos de ensino, projetos de extensão, funções administrativas, reuniões em órgãos colegiados, trabalhos práticos ou atividades de assessoria e extensão a se desenvolverem na Mantida ou em local que for determinado pela Diretoria.

§ 2º A hora-aula, para efeito de salário, compreende as atividades de preparação e correção de provas e exames.

§ 3º As atividades de extensão e assessoria referidas no parágrafo primeiro, poderão ser remuneradas complementarmente, a cargo do Conselho Diretor.

§ 4º As atividades previstas no § 1º, serão desenvolvidas preferencial na Mantida, respeitada a natureza e a especificidade da atividade.

Art. 20. A Tabela Salarial, para o pessoal docente, será fixada com base no valor de hora-aula, estabelecido na legislação pertinente e na Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato da Categoria, observados, ainda, os seus critérios de cálculo.

Parágrafo único. A progressão da tabela de salários dos docentes é estruturada tomando como base o nível anterior do cargo, aplicando-se o percentual de 3% (três por cento) entre os níveis salariais.

Art. 21. O salário inicial de cada categoria (Assistente, Adjunto e Titular) da Carreira Docente será calculado com base no valor da hora-aula definida em Convenção Coletiva de Trabalho, acrescido dos incentivos remuneratórios por tempo de serviço a que o professor fizer jus, nos termos do presente Plano de Carreira Docente.

Art. 22. É permitida a flexibilização da quantidade de horas/aula ministradas, dentro do regime de trabalho do docente, a critério do Diretor, quando o Professor ocupar os seguintes cargos ou funções:

- I - Direção ou Vice Direção;
- II - Coordenação de Curso.

Art. 23. Os Docentes designados para funções administrativas de Diretor Geral e Vice-Diretor receberão salário de acordo com a categoria e nível em que ocupam quando da designação, acrescidas respectivamente da função gratificada, por portaria específica da Entidade Mantenedora.

Parágrafo único. Os Docentes designados para os cargos de Coordenadores de Curso e Chefes de Departamentos receberão salário de acordo com a categoria e nível em que ocupam quando da designação, acrescidas respectivamente da função gratificada, definida por portaria específica da Entidade Mantenedora.

Art. 24. Os valores remuneratórios do Corpo Docente são periodicamente reajustados, na forma da legislação em vigor.

## **CAPÍTULO VII DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 25. Ao Professor compete:

- I - elaborar o Plano de Ensino e Extensão das disciplinas de que é responsável;
- II - supervisionar e coordenar a execução das atividades sob sua responsabilidade;

- III - rever ou reelaborar mensalmente, o Plano de Ensino e Extensão das disciplinas de que é responsável;
- IV - adotar medidas que signifiquem aprimoramento e melhoria das atividades de ensino e extensão;
- V - ministrar aulas considerando a indissociabilidade do ensino e da extensão;
- VI - apresentar projetos de extensão, de forma indissociada das atividades de ensino;
- VII - exercer outras atribuições inerentes às suas competências ou determinadas pelos órgãos ou autoridades superiores, de acordo com este Plano de Carreira Docente, no âmbito de sua atuação;
- VIII - manter e zelar pela disciplina do corpo docente, no exercício de suas funções;
- IX - organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento acadêmico, julgar e registrar os resultados apresentados pelos alunos, nos termos das normas aprovadas e da Legislação;
- X - entregar à Coordenação de Curso os resultados das avaliações do aproveitamento acadêmico e demais trabalhos escolares, nos prazos fixados;
- XI - observar e fazer cumprir o regime disciplinar da Instituição;
- XII - participar de Reuniões e trabalhos dos Órgãos Colegiados a que pertence e de Comissões para as quais for designado, ocorridas dentro do horário de trabalho;
- XIII - cumprir e fazer cumprir o presente Plano de Carreira Docente, o Regimento da Mantida bem como a legislação em vigor.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DOS DIREITOS E VANTAGENS**

Art. 26. Além do salário do cargo, o membro do corpo docente da Mantenedora poderá receber as seguintes vantagens pecuniárias:

- I - diárias;
- II - ajuda de custo;
- III - adicional de insalubridade e/ou periculosidade de acordo com a legislação vigente;
- IV - pró-labore.

Parágrafo único. Também é assegurado ao professor:

- I - reconhecimento como competente em sua área de atuação;

- II - acesso ao seu aprimoramento profissional;
- III - infraestrutura adequada ao exercício profissional;
- IV - salário compatível com sua qualificação.

## **CAPÍTULO IX**

### **DA IMPLANTAÇÃO DO PCCS E ENQUADRAMENTO DO CORPO DOCENTE**

Art. 27. Por ocasião da implantação do PCCS, o corpo docente será dividido em três grupos (Grupo A, B e C) organizados conforme o tempo de serviço na instituição, sendo o grupo A composto pelos docentes com mais de cinco anos de tempo de serviço; o grupo B composto pelos docentes com três a cinco anos de tempo de serviço; e o grupo C composto pelos docentes com até 2 anos e 11 meses de tempo de serviço. Os docentes serão enquadrados na categoria correspondente à titulação e no nível correspondente ao atual salário.

§1º O Grupo A será enquadrado no PCCS no prazo de até 2 meses após sua homologação pelo Ministério do Trabalho, Seção Paraíba.

§2º O Grupo B será enquadrado no PCCS no prazo de até 4 meses após sua homologação pelo Ministério do Trabalho, Seção Paraíba.

§3º O Grupo C será enquadrado no PCCS no prazo de até 6 meses após sua homologação pelo Ministério do Trabalho, Seção Paraíba.

## **TÍTULO III**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 28. O controle de frequência do Docente será exercido pela Coordenação sob a supervisão do Diretor Geral.

Art. 29. Haverá a seguinte hierarquia para efeito de pedido de reconsideração de recurso e representação do corpo docente da Mantenedora:

- I - Coordenador do Curso;
- II - Diretor Geral;
- III - Conselho Superior.

Art. 30. Em caso de não acolhimento do recurso ou representação, o interessado poderá recorrer à instância imediatamente superior.

Art. 31. Os direitos, deveres e penalidades disciplinares do Corpo Docente estão estabelecidos no Regimento.

Art. 32. O Conselho Superior disporá sobre as normas regulamentares relativas aos Professores Visitantes, Colaboradores e Associados.

Art. 33. O regime de tempo integral com dedicação exclusiva será regulamentado pelo Conselho Superior.

Art. 34. Para todos os efeitos, cabe à Instituição Mantenedora, a decisão final sobre medidas que importem em alteração de curso ou orçamento.

Art. 35. Este Plano de Carreira Docente entrará em vigor na data de sua homologação.

## ANEXO I

### TABELA DE VALORES DA HORA-AULA PADRÃO CONFORME TITULAÇÃO

VIGÊNCIA: JANEIRO 2024 / JANEIRO 2028

CATEGORIA DOCENTE	NÍVEIS							
	A*	B	C	D	E	F	G	H
PROF. ASSISTENTE (ESPECIALISTA)	21,8 0	22,7 9	23,8 2	24,8 8	25,9 8	27,1 0	28,1 6	29,3 5
PROF. ADJUNTO (MESTRE)	22,0 3	23,3 3	24,4 0	25,5 0	26,6 4	27,8 0	29,0 1	30,2 5

PROF. TITULAR (DOUTOR)	22,0 6	23,6 7	24,7 8	25,9 2	27,1 0	28,3 1	29,5 6	30,8 4
---------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

\*Valor da hora aula inicial no Nível "A" calculado de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, vigente para o ano de 2024.

\* Os valores da hora aula serão recalculados anualmente, conforme a atualização da Convenção Coletiva.

\*\*Os valores acima correspondem ao estipulado na convenção coletiva vigente, somando o valor da hora aula com as vantagens descritas nos artigos da convenção.

## ANEXO II

### REQUERIMENTO DE MUDANÇA DE CATEGORIA

À Direção Geral desta IES \_\_\_\_\_,  
Professor(a) do Curso de \_\_\_\_\_  
desta IES, tendo concluído a pós-graduação stricto sensu em nível de \_\_\_\_\_ vem, com o devido respeito, requerer mudança de categoria funcional, de acordo com o Plano de Carreira Docente vigente. Encontra-se em anexo, cópia autenticada do diploma e do histórico do título correspondente.

Nestes termos, pede deferimento.

João Pessoa (PB), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Professor(a)

**DIREÇÃO GERAL:** ( ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Local:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_\_

**Assinatura e carimbo:** \_\_\_\_\_

### ANEXO III

#### REQUERIMENTO DE MUDANÇA DE NÍVEL

À Direção Geral desta IES \_\_\_\_\_, Professor(a) do Curso de \_\_\_\_\_ desta IES, tendo decorrido cinco anos desde a última mudança de nível, com o devido respeito, requerer nova mudança de nível dentro da mesma categoria funcional, de acordo com o Plano de Carreira Docente vigente. Encontra-se em anexo, memorial descritivo com cópia de toda a documentação comprobatória e Ficha de Avaliação para Mudança de Nível devidamente preenchida.

Nestes termos, pede deferimento.

João Pessoa (PB), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Professor(a)

**DIREÇÃO GERAL:**        (    ) DEFERIDO    (    ) INDEFERIDO

**JUSTIFICATIVA:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Local:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_\_

**Assinatura e carimbo:** \_\_\_\_\_

## ANEXO IV

### TABELA DE AVALIAÇÃO PARA MUDANÇA DE NÍVEL

FORMAÇÃO CONTINUADA E GESTÃO ACADÊMICA		
ATIVIDADE	VALOR POR ATIVIDADE	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Participação como ouvinte em cursos ou eventos acadêmicos e científicos regionais/estaduais, com carga-horária mínima de 40 horas.	0,5	1
Participação como ouvinte em cursos ou eventos acadêmicos e científicos nacionais, com carga-horária mínima de 40 horas.	1	2
Participação como ouvinte em cursos ou eventos acadêmicos e científicos internacionais, com carga-horária mínima de 40 horas.	2	4
Orientação Trabalho de Conclusão de Cursos de graduação na própria IES.	0,1	2
Participação, como convidado, em bancas de Trabalho de Conclusão de Cursos de graduação em outra IES.	0,2	2
Orientações de trabalho de conclusão de curso de Especialização ou MBA.	0,3	3
Coordenação da CPA (por ano).	1	2
Membro da CPA (por ano).	0,5	2
Participação no Núcleo Docente Estruturante (por ano).	0,5	2
Membro do Conselho (CONSU e congêneres).	0,5	2

Organização de Eventos Internos da IES (congressos, encontros, seminários, jornadas científicas e congêneres).	0,2	2
Aprovação de projeto com financiamento ou bolsas de órgãos de fomento externo. (por projeto)	1	4
Participação como palestrante em congressos, jornadas, seminários e eventos científicos de outras Instituições.	0,2	2
Participação em Conselhos Científicos, Comitê Editorial de Periódicos Científicos ou Comitê de Ética (por ano).	1,0	4
<b>TOTAL</b>		<b>36</b>

#### **PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>VALOR POR ATIVIDADE</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
Trabalho publicado em Anais de eventos internos da IES.	0,2	2
Artigo publicado em Anais de eventos regionais ou nacionais de outra IES.	0,3	3
Artigo publicado em Periódicos Qualis A1.	14	28
Artigo publicado em Periódicos Qualis A2.	12	24
Artigo publicado em Periódicos Qualis B1.	10	20
Artigo publicado em Periódicos Qualis B2.	8	16
Artigo publicado em Periódicos Qualis B3.	6	12
Artigo publicado em Periódicos Qualis B4.	4	8
Artigo publicado em Periódicos Qualis B5.	2	4
Artigo publicado em Periódicos Qualis C.	1	2
Artigo publicado em Outros Periódicos, não qualificados no Qualis.	0,5	1
Autor de livro publicado na área e/ou área afim que leciona na IES.	15	30
Capítulo de livro publicado na área e/ou área afim que leciona na IES.	5	10
Organizador de livro publicado na área e/ou área afim que leciona na IES.	10	20
<b>TOTAL</b>		<b>180</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>216</b>

ANEXO V

FICHA DE AVALIAÇÃO DE MERECIMENTO PARA MUDANÇA DE NÍVEL

<b>DOCENTE:</b>			
<b>ENDEREÇO:</b>			
<b>CONTATOS (TELEFONES/EMAIL):</b>			
<b>RG:</b>	<b>CPF:</b>	<b>DATA DE ADMISSÃO:</b>	
<b>CLASSE E NÍVEL ATUAL:</b>	<b>CLASSE E NÍVEL REQUERIDO:</b>	<b>DATA DA ÚLTIMA PROGRESSÃO:</b>	
<b>FORMAÇÃO CONTINUADA E GESTÃO ACADÊMICA</b>			
<b>ATIVIDADE</b>	<b>VALOR POR ATIVIDADE</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>	<b>PONTUAÇÃO ATINGIDA</b>
Participação como ouvinte em cursos ou eventos acadêmicos e científicos regionais/estaduais, com carga-horária mínima de 40 horas.	0,5	1	
Participação como ouvinte em cursos ou eventos acadêmicos e científicos nacionais, com carga-horária mínima de 40 horas.	1	2	
Participação como ouvinte em cursos ou eventos acadêmicos e científicos internacionais, com carga-horária mínima de 40 horas.	2	4	
Orientação Trabalho de Conclusão de Cursos de graduação na própria IES.	0,1	2	
Participação, como convidado, em bancas de Trabalho de Conclusão de Cursos de graduação em outra IES.	0,2	2	
Orientações de trabalho de conclusão de curso de Especialização ou MBA.	0,3	3	
Coordenação da CPA (por ano).	1	2	
Membro da CPA (por ano).	0,5	2	

Participação no Núcleo Docente Estruturante (por ano).	0,5	2	
Membro do Conselho (CONSU e congêneres).	0,5	2	
Organização de Eventos Internos da IES (congressos, encontros, seminários, jornadas científicas e congêneres).	0,2	2	
Aprovação de projeto com financiamento ou bolsas de órgãos de fomento externo. (por projeto)	1	4	
Participação como palestrante em congressos, jornadas, seminários e eventos científicos de outras Instituições.	0,2	2	
Participação em Conselhos Científicos, Comitê Editorial de Periódicos Científicos ou Comitê de Ética (por ano).	1,0	4	
<b>TOTAL</b>		<b>36</b>	
<b>PRODUÇÃO CIENTÍFICA</b>			
<b>ATIVIDADE</b>	<b>VALOR POR ATIVIDADE</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>	<b>PONTUAÇÃO ATINGIDA</b>
Trabalho publicado em Anais de eventos internos da IES.	0,2	2	
Artigo publicado em Anais de eventos regionais ou nacionais de outra IES.	0,3	3	
Artigo publicado em Periódicos Qualis A1.	14	28	
Artigo publicado em Periódicos Qualis A2.	12	24	
Artigo publicado em Periódicos Qualis B1.	10	20	
Artigo publicado em Periódicos Qualis B2.	8	16	
Artigo publicado em Periódicos Qualis B3.	6	12	
Artigo publicado em Periódicos Qualis B4.	4	8	
Artigo publicado em Periódicos Qualis B5.	2	4	
Artigo publicado em Periódicos Qualis C.	1	2	
Artigo publicado em Outros Periódicos, não qualificados no Qualis.	0,5	1	
Autor de livro publicado na área e/ou área afim que leciona na IES.	15	30	

Capítulo de livro publicado na área e/ou área afim que leciona na IES.	5	10	
Organizador de livro publicado na área e/ou área afim que leciona na IES.	10	20	
<b>TOTAL</b>		<b>180</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>216</b>	
<p><i>Obs: A ficha deve vir preenchida com todas as informações solicitadas no cabeçalho, bem como acompanhada de memorial descritivo dos últimos cinco anos com cópias comprobatórias anexadas.</i></p> <p>Local: _____ Data de requerimento: ____ / ____ / ____.</p> <p>Assinatura do Requerente: _____</p>			
<b>AVALIAÇÃO</b>			
<p>Local: _____ Data da avaliação: ____ / ____ / ____.</p> <p>Assinatura do(s) Avaliador(es): _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>			

## 2.1.6 PARTICIPAÇÃO DOCENTE NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS E NA GESTÃO DA IES

Os docentes da FTM-CN têm participação em diversos órgãos da gestão IES, colaborando para o seu desenvolvimento institucional. Sua atuação ocorre no âmbito do curso nas coordenações e nos núcleos docentes estruturantes, mas também pertencem aos quadros do colegiado e tem representação no Conselho de Ensino e Extensão.

### 2.1.6.1 COORDENAÇÕES DE CURSOS

Às coordenações de cursos, importantes instâncias de gestão de processos respondem pelos aspectos administrativos e pedagógicos de sua área ou setor. É por meio delas que se consolidam as políticas de ensino-aprendizagem da instituição, cabendo-lhes conhecer todas as questões pedagógicas que dizem respeito aos cursos, procurando implementar melhorias nas práticas administrativas que venham a otimizar os recursos disponíveis no intuito de facilitar as práticas pedagógicas.

A Coordenação é responsável pela administração, planejamento pedagógico, seleção de professores, avaliação curricular e implantação de novas ações e estratégias. Possui horário exclusivo para atendimento ao corpo docente e discente. São atribuições administrativas das coordenações:

- Supervisionar e responder por todas as atividades administrativas no âmbito do curso, principalmente sobre a gestão de pessoas e necessidades de materiais que estão diretamente relacionadas ao funcionamento do curso;
- Conhecer a legislação educacional e de ensino, as normas emitidas pelos órgãos competentes e o regimento da instituição, assegurando o seu cumprimento;
- Supervisionar a avaliação da produtividade do curso em seu conjunto;
- Supervisionar e responsabilizar-se pela organização financeira e controle das despesas do curso ou atividade proposta pelo curso, em comum acordo com a Diretoria Acadêmica e Administrativa da instituição.

São atribuições pedagógicas das coordenações:

- Planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades do projeto pedagógico-curricular do curso, juntamente com a coordenação pedagógica;
- Supervisionar as ações pedagógicas para que estejam sendo cumpridas dentro do que estabelece a legislação e determinações de instancias superiores do curso;

- Avaliar o projeto pedagógico, incluindo o currículo das disciplinas e os professores das mesmas;
- Cumprir e fazer cumprir no âmbito de seu curso as políticas didático-pedagógicas da instituição constantes no PDI e no regimento geral.

### **2.1.6.2 COLEGIADOS DE CURSO**

O Colegiado de Curso tem por finalidade planejar e avaliar as atividades pedagógicas dos cursos, sendo presidido pelo coordenador e constituído pelos professores das disciplinas específicas, por um representante do corpo de professores tutores quando se tratar de curso EaD, e também por um representante discente indicado pelos seus pares, para mandato de um ano, sem direito à recondução. O Colegiado reúne-se ordinariamente duas vezes durante o semestre letivo, e extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente.

São atribuições do Colegiado de Curso:

- Aprovar os Planos de Ensino, verificando a pertinência com o Projeto pedagógico;
- Propor ações pedagógicas para o curso de acordo com a Avaliação Institucional;
- Apreciar e propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso em consonância com as diretrizes Institucionais e Legislação em vigor;
- Propor e emitir parecer sobre atividades de extensão;
- Propor medidas para o aperfeiçoamento das atividades dos cursos;
- Apreciar processos relativos à vida acadêmica dos alunos.

### **2.1.6.3 NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES**

O NDE é constituído por professores pertencentes ao corpo docente do curso, com liderança acadêmica e presença efetiva no seu desenvolvimento, percebidas na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição. Conforme registra a

Resolução CONAES 1/2010, o NDE atende aos seguintes requisitos em sua composição:

- ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;
- ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós- graduação stricto sensu
- ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;
- assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

De acordo com a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante, bem como o seu regulamento específico aprovado pelo CONSUP, estão previstas as seguintes atribuições para o NDE do curso:

- elaborar o projeto pedagógico do curso, definindo sua concepção e seus fundamentos;
- estabelecer o perfil profissional do egresso do curso e contribuir para a consolidação deste perfil profissional;
- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso, conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, quando necessário, encaminhando para aprovação no colegiado de cursos;
- supervisionar as formas de autoavaliação e acompanhamento do curso definidas pelos órgãos colegiados;
- analisar e avaliar os planos de ensino dos componentes curriculares definidos para o curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; acompanhar o trabalho efetivo discente;

#### **2.1.6.4 PARTICIPAÇÃO NOS ÓRGÃOS SUPERIORES**

Conforme Regimento Geral, em seu art. 111, ao corpo docente é garantido o direito à representação no Conselho de Ensino e Extensão.

#### **2.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

Sem o trabalho de suporte realizado pelo seu corpo administrativo, seria impossível a realização de um ensino de qualidade. Assim, a IES procura instrumentalizar seus funcionários por meio de adequado suporte material e técnico, visando ao perfeito atendimento das necessidades do corpo docente e discente.

À parte as especificidades de cada setor, a contratação do corpo técnico assenta-se na escolha de profissionais qualificados, que se enquadrem em dois quesitos principais: formação educacional compatível com as exigências do cargo e experiência profissional comprovada nas funções de sua responsabilidade.

Também serão desenvolvidos treinamentos específicos para as áreas de atuação do corpo administrativo, constituídos de palestras, cursos de curta duração, incentivo à formação de grupos para a participação no trabalho interno da instituição - como segurança do trabalho e programas de ginástica laboral - com vistas à melhoria das condições de trabalho, as quais refletem diretamente no atendimento ao discente e ao docente e ao público em geral que procura a instituição.

O Corpo Técnico Administrativo da FTM-CN dará suporte para a realização das atividades acadêmicas e será composto por profissionais experientes nas diversas áreas de conhecimentos que integrarão o Plano de Carreira do Pessoal Técnico Administrativo.

O Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo regula as condições de seleção, admissão e progresso dos membros que compõem a área administrativa da instituição e que dão o sustento e apoio ao sistema administrativo da IES. De acordo com o Plano de Carreira do Corpo Técnico Administrativo, o quadro funcional da FTM-CN constituir-se-á das seguintes categorias gerais: auxiliares; assistentes e técnicos de nível médio; analistas e técnicos de nível superior; supervisores, gerentes e orientadores acadêmicos.

## 2.2.1 PLANO DE CARREIRA PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

### CENTRO EDUCACIONAL TRÊS MARIAS FACULDADE TRÊS MARIAS - FTM-CN

#### PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS DO PESSOAL TÉCNICO- ADMINISTRATIVO - PCTA

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Plano de Carreira, Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo regula as condições de admissão, os direitos e vantagens em decorrência da movimentação na carreira do corpo técnico-administrativo do CENTRO EDUCACIONAL TRÊS MARIAS, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com atuação na área educacional, inscrita no CNPJ nº. 14.255.311/0001-06, localizada na Avenida Eptácio Pessoa, 494, Torre, João Pessoa, Paraíba, Mantenedora do Faculdade Três Marias - FTM-CN, a partir de agora apenas nomeadas como Mantenedora e Mantida, respectivamente.

Art. 2º. As relações de trabalho entre o corpo técnico-administrativo e a Mantenedora são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 3º. A Instituição conta com um corpo técnico-administrativo de qualidade. Privilegiar-se-á a contratação de profissionais que já contem com experiência na área acadêmico-administrativa. O quadro técnico-administrativo mínimo para o funcionamento da Instituição é disposto da seguinte forma:

I - 01 Bibliotecário (a);

II - 01 Auxiliar de Biblioteca

III - Auxiliares Administrativos em número suficiente para as atividades acadêmico-administrativas;

IV - Auxiliares Administrativos em número suficiente para as atividades de suporte acadêmico-financeiro;

V - Secretária Acadêmica;

VI - Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 4º. O presente Plano de Carreira, Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo - PCTA tem por finalidade assegurar a continuidade das ações administrativas e financeiras da Instituição, bem como os serviços prestados com maior eficácia e eficiência.

§ 1º O pessoal Técnico-Administrativo é composto pelos membros não-docentes, que desempenham suas atividades nos diversos setores administrativos da Instituição.

§ 2º A simples mudança de setor administrativo não acarretará redução salarial ao membro do pessoal Técnico-Administrativo.

Art. 5º. O Plano de Carreira, Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo - PCTA tem como objetivos a eficácia e a eficiência da administração, a valorização e a profissionalização de seus integrantes, cabendo a mantenedora assegurar e garantir:

I - Ingresso por concurso de provas e/ou títulos, conforme o que dispuser o respectivo edital;

- II - Aprimoramento profissional permanente e contínuo, inclusive com direito à licença periódica remunerada;
- III - Valorização baseada na habilitação, na titulação, no desempenho e no tempo de serviço;
- IV - Qualificação e profissionalização para progressão funcional;
- V - Remuneração profissional condigna e justa;
- VI - Incentivo funcional; e
- VII - Condições adequadas de trabalho.

## **CAPÍTULO II DO PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS**

Art. 6º. Para os efeitos deste PCTA:

- I - Carreira é movimentação do pessoal técnico-administrativo dentro de posições na estrutura e escalonamento de remuneração, com denominação própria e número certo;
- II - Nível é a posição do emprego do pessoal técnico-administrativo, de acordo com a formação e/ou habilitação, representado por algarismos romanos I, II, III, IV e V;
- III - Referência é a posição do pessoal técnico-administrativo dentro de um nível representado pelas letras A, B, C, D, E e F.

Art. 7º. O Plano de Carreira, Cargos e Salários do pessoal Técnico-Administrativo - PCTA, consiste em quadro único e estrutura-se da seguinte forma:

- I - Agente Administrativo I, com formação até o ensino médio completo;
- II - Agente Administrativo II, com formação de ensino superior;
- VI - Agente Administrativo III, com formação de pós-graduação lato sensu (especialização);
- VII - Agente Administrativo IV, com formação de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado;
- VIII - Agente Administrativo V, com formação de pós-graduação stricto sensu em nível de doutorado.

Art. 8º. A capacitação do pessoal técnico-administrativo é tarefa permanente, tendo como fundamento a associação da teoria com a prática, mediante cursos de aprimoramento em serviço, inclusive a profissionalização de que trata o inciso IV do artigo 5º deste Regulamento. Parágrafo único. Cursos e/ou programas, reconhecidos e/ou credenciados, poderão ser utilizados para efeito de progressão ou incentivo funcional, desde que pertinentes à respectiva área de formação profissional e/ou atuação funcional.

Art. 9º. Consideram-se atribuições específicas do Agente Administrativo às relacionadas com infraestrutura, multimeios, suporte e assessoramento, de acordo com a complexidade, responsabilidade e necessidade do setor de sua lotação.

## **CAPÍTULO III DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS**

### **SEÇÃO I DA MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL**

Art. 10º. A movimentação funcional do pessoal técnico-administrativo dar-se-á mediante:

- I - Progressão vertical; e

II - Progressão horizontal.

### **SUBSEÇÃO I DA PROGRESSÃO VERTICAL**

Art. 11. A progressão vertical é a passagem do membro do pessoal técnico-administrativo de um nível para outro, em virtude de habilitação específica adquirida mediante conclusão de curso que implique em aumento da titulação acadêmica do funcionário.

§1º. A mudança de nível implica em aumento de 5% (cinco por cento) para conclusão de curso superior de graduação, 10% (dez por cento) para conclusão de curso de Especialização, 15% (quinze por cento) para conclusão de curso de Mestrado, 25% (vinte e cinco por cento) para conclusão de curso de Doutorado, todos reconhecidos pelo Ministério da Educação ou revalidados em instituição nacional quando obtido em outros países.

§2º. O membro do pessoal técnico-administrativo, após a progressão permanecerá na mesma referência em que se encontrava no nível anterior.

Art. 12. A progressão vertical não será concedida quando:

I - O título tiver sido usado para qualquer benefício funcional;

II - O membro do pessoal técnico-administrativo estiver:

a) Em licença para mandato eletivo Federal, Estadual ou Municipal;

b) Em licença para tratar de interesse particular ou afastado, a qualquer título, com ou sem ônus, para a Instituição de Ensino.

Art. 13. No caso de falecimento de membro do pessoal técnico-administrativo, este será considerado posicionado no nível e/ou na referência a que fazia jus, mesmo que a mesma ainda não tenha sido administrativamente deferida.

Art. 14. O membro do pessoal técnico-administrativo em gozo de licença gestante, licença paternidade, licença para tratamento de sua saúde, concorrerá igualmente à movimentação funcional prevista nos artigos 12 deste Regulamento.

### **SUBSEÇÃO II DA PROGRESSÃO HORIZONTAL**

Art. 16. A progressão horizontal caracteriza-se pela mudança da referência de enquadramento do funcionário (A, B, C, D, E e F), que ocorrerá a cada quinquênio de efetivo trabalho na instituição.

Art. 17. Ao passar da referência inicial "A" para qualquer das outras referências indicadas pelas letras "B, C, D, E e F", o membro do pessoal técnico-administrativo terá seu vencimento acrescido de 2% (dois por cento), 4% (quatro por cento), 6% (seis por cento), 8% (oito por cento) e 10% (dez por cento) respectivamente, calculado sobre o valor da referência "A".

### **SEÇÃO III DA GRATIFICAÇÃO DO INCENTIVO FUNCIONAL**

Art. 18. Fica instituída para o membro do pessoal técnico-administrativo uma Gratificação de Incentivo Funcional (GIF), a ser concedida mediante comprovação de conclusão de curso

com programas voltados para o aprimoramento profissional, ministrados por esta Instituição ou por outras IES devidamente credenciadas e em cursos devidamente autorizados e/ou reconhecidos.

§ 1º - Entende-se por aprimoramento profissional a conclusão de cursos de atualização, treinamento, aperfeiçoamento e de pós-graduação na área de atuação do membro do pessoal técnico-administrativo.

§ 2º - Para a concessão da gratificação do que trata o caput deste artigo, só serão considerados os cursos com duração mínima de 40 (quarenta) horas, oferecidos na modalidade presencial, semipresencial ou não-presencial, concluídos com aproveitamento e com certificação.

§ 3º - Em relação aos cursos presenciais, será exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da respectiva carga horária total.

§ 4º - Para efeito de concessão da gratificação de incentivo funcional (GIF), não poderá ser utilizado título de que tenha resultado concessão de outros benefícios.

Art. 19. A gratificação de incentivo funcional (GIF) será calculada sobre o vencimento básico à razão de 3% (três por cento) para curso de duração total igual ou superior a 150 (cento e cinquenta) horas.

§1º. A carga-horária estipulada para a concessão poderá ser cumprida pelo funcionário em um ou mais cursos ligados à sua área de atuação na IES dentro do intervalo de um ano entre a data de início e término do curso, ou entre a data de realização do primeiro e do último curso, desde que respeitado o limite mínimo para cada curso, conforme previsto artigo 13, §2º;

§2º. A GIF será acrescida à remuneração do funcionário pelo prazo de um ano a contar da apresentação dos comprovantes do cumprimento da carga-horária estipulada;

§3º. A concessão da GIF será renovada anualmente e condicionada à apresentação de novos comprovantes de cumprimento da carga-horária pelo candidato.

### **SEÇÃO III**

#### **DA LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA**

Art. 20 - Ao membro do pessoal técnico-administrativo é assegurado o direito de se licenciar para desempenho de mandato sindical, com todos os direitos e vantagens do cargo.

§ 1º - Somente poderá ser licenciado membro do pessoal técnico-administrativo eleito para cargo ou função diretiva ou executiva da entidade de classe representativa da categoria.

§ 2º - Para o desempenho de mandato classista, fica assegurado o afastamento de, no máximo, 1 (um) membro do pessoal técnico-administrativo.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 21. Os quantitativos dos cargos do pessoal Técnico-Administrativo serão definidos pela Instituição, mediante aprovação pelo Conselho Superior.

Art. 22. A jornada de trabalho dos membros do pessoal técnico-administrativo é de 44 (quarenta) horas semanais.

Art. 23. Os casos omissos são resolvidos pela Diretoria, observadas as normas legais, estatutárias e regimentais em vigor.

Art. 24. Este Plano de Carreira, Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo - PCTA entra em vigor quando homologado pelo Ministério do Trabalho.

### **ANEXO ÚNICO PLANEJAMENTO DO PLANO SALARIAL**

CARGO	NÍVEL	REFERÊNCIA					
		A	B	C	D	E	F
Agente Administrativo	I	R\$ 998,00	R\$ 1.017,96	R\$ 1.037,92	R\$ 1.057,88	R\$ 1.077,84	R\$ 1.097,80
	II	R\$ 1.047,90	R\$ 1.068,85	R\$ 1.089,81	R\$ 1.110,77	R\$ 1.131,73	R\$ 1.152,69
	III	R\$ 1.097,80	R\$ 1.119,75	R\$ 1.141,71	R\$ 1.163,66	R\$ 1.185,62	R\$ 1.207,58
	IV	R\$ 1.147,70	R\$ 1.170,65	R\$ 1.193,60	R\$ 1.216,56	R\$ 1.239,51	R\$ 1.262,47
	V	R\$ 1.247,50	R\$ 1.272,45	R\$ 1.297,40	R\$ 1.322,35	R\$ 1.347,30	R\$ 1.372,25

## **2.2.2 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

### **CAPÍTULO I DAS CARACTERÍSTICAS**

Art. 1º. A FACULDADE TRÊS MARIAS, através de sua Mantenedora, o Centro Educacional Três Marias EIRELI, mantém, em caráter permanente, o Programa Institucional de Capacitação/Qualificação do Corpo Técnico Administrativo, através de recursos próprios ou não, visando o aperfeiçoamento e a capacitação da equipe técnico-administrativa da Instituição.

Art. 2º. A Direção Geral da IES, juntamente com a Mantenedora, aprovará anualmente os recursos financeiros que serão destinados para o Programa Institucional de Capacitação/Qualificação do Corpo Técnico Administrativo.

Art. 3º. Este Programa tem a finalidade de possibilitar treinamentos, cursos e participação em congressos ou eventos profissionais, científicos e tecnológicos aos membros da equipe técnico-administrativa da IES.

## **CAPÍTULO II DA CONCESSÃO**

Art. 4º. Serão concedidos recursos para participação em eventos vinculados à área de atuação do colaborador, desde que promovidos por entidades de reconhecido valor, estas indicadas pela Direção Geral e com aprovação pela Mantenedora.

§ 1º. Os recursos variam de acordo com o evento a que se destinam, podendo ser parcial ou totalmente custeado, incluindo taxa de inscrição, viagem, hospedagem e alimentação;

§ 2º. O valor a ser liberado será definido considerando a importância da participação para a Instituição, o desempenho do colaborador e a disponibilidade de verba no Programa.

§ 3º. A solicitação deverá ser feita à Direção Geral da IES, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do evento, através de carta ou outro documento, incluindo justificativa da participação e a previsão das despesas;

§ 4º. A Instituição notificará o contemplado sobre o deferimento ou não do pedido e do valor da verba com que será beneficiado.

## **CAPÍTULO III DOS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO**

Art. 5º. São critérios relevantes na análise dos pedidos:

- I – a justificativa e necessidade de participação no evento;
- II – os recursos financeiros disponíveis no Programa;

## **DAS OBRIGAÇÕES**

Art. 6º. Ao final do evento, o colaborador deverá apresentar à IES uma declaração de aproveitamento ou participação, acompanhada de um breve relato, bem como sua aplicabilidade aos processos da Instituição.

Art. 7º. Na eventual produção científica e intelectual publicada, que resultar da participação do colaborador no evento deverá constar, explicitamente, o vínculo do mesmo com a Instituição e um exemplar desta produção deverá ser encaminhado à Direção Geral da IES, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a publicação.

## **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 8º. Se houver, durante o evento ou até 90 (noventa) dias após a conclusão do mesmo, rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do colaborador ou por justa causa, ou desistência sem justificção ou ainda o não cumprimento das obrigações firmadas junto à Instituição, ficará o colaborador sujeito a devolução do valor investido.

Art. 9º. Os programas de treinamentos específicos para grupos de colaboradores da Instituição, dentro ou não de suas dependências, poderão ser custeados com a dotação dos recursos deste Programa.

Art. 10. Este Programa entra em vigor a partir da data de sua aprovação.

### **2.3 POLÍTICA DE PROVISÃO DE PESSOAS**

O processo de recrutamento e seleção será realizado pela unidade solicitante, seguindo as orientações da Área de Gestão de Pessoas. A provisão da vaga deve seguir o PDI e a dotação orçamentária para o período. As situações que

não se enquadrem nesta orientação serão analisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração Superior.

Na busca de pessoas para preenchimento das vagas é dada a prioridade ao recrutamento interno, sendo este o instrumento de abertura de oportunidades profissionais para todos os colaboradores; não sendo possível, utilizar-se das fontes externas, através de indicações, anúncios em jornais e revistas ou agências de colocação, sem antes verificar todas as possibilidades internas. As pessoas selecionadas devem ser as mais capacitadas para o exercício da função, considerando-se o conhecimento, as habilidades, empatia, relacionamento interpessoal e o potencial de desenvolvimento. Não pode ser fator restritivo para preenchimento da vaga a raça, o sexo, cor, religião, credo, deficiência física.

A contratação de pessoas que venham exercer simultaneamente funções administrativas e estratégicas em outras instituições de ensino será vetada ou aprovada em condições especiais, em virtude da confidencialidade de informações. Define-se ainda que a contratação de ex-colaboradores pode ser realizada mediante a análise individual do motivo de demissão e aprovação da Diretoria Acadêmica ou Geral.

A integração dos colaboradores na empresa é realizada pelo superior imediato dos mesmos ou pessoa habilitada, por ele indicada. Cabendo à Área de Gestão de Pessoas a coordenação e controle. No processo de integração deve ficar claro ao novo colaborador a história da FTM-CN, os valores e crenças, assim como sua missão e visão, as atribuições e responsabilidades do cargo que irá ocupar. Também as perspectivas de crescimento e carreira, as atribuições e responsabilidades dos diretores e funcionários na estrutura organizacional, a política educacional, os serviços e compromissos com a comunidade e a proposta de ensino.

A admissão e o início das atividades das pessoas na instituição, só se efetiva, com o cumprimento de todas as etapas do processo de admissional e da entrega dos documentos e registro exigidos por lei.

### **2.3.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

Na busca de pessoas para preenchimento das vagas é dada a prioridade ao recrutamento interno, sendo este o instrumento de abertura de oportunidades

profissionais para todos os colaboradores; não sendo possível, utilizar-se das fontes externas, através de indicações, anúncios em jornais e revistas ou agências de colocação, sem antes verificar todas as possibilidades internas. As pessoas selecionadas devem ser as mais capacitadas para o exercício da função, considerando-se o conhecimento, as habilidades, empatia, relacionamento interpessoal e o potencial de desenvolvimento. Não pode ser fator restritivo para preenchimento da vaga a raça, o sexo, cor, religião, credo, deficiência física.

A contratação de pessoas que venham exercer simultaneamente funções administrativas e estratégicas em outras instituições de ensino será vetada ou aprovada em condições especiais, em virtude da confidencialidade de informações. Define-se ainda que a contratação de ex-colaboradores pode ser realizada mediante a análise individual do motivo de demissão e aprovação da Diretoria Acadêmica ou Geral.

A integração dos colaboradores na empresa é realizada pelo superior imediato dos mesmos ou pessoa habilitada, por ele indicada. Cabendo à Área de Gestão de Pessoas a coordenação e controle. No processo de integração deve ficar claro ao novo colaborador a história da FTM-CN, os valores e crenças, assim como sua missão e visão, as atribuições e responsabilidades do cargo que irá ocupar. Também as perspectivas de crescimento e carreira, as atribuições e responsabilidades dos diretores e funcionários na estrutura organizacional, a política educacional, os serviços e compromissos com a comunidade e a proposta de ensino.

A admissão e o início das atividades das pessoas na instituição, só se efetiva, com o cumprimento de todas as etapas do processo de admissional e da entrega dos documentos e registro exigidos por lei.

### **2.3.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E REQUISITOS DE TITULAÇÃO DOCENTE**

No processo de seleção dos docentes, leva-se em consideração a formação acadêmica somada à experiência profissional não acadêmica, verificada na prova de títulos, que se baseia no Currículo Lattes dos candidatos, onde são considerados os seguintes quesitos: atividades de orientação; produção acadêmica; atividades de

extensão; atividades de qualificação e atividades administrativas em instituições de ensino.

Nossa IES valoriza os seguintes aspectos:

- Comprovação Curricular;
- Apresentar seu curriculum no sistema Lattes;
- Professores com aderência para ministrar aulas nas disciplinas presentes na estrutura curricular dos cursos que oferece;
- Professores com experiência docente e não-docente;
- Professores com experiência docente em cursos superiores;
- Professores capacitados para estabelecer boa relação com os estudantes, com os seus pares e com as lideranças acadêmicas;
- Professores comprometidos com a educação permanente;
- Professores com potencial para somar as atividades de extensão às atividades docentes;
- Professores comprometidos com a aprendizagem dos estudantes;
- Professores com elevada capacidade de comunicação oral e escrita.

#### **2.3.4. PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DOS DOCENTES**

No tocante à necessidade de substituição eventual de professores, destaca-se que buscaremos profissionais que tenham perfil com aderência às disciplinas que serão ministradas e disponibilidade para esse acúmulo temporário. Casos de licenças e outros afastamentos são previstos e solucionados quando dos planejamentos semestrais dos coordenadores. Quando não se encontra disponibilidade para tais substituições eventuais na IES busca-se no mercado de trabalho profissionais qualificados para tanto.

#### **2.4 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS**

A avaliação de desempenho é fundamental para a manutenção, melhoria e qualificação dos docentes e do corpo técnico administrativo e será realizada periodicamente. Os resultados da avaliação de desempenho serão instrumentos que nortearão as decisões para a carreira, desenvolvimento, treinamento e orientação profissional dos colaboradores.

#### **2.4.1 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

Os colaboradores administrativos são avaliados periodicamente pela chefia imediata, através de entrevista, onde são analisados e orientados os comportamentos, as metas do período, que podem ser mudanças de comportamento e condutas ou tarefas específicas. Os períodos serão definidos pelo setor de gestão de pessoas e aprovados pela Diretoria Geral.

A avaliação de desempenho é entendida como um momento para que o colaborador e seu superior imediato realizem uma troca de expectativas e estabelecem objetivos e metas na busca do melhor desempenho. É também o momento do superior imediato orientar o funcionário quanto ao seu desenvolvimento profissional e receber o retorno de sua atuação enquanto superior.

Em decorrência do processo de avaliação, também serão desenvolvidos treinamentos específicos para as áreas de atuação do corpo administrativo, constituídos de palestras, cursos de curta duração, incentivo à formação de grupos para a participação no trabalho interno da instituição - como segurança do trabalho e programas de ginástica laboral - com vistas à melhoria das condições de trabalho, as quais refletem diretamente no atendimento ao discente e ao docente e ao público em geral que procura a instituição.

#### **2.4.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE**

O acompanhamento do planejamento pedagógico do docente visa promover a discussão e o encaminhamento de problemáticas em relação à prática pedagógica, discutir e analisar, em conjunto com os docentes e coordenação, os indicadores da

avaliação institucional para a definição de ações pedagógicas, contatos com os docentes sobre a necessidade de apoio pedagógico e assessorar as fases de planejamento, execução e avaliação da disciplina. Também é feito através do plano de ensino, apresentado ao coordenador do curso no início de cada período, entregue e apresentado aos discentes no primeiro dia de aula pelo próprio docente, para que esses tenham conhecimento da ementa, do conteúdo programático, das principais referências, da metodologia e também do sistema de avaliação a ser usado, com explicitação do valor atribuído a cada atividade.

O plano de ensino é avaliado pelo coordenador do curso e também pelo respectivo NDE. A partir da apresentação do plano de ensino, os próprios alunos avaliam sua execução em sala de aula, dispondo de canais apropriados para manifestar seu parecer, como avaliação escrita semestralmente, contato direto com o coordenador de curso, participação no colegiado, através de representação e pôr fim a CPA.

## **2.5 RELACIONAMENTO INTERPESSOAL**

As relações dos colaboradores são orientadas pelos valores e crenças, e pela missão da instituição. Estes valores são vividos na instituição dentro de um espírito de trabalho em equipe, aliado à hierarquia e disciplina, com confiança, honestidade e cooperação, proporcionando um ambiente de harmonia, qualidade e produtividade na realização dos objetivos.

O relacionamento com clientes e comunidade é pautado pela intenção de bem servir, levando-se em conta a honestidade, atenção, empatia e profissionalismo, conduzindo a instituição à concretização de seus compromissos.

## **2.6 PROCEDIMENTO DE DEMISSÃO**

Antes de efetivar a demissão dos profissionais em exercício na FTM-CN, serão esgotadas todas as possibilidades e manutenção, serão, porém evitadas as demissões quando o perfil do funcionário caracterizar o não alinhamento com os valores, missão, visão e compromissos da instituição,

Na cessação do vínculo trabalhista, o colaborador tem a garantia de receber todos os direitos previstos em lei. Tem como obrigação, antes de sair da instituição,

concluir suas tarefas, preparar substituto e repassar o trabalho. Quando isso não for possível, cabe ao chefe imediato, coordenador ou diretora, condução e repasse das tarefas ao novo funcionário.

## **2.7 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO**

A política salarial adotada pela FTM-CN será baseada na estruturação de cargos, no plano de carreira e na remuneração média do mercado. Visando a busca da excelência nos serviços educacionais, com os melhores profissionais.

Para a manutenção da política salarial será realizada, periodicamente, uma pesquisa de salários junto ao mercado de trabalho. O aumento de salário, as promoções e transferências dos docentes e técnicos administrativos serão consequências diretas do seu desempenho, resultado e méritos.

O preenchimento do quadro de docentes é definido conforme padrão de exigência do Ministério de Educação e necessidades da instituição, considerando-se a titulação e a carga horária exigida. Novos cargos são criados em função da criação de novas áreas e cursos na instituição ou surgimento de novas tarefas e responsabilidades, inclusive desdobramento de cargos.

## **3 ESTRATÉGIAS E MEIOS PARA A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA**

A FTM-CN considera necessário o desenvolvimento de canais eficientes para a comunicação interna e externa. Rede de comunicação estará em constante atualização, expandindo-se e modificando-se, de acordo com o crescimento qualitativo e quantitativo da IES.

Para sua comunidade interna – professores, alunos e funcionários – são disponibilizados meios que oferecem com clareza e objetividade todas as informações relevantes para a realização de suas atividades. Será usado o site institucional, os informativos eletrônicos e impressos, murais estrategicamente posicionados e canais comunicativos próprios, além do sistema acadêmico e o aplicativo próprio da FTM-CN.

No âmbito externo, a FTM-CN utilizar-se-á de três recursos fundamentais, que contam com a divulgação de suas atividades e criação de uma imagem externa positiva, que são as mídias, a publicidade e a realização de eventos diversos. Além

disso, tem o acompanhamento de egressos, cuja finalidade é propiciar maior eficiência na divulgação de atividades de cunho cultural, social, acadêmico, dentre outras, como também, identificar como se encontra o egresso em termos de posicionamento no mercado de trabalho, a fim de efetuar as mudanças prementes que melhor atendam as expectativas de seu aluno, conforme o feedback por ele transmitido.

### 3.1 CANAIS DE COMUNICAÇÃO INTERNA

Os canais de comunicação interna utilizados são:

- **Revista Científica** – Revista eletrônica semestral, que publica artigos de professores, alunos e da comunidade, visando divulgar novos conhecimentos na área acadêmica. A revista tem por título: Sociedade em Debate.
- **Jornal** – Trata-se de um informativo digital, semanal, cujo conteúdo divulga as atividades internas.
- **Internet** – O site da IES pode ser facilmente acessado e procura informar com objetividade e rapidez os assuntos de interesse de todo o seu público, interno e externo.
- **Intranet** – Canal de comunicação exclusivamente interna, disponibilizará informações, assim como agendas de telefone, e-mail de professores, coordenadores e profissionais dos vários setores da instituição. A intranet poderá ser acessada por professores e funcionários da IES.
- **E-mail** – Este canal de comunicação utilizado para a comunicação entre alunos, professores e funcionários.
- **Murais** – Serão estrategicamente instalados na entrada de cada um dos campi, oferecem informações sobre eventos, cursos, palestras, seminários, e as oportunidades de estágios e empregos disponibilizadas. Em cada sala de aula também existirão murais para comunicações mais simples e dirigidas (avisos)
- **Sistema de chamados** – utilizado para demandas internas entre setores.

- **Informativos** – utilizados pelos docentes e técnicos administrativos para informes diversos e coletivos.
- **Chat** – utilizado para comunicação entre docentes, professores tutores, alunos, coordenação e técnicos administrativos para facilitar a comunicação interna. Pode ser utilizado para turmas ou aluno de forma individual.
- **WhatsApp**
- **Fale conosco** - utilizado pelos alunos, é um item que está inserido dentro do sistema acadêmico.
- **Manuais** – A FTM-CN disponibilizará para o seu corpo docente e discente alguns manuais que visam esclarecer, através da exposição de normas e regulamentos, direitos e deveres, e também orientações, aos membros da sua comunidade acadêmica:
  - *Manual do Candidato* – Disponibilizado para os vestibulandos, esclarece sobre os procedimentos relativos ao processo seletivo da IES. (somente em versão eletrônica)
  - *Manual do Aluno* – Esclarece aos alunos sobre setores, órgãos e programas institucionais, direitos e deveres, que orientam sua vida acadêmica.
  - *Manual do Professor* – Orienta os professores sobre os processos acadêmicos da instituição.
  - *Manual dos Coordenadores* – Orienta os professores coordenadores sobre sua atuação na organização e direção dos cursos.

Informações pontuais podem ser comunicadas por meio de material impresso, tais como *folders*, cartazes, manuais, folhetos e informativos diversos, conforme a necessidade.

No tocante à comunicação interna entre os profissionais da IES, enfatiza-se a necessidade do cumprimento da ética e do sigilo profissional. O acesso ou restrição formal ou informal a informações operacionais e estratégicas é considerado uma prática normal na instituição, porém a divulgação não autorizada pelo colaborador ensejará a responsabilização do mesmo, podendo, em alguns casos, acarretar demissões e indenização à FTM-CN.

## 3.2 CANAIS DE COMUNICAÇÃO EXTERNA

Os canais de comunicação externa que serão mais utilizados:

- **Mídias e publicidade** – São mais utilizadas durante as campanhas vestibulares, utilizar-se-á Rádio, TV, Jornais, Mobiliário Urbano (mídias em ponto de ônibus), Internet (próprias e portais), distribuição de material impresso, folder eletrônico, outdoor, revistas e mídias digitais que são criados internamente.
- **Eventos** – A FTM-CN participar e realiza eventos de cunho social e cultural, como forma de fazer-se presente junto à sua comunidade externa, fortalecendo sua imagem positiva.
- **Assessoria de Imprensa** - A Assessoria de Imprensa nas IES tem-se mostrado uma das formas mais eficientes de comunicação entre instituição e comunidade, por meio das matérias veiculadas nos meios de comunicação, dos quais os mais utilizados são a mídia impressa, a Internet e a televisão. Também contribui para que sejam divulgadas ações de interesse da comunidade regional e nacional, relativas às políticas educacionais e às propostas desenvolvidas pela IES. Cursos, seminários, palestras, entrevistas e ações desenvolvidas fomentam reflexões acerca do papel das IES e dos conteúdos a ela relacionados, mostrando que sua função não é apenas formar profissionais técnicos, mas promover debates acerca da educação, da importância de uma qualificação adequada e da inserção no mercado de trabalho. Mostra-se para o público o que acontece na comunidade acadêmica, e a instituição, assim, tem a possibilidade de se colocar diante da sociedade.

**Ouvidoria:** A ouvidoria agilizará processos de comunicação interna e externa, fazendo o papel de intermediária no diálogo entre funcionários, alunos, professores, órgãos, setores da IES e comunidade externa, visando a resolução sensata de problemas que possam surgir no dia-a-dia. A identificação no relato da ouvidoria é facultativa.

### 1 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

A FTM-CN concebe o ensino como fundamental na construção e transformação dos múltiplos elementos que formam a complexa realidade brasileira, pois quanto maior as chances de acesso ao conhecimento, mais significativas serão as modificações na sociedade, principalmente no que diz respeito à redução das desigualdades sociais existentes.

Assim, o setor educacional privado, onde se insere a instituição, colabora com um projeto nacional que tem a educação como uma estratégia para inclusão, crescimento econômico e mobilidade social, através da oferta de um ensino de qualidade que visa, entre outras coisas, a qualificação dos seus alunos para a inserção no mercado de trabalho.

#### 1.1 NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

A FTM-CN atuará na área de educação superior presencial, além de promover atividades de extensão desenvolvidas isoladamente, em parceria ou por meio de convênios, atendendo sempre aos dispositivos do Regimento da Instituição.

No tocante às modalidades de ensino, tem como proposta oferecer:

- Cursos de Graduação – bacharelado e licenciatura - presenciais
- Cursos Tecnológicos, presenciais;
- Cursos Técnicos
- Cursos de Extensão, Capacitação e/ou Aperfeiçoamento;
- Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* (MBA e Especialização), presenciais.

O Ensino Superior desenvolvido pela FTM-CN tem como foco a formação de carreiras profissionais, segundo as necessidades locais e do mercado, de acordo com as exigências legais vigentes. Também se orienta pelos aspectos considerados necessários para a formação humanística de seus alunos, visto que sua missão se

traduz numa formação não apenas profissional, mas para a cidadania e a diversidade, fundados num conhecimento sólido da realidade contemporânea.

Seus currículos são devidamente planejados, constituídos de disciplinas pertinentes, que conjugam prática e teoria, dentro de uma concepção que orienta para a extensão e para a formação continuada. Todas as disciplinas são semestralmente atualizadas antes do início das aulas, com revisão de ementas, objetivos, conteúdo programático, metodologia, recursos didático-pedagógicos, descrição de atividades, bibliografia e método de avaliação.

A articulação existente entre os planos de ensino, projetos pedagógicos e o plano de desenvolvimento institucional, procura proporcionar o adequado cumprimento dos propósitos da instituição perante seu corpo docente, corpo discente, colaboradores internos e comunidade.

### **1.1.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO**

A oferta de cursos técnicos de nível médio por IES da rede privada vinculadas ao sistema federal de ensino foi regulamentada pela Portaria 1.718, de 8 de outubro de 2019, permitindo que instituições regularmente credenciadas para a oferta de cursos de graduação ampliassem seu leque de cursos adentrando no mercado dos cursos técnicos.

Nesse cenário, ficou definido que as IES poderão propor a oferta, mediante ato autorizado emitido pela SETEC/MEC, de cursos técnicos na forma subsequente concomitante, conforme tabela e correlação apresentada no Anexo I da referida portaria. Posteriormente, o Ministério da Educação emitiu a Portaria 62, de 24 de janeiro de 2020, a qual trata dos procedimentos associados à oferta desses cursos pelas IES.

A partir dessa prerrogativa legal, a FTM-CN analisou o cenário da oferta de cursos técnicos na região em que atua, tendo sido possível detectar a necessidade de atendimento a uma demanda populacional carente desse tipo de formação. Dessa maneira, fundamentando-se nas normativas legais já citadas, bem como nas determinações da LDB, lei 9394/96, acerca da educação profissional e tecnológica, a FTM-CN decidiu ofertar cursos técnicos na área de sua abrangência geográfica.

Para tanto, foram constituídas comissões de docentes para a elaboração dos planos de cursos, os quais atendem integralmente às exigências das Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, conforme a Resolução CNE/CEB n. 6, de 20 de setembro de 2012, bem como cumprem com as determinações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Assim, a FTM-CN coloca à disposição do mercado a oferta de cursos técnicos com alto padrão de qualidade, a partir de propostas pedagógicas elaboradas por docentes com experiência na área de atuação dos cursos, além de contar com toda a infraestrutura disponível para as atividades teórico-práticas.

Dessa maneira, a implantação dos cursos técnicos de nível médio devem tomar como pressupostos os seguintes princípios:

- Trabalho, ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da formação humana e como princípios educativos que permitem a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural do processo de produção da existência e de objetivação da vida humana;
- Sólida formação científico-humanística e na articulação do binômio teoria-prática na sua atuação profissional;
- Formação do sujeito histórico, ético, social e ambientalmente comprometido, capaz de contribuir para a transformação da realidade transformar;
- Contextualização e interdisciplinaridade do conhecimento como princípios pedagógicos que conduzem à aprendizagem significativa;
- A pesquisa como princípio educativo promovendo a construção da autonomia intelectual;
- Investigação voltada à solução de problemas na área da habilitação;
- Articulação das esferas do ensino e da extensão;
- Perspectiva sociointeracionista da aprendizagem como subsídio para a práxis pedagógica;
- Articulação dos conteúdos ministrados de modo a possibilitar o aprofundamento das especificidades de seu respectivo campo de conhecimento e, ao mesmo tempo, propiciar o encontro de saberes, procedimentos e atitudes de outros campos do conhecimento, sem perder de vista os objetivos e os fundamentos teórico-metodológicos contemplados em cada componente;
- Incorporação de práticas didático-pedagógicas que valorizem a autonomia do profissional em formação, a postura crítica e a emancipação do estudante, fazendo repercutir, na sua formação global, os preceitos da cidadania, como o

respeito à diversidade, com vistas à permanente consolidação de uma sociedade democrática.

Por fim, ressalta-se que a implantação dos cursos técnicos leva em consideração o princípio da verticalização, ou seja, serão ofertados cursos técnicos que possuem correlação com os cursos de graduação e modalidades ofertadas, conforme previsto no Anexo da Portaria 1.178/2019. Isso implica em dizer que os cursos técnicos utilizarão da infraestrutura e corpo docente/tutorial já existentes, bem como se aplica aos cursos técnicos os princípios metodológicos e curriculares apontados no PDI, conforme previsão em cada plano de curso, adequando-se a aplicação destes à realidade do ensino técnico de nível médio

## **1.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

### **1.2.1 PERFIL DO EGRESSO**

Toda a estrutura da FTM-CN constitui-se em torno da perspectiva de formar profissionais qualificados para atuarem no mercado de trabalho e junto à sociedade. O egresso representa o produto final de um criterioso processo de formação educacional para o trabalho, a cidadania e a responsabilidade social, refletindo, por meio de sua atuação, a qualidade, a identidade e as inovações da instituição no fiel cumprimento de sua missão, no decorrer de sua trajetória educacional.

O perfil pretendido fundamenta-se na concepção de um egresso como agente essencial na transformação do mundo, com sólida formação humanística e técnica, portador de um conjunto de habilidades profissionais que permita várias possibilidades de atuação, de modo integrado, sistêmico e estratégico, dentro de uma perspectiva multi, inter e transdisciplinar, seja como empreendedor do seu próprio negócio, ou desempenhando com competência seu trabalho com e a serviço de empresas ou do serviço público ou do terceiro setor. Enfim, um profissional atento às novas perspectivas do mercado e da sociedade como um todo, atualizado com seu momento histórico, capaz de compreender as novas configurações do poder, das relações sociais e das alianças econômicas, que geram direitos e inter-ordenamentos

jurídicos, como no caso do MERCOSUL e de fenômenos consequentes da globalização.

Assim, a IES assume um compromisso de qualidade com a formação do profissional e do ser humano em todos os seus cursos, sejam eles de Bacharelado, Licenciatura, Tecnológicos ou de Pós-graduação. Essa diversidade conduz a especificidades quanto ao perfil desejado para cada curso, mas de forma geral, os programas curriculares da FTM-CN, orientam-se por uma proposta que permita ao educando a utilização do raciocínio lógico e analítico, conjugado a uma postura crítica no exercício da sua profissão e para a cidadania.

Dessa forma, consolida-se através das disciplinas de sua matriz, habilidades e competências essenciais ao futuro profissional, como:

- Conhecimentos gerais e específicos da sua área de atuação;
- Conhecimento geral das áreas de atuação correlatas e/ou paralelas, dentro de uma perspectiva multidisciplinar;
- Conhecimento de, no mínimo, um idioma estrangeiro;
- Experiência em extensão;
- Capacidade para desenvolver projetos;
- Capacidade para desenvolver trabalho em equipe;
- Interesse pela educação continuada - pós-graduação *Lato e Stricto Sensu*;
- Preocupação com a cidadania, a ética e a responsabilidade social, incluído aqui a atenção ao meio ambiente;
- Profissional criativo, inovador, crítico e reflexivo;
- Familiaridade com a manipulação das novas tecnologias;
- Capacidade analítica e lógica para o desempenho de suas funções.
- Capacidade de interpretar cenários e situações nos âmbitos macro e micro;
- Organizar o pensamento e reproduzi-lo dentro dos padrões lingüísticos;
- Efetuar planejamento estratégico nas áreas afins da sua atuação;
- Desenvolver novos produtos e/ou serviços ou aprimorar os existentes;
- Conhecer e observar a legislação pertinente, especificamente àquelas relacionadas a cada área de atuação;

- Ser um agente de mudança, identificando novos paradigmas a serem assumidos, promovendo a modernização e humanização de cada ação executada de modo a promover a evolução da sociedade;

Quanto à atuação profissional, os egressos da FTM-CN estarão aptos para desenvolverem suas atividades na:

- Área de planejamento estratégico, criando e implantando meios para o desenvolvimento privado, público ou do terceiro setor;
- Terceiro setor, desenvolvendo projetos de responsabilidade social e captação de recursos para os mesmos;
- Na indústria, no desenvolvimento de novos produtos; estratégias de logística e distribuição;
- No setor de serviços, planejando e implementando novos procedimentos para gerenciamento de ações, bem como operacionalizando atividades específicas de seu campo de trabalho;
- Nas organizações em geral, desenvolvendo e gerindo projetos em todos os níveis.

Com base nessas características a IES entende que atenderá plenamente as exigências cada vez maiores do mercado de trabalho e da sociedade, respondendo adequadamente aos múltiplos aspectos contextuais que formam a realidade onde ela se insere.

Além disso, é de responsabilidade da secretária acadêmica a função de acompanhar o banco de dados sobre o posicionamento dos seus egressos no mercado de trabalho, por intermédio do processo de coleta, processamento e análise de informações, as quais subsidiarão as decisões do nível estratégico da organização, em termos de aperfeiçoamento contínuo dos currículos dos cursos oferecidos. Trata-se de uma medida cuja motivação reside no fato da FTM-CN ter como objetivo institucionalizar decisões que sejam tomadas com base no monitoramento e compreensão das mudanças ocorridas no ambiente externo da IES, onde o alunado representa o seu principal foco e a razão maior de sua existência.

### **1.2.2 SELEÇÃO DE CONTEÚDOS**

O conceito de homem como sujeito histórico não pode prescindir do nexos com a educação, pois ela é o recurso que as sociedades possuem para que a produção cultural da humanidade não se perca, passando de geração em geração. Desse modo, a educação constitui a mediação pela qual os seres humanos garantem a perpetuação do seu caráter histórico. A FTM-CN organiza os pressupostos teóricos e metodológicos dos cursos de graduação apoiada na concepção de homem histórico, que transcende a natureza e se constrói na relação com os demais seres humanos.

Assim, os cursos exigem um compromisso para além da mera informação e organização curricular, visto que formarão profissionais que devem atuar sobre o processo intelectual, político e social e moral de diferentes grupos sociais. A formação científica dos alunos, mediada pelas relações e experiências pessoais e coletivas vivenciadas nos cursos, visa contribuir para a constituição de uma sociedade democrática, norteada por princípios histórico-humanos de liberdade.

O profissional atual não pode ser indiferente ao seu contexto, assim sendo, os cursos organizam seus conteúdos a partir de princípios norteadores que visam um profissional ético, político, técnico-cientificamente capacitado, comprometido com uma proposta democrática de educação e apto a interferir nos processos sociais e promover, ainda que com limites estruturais, mudanças urgentes e necessárias. A preocupação central é construir um referencial teórico-prático, cientificamente consistente, que permita aos profissionais adquirir o instrumental necessário à sua atuação competente e comprometida com os espaços em que atuará e com a sociedade em que vive. Dessa forma, os conteúdos selecionados têm como objetivo primeiro, a apropriação de todos os conhecimentos necessários ao desenvolvimento competente da ação do profissional em seus diferentes espaços de atuação.

Os conteúdos dos cursos são selecionados e efetivados a partir da sua relevância social, considerando as referências da produção da área envolvida, e das demandas do campo profissional. São formalizadas e fixadas através de ementários, constantes dos projetos pedagógicos dos cursos. Assim a definição e a seleção dos conteúdos das disciplinas dos cursos são efetuadas pelos docentes, através do NDE, de acordo com as ementas propostas pelos respectivos colegiados, acompanhados pelos Coordenadores.

Os objetivos a seguir pretendem expressar, de maneira inequívoca, a direção a ser seguida, não unicamente pelos docentes, mas por todos os segmentos que atuam direta ou indiretamente nos cursos de graduação e Pós-Graduação:

- **Formar um profissional reflexivo** - é fundamental que os cursos formem profissionais que saibam analisar e atuar cientificamente nos espaços em que estão exercendo seu trabalho, sem perder o foco da natureza e da especificidade de sua formação. Para formar um profissional reflexivo comprometido com a concepção ora explicitada, é preciso construir e cultivar o hábito de estudar, de investigar, de ser crítico e de ser criativo;
- **Formar o profissional integral** - a função, propiciada nos cursos de graduação, deverá garantir a indissociabilidade entre forma e conteúdo, permitindo a formação de um profissional que domina, além dos conteúdos, as melhores formas de aplicá-los, conhecendo, para tanto, as determinações dos aspectos sociais;
- **Formar para a diversidade cultural** – todos os profissionais deverão objetivar o alargamento da relação do sujeito com o objeto do conhecimento, para além do conteúdo das disciplinas escolares tradicionais, incluindo todas as dimensões da produção cultural, ou seja, devem encontrar formas de organização do trabalho que possibilitem o desenvolvimento de práticas e conteúdos usualmente esquecidos ou minimizados nos currículos, sem, no entanto, se descuidar do provimento dos conhecimentos básicos indispensáveis à formação humana. Também deverão promover a convivência de grupos heterogêneos de educandos, visando à superação de preconceitos e discriminações;
- **Formar profissionais que fomentem a cidadania e o respeito mútuo** - na organização de seu trabalho, nosso profissional é formado para fomentar relações de colaboração e respeito, posto que, na formação da cidadania, a natureza dialógica do processo profissional é, não apenas o meio para a apropriação do saber que emancipa o indivíduo, mas também um fim a ser buscado pelo cultivo de formas civilizadas de convivência e troca de experiências entre sujeitos. Entendendo a diversidade como representação do que é plenamente humano, propõe-se um trabalho baseado no princípio da solidariedade e da cooperação;
- **Formar um profissional politécnico, flexível e capaz de tomar decisões** - as rápidas mudanças observadas em vários âmbitos da sociedade: economia, política, indústria, cultura, tecnologia, etc., imprimem marcas

específicas à organização do trabalho profissional que, atualmente, deve, entre outras competências, ser capaz de promover mudanças sempre que necessário para o atendimento dos objetivos previstos. A politecnicidade é condição indispensável a este novo perfil do profissional, que deve pensar alternativas atuais, possíveis, por meio da garantia de uma sólida fundamentação teórica, calcada em princípios científicos que se integram à formação técnico-metodológica;

- **Formar um profissional ético** - a preocupação com a construção de uma sociedade formada por pessoas criativas e corajosas, desejosas de uma cultura elaborada, capaz de elevar as pessoas ao mais alto grau de saber intelectual, cultural e estético, em detrimento de um modelo social e educacional equivocado e limitado, cujas marcas da corrupção intelectual e moral criaram a cultura do oportunismo, implica num trabalho sério e coerente que forje, no profissional, os pressupostos de uma ação pautada pela ética;
- **Formar para a autonomia** - é imprescindível que o profissional forme-se como sujeito que sabe lidar com as idéias (principalmente com a diversidade de idéias, conhecimentos, valores e atitudes), sendo capaz de refletir sobre o objeto de sua ação e adequar as melhores formas de agir para atingir os melhores resultados, sempre apreciando o saber como um bem cultural valioso. Desse modo, a formação para a autonomia implica na tarefa de levar nossos alunos - por meio de uma ampla e sólida formação, a querer aprender sempre, dispondo para tanto, dos meios necessários para este feito;
- **Articular teoria e prática** - os cursos de graduação, para além de qualquer consideração pragmática ou metafísica, devem tomar como pressuposto inerente a todas as disciplinas que compõem o currículo, a necessária indissociabilidade entre teoria e prática, compreendendo que a prática é o critério de verdade da teoria e que, concomitantemente, é a teoria que orienta e ilumina a prática, permitindo uma visão de totalidade sobre o objeto estudado. Não obstante, para evitar concepções reducionistas quanto às relações existentes entre teoria e prática, é preciso entender que não se trata de uma relação direta e imediata. Na história da ciência, temos exemplos de teorias que surgiram para continuar ou negar uma teoria já existente, ou seja, para satisfazer diretamente exigências teóricas. Somente em última instância e como parte do processo histórico-social é que a teoria tem na prática seu

fundamento, finalidade e critério de verdade. Exatamente porque a relação entre ambas é de unidade, e não de identidade, a teoria possui uma autonomia relativa. Por outro lado, a atitude transformadora do homem diante da realidade impõe que ele a conheça.

### 1.2.3 PRINCÍPIOS METODÓLOGICOS

Uma instituição de ensino superior deve ter, ao lado de seu caráter acadêmico, de sua procura pelo saber e do desejo de promover a criatividade, uma função explícita de colaboradora no desenvolvimento e na solução dos problemas nacionais. Além disso, ela precisa ter como função básica a crítica social, fazendo da sala de aula um local para o questionamento dos valores e pressupostos anteriormente adquiridos, transformando seus alunos e professores em agentes de mudança. Deve também assumir um papel direto e ativo na condução de projetos que realmente transformem o espaço social no qual ela se insere, promovendo o seu desenvolvimento.

Assim, a concepção metodológica dos cursos desenvolve-se com base numa filosofia educacional de valorização do indivíduo enquanto cidadão e profissional, procurando integrar os conhecimentos técnicos com os humanísticos, de forma inter e multidisciplinar, e com flexibilidade suficiente para absorver todas as mudanças que ocorrem no contexto social e profissional, mantendo a IES num contínuo processo de atualização do ensino.

A FTM-CN estabelece sua concepção pedagógica levando em consideração várias características, dentre as quais destacam-se:

- Corpo de professores engajados na filosofia da instituição e comprometidos com a realização dos projetos pedagógicos dos diversos cursos;
- Promoção da qualificação do seu corpo docente;
- Avaliação Docente e Institucional permanente, por meio de procedimentos de avaliação de desempenho dos docentes e da instituição como um todo. Dessa forma, a comunidade FTM-CN procura identificar seus pontos fortes e trabalhar suas deficiências com vistas a alcançar a excelência educacional;

- Sintonia dos cursos com as necessidades e oportunidades do mercado;
- Biblioteca com acervo atualizado e acesso à base de dados informatizada disponível na internet;
- Sistema de Apoio Pedagógico presencial e virtual, este último por meio do atendimento telefônico, mídias sociais, sistema acadêmico e site, ofertado aos docentes e discentes;
- Implantação de práticas pedagógicas que venham a melhorar os processos de ensino-aprendizagem;
- Incentivo à continuidade de estudos e à responsabilidade social.

A FTM-CN atuará para que haja uma ação docente voltada para o ensino com pesquisa, onde o professor procura conscientizar os alunos sobre a necessidade de constante atualização do seu conhecimento e de que esse processo não acaba e não é restrito à sala de aula, mas antes, que o ensino com pesquisa é parte de um processo que deverá ser contínuo por parte do aluno, na busca da sua autonomia como agente do próprio conhecimento, dentro de uma sociedade e de um mercado de trabalho em constante mudança, onde o conhecimento de hoje pode ser obsoleto amanhã.

O processo é desenvolvido em grupos ou individualmente, porém sempre buscando uma relação dialógica ao privilegiar conhecimentos que venham a interferir diretamente na realidade social, profissional e humana desse aluno, o qual deverá desenvolvê-lo de maneira crítica. Os alunos deverão identificar facilmente a aplicação direta entre a teoria e a prática.

Toda a metodologia de aprendizagem, com ênfase na prática da pesquisa como instrumento formador, tem seu ponto alto no final do curso, quando os alunos devem exercitar o conhecimento adquirido na elaboração do seu Trabalho de conclusão de Curso – TCC, o qual lhe possibilitará o título de graduado, conforme as exigências das respectivas diretrizes curriculares. Os cursos que não possuem TCC, por outro lado, também são beneficiados por essa metodologia na medida em que o corpo discente é colocado em contato com o conhecimento recente produzido na sua área, implicando na formação de um profissional atualizado às novas demandas do mercado de trabalho.

## 2 POLÍTICAS DE ENSINO

Os cursos de graduação da FTM-CN são concebidos de forma que sejam administrados por coordenações de curso que atuem como gestores de processos, onde a busca de eficiência (durante o processo) e eficácia (resultados) constituem-se em valores imprescindíveis para melhor atender os maiores beneficiários do sistema educacional: o aluno e a sociedade em que está inserido. Para atingir esses objetivos, as políticas de ensino são concebidas pela Diretoria Acadêmica, contando com a assessoria e parceria das Pró-Diretorias e Colegiados de Curso, tendo como base de apoio os serviços desenvolvidos pela Secretaria Acadêmica e demais órgãos institucionais.

A política de ensino da FTM-CN representa uma diretriz para todas as unidades de ensino que constituem o seu sistema educacional e são essencialmente marcadas pela preocupação de propiciar qualidade superior em seus cursos.

A interação social também é uma das práticas que a IES preconiza na educação presencial, para que se desenvolvam as sociabilidades dentro do espaço da sala-de-aula, objetivando melhorias nas relações, na comunicação e, conseqüentemente, no aprendizado.

Deve-se considerar a importância das trocas de experiência dentro do ambiente acadêmico, incentivando uma interação eficaz entre professor e aluno e entre os próprios alunos, que são possibilitadas pela boa qualidade da comunicação e troca imediatas. Deve-se também estimular a comunicação e a reflexão, fazendo com que os alunos se comprometam com a própria aprendizagem e adquiram a autonomia necessária para a continuidade de sua formação.

### 2.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS

Constituem-se as práticas num conjunto de atividades que vêm a dar maior solidez à formação do aluno da FTM-CN. São elaboradas com base nas especificidades de cada curso, respeitando os objetivos das disciplinas formadoras e procurando acrescentar novas perspectivas ao processo de ensino-aprendizagem.

Todas as práticas pedagógicas são sugeridas e discutidas a cada início de semestre letivo. Embora haja uma orientação geral quanto às metodologias a serem adotadas, a IES possibilitará aos professores desenvolverem novas técnicas e

atividades de ensino, referentes tanto as atividades dentro como extraclasse. Tendo em vista que a prática pedagógica dentro da instituição é pensada como parte de um processo de avaliação permanente, sua efetivação passa pela crítica e aprovação de professores e coordenadores de curso, visando estabelecer a importância da atividade para a formação dos alunos.

Além das atividades curriculares tradicionais, como pesquisas, exercícios e trabalhos práticos, os seminários, as excursões, os estágios e as provas escritas, a IES incentiva, em acordo com seus objetivos educacionais de oferecer um ensino diferenciado e de qualidade, a criação de práticas que venham a estabelecer alcance e impacto maior na formação dos alunos, assim como as metodologias ativas, práticas de sala de aula invertida, gameficação, atividades de extensão, simulado integrado, uso de laboratórios virtuais com práticas realísticas, bibliotecas virtuais, entre outros, propondo novas formas de pensar a profissão, o contexto social, político e cultural. Tais práticas estão descritas nos subitens a seguir.

## 2.2 PROPOSTAS DE ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES

São planejadas durante a realização das semanas pedagógicas, Jornadas Acadêmicas Integradas, atividades e projetos de extensão, atividade de ação social e visam integrar os alunos no desenvolvimento de um tema gerador, definido anualmente pelo Conselho de Ensino e Extensão, que deve ser o norte de discussão das várias disciplinas do semestre. Procura-se por meio dessas propostas estabelecer relações entre alunos, professores, coordenadores dos vários cursos e também a comunidade local. Assim, a FTM-CN pensa a interdisciplinaridade a partir do pressupostos de Japiassu<sup>10</sup> e Fazenda<sup>11</sup>, para os quais é necessário evitar a fragmentação do conhecimento, problematizando o lugar cultural em que a instituição está inserida e as particularidades do corpo docente e discente.

Dessa forma, as atividades interdisciplinares acontecem por meio da integração do conhecimento de diferentes campos do saber e se expressam em momentos como as jornadas, simpósios, workshops, oficinas, semanas das profissões, avaliação conjunta de disciplinas, além dos momentos em sala de aula

<sup>10</sup> JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

<sup>11</sup> FAZENDA, I. Interdisciplinaridade – Transdisciplinaridade. In: FAZENDA, I. (org). *O que é interdisciplinaridade?*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 17-28.

proporcionados pelos docentes. As atividades ocorrem individualmente por curso e também entre os cursos ofertados pela IES.

A prática pedagógica dos Cursos da IES busca o desenvolvimento de competências e a capacidade de integração destas competências. Dessa maneira a avaliação dos conteúdos, a partir das disciplinas, será agregada à avaliação dos projetos integradores. Os projetos integradores têm significância idêntica aos resultados das demais disciplinas, inclusive para a obtenção da certificação de qualificação profissional, o que promove o desenvolvimento das competências e integração dos conhecimentos. A prática pedagógica destes cursos prevê que as avaliações dos projetos integradores sejam realizadas por professores especializados nas diversas áreas do conhecimento, relacionados aos respectivos cursos e também em bancas avaliadoras multidisciplinares.

Os projetos integradores possibilitam a visão crítica e integrada dos conhecimentos, buscando a constante inovação, criatividade, adaptação e identificação de oportunidades e alternativas na gestão das organizações. O modelo de integração de conhecimentos permite o desenvolvimento de competências a partir da aprendizagem pessoal e não somente o ensino unilateral. Os projetos integradores procuram estabelecer a ambientação da aprendizagem, estimulando a resolução de problemas organizacionais, capacitando e ampliando as alternativas para gestão e melhoria das práticas organizacionais.

### **2.3 REUNIÕES PEDAGÓGICAS**

A cada início de semestre letivo acontece a semana acadêmico-pedagógica, durante a qual são discutidas questões relativas às práticas pedagógicas e as formas de condução dos cursos. Os docentes contam ainda com acompanhamento e orientações regulares quanto à elaboração de ementas das disciplinas, programas, referências básicas e complementares. Também são realizadas reuniões com professores de disciplinas afins, no intuito de evitar duplicidade de conteúdo e para trabalhar a questão da interdisciplinaridade.

Os docentes que apresentam dificuldades acadêmicas durante o semestre e/ou os que não foram bem avaliados pelos estudantes são orientados pelas coordenações dos cursos sobre os melhores encaminhamentos didático-pedagógicos para que o problema seja resolvido.

## 2.4 TEMAS TRANSVERSAIS

As atividades e ações relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, artístico, de cultura e seus patrimônios, suas memórias e diversidades e do meio ambiente, fazem parte do rol de práticas de responsabilidade social da Instituição. Amplos o bastante para traduzir preocupações da sociedade brasileira, os Temas Transversais correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas, na vida cotidiana.

Nosso compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Nessa perspectiva é que serão incorporadas às atividades acadêmicas Temas Transversais sobre questões como: O desenvolvimento tecnológico, artístico, de cultura e seus patrimônios, suas memórias e diversidades e do meio ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, Direitos humanos, Ética e Cidadania, Direitos dos PNE's, Relações Étnico-Raciais, dentre outros temas. Isso não significa que serão criadas novas áreas ou disciplinas nos cursos. Os objetivos e conteúdos dos Temas Transversais serão incorporados aos cursos existentes e no trabalho educativo da Instituição. Os temas serão discutidos sobre o aspecto das problemáticas sociais na IES e na Comunidade.

Planejamos a realização de eventos, ciclos de palestras, seminários, em parceria (ou não) com órgãos públicos, ONGs e outras organizações privadas. Planejamos a realização de feiras científicas, eventos culturais, entre outros que surgirão em conformidade com o envolvimento da IES com a comunidade e suas demandas abordando os temas.

### 2.4.1. DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A sociedade contemporânea exige uma formação profissional ampla de todos os indivíduos independentemente do nível de formação. Quando se trata do ensino superior, é preciso ter em mente de que se trata de um período de formação de sujeitos que irão intervir diretamente na realidade que os circunda por meio da profissão escolhida. Assim, tendo em vista a realidade atual em que se prega o respeito ao outro, às diferenças de todas as ordens, faz-se necessário o empenho

das mais diferentes áreas em prol da educação em direitos humanos, caracterizada pelo uso de práticas educativas fundadas nos processos de promoção, proteção, defesa e aplicação dos Direitos Humanos na vida de cidadãos enquanto sujeitos dotados de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

A FTM-CN trata a questão da Educação em Direitos Humanos de maneira mista, combinando transversalidade e disciplinaridade. De forma transversal, permeia toda a prática educativa, exigindo de todo o corpo de profissionais da IES um trabalho sistemático, contínuo, abrangente e integrado no decorrer de todo o percurso formativo do aluno, de maneira que seus objetivos e conteúdos devam estar inseridos em diferentes momentos de disciplinas diversas, sendo trabalhados em uma e em outra, de diferentes modos. Na disciplinaridade, possibilita cursar disciplina relacionada à temática dos Direitos Humanos, conforme o PPC de cada curso.

O tema da Educação em Direitos Humanos recebe especial atenção da IES, desenvolvendo sua prática pedagógica de maneira integrada por meio de programas educacionais que se materializarão em práticas como:

- Oferecimento de formação complementar para os docentes da IES com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos das Diretrizes Nacionais para a Educação dos Direitos Humanos;
- Estímulo às ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os diferentes segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública;
- Valorização da compreensão integrada dos direitos humanos em suas múltiplas e complexas relações;
- Inclusão de pessoas em condições de vulnerabilidade social nos programas de bolsas da IES;
- Participação em grupos de estudos sobre a temática;
- Criação de campanhas de conscientização, tendo como público-alvo a comunidade interna e externa à IES;
- Produção e/ou divulgação de material educativo sobre a temática dos Direitos Humanos;
- Incorporação da temática, de forma integrada aos demais programas educacionais, campanhas publicitárias e outros eventos institucionais;

- Realização de palestras e cursos de extensão com a temática dos direitos humanos, na sua integralidade ou nos seus componentes como os direitos civis, políticos, sociais, culturais e ambientais, nas formas individuais, coletivas ou difusas.

#### **2.4.2. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

A Educação Ambiental surge no cenário mundial como uma dimensão da educação necessária à formação de cidadãos conscientes da sua responsabilidade com o futuro da vida no planeta. Nesse sentido, deve ser vista como uma atividade intencional promovida em diferentes níveis do processo de escolarização que possibilita o desenvolvimento individual em sintonia com o meio ambiente e os outros seres humanos. Por meio da Educação Ambiental é possível promover a construção de valores sociais, habilidades, atitudes e competências voltadas para a sustentabilidade e, dessa forma, tomando o meio ambiente como um bem comum para todos os seres humanos. De forma disciplinar, a IES possibilita cursar disciplina relacionada à temática da Educação Ambiental, conforme o PPC de cada curso.

Dada a especificidade e importância da Educação Ambiental no processo formativo dos indivíduos, deve ser trabalhada com enfoque humanístico, holístico, democrático e participativo. Desse modo, este tema transversal deverá receber da Instituição, na sua prática pedagógica, especial atenção, de maneira integrada aos programas educacionais desenvolvidos, que se materializará em ações práticas como:

- Inclusão do tema da Educação Ambiental e Sustentabilidade nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos da Instituição como forma subsidiária de tratá-los;
- Oferecimento de formação complementar na área da Educação Ambiental e Sustentabilidade para os docentes da IES com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental;
- Valorização da compreensão do meio ambiente integrado em suas múltiplas e complexas relações;
- Participação em grupos de estudos sobre a temática;

- Criação de campanhas de conscientização, tendo como público-alvo a comunidade interna e externa à IES;
- Produção e/ou divulgação de material educativo sobre a temática da Educação Ambiental e Sustentabilidade;
- Incorporação da temática, de forma integrada aos demais programas educacionais, campanhas publicitárias e outros eventos institucionais;
- A disponibilização de disciplina obrigatória que aborde temas sobre Educação Ambiental;
- Realização de palestras e cursos de extensão em que sejam tratadas questões pertinentes à temática ambiental, ao fortalecimento da cidadania, da autodeterminação dos povos e da solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

#### **2.4.3. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA**

A realidade brasileira é plural em muitos aspectos, como resultado do processo de ocupação do território nacional. Assim, o povo brasileiro é formado a partir da interação entre diversas matrizes sociais e culturais, sobretudo a europeia e a africana. Desse modo, a educação das relações étnico-raciais responde a uma necessidade real de discutir e conscientizar a população para a promoção de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial. De forma disciplinar, a IES possibilita cursar disciplina relacionada à temática em questão, conforme o PPC de cada curso.

Por meio dessas práticas torna-se possível preparar o cidadão para a não propagação do preconceito da discriminação étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam o respeito aos direitos legais e valorização da identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. Nesse sentido, este tema transversal deverá receber da Instituição, na sua prática pedagógica, especial atenção, que se materializará em ações práticas como:

- Valorização da oralidade, corporeidade e da arte;
- Utilização das datas significativas para cada cultura como momentos de reflexão, discussão e promoção da educação das relações étnico-raciais;

- Inclusão dos temas transversais nos conteúdos de documentos normativos e no planejamento da Instituição;
- Oferecimento de formação complementar para os docentes da IES com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação das Relações Étnico-Raciais, do Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
- Inclusão dos temas transversais nos conteúdos de documentos normativos e no planejamento da Instituição;
- Oferecimento de formação complementar na área de atuação dos professores, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos do estudo das Relações Étnico-Raciais (nas quais estão incluídas questões indígenas), do Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
- Realização de palestras e cursos de extensão em que sejam tratadas questões voltadas para o diálogo com segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

#### **2.4.4. DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL**

A sustentabilidade é tema recorrente em todas as esferas da sociedade, tornando-se um assunto cada vez mais constante no cotidiano das pessoas. Preservar o meio ambiente é premissa básica para a promoção do desenvolvimento sustentável. As práticas de sustentabilidade compreendem “ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Gestão Acadêmica. De forma disciplinar, a IES possibilita cursar disciplina relacionada à temática em questão, conforme o PPC de cada curso.

Diante destas novas mudanças, a Instituição, ora em processo de Credenciamento Institucional perante o Ministério da Educação, assume sua responsabilidade como sujeito proativo na sociedade, tendo como diretrizes básicas para promoção da sustentabilidade, dentre outras:

I - Promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social no âmbito de sua atuação;

II - Melhorar a qualidade dos gastos através da eliminação de desperdícios, dar preferência por materiais e matérias-primas de origem local e, através de inovações tecnológicas, prover a melhoria contínua da gestão dos processos acadêmicos;

III - Incentivar a implementação de projetos de eficiência energética;

IV - Estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais;

V – Gerir e destinar corretamente os resíduos de materiais pós-consumo;

VI - Melhorar a qualidade de vida no ambiente acadêmico;

### **3. POLÍTICAS DE EXTENSÃO**

A FTM-CN define sua Extensão como um processo educativo, cultural e científico que, visando construir uma relação transformadora entre instituição e sociedade. Realiza-se no sentido da solidariedade, justiça social, democracia, valorização da cultura e da preservação do meio ambiente, produzindo saberes científicos, tecnológicos e culturais a serem oferecidos à comunidade, e que resultam da observação da realidade regional e nacional, nas quais a IES se insere.

Como espaço para várias manifestações do conhecimento, a extensão caracteriza-se pela sua multi e interdisciplinaridade, no sentido em que integra esforços e conhecimentos para acolher a realidade social e devolver, por meio da reflexão, respostas às suas necessidades mais urgentes. Dessa forma, a instituição se transforma pela práxis adquirida na ação e a sociedade pelo conhecimento que lhe é oferecido.

Embasada nesses princípios, a FTM-CN, por meio de sua Direção acadêmica e/ou Pró-Diretoria de Pós-Graduação e Extensão, procurará desenvolver seus projetos e programas de extensão nas áreas de Educação, Cultura, Tecnologia, Direitos Humanos, Meio Ambiente, saúde e Trabalho, abarcando assim variadas formas de responder às necessidades de sua comunidade interna e externa, com as seguintes ações:

- Disseminação de conhecimento por meio de cursos, conferências, seminários e palestras abertas tanto ao público interno quanto externo;

- Prestação de serviços como: assistências, assessorias e consultorias prestadas à sociedade;
- Difusão cultural, que se concretiza na realização de eventos ou produtos artísticos e culturais.

Como objetivos principais, a Extensão na FTM-CN busca:

- Integrar-se ao ensino aos interesses e necessidades da sociedade;
- Desenvolver novos meios e processos de produção e transferência de conhecimento;
- Participar de ações conjuntas com empresas, administração pública e sociedade civil, tendo em vista o bem comum;
- Desenvolver atividades inter-institucionais voltadas para o intercâmbio de experiências e conhecimentos;
- Democratizar o acesso ao conhecimento acadêmico, ampliando as oportunidades de educação, arte e cultura, visando à construção da cidadania;
- Formar profissionais sintonizados com a realidade social, capazes de refletir sobre seu contexto e transformar essa reflexão em ação para a mudança.
- Utilizar a tecnologia disponível para a ampliação de oportunidades de educação;

A extensão na IES é realizada por meio de programas (conjunto de ações de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo definido e prazo determinado) que articulam projetos e ensino na forma de cursos, eventos, prestação de serviços e produção acadêmica. Essas atividades podem ser propostas por alunos, professores, coordenadores, funcionários, por outros setores e por pessoas da comunidade, físicas ou jurídicas, e são aprovadas desde que se configurem como pertinentes à formação acadêmica, profissional e cultural dos alunos, professores e funcionários da instituição, bem como às necessidades da comunidade.

As atividades de extensão da FTM-CN podem ser definidas como:

- **Cursos:** ações pedagógicas, teóricas ou práticas, com carga horária estabelecida e processo de avaliação;
- **Cursos livres:** propostas de lazer, educativas, artísticas ou recreativas, oferecidas tanto ao público interno como externo;
- **Eventos:** ações que apresentam conhecimentos ou produtos culturais, científicos e tecnológicos, desenvolvidos pela IES, como congressos, seminários, palestras, ciclo de debates, exposições, espetáculos, eventos esportivos, festivais, campanhas, entre outros;
- **Produção acadêmica:** produção de publicações para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica, feitas a partir das ações de extensão, como por exemplo, livros, manuais e relatórios;
- **Prestação de serviços:** atividades realizadas em benefício da comunidade, na forma de assistência técnica ou cultural, abordando diversos assuntos de interesse da comunidade, permanentes ou eventuais.

Por meio da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a extensão estará presente dentro da estrutura curricular, com um percentual de 10% da carga horária total dos cursos, possibilitando que o discente tenha contato contínuo com a comunidade, dentro de sua área e áreas afins, considerando a interdisciplinaridade. A implementação desta portaria iniciou a partir do primeiro semestre de 2023, conforme organização curricular de cada curso. A distribuição da carga horária de extensão elaborada pelos Núcleos Docentes do Curso (NDE) será aprovado pelos Colegiados com validação da Direção Acadêmica. Para fins de regulamentação, o Conselho de Ensino e Extensão – COEEE, definirá em resolução interna, externa ao PDI, as diretrizes que a FTM-CN adotará como base para a execução da curricularização da extensão. Na Resolução Interna constaram as práticas que são executadas para a implementação e adequação dos cursos que forem ofertados.

#### 4. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O ambiente Virtual de Aprendizagem da FTM-CN permitirá aos professores, entre outros recursos:

- Criar tópicos;
- Estimular a formação de equipes de trabalho;
- Disponibilizar material didático complementar;
- Participar de fóruns de discussão e chats com os alunos;
- Acompanhamento das postagens dos relatórios;
- Os professores podem criar fóruns de discussão, atendendo as características e necessidades de seus alunos.

Os alunos poderão:

- Consultar textos, visitar os links (endereços de outros sites) e seguir as orientações disponibilizadas pelos professores;
- Se comunicar e interagir com a coordenação, com os professores-tutores por meio do correio eletrônico (e-mail), de sessões de bate-papo (chat) e de fóruns de discussões;
- Agendar sessões de bate-papo orientadas pelo professor-tutor;
- Desenvolver atitudes de questionamento, reflexão, argumentação e contra argumentação;
- Agendar as avaliações;

Através do AVA (EducamSystem) o aluno tem a possibilidade de acessar:

- Financeiro;
- Notas;
- Envio de Atividade complementar;
- Rematrícula
- Declaração de Matrícula;
- Declaração de Imposto renda;
- Matrícula;
- Acesso ao material Didático e complementares;
- Videoaulas;
- Fale conosco;
- Atividades e avaliações;
- Eventos;
- Calendário;
- Aproveitamento de Disciplinas;

- Documentos Estágio;
- Nivelamento;
- Biblioteca virtual;
- Componentes curriculares;
- CPA;
- Chat
- Secretaria (documentos institucionais)
- Informativos
- Redes Sociais da IES
- Plano de aula
- Laboratório Virtual

O Ambiente Virtual de Aprendizagem passará por avaliação periódica, conforme trabalho desempenhado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e por meio do retorno contínuo do aluno através do fale conosco, ouvidoria e contato direto com a gestão do curso. Essa avaliação considera, em primeiro plano, as questões pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento das atividades do curso com vistas ao perfil formativo que desejamos alcançar. Em paralelo, a equipe de Tecnologia da Informação também realizará avaliações periódicas a fim de detectar a necessidade de correção de falhas eventualmente apresentadas pela plataforma ou para incrementar novas funcionalidades que amplifiquem a usabilidade do sistema. Dessa forma, os resultados dessa dupla análise levarão à efetiva melhoria do AVA.

## **5. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

A evolução tecnológica aplicada à educação deve ser um fator presente em todo o planejamento acadêmico, já que apropriar-se das novas tecnologias é um meio excelente para o desenvolvimento pedagógico em geral. Um recurso é um meio de todo o tipo que permite responder a uma necessidade ou conseguir aquilo que se pretende. A tecnologia, por sua vez, faz referência às teorias e às técnicas que possibilitam o aproveitamento prático do conhecimento científico.

Um recurso tecnológico é, portanto um meio que se vale da tecnologia para cumprir com o seu propósito. Os recursos tecnológicos podem ser tangíveis (como um computador, uma impressora ou outra máquina) ou intangíveis (um sistema, uma aplicação virtual). Na FTM-CN utilizaremos o Educasystem como Ambiente Virtual de Aprendizagem, por possibilitar interação entre docentes, docentes-tutores, discentes, corpo técnico administrativo e gestão acadêmica.

Os recursos oferecidos pelas novas tecnologias, como internet e redes de comunicação, evidenciam a necessidade de estabelecimento de vínculos entre os conteúdos das disciplinas, as diversas aprendizagens no âmbito da instituição e a realidade cotidiana. As inovações tecnológicas ocorrem de maneira constante, levando em conta as novidades que o mercado disponibiliza para todos os segmentos da humanidade, sejam eles educacionais, sociais ou de mercado de trabalho, e são adaptadas para auxiliar a prática pedagógica.

No meio acadêmico, os recursos tecnológicos tornaram-se imprescindíveis para alunos e professores, pois através deles é possível a ampliação de pesquisas e da comunicação. Os cursos da FTM-CN contam em sua proposta pedagógica com as tecnologias de informação e comunicação como ferramenta de interatividade para subsidiar o processo de ensino-aprendizagem. Todas as atividades, aulas, matrículas, rematrículas, cancelamentos, pedidos online, serão via Educasystem que integra todos os itens necessários ao desenvolvimento acadêmico-administrativo-financeiro. O Educasystem é de produção interna da FTM-CN.

Estão previstas para uso de docentes e alunos e-mail, hipertexto; banco de dados; redes comunicacionais, dentre outras. As formas de utilização serão definidas pelos docentes nos planos de ensino, para o desenvolvimento de suas atividades visando a configurar uma nova atuação de professores e alunos em ambientes virtuais.

De acordo com Moran (2014) os avanços tecnológicos trazem para a escola a possibilidade de integrar os valores fundamentais, a visão de cidadão e mundo que queremos construir, as metodologias mais ativas, centradas no aluno com a flexibilidade, mobilidade e ubiquidade do digital.

A Faculdade já possui instalados recursos via software como o sistema de controle do registro acadêmico, integrado aos demais sistemas da Instituição como Tesouraria e Biblioteca, com todos os seus serviços automatizados, podendo ser acessados pelo sistema acadêmico. Também estão instalados os recursos de

multimídia nas salas de aula, para apoio ao desenvolvimento das aulas, internet, wi-fi disponível em todos os ambientes, mesas digitalizadoras, óculos de realidade virtual, impressora 3D, câmera e equipamentos multimídias para videoconferência, lousa digital, data show, microfones de lapela e aplicativos para uso da gameificação em sala de aula.

Existe uma política de investimentos em infraestrutura física e tecnológica para proporcionar o apoio necessário a docentes, alunos e colaboradores no desempenho de suas responsabilidades. Em consonância com seu Projeto Pedagógico Institucional, a Instituição garante o uso de seus laboratórios como uma das formas de possibilitar a interação entre teoria e prática. Para tal, permite a utilização dos laboratórios de informática em horário integral e mantém permanentemente à disposição um técnico para dar suporte aos usuários e garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos.

Para acompanhar esse processo, impõe-se às instituições educacionais a disponibilização aos seus alunos de recursos sempre atualizados de informática, que serão importantes auxiliares para o ensino-aprendizagem. A informatização igualmente é de extrema importância para a organização, o acompanhamento e o controle dos serviços administrativos e acadêmicos de uma instituição de ensino.

Para a efetivação da proposta desta IES, o papel dos recursos informáticos ganha em relevância, pois deverão ser dominados pelos alunos também como instrumental pedagógico, como uma ferramenta de trabalho, da qual o profissional professor não pode prescindir. Com essa visão, a Instituição disponibiliza laboratórios de informática à disposição dos alunos e implanta gradativamente sistemas informatizados que deem suporte aos serviços administrativos e acadêmicos.

A seguir listamos ações tomadas para a implantação e funcionamento de nossa política de informatização: Criação de uma cultura de informática, disponibilizando constante apoio e orientação aos usuários; Manter uma política de uso de laboratórios, de forma a atender com eficácia tanto às atividades curriculares, como às outras demandas da comunidade acadêmica; Formular sistemas informatizados de acompanhamento e controle acadêmico discente e docente; Implantação de sistema informatizado na Biblioteca e na Secretaria Financeira; Interligar em rede todas as áreas da Instituição, agilizando a troca de informações; Capacitar docentes e técnicos-administrativos para uso dos sistemas; Modernizar

constantemente o parque computacional, por meio de novas aquisições ou de "upgrade" constante do hardware; Manter o acervo de softwares atualizado.

## **7 POLÍTICAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

Atualmente a sociedade passa por um período de fortes pressões, adequações e mudanças em praticamente todas as suas esferas. O que exige não só velocidade na aquisição de informações, mas também qualidade das informações. Diante da multiplicidade dessas informações e da rapidez das transformações, o ensino tradicional e de estrutura rígida das instituições de ensino superior, muitas vezes não cumpre o papel esperado. A flexibilização curricular é uma estratégia que proporciona o alcance de melhores resultados, pois pode minimizar uma visão fechada das grades curriculares que não contemplam a abertura para outros processos de aprendizagem diferentes da sala de aula.

As atividades complementares são um conjunto de atividades, realizadas durante o período de realização dos cursos, consistindo em mecanismos de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelos alunos no decorrer de sua vida acadêmica. A seleção dos temas que compõe o quadro curricular das atividades complementares é feita observando-se a relevância dos mesmos para a atuação profissional do aluno. As Atividades Complementares devem ser devidamente comprovadas com certificados ou equivalente e, em conjunto, devem formar uma determinada carga horária estabelecida no currículo do curso.

São consideradas atividades complementares: disciplinas excedentes cursadas em outra IES ou em outro curso da FTM-CN; exercícios de monitoria nas disciplinas do curso; estágios não obrigatórios; trabalhos voluntários em projetos de dimensão social, promovidos ou não pela FTM-CN; cursos e projetos de extensão, congressos, seminários, jornadas, simpósios, workshop, conferências ou quaisquer outros tipos de eventos de natureza acadêmica promovidos pela FTM-CN ou por outras instituições; apresentação de trabalhos em eventos científicos; publicação de trabalhos em anais de eventos científicos, periódicos, revistas, livros e jornais; participação em Programa de Iniciação Científica; atividades de representação discente junto aos órgãos colegiados da FTM-CN, bem como membro de diretoria de Centros Acadêmicos; atividades artístico-culturais como participação em grupo de

dança, coral, teatro e outros; produções técnico-científicas, elaboração de vídeos, softwares, programas radiofônicos e outros;; outras atividades em consonância com os Projetos Políticos Pedagógicos de cada Curso e respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, cabendo ao colegiado do curso analisar a pertinência da atividade da atividade desenvolvida e o computo da respectiva carga horária.

## **7.1 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

Art. 1º As Atividades Complementares de Aprofundamento (AC's) são atividades acadêmicas, culturais e científicas desenvolvidas pelos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da FACULDADE TRÊS MARIAS (FTM-CN).

Art. 2º As AC's são desenvolvidas pelos estudantes a partir do ingresso na FTM-CN e objetivam:

- I - Articular teoria e prática, complementando os saberes e práticas necessárias à formação dos graduandos;
- II - Incentivar o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico-reflexivo dos graduandos.

Art. 3º A carga-horária das AC's obedecem ao disposto no Projeto Pedagógico de cada curso de graduação, em consonância com as determinações do Conselho Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para cada curso.

Parágrafo único – O cumprimento da carga-horária das AC's constitui-se requisito indispensável para a integralização curricular.

Art. 4º As AC's serão realizadas sob a forma de práticas curriculares de ensino, pesquisa e extensão, podendo ser desenvolvidas pela metodologia presencial ou não presencial, desde que comprovadas por atestado da instituição promotora, conforme Anexo A.

Art. 5º São consideradas AC's:

- I - Disciplinas excedentes cursadas em outra IES ou em outro curso do ISESJT;

- II - Exercícios de monitoria nas disciplinas do curso;
- III - Realização de estágios não obrigatórios;
- IV - Trabalhos voluntários em projetos de dimensão social, promovidos ou não pela FTM-CN;
- V - Realização de cursos e projetos de extensão, congressos, seminários, jornadas, simpósios, workshop, conferências ou quaisquer outros tipos de eventos de natureza acadêmica promovidos pela FTM-CN ou por outras instituições;
- VI - Apresentação de trabalhos em eventos científicos;
- VII - Publicação de trabalhos em anais de eventos científicos, periódicos, revistas, livros e jornais;
- VIII - Participação em Programa de Iniciação Científica;
- IX - Atividades de representação discente junto aos órgãos colegiados da FTM-CN, bem como membro de diretoria de Centros Acadêmicos;
- X - Atividades artístico-culturais como participação em grupo de dança, coral, teatro e outros;
- XI - Produções técnico-científicas, elaboração de vídeos, softwares, programas radiofônicos e outros;
- XIII - Outras atividades em consonância com os Projetos Políticos Pedagógicos de cada Curso e respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, cabendo ao colegiado do curso analisar a pertinência da atividade desenvolvida e o computo da respectiva carga horária.

Art. 6º A integralização da carga-horária das AC's deve respeitar os limites expressos no Anexo A desta resolução para cada tipo de atividade.

Art. 7º As Coordenações de Curso são responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das AC's.

Art. 8º No período apropriado, definido na grade curricular de cada curso de graduação, o aluno deverá preencher a ficha de avaliação (Anexo B), para que a Coordenação do respectivo curso valide o cumprimento da carga-horária.

Art. 9º A ficha de avaliação, devidamente assinada pelo Coordenador, e os documentos apresentados pelo discente devem ser encaminhados pela Coordenação

de Curso para a Secretaria Acadêmica para arquivamento junto ao prontuário do aluno.

Art. 10º Os discentes ingressos nos cursos de graduação através de transferência podem ter suas AC's realizadas na Instituição de origem validadas, desde que tenham sido cumpridas durante o período em que o estudante estava realizando o curso do qual foi transferido, e que estejam de acordo com esta resolução.

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Ensino e Extensão (CEE), que poderá baixar normas complementares.

#### ANEXO A QUADRO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Nº	ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA POR ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA MÁXIMA	DOCUMENTOS EXIGIDOS
1	Disciplinas excedentes cursadas em outra IES ou em outro curso da FTM-CN	Carga horária da disciplina	90 horas	Declaração ou certificado de aprovação na disciplina e plano de curso
2	Exercícios de monitoria	Carga horária da disciplina	120 horas	Certificado de Participação
3	Estágio não obrigatório.	60 horas/semestre	120 horas	Declaração da Instituição
4	Trabalhos voluntários	Carga horária da atividade	60 horas	Declaração de participação
5	Participação em congressos, seminários, jornadas, simpósios, workshop, conferências ou quaisquer outros tipos de eventos de natureza acadêmica	Participante: 30 horas por atividade	80 horas	Certificado de participação
		Ministrante: o dobro da carga horária da atividade	120 horas	Certificado de participação
		Organização: o dobro da carga horária da atividade	120 horas	Certificado de participação
6 7	Participação em curso de extensão	Participante: 40 horas por curso	80 horas	Certificado de participação
		Ministrante: o dobro da carga horária da atividade	120 horas	Certificado de participação
8	Apresentação de trabalhos em eventos científicos	20 horas/apresentação	120 horas	Certificado de apresentação
9	Publicação de trabalhos em anais de eventos científicos, periódicos, revistas, livros e jornais	Resumo: 20 horas/publicação	80 horas	Cópia do material publicado
		Texto completo: 40 horas/publicação	120 horas	



## 8 MODELO DA ESTRUTURA CURRICULAR

Os currículos dos cursos da FTM-CN são organizados de acordo com uma estrutura modular. Os alunos têm a oportunidade de relacionar teoria e prática ao longo de um conjunto dos módulos do curso, em um movimento da prática para a teoria e desta novamente para a prática em um contínuo de interações.

Na programação dos conteúdos, tomam-se por base os princípios da relação entre teoria e prática, da interdisciplinaridade e da organicidade de gestão pedagógica.

A relação teoria e prática compreende a teoria como expressão das ações práticas, ou seja, a teoria é decorrente da análise e explicitação das ações humanas realizadas na prática. Esse princípio incorpora-se na composição das disciplinas teóricas e práticas nas atividades propostas.

A interdisciplinaridade ocorre pelo agrupamento de disciplinas afins e pela abordagem dessas disciplinas em cada módulo. A organicidade favorece a flexibilização na gestão pedagógica do curso ao permitir o agrupamento de turmas, desde que respeitado o momento de organização curricular na realização do estágio supervisionado e do trabalho de conclusão de curso.

Cada módulo procura integrar conhecimentos de fundamentos, conteúdos específicos e suas metodologias e prática profissional de forma articulada.

### 8.1 PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Cada aluno tem uma complexidade cognitiva (complexidade de processamento de informações), características motivacionais, valores e orientação sensorial diferentes, assim como seu ritmo próprio de aprendizagem, nível de prontidão e interesses diferentes. Dessa forma, o docente deve ter em mente essas questões no ato de transmitir o conhecimento.

O que se pretende é desenvolver na instituição um modelo de currículo personalizado, onde o comportamento (aprendizagem) seja visto como uma associação determinada pelo tipo de aluno e pelo ambiente (maneiras de ensinar). Mas para sua efetivação, o aluno precisa ser envolvido no planejamento e na

implementação das estratégias instrucionais desse currículo, a fim de torná-lo mais motivador e facilitador do desenvolvimento das habilidades necessárias para a solução de problemas e tomadas de decisão.

Este tipo de currículo deverá se nortear por teorias como as de Piaget<sup>12</sup>, Kohlberg<sup>13</sup> e Vigotsky<sup>14</sup>, por meio de uma abordagem desenvolvimentista. Os pressupostos que se seguem resumem essa abordagem curricular:

**Pressuposto 1 – DOCENTE MEDIADOR:** O aluno é ativo procurador de estímulos e não apenas um respondedor da estimulação do ambiente. Por essa razão, o papel do professor deve ser visto como o de mediador do desenvolvimento das capacidades do aluno para pensar e agir responsavelmente.

Os professores devem entender que são mediadores do processo de desenvolvimento da capacidade dos alunos para pensar e agir de forma responsável. Devem, também, saber que seu papel na sala de aula é o de estrategista e técnico da aprendizagem, utilizando comportamentos verbais e não verbais, no desempenho de quase todas as ações descritíveis do ato de ensinar. Devem estudar o que seus alunos dizem e fazem enquanto estão aprendendo, tendo, dessa forma, condições para prever, diagnosticar e adaptar o seu ensino à compreensão e ao progresso do aluno na aprendizagem, avaliando a qualidade do seu raciocínio e as suas reações emocionais em cada situação e momento.

**Pressuposto 2 – DISCENTE PARTICIPATIVO:** A identificação dos objetivos pelo aluno é um fator importante da sua motivação para a aprendizagem, e o sucesso ou fracasso do aluno determina a maneira pela qual ele estabelece seus objetivos futuros.

O aluno deve ter liberdade para investigar e dirigir sua própria aprendizagem, tendo permissão para fazer estudos independentes, para selecionar suas tarefas nos projetos de grupo, e deve ser estimulado a se envolver na seleção dos procedimentos das atividades instrucionais. Entretanto, o aluno também precisa de orientação, direcionamento, ajuda e feedback, a fim de confirmar a aprendizagem correta e corrigir conceitos errôneos adquiridos.

---

<sup>12</sup> Jean Piaget (1896-1980) renomado psicólogo e filósofo suíço, conhecido por seu trabalho pioneiro no campo da inteligência infantil.

<sup>13</sup> Lawrence Kohlberg, psicólogo e filósofo americano. Dedicou-se a estudar o desenvolvimento moral do ser humano, retomando e aperfeiçoando o modelo piagetiano.

<sup>14</sup> Lev S. Vygotsky, professor e pesquisador, dedicou-se aos campos da pedagogia e psicologia.

O processo educacional é uma série de experiências de aprendizagem, que visam atingir objetivos educacionais cuidadosamente selecionados. Conseqüentemente, a seleção dos objetivos educacionais é o fator determinante na construção do currículo. Os objetivos são derivados das considerações: (a) da natureza do aluno, (b) do contexto social no qual a escola está inserida, e (c) do conteúdo a ser ensinado.

É preciso, também, saber “onde” os alunos estão para que se possa ajudá-los a desenvolver todo o seu potencial. No entanto, é preciso saber como selecionar o conteúdo, pois adquirir um conhecimento ou habilidade não é a mesma coisa que adquirir outro, e alguns conhecimentos ou habilidades servem mais do que outros a determinados fins. Além disso, cada coisa a ser aprendida tem seu tempo ótimo de aprendizagem.

**Pressuposto 3 – RELACIONAMENTO INTERPESSOAL:** O aluno precisa sentir que professores e colegas lhe dão suporte afetivo, que o apreciam, que o encorajam a desenvolver suas potencialidades positivas e a se tornar um ser humano melhor, ou seja, ele precisa ser estimulado a formar um autoconceito positivo.

Em essência, o professor se torna o “outro” significante na vida do aluno. Ele desempenha um importante papel na “imagem” que o aluno tem de si mesmo, na maneira como ele se vê, e tal visão está diretamente relacionada com o nível de sucesso acadêmico realizado.

A implicação dessas idéias para o currículo está diretamente relacionada ao tipo e nível de dificuldade das experiências que devem ser proporcionadas ao aluno. Elas devem ser apresentadas num contexto de desafio e a consecução de cada objetivo deve ser uma oportunidade de reforço para a imagem que o aluno tem de si mesmo, bem como para o desenvolvimento máximo de seu potencial.

Para que isso aconteça, os interesses, preocupações, problemas e necessidades dos alunos devem ser usados como base para a instrução. Nesse sentido, o aluno deve ser ajudado a identificar suas necessidades, a esclarecer seus valores, a estabelecer seus próprios objetivos e a se responsabilizar pela sua aprendizagem e comportamento na sala-de-aula.

Dessa maneira, emerge um currículo pautado pelos interesses, preocupações e objetivos dos alunos, que serão encorajados a participar da formulação de questões importantes e no desenvolvimento das respostas.

**Pressuposto 4 – ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO:** Maior ênfase deve ser colocada em como as coisas são ensinadas ou aprendidas, do que no que é ensinado ou aprendido.

A instituição deve dar grande atenção ao desenvolvimento de habilidades intelectuais direcionadas para a solução de problemas, o que leva à necessidade de orientar o aluno quanto à organização do seu conhecimento e ao uso dos processos criativos do pensamento.

A organização do conhecimento é única para cada indivíduo. Embora os mesmos dados, informações, fatos e conceitos sejam fornecidos igualmente, a maneira como cada um compreende e transforma a informação é única. O conhecimento novo não é simplesmente incorporado ao antigo, ele o transforma.

Cada vez mais, torna-se improvável que a aprendizagem de alguém num estágio determinado de sua vida, seja completamente adequada a um estágio posterior. Por esta razão, as habilidades de aprendizagem devem ser desenvolvidas durante toda a vida do indivíduo - é preciso aprender a aprender, antes de tudo.

Essas considerações têm importantes implicações para a formulação das estratégias de ensino. O conceito de pensar como um processo essencialmente ativo, no sentido de que se aprende apenas “fazendo”, coloca o ensino numa perspectiva diferente. O currículo passa a dar uma ênfase especial à abordagem ativa da aprendizagem e grande atenção é dedicada ao processo e não ao conteúdo.

**Pressuposto 5 – ÊNFASE NO APRENDIZADO:** A ênfase deve ser colocada no processo e na habilidade de aprender. Todos os professores devem enfatizar o processo de ensino - como as coisas são aprendidas -, e evitar a memorização de fatos e as avaliações baseadas em perguntas fechadas, para as quais só há uma alternativa correta. O importante é ajudar o aluno a aprender e a usar a avaliação como um elemento de tomada de decisão para o planejamento das sucessivas etapas de sua aprendizagem.

**Pressuposto 6 – CURRÍCULO ADEQUADO:** O currículo (componentes curriculares e atividades complementares) deve ser centrado em problemas da região, reais e emergentes, que sejam significativos para os alunos e que satisfaçam as suas necessidades.

**Pressuposto 7 – AVALIAÇÃO CONTINUADA:** A avaliação da aprendizagem deve ser encarada como elemento de tomada de decisão para o planejamento das sucessivas etapas de avaliação. Ela deve ser utilizada como uma ferramenta de

informação, cujo objetivo é aumentar a eficiência da aprendizagem do aluno. No momento em que a avaliação fornece indícios de que há dificuldades para se alcançar alguns objetivos, a reciclagem do processo pode indicar as áreas problemáticas e também orientar a implementação de estratégias para a recuperação do aluno, evitando, dessa forma, ansiedade e frustração. Um certo nível de discrepância e ambigüidade é necessário para garantir a aprendizagem, mas a avaliação não deve constituir-se num instrumento de ameaça e julgamento da incapacidade do aluno.

Observados os pressupostos acima, os componentes curriculares, inseridos no projeto pedagógico, compõem-se das disciplinas e suas respectivas ementas, especificando os tópicos genéricos que orientam a aplicação do conteúdo programático pelos docentes. Cada disciplina contém ainda 4 bibliografias básicas e 5 complementares a serem utilizadas, coerentes com o acervo que será oferecido pela biblioteca. A bibliografia básica é composta por 2 títulos físicos e 2 títulos eletrônicos e a bibliografia complementar por 5 títulos eletrônicos. A grade curricular contempla ainda o aproveitamento de formação adicional do discente, sendo considerados os cursos extracurriculares.

Na composição curricular dos seus cursos, a FTM-CN procura atingir o seguintes objetivos:

- Desenvolver em seus alunos as habilidades e competências para que se tornem aptos a ingressarem no competitivo mercado de trabalho, tendo em vista os contextos regional e nacional.
- Desenvolver sólida formação teórica nas áreas de conhecimento específicas de cada curso, bem como a compreensão da relação entre os determinantes sócio-econômico-culturais e a prática profissional;
- Promover a integração das dimensões teórico-práticas;
- Propiciar o desenvolvimento, nos discentes, de uma visão generalista e integradora, que permita conhecer e identificar tendências do mundo moderno;
- Oportunizar ao discente a visão globalizada do mercado de trabalho, focando as especificidades de sua área;
- Propiciar o trabalho coletivo e interdisciplinar, gerando novas formas de produção e construção do saber;
- Formar um profissional reflexivo;

- Disseminar valores éticos, humanos e de responsabilidade social, em todas as práticas propostas durante o curso;
- Formar para a diversidade cultural;
- Formar profissionais que fomentem a cidadania e o respeito mútuo;
- Formar um profissional politécnico, flexível e capaz de tomar decisões;
- Formar para a autonomia.

Para a realização dos objetivos citados, três eixos de formação teórica são contemplados: **básico, profissional e complementar**. Os aspectos da prática, transversais a esses eixos, se consolidam por meio do uso de laboratórios e programas especialmente gerados para o atendimento dos propósitos da formação necessária aos alunos.

O **eixo de formação básica** constitui-se de atividades e disciplinas fundamentais que objetivam iniciar o aluno em uma formação diversificada, voltada para a sua área de atuação, capacitando-o para o desenvolvimento do currículo do curso.

O **eixo de formação profissional** refere-se às disciplinas que vão inserir o aluno no campo específico de atuação. São aquelas que se referem exclusivamente à prática profissional, fundamentando a visão necessária sobre sua área de atuação. Como exemplo têm-se as disciplinas específicas das habilitações em Administração, onde cada especialidade, seja Marketing, Recursos Humanos, etc., possui suas disciplinas próprias de formação.

O **eixo de formação complementar** refere-se a atividades como palestras, seminários, cursos de aperfeiçoamento e demais eventos que venham a enriquecer o currículo do educando.

Os currículos dos cursos e seus respectivos projetos pedagógicos são revisados periodicamente, de forma a se atualizarem com as exigências profissionais do contexto, com o perfil do egresso e ao atendimento das demandas da sociedade e do mercado. Para essa revisão periódica, também são ouvidos docentes e discentes, que se manifestam pelo Colegiado de Curso, por reuniões com representantes de turma e pesquisas específicas realizadas internamente.



Consciente da necessidade do avanço e da socialização do conhecimento, a IES prioriza em seu projeto educacional a integração do ensino e da extensão com as demandas da sociedade, num caminho de mão-dupla, posto que, se a academia, ao se comprometer com as necessidades sociais, tem muito a contribuir, também tem muito a aprender com a comunidade.

O projeto pedagógico de cada curso é construído a partir do perfil do egresso, evidenciado por meio de pesquisas e de dados estatísticos qualitativos e quantitativos do mercado de trabalho. Esse perfil desdobra-se em um conjunto de competências e habilidades necessárias às profissões, orientando a construção da grade de disciplinas de forma que estas atendam tais competências e habilidades desde o primeiro até o último semestre.

Para se operacionalizar o projeto pedagógico, exige-se que o professor ministrante da disciplina elabore um plano de ensino que contemple: a ementa proposta pelo projeto pedagógico; as habilidades e competências a serem atingidas; o conteúdo programático a ser desenvolvido no semestre; a metodologia de avaliação dos conteúdos a serem ministrados; os procedimentos e técnicas didático-pedagógicas a serem utilizados pelo docente; o planejamento detalhado das aulas para o semestre.

A elaboração dos currículos deverá observar as necessidades de cada curso, tendo em vista a futura atuação dos seus egressos no mercado de trabalho. Assim, deve ser flexível para absorver inovações, mas suficientemente rígido para delinear o perfil do aluno que se deseja formar. O currículo deve proporcionar, por meio de práticas pedagógicas, atividades e conteúdos, contribuição efetiva para o desenvolvimento da capacidade profissional do aluno, dentro de uma perspectiva profissional, cidadã, ética e responsável.

Em virtude das diferenças existentes entre os cursos ofertados pela IES, vale ressaltar que os cursos superiores de tecnologia serão desenvolvidos para atender a necessidades específicas das demandas do mercado de trabalho. As graduações contemplam disciplinas de natureza científica, humanística e de formação específica, com ênfase especial nos processos tecnológicos e no desenvolvimento de práticas profissionais sintonizadas com o mercado de trabalho, o que justifica suas especificidades em relação ao bacharelado. Sua organização é em módulos, com cursos que duram de dois a três anos. Isso confere uma vantagem competitiva ao aluno em relação ao tempo investido na integralização total do curso, e exige uma

dinamicidade diferente, com as relações práticas e atuais muito mais presentes e ativas no corpo de todas as suas disciplinas.

O objeto das diretrizes curriculares da instituição é permitir que os currículos propostos possam construir o perfil acadêmico e profissional dos alunos, com competências e habilidades dentro de perspectivas e abordagens contemporâneas de formação, pertinentes e compatíveis com as referências nacionais de qualidade e eficiência.

## **8.2 MECANISMOS DE FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR**

Os alunos da FTM-CN terão acesso a flexibilização curricular tendo em vista os seguintes pressupostos, a serem adotados em cada curso conforme o respectivo PPC:

- Oferecimento de disciplinas optativas como integrantes da matriz curricular do curso, que deve apresentar um rol de disciplinas que poderão ser oferecidas por professores efetivos, bem como a quantidade mínima de alunos matriculados para a oferta.
- Oferecimento de conteúdos complementares, que podem ser trabalhados por meio de projetos de ensino ou de Atividades Complementares, desde que especificado no projeto e executado no decorrer do curso, por professores efetivos.

## **9 AVALIAÇÃO APRENDIZAGEM**

Durante o curso os alunos da educação presencial, desenvolvem as atividades programadas por meio de aulas, pesquisas e visitas às empresas, escolas e instituições da comunidade, entre outras. Para sistematizar os resultados da aprendizagem, os alunos realizam trabalhos chamados atividades supervisionadas que também constituem instrumentos de avaliação formativa. A esses instrumentos acrescenta-se a avaliação individual presencial realizada por meio de prova discursiva e objetiva.

A avaliação e seus aspectos norteadores mostram-se como um desafio para os cursos de graduação, pois o estudante é considerado como um futuro profissional que atuará, ou já atua, nos diversos espaços sociais.

A questão de *como avaliar*, muitas vezes é colocada entre o *medir X avaliar*, pois numa prática não muito distante, acreditava-se que a mensuração e a nota fossem a expressão quantitativa do resultado do processo de aprendizagem, desprezando-se os aspectos qualitativos.

No caminhar da história educacional passou-se a dar maior consideração à avaliação como dimensão importante do processo pedagógico, uma vez que essa se realiza por meio de uma concepção que define os papéis dos professores e dos alunos, conforme a intencionalidade de determinado projeto educativo.

No Brasil, as discussões e pesquisas sobre avaliação iniciaram-se com maior ênfase a partir de 1930. Por volta de 1970, as avaliações realizadas nas instituições educativas, na maioria dos casos, evidenciavam testes padronizados, sendo que estes deveriam ser eficientes, neutros e objetivos, pautados numa concepção técnica e racional, fruto do pensamento pedagógico fortemente arraigado na época. Nessa lógica, uma das principais funções da avaliação estaria em classificar os alunos.

Com a superação do papel da avaliação como instrumento quantitativo, por meio de críticas ao modelo estabelecido, hoje discute-se não apenas seus aspectos metodológicos, mas toda a multiplicidade e complexidade que essa traz, bem como a sua importância enquanto possibilidade social de permanência ou não dos alunos nos sistemas de ensino, e dessa forma, maior ênfase é dada aos aspectos qualitativos.

Assim, a discussão deve ser intensificada quando, em nossos cursos, trabalha-se com futuros profissionais em processo de formação, onde a dimensão da avaliação deve ser entendida como parte do processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de levantar aspectos a serem superados, possibilitando as mudanças necessárias e mostrando seu caráter transformador.

Conhecer os sujeitos reais envolvidos e cultivar a intencionalidade dos cursos como formador de futuros profissionais, configura-se como a base da perspectiva da avaliação como processo que se pretende assumir na instituição. É por meio da avaliação processual que o aluno toma consciência do seu processo de aprendizagem, assumindo esse processo em seu aspecto individual, mas ao mesmo tempo coletivo e social, pois que esse envolve a todos na construção do conhecimento.

Outra dimensão a ser observada é à compreensão do *erro* no processo de avaliação como parte da construção do caminho percorrido pelo estudante, não como instrumento para classificar o aluno, como nos moldes tradicionais. Sendo assim, o *erro* integra o processo, é mais um momento da aprendizagem tal qual o *acerto*.

Dessa forma, ao tomar essa postura no ato avaliativo, não se procurará punir os mais fracos e menos capazes, mas mostrar os caminhos e as necessidades do aluno como sujeito. Assumindo a responsabilidade pela sua aprendizagem, o aluno desencadeará o esforço necessário para o aprimoramento da sua formação, junto ao professor formador, construindo por meio da análise crítica, a dimensão social deste momento de aprender e conhecer.

Comprometida com o contexto social nacional, uma instituição de ensino superior deve perceber a avaliação da aprendizagem como *processual* e *transformadora*, respeitando os sujeitos reais (professores e alunos) envolvidos neste processo, bem como as concepções de homem, sociedade, educação, escola, explicitadas neste projeto.

Para tanto, a prática da avaliação processual formativa torna necessário compreender alguns conceitos explicitados, os quais refletem a intencionalidade da avaliação no momento em que se realiza o processo educativo:

- **Avaliação prognóstica:** neste conceito, a avaliação antecede a ação de formação e faz um diagnóstico do aluno, identificando características e peculiaridades dos aprendizes, tendo como função ajustar, reciprocamente, aprendiz e plano de estudo;
- **Avaliação cumulativa:** acontece depois da ação, tendo a função de verificar se os objetivos visados pelo plano de formação foram realizados. Por meio dela faz-se um balanço e verifica-se o quanto o aluno aprendeu ao final do curso;
- **Avaliação formativa:** deve estar no centro da ação de formação, pois tem como função contribuir para a regulação da atividade de ensino, levantando informações necessárias e úteis enquanto o processo efetiva-se.

Assim, ressalta-se que no processo avaliativo é necessário considerar aspectos cumulativos e prognósticos, mesmo quando este procura estar no centro da ação educativa, ou seja, ser formativa. Portanto, o objetivo maior em realizar uma

avaliação formativa é contribuir para que a relação forma e conteúdo estejam coerentes com as características e necessidades dos alunos no momento em que a ação educativa acontece.

Outra questão importante sobre a avaliação refere-se à sua dimensão transformadora, no tocante a formação de seus alunos como futuros profissionais, críticos e reflexivos diante das práticas de ensino de sua instituição.

Neste sentido, para reconhecer a avaliação como emancipatória, como geradora da construção de uma autonomia intelectual e de análise global dos aspectos educacionais na prática dos cursos, exige-se uma análise da realidade, tendo a possibilidade de tomada de decisão e de intervenção, com a tentativa de superar os problemas encontrados.

A construção de uma práxis avaliativa processual e transformadora desafia os professores a repensarem no coletivo do curso alguns aspectos que se fazem importantes e necessários, quando as demandas do cotidiano contagiam os docentes pela simples negação, e esquecem-se, por alguns momentos, da necessidade de superação das práticas tradicionais de avaliação. São estas características:

- Que a forma da avaliação apresente-se como processual, superando seu caráter classificatório e que sua função esteja em produzir aprendizagens;
- Que o conteúdo da avaliação favoreça o raciocínio e a compreensão, interagindo com conhecimentos que o aluno já tenha adquirido;
- Que a intencionalidade da avaliação esteja centrada na intervenção para a mudança e não apenas na constatação de dados e necessidades;
- Que o vínculo pedagógico esteja presente na significação dos conteúdos a serem estudados, como na escolha de metodologias mais participativas.

Para tanto, a preocupação com a avaliação processual e transformadora nos Cursos da FTM-CN aponta para um compromisso maior, a responsabilidade de buscar a qualidade do trabalho pedagógico, tendo em vista que se pretende formar futuros profissionais, coerentes e comprometidos com o social.

## 9.1 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os procedimentos e instrumentos de avaliação apresentam-se como condições concretas para a efetivação das concepções acima colocadas. Suas diretrizes têm como vertente uma concepção de ensino-aprendizagem centrada no estudante. A definição do perfil do aluno que se quer formar, com determinadas características como senso crítico, criatividade, pró-atividade, espírito empreendedor e adaptabilidade a uma sociedade em processo de mudanças contínuas e radicais, pressupõe uma concepção de aprendizagem que aponta para uma forma de avaliação com os seguintes pressupostos básicos:

- O aluno é o sujeito do ato de aprender e, portanto, sujeito da própria avaliação, cujo processo encontra nele a sua razão de ser; é sua a conquista do conhecimento, a qual deve ser objeto de perscrutação e de estímulo;
- O professor é o mediador na relação que se estabelece entre o aluno e o conhecimento e, como tal, deve constituir-se como orientador do aluno no processo de despertá-lo para a consciência de suas potencialidades e da melhor forma de desenvolvê-las;
- A avaliação deve constituir-se sobretudo numa forma de acompanhar e verificar como o aluno está construindo o conhecimento, com objetivo de realimentar o processo ensino-aprendizagem;
- A avaliação somente alcança seu objetivo se ensejar uma reflexão conjunta entre aluno e professor sobre os avanços obtidos e as dificuldades a serem vencidas;
- Deve-se avaliar conteúdos significativos e contextualizados e não uma soma de informações memorizadas de modo isolado e fragmentado;
- As avaliações devem contemplar questões abertas, situações problemas que permitam averiguar o desenvolvimento do

raciocínio crítico, da capacidade de interpretação, de argumentação, enfim, das estruturas cognitivas do estudante;

- O professor deve encarar os erros e as dúvidas dos alunos como oportunidades para instigá-los à procura por respostas e ao aprender mais.

Alguns aspectos da avaliação a serem observadas nas diversas disciplinas são:

- A avaliação pode acontecer em diferentes momentos, respeitando o plano de trabalho da disciplina;
- Atividades avaliativas poderão acontecer de forma interdisciplinar, quando uma ou mais disciplinas planejam um trabalho em comum, respeitando as especificidades de cada uma delas;
- Avaliar o aluno em diferentes oportunidades, respeitando suas necessidades, contribuindo assim para sua melhor aprendizagem;
- Possibilitar ao aluno uma avaliação individual;
- Privilegiar questões dissertativas, dando ao aluno a possibilidade de realização de síntese dos conhecimentos trabalhados;
- Diversificar as formas de realização das avaliações, conforme a metodologia de ensino, sendo esta mais participativa e ao mesmo tempo reflexiva;
- Realizar momentos de avaliações em grupos e/ou em duplas, possibilitando a troca de conhecimentos e informações entre os alunos;
- inserir a avaliação ao processo de aprendizagem construído pelo aluno.

No que se refere às Disciplinas de Estágio e ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, existem orientações específicas para cada um deles, não desvinculadas das concepções de avaliação aqui explicitadas.

## 9.2 MOMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Constituem momentos de avaliação da aprendizagem:

- Participação nas atividades "on-line", em contato com os professores especialistas e nas atividades de comunicação síncronas e assíncronas propostas no ambiente virtual;
- Execução e entrega das tarefas propostas nas diferentes etapas desde o início até o término do curso;
- Avaliação final de cada módulo, desenvolvida nos polos ou na sede da instituição de forma presencial e obrigatória.

## 9.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de aprendizagem dar-se-á considerando os seguintes critérios:

- Pertinência, clareza e precisão do conhecimento exposto no texto;
- Consistência e coerência dos conceitos apresentados;
- Pertinência da relação teoria e prática, nos exemplos citados ao longo do texto;
- Criatividade e adequação de inter-relações estabelecidas;
- Sistematização do texto com correção gramatical na construção da frase, da ortografia e pontuação.
- Uso adequado das normas de produção de texto científico;
- Cumprimento do prazo de entrega das atividades.

## 9.4 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem é proposta na Faculdade como um procedimento no qual devem ser estabelecidos critérios para se detectar os conhecimentos, atitudes ou aptidões que os estudantes adquiriram, que objetivos do

ensino atingiram em um determinado ponto do percurso e que dificuldades apresentam em relação a outros.

Assim, o professor deve estar sintonizado com as propostas e políticas definidas para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, o que facilitará a busca de meios e estratégias que possam ajudar os alunos a resolver as dificuldades. Da mesma forma, os alunos devem se apropriar dos mecanismos que os levem a identificar claramente as suas próprias dificuldades e tentarem ultrapassá-las com a ajuda do professor e com o próprio esforço.

O planejamento da avaliação do processo de ensino-aprendizagem deve pressupor a identificação do que se pretende atingir (os objetivos de aprendizagem), o processo de chegar até lá (os métodos, meios e materiais) e, conseqüentemente, a maneira de saber se conseguiu, ou não, o pretendido (tipos e instrumentos de avaliação).

No processo de avaliação definido para os cursos de graduação, em coerência com a proposta pedagógica estão previstas formas avaliativas que percorrem todo o processo de ensino-aprendizagem, congregando diversas etapas como, avaliação diagnóstica, processos de nivelamento, acompanhamento dos docentes durante o percurso, por meio da realização de atividades constantes do planejamento de ensino, bem como as avaliações somativas realizadas bimestralmente com o objetivo de sistematizar o processo, detectando-se o desempenho dos alunos perante os conhecimentos desenvolvidos.

A regulamentação do rendimento acadêmico está contida do Regimento da FTM-CN, que prevê a realização por disciplina ou módulos. O aproveitamento escolar em cada disciplina será representado pelo conjunto de avaliação cognitiva e atividades formativas, com atribuições de conceitos definidos pelos conselhos de curso e aprovados pelo conselho superior.

A Avaliação dos cursos de Graduação da FTM-CN é composta de atividades que semanalmente os alunos são submetidos. Estas atividades juntamente com as provas presenciais obrigatórias compõe a Nota do aluno. O registro da avaliação ocorre conforme definido no regimento da IES, a saber:

#### SEÇÃO IV

## DA AVALIAÇÃO E DO APROVEITAMENTO

Art. 85 A aprovação em disciplina dependerá do resultado obtido pelo aluno nas avaliações realizadas ao longo do período letivo, segundo o plano de ensino da disciplina divulgado aos alunos no início do semestre letivo, sendo o resultado global expresso por meio de graus numéricos de zero (0) a dez (10).

Art. 86. Toda disciplina deverá ter, no mínimo, duas (2) avaliações formais por período letivo, sendo pelo menos 1 (uma) escrita.

§1º Entende-se por avaliação formal aquela que é realizada a partir de divulgação prévia e cujo resultado obtido é computado para fins da média final a ser cadastrada no histórico escolar do aluno.

§2º É dever do professor ministrante, proceder à divulgação do resultado de cada avaliação realizada, nos prazos estabelecidos no plano de ensino divulgado no início do período letivo e/ou naquele previsto no Calendário Escolar.

Art. 87 Todo aluno regularmente matriculado terá direito de vista às provas escritas devidamente corrigidas pelos professores ministrantes, a fim de esclarecer tanto questões de conteúdo quanto as relativas às formas de avaliação e correção.

§1º. É assegurado aos alunos o direito à revisão do resultado das avaliações, por meio de requerimento firmado e protocolado na Secretaria Acadêmica, no prazo máximo de três (3) dias após a divulgação dos resultados da respectiva avaliação.

§2º. As solicitações de revisão de resultado de avaliação deverão ser apreciadas e decididas inicialmente pelo professor ministrante da respectiva disciplina, no prazo de três (3) dias, contados do protocolo do requerimento resguardados ao aluno o direito a recurso, primeiramente ao Coordenador do Curso e, em segunda instância, ao Diretor Acadêmico.

Art. 88 Será considerado aprovado por média o aluno que alcançar, no total do período letivo, frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) da carga horária prevista para a disciplina, tal como descrita e definida no projeto de cada curso, e obtiver média de, no mínimo, sete (7).

§1º. Os alunos que não obtiverem a média definida no caput deste artigo, mas tenham alcançado a frequência mínima ali prevista, e nota mínima igual a quatro (4), poderão se submeter a exame final, considerando-se aprovado o aluno que obtiver cinco (5) como média aritmética entre o grau obtido no exame final e a média das avaliações realizadas na disciplina.

§2º. Em casos de índices anormais de reprovação na disciplina sob sua responsabilidade, deverá o professor ministrante notificar o Coordenador do curso respectivo para, em conjunto, estabelecerem medidas capazes de melhorar o rendimento pedagógico dos alunos.

Art. 89 Nas disciplinas de natureza especial, como estágios, pesquisas, monografias, tal como previstas no projeto de cada curso respectivo, poderá caber forma especial de avaliação, ouvido o Conselho de Ensino e Extensão, guardado o disposto no artigo anterior e o estabelecido nas normas gerais de registro e controle acadêmico.

Art. 90 Ouvido o Colegiado de Curso, os Coordenadores de curso poderão propor formas de recuperação de aproveitamento em disciplinas, de forma a evitar um número excessivo de alunos desperdiçados em relação à grade curricular de seus respectivos cursos.

Art. 91. O aluno reprovado em até 3 (três) disciplinas poderá matricular-se no semestre seguinte, devendo cursar as disciplinas em que foi reprovado, em regime de dependência.

Parágrafo único. Será vedada a matrícula no semestre/modulo seguinte ao aluno que estiver reprovado em 4 (quatro) ou mais disciplinas de um semestre/modulo ou acumuladas aos semestres anteriores, cabendo neste caso ao pagamento proporcional da semestralidade, ao número de horas/aula a serem cursadas.

Art. 92 Terá direito a segunda chamada nas avaliações o aluno que porventura não tenha comparecido à avaliação regularmente prevista, nos seguintes casos de impedimentos:

- I - os previstos na Lei n.º 4375/64 (manobras ou exercícios militares), comprovados por documento da respectiva unidade militar;
- II - internamento hospitalar devidamente comprovado;
- III - doença impeditiva do comparecimento, confirmada por atestado médico reconhecido na forma da lei;
- IV - luto por parentes ou afins em linha reta, ou colaterais até o segundo grau, comprovável pelo respectivo atestado de óbito;
- V - convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente;
- VI - impedimentos gerados por atividades previstas e/ou autorizadas previamente pela Coordenação do respectivo Curso.

Parágrafo único. A prova de segunda chamada deverá ser solicitada pelo aluno por seu representante, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da realização da avaliação principal

Art. 93. Ao final de cada período letivo, nos prazos estabelecidos no Calendário Escolar, cada docente da IES encaminhará à Secretaria Acadêmica, em Boletim de Notas e Frequências específico, o resultado final de cada disciplina, devidamente firmado pelo professor ministrante e pelo Coordenador do respectivo curso.

§1º É de inteira responsabilidade do professor ministrante e do Coordenador do Curso o conteúdo dos Boletins enviados à Secretaria Acadêmica.

§2º Uma vez enviadas à Secretaria Acadêmica, as notas e as frequências só poderão ser alteradas por meio de formulário específico devidamente firmado pelo professor ministrante e pelo Coordenador do respectivo Curso.

Art. 94 A Secretaria Acadêmica manterá e alimentará o Sistema de Controle Acadêmico da IES, na forma do Regimento e de acordo com normas baixadas para este fim pelo Conselho de Administração Superior ou pelo Conselho de Ensino e Extensão.

Art. 95 Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

## **CAPÍTULO VI DA COLAÇÃO DE GRAU E DO DESLIGAMENTO**

Art. 96. São aptos a colar grau os alunos que tiverem cumprido todas as exigências curriculares definidas no Projeto Pedagógico do respectivo curso e não possuírem quaisquer pendências na IES, na forma da lei.

Art. 97 O Conselho de Administração Superior- CONSU e o Conselho de Ensino e Extensão CEE, baixarão as normas, os procedimentos e as exigências para fins de colação de grau, formaturas e registros de diplomas, na forma da lei.

Art. 98 A IES concederá transferência para outras Instituições de Ensino Superior ao aluno devidamente matriculado, mesmo àqueles com matrícula trancada, ressalvadas as normas legais aplicáveis.

Art. 99 Os alunos registrados na IES submetem-se às disposições do seu Regimento e às normas legais pertinentes como condição de sua permanência na Instituição, levando o seu descumprimento ao imediato desligamento do aluno e ao cancelamento do seu registro acadêmico.

Parágrafo Único. No caso de aplicação de quaisquer das penalidades previstas no Regimento que impliquem em perda do registro acadêmico será assegurado ao aluno o mais amplo direito de defesa.

## **TÍTULO IV DOS TÍTULOS E DIGNIDADES ACADÊMICAS**

Art. 100 Aos formados nos diversos cursos da IES, de acordo com o projeto acadêmico e o currículo pleno de cada curso respectivo, serão conferidos, na forma da lei, os certificados de conclusão e os diplomas correspondentes.

§ 1º. Os certificados e diplomas serão firmados pelo interessado e pelo Diretor Acadêmico, segundo normas específicas baixadas pelo Conselho Ensino e Extensão.

§ 2º. Quando se tratar de curso com mais de uma habilitação, o verso do diploma correspondente à primeira habilitação obtida ou, quando for o caso, ao título geral do curso de graduação cumprido trará as menções legais às habilitações obtidas na forma da lei.

Art. 101. Os graus acadêmicos serão concedidos pelo Diretor Acadêmico, ou por expressa e específica delegação de competência deste, em sessão pública e solene do CEE ou em ato simples, na qual os formandos farão o juramento correspondente e da qual será lavrada a Ata de Colação de Grau, para o pleno gozo das prerrogativas legais dos formandos, salvo nos casos específicos e previstos nos Regulamentos das Unidades Acadêmicas.

Art. 102. Por iniciativa do Conselho de Administração Superior e/ou Conselho de Ensino e Extensão, poderão ser criados títulos e dignidades

acadêmicas, na forma da lei e de acordo com o que vier a ser disposto em normas específicas.

## 9.5 CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO

Na avaliação somatória, a aferição do resultado será feita por disciplina. Para aprovação por média, o aluno deverá obter um percentual de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas e será considerado aprovado em cada disciplina, o aluno que tiver obtido a nota mínima 7 (sete). O aluno que não obtiver essa média, porém tenha pelo menos média 4 (quatro), poderá realizar exame final. Se no exame final, o aluno obtiver aproveitamento igual ou superior a 5 (cinco) estará aprovado. Se não obtiver média 5 (cinco) ficará em dependência que será cumprida preferencialmente nos períodos de recesso escolar. O aluno que obtiver média semestral inferior a 4 (quatro), estará automaticamente reprovado sem direito a prestar exame final.

## 9.6 EXAME FINAL

O exame final será realizado antes do início do próximo módulo/semestre letivo, conforme previsão no calendário letivo. Recomenda-se que esta avaliação seja realizada no formato de prova individual composta por 8 (oito) questões de objetivas e 2 (duas) discursivas, aferindo a aprendizagem dos conteúdos das disciplinas. No entanto, o professor pode adotar um instrumento de avaliação diferente, no âmbito de sua autonomia pedagógica. O aluno poderá solicitar orientação da aprendizagem aos tutores e/ou professores do curso nas semanas que antecedem a realização do exame final. Realizado o exame, será aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 5,0 (cinco). A média será a soma da nota de disciplina mais a nota de exame final, dividido por 2. O cálculo da média final obedecerá a fórmula:

$$\text{MD} + \text{NEF} = \text{média final}$$

**MD = Média da Disciplina**

**NEF = Nota do Exame Final**

## **9.8 DEPENDÊNCIA NAS DISCIPLINAS**

O aluno reprovado em 4 (quatro) disciplinas não poderá matricular-se no semestre seguinte, sem antes cursar em regime de dependência as disciplinas em que foi reprovado. Os períodos para cumprimento das dependências serão previstos no calendário acadêmico.

## **9.9 CUMPRIMENTO DAS DEPENDÊNCIAS**

O aluno poderá cursar em regime de dependência as disciplinas em que não obtiver rendimento suficiente, ou seja, média menor que 5 (cinco) no exame final. O período para cursar a disciplina em dependência está previsto em calendário letivo. Para ser aprovado, o aluno deverá obter média de aprovação igual ou superior a 7 (sete) na média de cada uma das disciplinas. O aluno não poderá concluir o curso se não estiver aprovado em todas as disciplinas. O aluno poderá cursar, paralelamente às disciplinas regulares do módulo/semestre, até duas disciplinas de dependência em regime de tutoria, orientados pelo professor ou pelo tutor em horários diferentes das aulas regulares.

## **9.10 PROVA DE SEGUNDA CHAMADA**

Caso o aluno falte a alguma avaliação bimestral deve requerer, por meio de protocolo junto à Secretaria Acadêmica, a realização da prova em segunda chamada (reposição), dentro de um prazo máximo de 5 dias após a realização da avaliação. As datas de realização das provas de segunda chamada serão marcadas bimestralmente pelas coordenações dos cursos em conjunta com a Secretaria acadêmica. Não haverá segunda chamada para exames finais.

## 9.11 REVISÃO DE PROVAS

Todo aluno regularmente matriculado terá direito de vista às provas escritas, devidamente corrigidas pelos professores ministrantes, a fim de esclarecer tanto questões de conteúdo quanto as relativas às formas de avaliação e correção. É assegurado aos alunos o direito à revisão do resultado das avaliações, por meio de requerimento firmado e protocolado na Secretaria Acadêmica, no prazo máximo de cinco (5) dias após a divulgação dos resultados da respectiva avaliação.

De acordo com as normas regimentais, os critérios para a revisão são:

### 1. Revisão das provas

- Podem ocorrer diretamente com o professor, em sala de aula, no momento em que o aluno receber a prova com a nota, não havendo necessidade de protocolos na Secretaria Acadêmica;
- Caso essa revisão não chegue a um consenso, o aluno deverá dirigir-se ao coordenador do curso, que dará subsídios ao aluno, mediando a situação junto ao professor ou orientando o procedimento de revisão formal protocolada na secretaria acadêmica.

### 2. Revisão de Exames finais

- O aluno deverá dirigir-se à Secretaria Acadêmica para protocolar a solicitação, indicando a disciplina e o professor, e recolher uma taxa para sua realização;
- A partir daí, a secretaria buscará no arquivo a prova do aluno, fará uma cópia e montará um processo que será encaminhado ao coordenador;
- O coordenador entrará em contato com o professor e marcará um horário para a revisão;
- Havendo consenso, o processo será devolvido para a Secretaria Acadêmica, com o deferimento informando a decisão;
- Caso a decisão não satisfaça ao aluno, ele ainda poderá recorrer à Diretoria Acadêmica

## 9.12 APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS CURSADAS

O aluno que tenha realizado estudos em outros estabelecimentos de Ensino Superior poderá requerer na Coordenação de Curso, nos prazos previstos no Calendário Acadêmico, aproveitamento de disciplinas, desde que haja identidade ou equivalência quanto aos temas e carga horária das disciplinas.

Somente será concedido o aproveitamento de disciplinas a estudos realizados em cursos devidamente reconhecidos, quando concluídos esses estudos. O aluno deverá freqüentar as aulas da disciplina, enquanto aguarda o despacho de seu pedido de aproveitamento.

## 10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC procura consolidar o conhecimento acumulado pelo aluno durante o curso, na forma de monografia, artigo, dentre outras possibilidades, a ser defendido perante uma banca de professores qualificados para tal ou mediante avaliação escrita, conforme a metodologia adotada em cada projeto pedagógico de curso. Constitui, portanto, pré-requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel ou Licenciado, nos cursos de graduação presenciais FTM-CN.

O objetivo dos TCCs é demonstrar a competência do aluno em sistematizar o conhecimento em sua área de atuação, elaborando um projeto que integrará a teoria da sala de aula com a prática adquirida no mercado profissional e também com a realidade social na qual o aluno se insere. Por meio do seu projeto, o aluno estará demonstrando sua competência, utilizando toda uma metodologia apropriada para identificar as variáveis e correlacioná-las.

Todo o processo é acompanhado por professores orientadores. Em princípio, todos os docentes do curso estão aptos a orientar os alunos nos TCCs, após a definição das suas respectivas áreas de atuação. Cabe ao orientador acompanhar e avaliar o processo de desenvolvimento do trabalho do aluno, inclusive na composição do TCC – elaborados segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que somente será submetida à Banca examinadora após sua recomendação. O trabalho dos alunos também será acompanhado pelos professores

orientadores de classe, de forma sistemática e contínua, considerando a avaliação dos orientadores específicos.

A avaliação da monografia pela banca será feita considerando três eixos principais: conteúdo, metodologia e apresentação. A metodologia deverá seguir as normas da FTM-CN e conter introdução, desenvolvimento, conclusão, referência bibliográfica e procedimentos de confecção. A apresentação do trabalho será pública e deverá ser feita perante uma banca examinadora contendo três professores, após ter sido previamente aprovada com média geral ou superior a 7 (sete), obtida durante os dois semestres avaliados pelo professor orientador de TCC, conforme critérios e cronogramas apresentados. Em caso de média maior ou igual a 5 (cinco) e menor que 7 (sete) caberá reapresentação do trabalho.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso são disponibilizados na biblioteca da instituição, e no site para consulta dos interessados. Quando o projeto do curso exigir a realização do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, todos os alunos deverão fazê-lo.

A elaboração do TCC seguirá as normas regimentais e demais instruções, observando:

- Os procedimentos científico-metodológicos no seu encaminhamento;
- A coerência entre seus elementos constitutivos;
- A sistematização teórico-prática;
- O estudo de um tema específico.

O TCC deverá conter:

- Introdução – definição do tema; contextualização e delimitação do problema; justificativa e objetivos.
- Desenvolvimento – fundamentação teórica do trabalho que envolve a explicação, discussão e a demonstração objetiva e concisa da pesquisa;
- Conclusão – síntese dos resultados obtidos e sugestão de possíveis aprofundamentos do tema de estudo.

## **10.1 COMPOSIÇÃO DA NOTA DO TCC**

A avaliação somatória será realizada por notas na escala de zero a 10 (dez), com a seguinte distribuição de pontos:

- Texto: de zero a sete pontos;
- Apresentação no seminário: de zero a três pontos.

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7 (sete). O aluno que não obtiver média igual ou superior a 7 (sete) deverá refazer seu trabalho de conclusão de curso.

## **11 POLÍTICA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Seguindo o modelo dos cursos de graduação, os cursos de especialização ofertados pela FTM-CN terão uma estrutura modular. São trabalhados módulos que compreendem de 60 a 150 horas, dependendo da proposta pedagógica de cada curso.

Esta organização procura refletir o entendimento de que os saberes específicos derivam seu sentido de um contexto mais amplo, balizado pelos fundamentos epistemológicos e pelas práticas sociais, de forma que cursos simultâneos possam partilhar um mesmo núcleo introdutório.

Em cada núcleo, o conteúdo é distribuído por módulos constituídos por um conjunto de disciplinas. Os módulos constituem-se numa organização dos conteúdos a serem estudados de forma interdisciplinar pelos alunos.

A composição dos módulos é feita de forma que os conteúdos de cada uma sejam independentes, abolindo a condição de pré-requisito. Essa estruturação dos campos temáticos permite que sejam admitidos novos alunos a cada início de módulo, respeitadas as especificidades de cada área e de cada curso.

A FTM-CN entende que, numa proposta de especialização, deve-se destacar o TCC deve permitir o acesso aos conhecimentos produzidos pela investigação acadêmica, nas diferentes áreas que compõem seu conhecimento profissional, conforme o disposto em cada projeto de curso.

Assim, para que a postura de investigação e a relação de autonomia se concretizem, o aluno necessita conhecer e saber usar determinados procedimentos: levantamento de hipóteses, delimitação de problemas, registro de dados, sistematização de informações, análise e comparação de dados, verificação etc.

Com esses instrumentos, poderá, também, ele próprio, produzir e socializar o conhecimento de modo sistemático. O discente constrói conhecimento quando investiga, reflete, seleciona, planeja, organiza, integra, avalia, articula experiências, recria e cria formas de intervenção junto a sua realidade profissional.

Assim, ao TCC constitui um instrumento de ensino e um conteúdo de aprendizagem na formação, especialmente importante para a análise dos contextos em que se inserem as situações cotidianas. Possibilita que o profissional em formação aprenda a conhecer a realidade para além das aparências, de modo que possa intervir considerando as múltiplas relações envolvidas nas diferentes situações com que se depara.

Desse modo, a pesquisa deve cumprir seu papel como elemento central da produção científica. O resultado deste processo é observado nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Os TCCs se dividem em:

- Monografia: produção clássica dentro dos moldes da ABNT e critérios institucionais.
- Artigo: produção já formatada para publicação em periódicos específicos;
- Projeto Social: produção voltada à comunidade em que se objetiva transformações sociais;

Independentemente do tipo de Trabalhos de Conclusão de Curso elaborado pelo aluno, as publicações serão estimuladas pela instituição, seja por meios internos ou externos. Com relação aos estágios supervisionados, estes são acompanhados por professores da instituição e devem perfazer uma carga horária mínima de práticas operacionais referentes aos temas teóricos abordados.

## 11.1 REPRESENTAÇÕES

A organização administrativa das atividades de Pós-Graduação *lato sensu* presencial da FTM-CN, segue o modelo organizacional da IES com previsão de atuação na educação presencial e se concentram na região norte e nordeste do país. A gestão operacional e logística será executada em parceria com representantes locais, quando for o caso, nos mesmos espaços onde funcionarão os cursos e em

outros locais específicos para a pós-graduação *lato sensu*. O limite de abrangência geográfica de cada representante será definido no contrato de parceria. Com isso, a FTM-CN, por meio de seus representantes poderá:

- Conhecer as regiões do país sob os aspectos educacionais e culturais, atendendo as demandas e necessidades da população já graduada;
- Colaborar com a inserção da institucional de modo a fixar a marca FTM-CN junto a potenciais discentes;
- Promover abertura de turmas de pós-graduação respeitando sempre as exigências legais, proferidas pelo Ministério da Educação;
- Acompanhar os cursos em andamento, oferecendo suporte aos docentes e discentes, bem como dando respaldo às necessidades burocráticas e logísticas para o andamento dos cursos;
- Monitorar o discente fora do ambiente de sala de aula para atender eventuais necessidades complementares;
- Fortalecer os vínculos entre os discentes e a instituição.

## 11.2 AULAS E MATERIAL DE APOIO

A dinâmica das aulas dos cursos presenciais ou EAD de pós-graduação organiza-se em módulos disciplinares. Esta sistematização prevê utilização do portal do aluno e da Ambiente Virtual de aprendizagem da FTM-CN para a disponibilização do material didático e dos serviços institucionais para os alunos, sendo o conteúdo de cada disciplina e o material didático dos professores disponibilizado previamente à realização do módulo. Todo o material de aula será disponibilizado no AVA com a antecedência necessária para os alunos tomarem conhecimento, fazerem as leituras e resolverem os exercícios que poderão ser solicitados previamente pelos professores.

Alguns cursos poderão ter material didático na forma de livro. Tal recurso é uma opção complementar aos demais materiais de apoio, mas a meta da instituição é que isso seja o padrão para todas as disciplinas.

As aulas são proferidas presencialmente, com o uso dos vários recursos didáticos. Poderão ser expositiva e dialogada, com utilização de recursos tecnológicos, bem como distribuição de textos e roteiros. Pode-se ainda fazer uso de outros métodos participativos, como discussão, debates, dramatização ou visitas técnicas.

### **11.3 PERFIL DO CORPO DOCENTE NA PÓS-GRADUAÇÃO**

O corpo docente dos cursos de especialização da FTM-CN será formado por profissionais titulado e com experiência de mercado atendendo aos dispositivos legais que estabelecem as normas de funcionamento da pós-graduação *lato sensu* no Brasil.

Será constituído um banco de dados online, para cadastramento de professores, através do site no item trabalhe conosco. O docente cadastrado poderá ser convidado para seleção, onde deverá participar de uma prova didática sendo avaliado por uma banca. A instituição também utiliza da indicação da comunidade acadêmica para convidar docentes para participar da seleção, seguindo o mesmo perfil dos docentes que se cadastram no banco de dados do site da faculdade.

### **11.4 NORMAS DE INGRESSO DISCENTE**

As normas de ingresso são regimentais e a matrícula é o ato pelo qual o aluno formaliza seu ingresso no curso e vinculação à instituição. De natureza bilateral, gera direitos e deveres entre as partes e a aceitação, pelo matriculado, das condições legais e demais disposições da instituição proponente.

Serão certificados em nível de extensão os alunos que não concluírem o curso por reprovação, desistência ou não apresentação de documentos. Será feita, após a entrega pelo candidato e a análise pela instituição dos seguintes documentos:

- Curriculum Vitae;

- Apresentação do diploma de Nível Superior;
- Carteira de Identidade (RG) e CPF/CIC;
- Assinatura do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais.

### **11.5 DURAÇÃO DO CURSO**

Os cursos de especialização possuem o mínimo de seis meses e no máximo de 02 (dois) anos de duração, variando o tempo conforme o projeto pedagógico. Vale salientar que o período de realização do curso não poderá ser inferior a seis meses, de acordo com a determinação da legislação educacional vigente e também não poderá apresentar carga horária inferior a 360 horas.

### **11.6 CANCELAMENTO DE MATRÍCULA**

Segue as normas regimentais da Instituição e caso o aluno necessite ou deseje interromper sua participação na pós-graduação, deverá solicitar o cancelamento em requerimento próprio obtido através do monitor ou representante local ou mesmo na sede da instituição.

### **11.7 FREQUÊNCIA**

Segue as normas legais e regimentais da Instituição. Para ser aprovado no curso, o aluno deverá obter um nível mínimo de frequência de 75% por módulo, não excedendo aos 25% de faltas.

### **11.8 FORMAS DE AVALIAÇÃO DOS ALUNOS**

A educação tem na avaliação uma maneira de aferir como os alunos vêm se apropriando do conhecimento. Avaliar exige acompanhar o crescimento do educando, utilizando para isso vários instrumentos de diagnóstico, que resultam no conceito como reflexo de todo o desenrolar de uma construção do pensamento científico.

Desta maneira, a avaliação assume um caráter mais construtivo do que instrutivo de aprendizado.

Imbuídos dessa premissa e sob essa orientação, é que os professores da pós-graduação utilizam seus instrumentos avaliativos e, para tanto, cada módulo e cada docente tem um processo singular, considerando diferentes características e especificidades. Assim, a avaliação fica sob a responsabilidade das coordenações, seguirá as diretrizes institucionais e os instrumentos serão elaborados pelos professores de cada disciplina.

A avaliação ocorrerá através de trabalho que pode ser individual ou em equipes de até três alunos, sem perder de vista os seguintes aspectos:

- A participação do aluno nas atividades propostas pelos docentes: seminários, debates, discussão em grupo;
- A percepção, pelos professores, do aproveitamento individual do aluno;
- A qualidade na elaboração e no cumprimento dos prazos para entrega dos trabalhos escritos propostos durante as atividades individual e/ou em grupo.

As notas atribuídas pelos professores devem variar de 0,0 (zero) a 10 (dez) e serão considerados aprovados aqueles alunos que obtiverem notas iguais ou superiores a 7 (sete). Aqueles alunos que não atingirem o conceito mínimo farão uma prova de exame e não atingindo a nota mínima para aprovação terão a oportunidade assistir novamente as aulas e refazer todo o processo avaliativo da disciplina, com acompanhamento das coordenações pedagógicas e dos docentes.

### **13 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Nas últimas décadas, avanços significativos impulsionaram para a democratização da sociedade inspirados, em grande parte, pelos movimentos de direitos humanos, os quais destacam a urgência da construção de espaços sociais que acolham, respeitem e convivam com a diversidade.

Nesta perspectiva, todos os segmentos da sociedade tornam-se corresponsáveis pelo processo de inclusão social, creditando-se ao sistema educacional as ações mais efetivas para garantir a democratização da educação.

O Brasil fez a opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e com os postulados da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade (1994).

A partir daí, inúmeras legislações foram aprovadas visando assegurar o acesso e permanência de alunos com necessidades especiais ao sistema regular de ensino, entre elas, destacam-se a Constituição Federativa da República, de 1988, a Lei n.º 8.069, de 1990, a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e, a Resolução n.º 02, de 2001, do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Além destas, a FTM-CN ainda norteia o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais a partir da seguinte legislação:

- CF/88, Art. 205, 206 e 208;
- NBR 9050/2004, da ABNT;
- Lei N° 10.098/2000;
- Decreto N° 5.296/2004;
- Decreto N° 6.949/2009;
- Decreto N° 7.611/2011;
- Portaria N° 3.284/2003;
- Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Hoje, uma educação respaldada pelos avanços científicos e pelas transformações sociais, remete a uma reconceitualização da Educação Especial, não mais considerada um sistema paralelo, mas parte integrante do sistema educacional, uma vez que se trata de uma “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais” (Art. 58, Lei n.º 9394/96).

Essa modalidade constitui-se como uma proposta pedagógica que assegura recursos e serviços para apoiar, complementar, suplementar e/ou substituir serviços



educacionais adotados para os alunos que apresentam necessidades especiais, tendo em vista o processo de inclusão no contexto educativo.

Cabe ressaltar que uma política inclusiva refere-se ao respeito e atendimento das necessidades especiais, não só das pessoas com deficiências, mas também a todas as outras diversidades que aparecem cotidianamente nos diferentes contextos sociais. Assim, alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais, emocionais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter permanente ou temporário, que resultem em dificuldades ou impedimentos no desenvolvimento do seu processo ensino-aprendizagem. Estão incluídas nesta classificação os superdotados e as pessoas com comportamento típico.

A preocupação fundamental no trabalho dentro das IES, junto aos alunos com necessidades educacionais especiais, é no sentido de adequar condições pedagógicas, físicas, de informação e comunicação, para que eles possam efetivamente ser os autores do seu processo de construção de aprendizagem.

A FTM-CN preocupa-se em atender a todos os seus alunos, a despeito das características, desvantagens ou dificuldades que possam apresentar, procurando disponibilizar as devidas condições físicas, de informação e comunicação, que lhes permitam um efetivo aproveitamento do conteúdo programático dos cursos que desejam frequentar.

As instalações físicas são adaptadas para de acordo com a NBR 9050 para atender todos os tipos de necessidades especiais apresentadas pelos alunos, incluindo interprete de libras e material em braile. Existem, ainda, os cursos de libras aberto a comunidade em geral e as disciplinas de libras previstas nos currículos dos cursos ofertados pela FTM-CN.

### **13.1 POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO PRIORITÁRIO, IMEDIATO E DIFERENCIADO PARA A UTILIZAÇÃO, COM SEGURANÇA E AUTONOMIA, TOTAL OU ASSISTIDA, DOS ESPAÇOS, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS URBANOS, DAS EDIFICAÇÕES, DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE, DOS DISPOSITIVOS, SISTEMAS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO, SERVIÇOS DE TRADUTOR E INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS**

A FTM-CN atende ao Decreto 5773/2006 e à Portaria MEC nº 3.284, de 7/11/2003, que dispõem sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, se comprometendo a possuir em seus quadros um intérprete de LIBRAS e um especialista em Braille, sempre que houver demanda de atendimento. Trabalhará com prova ampliada para as visões subnormais. Em relação às instalações físicas já existentes e as novas que serão construídas, conforme determina a NBR 9050/2004, possuem rampas com inclinação adequada, portas largas, elevadores, banheiros adaptados, carteiras especiais, sinalização nos pisos e corredores, lugares demarcados nas salas de aulas, cadeiras de rodas para locomoção interna, DOS VOX, JAWS.

Em relação ao seu plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário, com respeito a alunos com deficiência física as instalações físicas atendem também aos seguintes requisitos:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- Rampas e/ou elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

### 13.1.1 AUXILIO PARA PESSOA COM DEFICIENCIA VISUAL

Para os alunos com **deficiência visual** as ações da FTM-CN serão sempre no sentido de promover a sua acessibilidade de comunicação e informação. O material didático impresso em tinta, no papel, será convertido para mídia magnética, de modo que o aluno possa acessá-lo mediante computador com síntese de voz (software leitor de tela). Os coordenadores de cursos, professores e tutores serão capacitados para o atendimento educacional especial para alunos com deficiência visual, atuando como ledores escribas nas avaliações e auxiliando-os no que for necessário.

A capacitação dos docentes visa prepará-los para ministrarem aulas que ofereçam acessibilidade de comunicação e informação aos alunos com deficiência visual. Nos computadores dos laboratórios de informática das unidades serão instalados o software Dos Vox, para utilização dos alunos com deficiência visual.

A FTM-CN assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso de:

- Manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;
- Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.

### 13.1.2 AUXILIO PARA PESSOA COM DEFICIENCIA AUDITIVA

Quanto a alunos com **deficiência auditiva**, a FTM-CN disponibilizará tradutores intérpretes de Libras Língua Brasileira de Sinais para todas as aulas dos cursos em que houver aluno surdo, tanto na modalidade presencial

A FTM-CN assumirá o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso, de:

- Manter em seu quadro profissional pelo menos um intérprete credenciado e propiciar mais intérpretes de LIBRAS, sempre que necessário, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- Estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- Proporcionar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística da pessoa com deficiência auditiva.

### **13.1.3. PLANO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

Para todos os efeitos deste documento, entendemos como pessoa com necessidade especial a pessoa com deficiência física, auditiva, visual, mental, pessoa com transtorno global do desenvolvimento - TGD (inclusive a pessoa com transtorno do espectro autista) ou pessoa com deficiência múltipla, nos termos dos dispositivos legais previstos nas diretrizes norteadoras. Nesse sentido, a IES toma como diretrizes norteadoras as seguintes normativas:

- CF/88, Art. 205, 206 e 208;
- NBR 9050/2004, da ABNT;
- Lei N° 10.098/2000;
- Decreto N° 5.296/2004;
- Decreto N° 6.949/2009;
- Decreto N° 7.611/2011;
- Portaria N° 3.284/2003;
- Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

## 3.2 DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Instituição, com base nos princípios do respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana, da autonomia individual, da igualdade de direitos e condições para o acesso e permanência na escola, da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, é sensível a necessidade de rompimento de todas as barreiras físicas, de comunicação e ideológicas hoje existentes na vida do pessoa com necessidades especiais e corrobora o estímulo à inserção destes ao convívio sócio acadêmico e de trabalho.

Esta IES compromete-se a dispor e manter aos seus alunos, quais sejam, pessoas com deficiência física, auditiva, visual, mental, com transtorno do espectro autista ou de deficiência múltipla, estrutura física e apoio pedagógico adequado para o seu melhor desenvolvimento dentro do âmbito de sua atuação acadêmica.

## 3.3 DOS ESPAÇOS E RECURSOS

Nosso projeto arquitetônico provê condições de acesso contando com rampas e passarelas interligando todos os pisos, portas amplas em todos os ambientes, banheiro adaptado, lavabos e bebedouros acessíveis aos usuários de cadeiras de roda e superfície tátil instalada em todo o ambiente acadêmico.

Desde já nos comprometemos em disponibilizar, sempre que necessário: máquina de datilografia braile; impressora braile acoplada ao computador; sistema de síntese de voz; gravador e fotocopiadora que amplie textos; software de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal; lupas; régua de leitura e scanner acoplado ao computador.

## 3.4 DOS PROGRAMAS E ATIVIDADES

A IES, em seu plano de expansão, prevê os seguintes programas e atividades:

- Aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático, possibilitando o maior acesso possível ao conhecimento;

- Realização de treinamento do pessoal docente e técnico-administrativo para capacitá-los e qualificá-los a prestar atendimento às pessoas com necessidades especiais, assim como às pessoas idosas;
- Criação do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEE), núcleo este integrado ao NUAPP, vinculado à Secretaria Acadêmica, objetivando a eliminação gradativa de barreiras que restrinjam a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência através de um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade pedagogicamente organizadas de forma contínua, prestado de forma complementar e suplementar à formação dos estudantes, de acordo com suas necessidades individuais.

### **3.5 DAS POLÍTICAS DE TRATAMENTO DIFERENCIADO**

Dentre as políticas de tratamento diferenciado prevemos, dentre outras:

- Disponibilização de assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- Disponibilização de mobiliário de recepção e atendimento adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas;
- Capacitação do corpo técnico-administrativo da IES, em especial a equipe da Secretaria Acadêmica, para disponibilização de serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva;
- Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Sinalização ambiental para orientação de pessoas com deficiência visual;
- Garantia de atendimento imediato às edificações e serviços da IES. Entende-se por imediato o atendimento antes de qualquer outra, depois de concluído o atendimento que estiver em andamento;
- Divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa com deficiência, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal;

- Admissão de entrada e permanência de pessoa acompanhante da pessoa com necessidade especial (Inclusive quanto ao previsto no Parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 12.764/2012);
- Disponibilização, sempre que necessário, de tradutor/intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- Adoção de maior flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- Estímulo ao aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- Proporcionar a comunidade acadêmica acesso à literatura, cursos e informações sobre especificidades linguísticas da pessoa com necessidades especiais;
- Desenvolvimento e oferta do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato-sensu em Atendimento Educacional Especializado – AEE;
- Inclusão da disciplina de Libras – Linguagem Brasileira de Sinais como componente curricular em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da IES;
- Em face ao dinamismo das legislações e normas específicas, realizar, a cada 02 anos, revisão técnica do ambiente acadêmico por profissional arquiteto/engenheiro afim de garantir o pleno cumprimento aos dispositivos legais pertinentes ao atendimento à pessoa com necessidades especiais.

#### **14 POLÍTICA DE NORMATIZAÇÃO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR E EXTRACURRICULAR DA FTM-CN - (LEI 11.788/2008)**

As atividades de Prática Profissional estão asseguradas nos cursos propostos pela Faculdade, seja através do oferecimento de Estágio Supervisionado ou Atividades Complementares (conforme exposto em seção específica), ou através dos

convênios que serão firmados, como forma de assegurar a qualidade de seus cursos e da formação de seus futuros egressos.

A Faculdade designa professores do seu quadro docente para realizar o acompanhamento e orientação das atividades a serem desenvolvidas na atuação de prática profissional, como também destina espaço físico, de acordo com a especificidade de seus cursos.

Compreende-se que tais atividades ampliam os conteúdos das disciplinas que integram o currículo em sentido estrito, permitindo de forma mais efetiva a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade necessárias ao profissional do novo milênio. A possibilidade de frequentar cursos, seminários e outros eventos viabilizam a comunicação entre as diversas áreas do conhecimento, cuja importância é evidente quando se deseja fazer uma leitura profissional não só no contexto global, mas, sobretudo, no contexto social. A proposta também permite ao discente a participação na formação do seu currículo, atendendo à crescente demanda do conhecimento no tempo de conclusão do curso.

O Estágio integra o processo de ensinar e aprender, ao articular teoria e prática, uma forma de interação entre as Instituições de Ensino e as Organizações. As atividades de estágio são de cunho eminentemente prático, que visa dar ao aluno competências próprias para o exercício da atividade profissional e à contextualização curricular, simulando questões de natureza prática ou atuando em questões específicas e reais em instituições, escolas, escritórios, empresas e órgãos público e privado. (Lei 11.788/2008)

#### **14.1 OBJETIVO DO ESTÁGIO**

O estágio tem por objetivo oportunizar situações de aprendizagem em campo para a complementação da preparação profissional do aluno, atendendo ao critério de compatibilidade com a natureza e os objetivos do Projeto Pedagógico de cada curso:

1. Aperfeiçoar a formação profissional de acordo com as exigências do mercado de trabalho;
2. Estabelecer um canal retro-alimentador entre a teoria e a prática, desenvolvidas pela Instituição, comunidade e empresas;

3. Oportunizar ao aluno a vivência de situações concretas de vida e de trabalho que lhe possibilitem a integração dos conhecimentos teóricos e práticos.

## **14.2 MODALIDADE DE ESTAGIO**

1. Curricular (Obrigatório), cursado como disciplina e com exigência de matrícula;
2. Extracurricular (Não Obrigatório), quando realizado voluntariamente pelo aluno, em horário compatível com a grade horária do Curso.

Em ambos os casos é necessário que tenha sido firmado um Instrumento Legal entre a Instituição de Ensino e a Unidade Concedente, resguardadas a cobertura de seguro de acidentes pessoais e a lavratura de Termo de Compromisso de Estágio.

## **14.3 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

O estágio curricular supervisionado objetiva oportunizar situações de aprendizagem em campo para a complementação da preparação profissional do aluno, atendendo ao critério de compatibilidade com a natureza e objetivos do Projeto Político Pedagógico do curso.

O estágio curricular supervisionado será oferecido como conteúdo curricular implementador do perfil do formando, de caráter obrigatório, de modo a consolidar previamente os desempenhos profissionais desejados, seguindo as peculiaridades de cada curso de graduação.

A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado é definida em cada curso no seu projeto pedagógico e em conformidade com as diretrizes curriculares.

A identificação dos locais de estágio deve ter como premissa a riqueza de oportunidades possíveis a serem oferecidas ao discente nos campos de estágio, de modo a que o mesmo possa se familiarizar com diferentes níveis de atuação em sua área de formação.

Diferencia-se o estágio curricular da prática da disciplina que, em muitos cursos, ocorre ao longo dos semestres. O estágio curricular supervisionado é uma

disciplina específica, em geral, colocada na matriz curricular ao final do curso e que se caracteriza especialmente por atividades práticas. Pressupõe o acompanhamento e a supervisão de docentes do curso, bem como a efetiva participação dos profissionais atuantes no campo de estágio.

Pelo seu caráter implementador de desempenhos profissionais antes mesmo de se considerar concluído o curso, é necessário que, à medida que os resultados do estágio forem sendo verificados, interpretados e avaliados, o estagiário esteja consciente do seu atual perfil, naquela fase, para que, ele próprio, reconheça a necessidade da retificação da aprendizagem, nos conteúdos em que revelar equívocos ou insegurança de domínio e da própria reprogramação da prática. Assegurando-se-lhe, nessa reorientação e reprogramação teórico-prática, o direito subjetivo ao padrão de qualidade, que se revelará no exercício profissional, já no âmbito das instituições sociais.

Por meio do estágio, procura-se desenvolver e aperfeiçoar as competências, com base nos conhecimentos adquiridos, atitudes e habilidades desenvolvidas. É um espaço para colocar o aluno, futuro profissional, em situações reais de trabalho em sua área de atuação, o que lhe propiciará a integração entre a teoria aprendida e a prática executada no mundo do trabalho. O encaminhamento para os estágios é realizado por meios de órgãos especialmente criados para tal finalidade.

Durante o estágio curricular supervisionado o aluno desempenha atividades relacionadas com a execução de trabalhos práticos, nos quais sejam aplicados conhecimentos e técnicas relacionadas ao campo de atuação do aluno. É realizado em estreita correlação com a formação acadêmica, visando complementar e fundamentar o aprendizado teórico adquirido na sala de aula.

O estágio supervisionado enriquece a formação acadêmica do aluno, pois propicia uma vivência profissional que se realiza por meio do contato com outros profissionais da área e da experiência obtida pela sua participação na “vida” de uma empresa.

Para efetiva realização do programa de estágio, a instituição seguirá as determinações no Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, da lei 9493/96, e da Lei n 11.788, de 25 de setembro de 2008, garantindo-se ao aluno estagiário todos os benefícios da lei, sem, no entanto, gerar vínculo empregatício com a instituição ou com a unidade concedente do campo de estágio.

Constituem-se objetivos da realização do estágio curricular supervisionado:

1. Integrar o processo de ensino-aprendizagem;
2. Contribuir para a formação de um profissional que detenha um conhecimento amplo, profundo e articulado da realidade organizacional;
3. Oferecer uma oportunidade para o estudante elaborar uma reflexão fundamentada na área de seu maior interesse pessoal, profissional e/ou acadêmico por meio de exercício investigatório;
4. Instrumentalizar o estudante para a atitude do “aprender a aprender” de forma que, em etapas posteriores a sua graduação, sinta-se capaz de elaborar diagnósticos, planos de melhoria, programas de avaliação, interpretações compatíveis com a realidade organizacional;
5. Desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações;
6. Desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas gerenciais, organizacionais, estratégicas e operacionais.

A atividade realiza-se sob a supervisão de um professor designado para tal, que acompanha todo o processo, e que tem como atribuições:

1. Coordenar os estágios dos estudantes, procurando realizar encontros com os mesmos a fim de verificar o cumprimento das atividades pelos estagiários;
2. Acompanhar a evolução do aluno quanto ao desenvolvimento do estágio;
3. Atender os estudantes que buscam esclarecimentos quanto à elaboração dos relatórios de estágio;
4. Avaliar o plano de ação e os relatórios de estágio;
5. Orientar os alunos quanto ao regulamento e os procedimentos relativos ao estágio.

Ao final do estágio curricular o aluno receberá declaração de realização do mesmo, sendo que sua não-realização impedirá a obtenção do título de graduado.

A frequência é obrigatória e deve ser igual ou superior a 75% do conjunto das horas previstas no campo de estágio e nos encontros presenciais. O aluno que tiver presença inferior a 75% deverá repor em atividades de estágio as horas faltantes.

#### **14.4 ESTÁGIO EXTRACURRICULAR**

Os alunos dos cursos da Instituição podem realizar estágio extracurricular conforme determinação das diretrizes curriculares do Projeto Pedagógico de cada Curso. Estes estágios são entendidos como atividade curricular porém, não obrigatória, que se constitui em experiência acadêmico-profissional e oportuniza a relação dinâmica entre teoria e prática.

#### **14.5 DIRETRIZES BÁSICAS**

1. O Estágio deverá ter fundamentalmente o caráter pedagógico a ser respeitado pelas partes conveniadas e pelo aluno que deseja aprender com a prática.
2. Uma vez chegado a um acordo, este é formalizado num Termo de Convênio. Se a
3. Empresa optar por administrar seu programa de estágio, o Termo de Convênio será firmado direto com a Instituição de Ensino sem nenhum ônus para a Empresa.
4. Caso a Empresa opte em utilizar os serviços de um Agente de Integração, este deverá ter o Termo de Convênio com a Instituição de Ensino.
5. Uma vez formalizado o Termo de Convênio, a Empresa poderá proceder ao recrutamento, seleção e admissão do estagiário conforme legislação em vigor.
6. A contratação do estagiário é formalizada através do Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o estagiário e a Empresa concedente do estágio e a Instituição de Ensino ao qual pertence o estagiário.

7. O desenvolvimento do estágio firmar-se-á conforme ficou acertado entre as partes e legalmente amparado.
8. Nenhum estágio poderá ser iniciado sem a devida cobertura de seguro contra acidentes pessoais, prevista na legislação em vigor.
9. Nenhum estágio poderá ser iniciado sem ter o contrato de estágio devidamente acordado entre as partes.

#### **14.6 NORMATIZAÇÃO DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR**

1. O estágio extracurricular pode ser realizado por alunos regularmente matriculados desde que não cause prejuízo à integralização de seus currículos plenos.
2. Fica a cargo da Coordenação do Curso, a possibilidade do deferimento referente à substituição do estágio curricular não obrigatório pelo estágio obrigatório.
3. Fica a critério da Coordenação do curso avaliar e aprovar as atividades a serem desenvolvidas pelo estudante durante o estágio a ser realizado.
4. As atividades previstas para o estágio não obrigatório deverão estar relacionadas a um conjunto básico de disciplinas que garanta a especificidade do curso.
5. Para a realização do estágio não obrigatório, faz-se necessário a existência de um instrumento jurídico de instrumento público ou privado onde estarão acordadas as condições para a realização do estágio.

#### **14.7 NORMATIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR**

1. O estágio previsto em currículo é uma atividade que exige prévia matrícula e respeito aos pré-requisitos estabelecidos nos currículos plenos em vigor.

2. Havendo condições por parte da Unidade Concedente para receber o estagiário, esta designará um supervisor que acompanhará o aluno no decorrer do estágio.
3. Para a realização do estágio curricular, faz-se necessário a existência de um instrumento jurídico de instrumento público ou privado onde estarão acordadas as condições para a realização do estágio.
4. O aluno, juntamente com o seu professor orientador, deverá elaborar o plano de estágio;
5. Compete à Coordenação do curso analisar as atividades a serem desenvolvidas pelo estudante. Após parecer favorável, compete a Coordenação do Curso providenciar a assinatura no Termo de Compromisso.
6. As atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário, bem como todas as condições de estágio devem constar em Termo de Compromisso assinado pelo aluno, unidade concedente, e pelo coordenador do curso.

#### **14.8 CAMPO DE ESTÁGIO**

Constituem-se campos de estágio as entidades de direito privado, os órgãos de Administração Pública, as Instituições de Ensino e Profissionais liberais de nível superior devidamente registrado em seus conselhos respectivos, desde que apresentem condições para:

- a) Planejamento e execução conjuntos das atividades de estágio;
- b) Aprofundamentos dos conhecimentos teórico-práticos e campo específico de trabalho;
- c) Vivencia efetiva de situações reais de vida e trabalho num campo profissional;
- d) Garantia de segurança e conforto aos estagiários de acordo com os requisitos técnicos mínimos da SST - Segurança e Saúde do Trabalho.

- e) Lavratura do termo de compromisso de estágio, conforme legislação vigente.
- f) Anuência e acatamento às normas disciplinadoras dos estágios da Instituição de Ensino.

#### **14.9 DURAÇÃO DO ESTÁGIO**

O Estágio não obrigatório tem duração máxima de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado na mesma Unidade Concedente, por igual período, desde que seja de consenso das partes envolvidas.

A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiários com deficiência.

Quando houver prorrogação do período de estágio, será exigido um termo aditivo ao Termo de Compromisso original, bem como um novo plano de estágio, devidamente aprovado pelos órgãos competentes.

#### **14.10 CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO**

A carga horária a ser cumprida para a realização do estágio não obrigatório será definida de comum acordo entre o estagiário, a Unidade Concedente e a Instituição de Ensino devendo, não ultrapassar 30 horas semanais (6 horas diárias).

1. O horário de realização de estágio deve ser compatível com o horário de aulas.
2. Se a Instituição de Ensino adotar verificações de aprendizagens periódicas ou finais, nos períodos de avaliação a carga horária de estágio será reduzida pelo menos a metade, segundo acordado no termo de compromissos, para garantir o bom desempenho do estudante. (Lei 11.788/08)

## 14.11 LEGISLAÇÃO QUE ORIENTA O ESTÁGIO NA FTM-CN

As atividades de estágio desenvolvida pelos cursos da Instituição obedecem a seguinte legislação:

- a) A Lei 9394/96- LDB – Art.82 – “Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estagio em sua jurisdição, observada a lei Federal sobre a matéria” (redação dada pela lei 11.788 de 2008);
- b) A Lei de 11.788 25 de setembro de 2008

## 14.12 PLANO COLETIVO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS

De acordo com a legislação vigente o estagiário deverá obrigatoriamente estar segurado contra acidentes pessoais.

## 15 CORPO DISCENTE

O conhecimento deve constituir-se num dos objetivos fundamentais da educação, muito embora a vida afetiva dos alunos e o desenvolvimento da sua capacidade de decisão e de ação não possam ser esquecidos.

A preocupação da instituição deve ser a de ajudar o aluno a perceber a relevância do conhecimento para a formação dos valores pessoais e sociais. Deverá, ainda, procurar alargar as perspectivas sociais do indivíduo, promovendo seu desenvolvimento moral e cultural e aumentando seu senso de responsabilidade e compromisso com a sociedade. Também deve promover sua flexibilidade no trato com as mudanças e ambigüidades na construção do conhecimento e a aceitação e reflexão sobre as críticas recebidas. Esses são alguns dos elementos a serem inseridos na experiência acadêmica dos alunos, tornando-os profissionais responsáveis e capazes de promover mudanças, sem o medo de assumir os riscos necessários.

Implícita nessas idéias está a crença de que o objetivo da IES é o de criar condições para o desenvolvimento do potencial humano de cada aluno e de que a eficácia das estratégias instrucionais poderá ser avaliada na base do “quão bem” os alunos estarão preparados para viver “integralmente e com sucesso”.

Dessa forma, o aluno precisa estar envolvido no processo de aprendizagem e consciente das etapas de desenvolvimento do seu currículo, desde os estágios de planejamento até a implementação das estratégias e da avaliação do trabalho realizados.

## **15.1 FORMAS DE ACESSO**

O ingresso nos cursos graduação da FTM-CN - Bacharelado, Licenciatura e Tecnológicos - serão feitos mediante processo seletivo, divulgado em edital, observada a legislação em vigor. Será coordenado por uma Comissão de Processo Seletivo e poderá ser realizado em vários períodos do ano, sempre no início de cada semestre / módulo dos cursos.

A política de Ingresso e Seleção efetuada leva em consideração o disposto no Regimento Geral da FTM-CN, as Portarias Ministeriais que autorizem os cursos, a Lei Nº. 9.394/96 de 20/12/1996, a Portaria Nº 1120 de 16/07/1999, a Portaria Nº 391/2002 de 13/02/2002, a Portaria Nº 2402 de 09/11/2001, o Parecer CES Nº 98/1999 e demais dispositivos legais complementares.

O período de inscrições será previamente estabelecido em calendário institucional e divulgado para a comunidade, sendo que as inscrições podem ser realizadas via Internet, pelo tele-atendimento, ou na Secretaria Acadêmica da instituição, cada qual possuindo peculiaridades próprias que devem ser observadas pelos candidatos.

A forma de ingresso na Faculdade Três Marias acontece por: processo seletivo, ENEM, PROUNI, FIES, transferência e diplomados.

### **15.1.1 PROCESSO SELETIVO**

A prova do processo seletivo se constitui de dois tipos de questões: uma discursiva (redação em língua portuguesa sobre tema da atualidade) e questões

objetivas organizadas em sistema de múltipla escolha, com 30 questões, que se dividem entre Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A FTM-CN, mediante solicitação do candidato no ato da inscrição, considerará a nota do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM no seu concurso vestibular. Ele poderá optar por ser dispensado de realizar a prova - neste caso a nota do ENEM será seu escore - ou também realizar a prova e seu escore será a maior nota.

As pessoas com necessidades especiais serão atendidas conforme a especificidade de cada caso, obedecidas às normas do Processo Seletivo, sendo que os mesmos devem caracterizar sua condição no Requerimento de Inscrição.

As questões da prova do Concurso Vestibular são elaboradas com base nos conteúdos pertinentes à base nacional comum dos currículos do Ensino Médio, organizada em áreas de conhecimento, explicitadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CEB/CNE nº 3/98), a saber: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A prova constará dos seguintes tipos de questões:

- a) Discursiva: redação (1 questão);
- b) Objetivas: serão organizadas pelo sistema de múltipla escolha com 30 (trinta) questões.

### **Prova Objetiva**

Esta prova será organizada com questões objetivas de múltipla escolha com cinco alternativas e apenas uma resposta correta. Cada questão equivale a 2 pontos (dois pontos), totalizando, na prova objetiva, 60 pontos. A Prova Objetiva será eliminatória, devendo o candidato obter nota diferente de zero no conjunto total das questões objetivas.

### **Prova Discursiva**

Além das questões de múltipla escolha será solicitada a produção de um texto em língua portuguesa culta. São sugeridos dois temas para o desenvolvimento e o candidato deverá selecionar somente um deles para redigir um texto em que expresse sua posição em relação ao problema proposto.

São avaliadas nesta produção de texto: coerência, coesão, capacidade de síntese e criatividade sobre um tema, capacidade do candidato de organizar e articular um texto adequadamente; sintetizar informações; confrontar opiniões e pontos de vista; dar opiniões; usar elementos coesivos; usar vocabulário e sintaxe adequados ao gênero do discurso.

A Prova Discursiva será eliminatória, sendo que a redação totaliza 40 (quarenta) pontos. A graduação será de 00 (zero) a 40(quarenta) pontos. O candidato deve obter no mínimo 10 (dez) pontos (inclusive) na prova de redação para ser classificado.

Será considerado aprovado no Vestibular o candidato que:

1. Obter pontuação igual ou maior que 10 (dez) na Redação;
2. Obter resultado diferente de zero no conjunto das questões objetivas.

A classificação dos candidatos dar-se-á pela ordem decrescente do total de pontos obtidos no conjunto das provas realizadas. A Nota Final do Processo Seletivo que prevalecerá na classificação será a de pontuação maior, entre a obtida no Processo Seletivo ou no ENEM, conforme a opção do candidato.

No caso dos candidatos que fizerem sua opção por utilizar somente a prova do ENEM, serão classificados juntamente com os candidatos que optarem por realizar a prova do vestibular da Instituição. Havendo candidatos ocupando a mesma classificação, o desempate será feito pelo maior número de pontos da prova de redação. Persistindo o empate, será classificado o candidato com mais idade.

Será desclassificado o candidato que incorrer nas seguintes situações:

1. Deixar de comparecer à prova do Vestibular (salvo se optou por utilizar a nota do ENEM);
2. Não obter no mínimo 10 (dez) pontos na prova de redação;
3. Obter nota igual a zero no conjunto total das questões objetivas;
4. Não preencher corretamente o Cartão-Resposta e/ou a Folha de Redação Definitiva;
5. Utilizar meios ilícitos para a realização da prova do Vestibular.

Perderá direito à vaga o candidato que incorrer nas seguintes situações:

1. Não efetuar o registro acadêmico na data estipulada;
2. Não efetuar o pagamento da 1ª parcela da semestralidade na data estipulada;

3. Não apresentar toda a documentação necessária no prazo estipulado para a matrícula condicional junto à Secretaria Acadêmica;
4. Não tiver sua documentação aprovada pela Secretaria Acadêmica da Instituição.

### **15.1.2 ENEM**

A FTM-CN adota ainda os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como instrumento de avaliação para ingresso nos cursos de graduação. A nota do ENEM poderá ser utilizada pelo ingressante em substituição à prova do processo seletivo da IES, nos termos da Portaria INEP N.º 436, de 05 de setembro de 2014.

### **15.1.3 MATRÍCULA**

Para efetivar a matrícula serão divulgados os dias e os horários para cada curso, assim como toda a documentação necessária e os procedimentos para a realização da mesma. O não cumprimento dos procedimentos poderá incorrer na perda da vaga.

### **15.1.4 REGIME ACADÊMICO ESPECIAL**

Por solicitação das unidades acadêmicas, e desde que não contrários aos Projetos Pedagógicos estabelecidos para seus cursos, poderão ser autorizados pelo Conselho de Ensino e Extensão, na estrita observância da legislação em vigor, regimes acadêmicos especiais, submetendo-os ao disposto nas Normas Gerais de Registro e Controle Acadêmico.

Entende-se por regime acadêmico especial a complementação de estudos por portadores de diploma de curso superior, alunos eventualmente aceitos para cursarem disciplinas isoladas, cursos sequenciais, e outras modalidades de estudos superiores que venham a ser criadas por lei e que não impliquem em curso de graduação plena.

Também os portadores de diploma de Curso Superior, obtido em instituição de Ensino Superior reconhecido ou autorizado, e portadores de diploma obtido no estrangeiro, poderão solicitar ingresso na FTM-CN, independente do processo de seleção, atendidos os cálculos de vagas remanescentes para cada um dos cursos. Para todos os efeitos, os alunos vinculados a regimes acadêmicos especiais submetem-se às mesmas normas e dispositivos do corpo discente em geral.

### **15.1.5 TRANSFERÊNCIA E DIPLOMADOS**

Serão aceitas transferências de alunos de outros cursos, desde que devidamente reconhecidos ou autorizados nas formas da lei, para prosseguimento dos estudos no mesmo curso ou, quando não houver, para curso afim, e de acordo com o cálculo de vagas remanescentes para cada um dos cursos, feito anualmente pela Secretaria Acadêmica e homologado pelo CEE.

Todo o processo deverá ser protocolado na Secretaria Acadêmica, de acordo com os dispositivos legais e normas baixadas pelo Conselho de Ensino e Extensão, dentro dos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico na forma do Regimento Geral da FTM-CN. Os casos de transferências ex-officio, na forma da lei, dar-se-ão independente de vaga para o mesmo curso ou para curso afim, desde que o curso de origem seja devidamente reconhecido ou autorizado.

Para os ingressados por meio de Processo Seletivo realizado na FTM-CN será permitida a transferência entre cursos ou turnos, obedecidos os dispositivos legais que regem o processo.

Também será aceito o ingresso de alunos que já possuem diplomas de nível superior, possibilitando o acesso a uma segunda formação em menor tempo, conforme a análise de cada caso.

### **15.2 POLITICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE**

Para a implantação efetiva de sua proposta de ensino, a FTM-CN, procurará atender aos discentes por meio de política sistemática de acompanhamento, favorecendo sua permanência na IES e uma formação adequada aos padrões

exigidos pela profissão e pelo mundo do trabalho, assim como um acompanhamento aos egressos. A seguir, apresentamos as estratégias adotadas.

### 15.2.1 PROGRAMA FTM-CN DE ESTÁGIOS E EMPREGOS

O Programa **FTM-CN DE ESTÁGIOS E EMPREGOS**, cujas ações se direcionam para relações com o mundo do trabalho, tem como objetivo apoiar os alunos em sua inserção no mercado. Para tanto, ele funciona como Laboratório de Empregabilidade, buscando aperfeiçoar competências, habilidades e posturas voltadas à realidade do mercado.

Um de seus objetivos é fornecer metodologias práticas de elaboração de currículos, aconselhamentos de ordem pessoal quanto à postura adequada em entrevistas como vestimentas, alerta para vícios de linguagem, entre outras técnicas, as quais auxiliam o candidato na obtenção de seu emprego.

Para facilitar a aproximação do aluno com o mercado a FTM-CN tem por objetivo a realização de convênios, programas de atuação conjunta e formas diferenciadas de cooperação com empresas para que disponibilizem gratuitamente suas vagas em forma de estágios ou cargos efetivos. Além das empresas, busca a colaboração com as agências especializadas em recursos humanos, as quais podem procurar o programa para ofertar vagas em empresas clientes.

Além de encaminhar alunos para o mercado, também age no sentido de melhorar a qualificação desses alunos que se candidatam a preencher as vagas ofertadas, oferecendo atividades de qualificação profissional que venham a somar-se aos seus conhecimentos já adquiridos no curso, preenchendo assim, os pré-requisitos exigidos pelas empresas.

Propõe-se a realizar também uma variada gama de atividades junto às empresas, desenvolvendo pesquisas sobre aspectos relevantes do mercado profissional e levando os alunos para visitas in loco, para que tenham contato com as reais dimensões dos diversos setores do mundo empresarial. Dentre essas atividades, destacam-se as seguintes:

- Desenvolvimento do Banco de Talentos;

- Desenvolvimento de pesquisa junto às empresas parceiras, para levantamento de necessidades e exigências do mercado;
- Desenvolvimento do Projeto Piloto e oferecimento de cursos de inglês visando capacitar e colocar no mercado de trabalho alunos ainda excluídos por falta dessa qualificação;
- Organização de visitas institucionais, com vistas a integrar os alunos na realidade de grandes empresas;
- Realização de palestras para os alunos e divulgação de vagas de estágio e empregos;
- Trabalho de orientação vocacional junto aos alunos do ensino médio, das escolas públicas por meio da Feira das Profissões;
- Recrutamento e seleção de vagas temporárias;
- Estabelecimento de Parceiras com empresas nacionais, visando a abertura de vagas para empregos e estágio para os alunos.

### **15.2.2 PARCERIAS E CONVÊNIOS COM EMPRESAS**

As empresas conveniadas e as parceiras, além de divulgarem os cursos da FTM-CN, também se prestam para colocação profissional dos alunos no mercado de trabalho, por intermédio do programa **FTM-CN DE ESTÁGIOS E EMPREGOS**. A IES, em contrapartida, oferece às empresas conveniadas palestras gratuitas relacionadas aos cursos ofertados, com o intuito de despertar nos beneficiários interesses pela educação e especialização profissional. Oferece também um desconto de até 40% sobre os valores integrais das mensalidades de qualquer um dos cursos de Graduação, Pós-Graduação lato sensu e cursos de extensão.

Verificada a convergência de interesses em relação aos benefícios comuns, a empresa interessada em firmar convênio solicita a visita da equipe do PROGRAMA, que apresentará a FTM-CN, juntamente com o convênio, para ser analisado. A conveniada compromete-se com a divulgação do convênio e dos cursos, por meio de sua rede interna de comunicação, e ao mesmo tempo estará incentivando seus funcionários a buscarem qualificação profissional.

Esse trabalho tem o objetivo de conjugar esforços, visando o desenvolvimento profissional dos beneficiários, além de incentivar a troca de experiências tanto dos empresários quanto de professores e alunos.

### **15.2.3 CURSOS DE NIVELAMENTO**

Os cursos de nivelamento serão dirigidos, prioritariamente, aos alunos que cursam do 1º ao 4º período, e que têm dificuldade em alguma disciplina específica. A instituição optou por criar um programa de cursos de nivelamento com a finalidade de oferecer um incremento no conhecimento dos alunos que porventura tenham dificuldades em áreas específicas do conhecimento. Serão realizados em regime extracurricular e em horários específicos, de forma que não prejudique o andamento normal das aulas.

Ao aluno que apresentar dificuldades, será indicado pelo professor para fazer os cursos, não havendo obrigatoriedade; mas haverá um trabalho de conscientização dos alunos, da necessidade de um aprimoramento constante. Os cursos de nivelamento serão oferecidos aos alunos de todos os cursos e contam com uma carga horária de até 120 horas/aula. Serão disponibilizados inclusive para alunos e profissionais de fora da instituição.

O responsável pela estruturação dos cursos de nivelamento são as coordenações de curso, que devem procurar promover além dos cursos de nivelamento, palestras e eventos de cunho cultural e acadêmico, com o propósito de complementar a formação profissional com uma formação cultural diversificada.

### **15.2.4 ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO**

A instituição oferecerá, ao longo de todo ano letivo, serviços de atendimento psicopedagógicos, como forma de dar o suporte adequado a possíveis problemas e dificuldades que alunos, professores e funcionários possam ter em relação a si próprios, em relação aos outros e ao aprendizado de um modo geral. Orientados por profissionais das áreas da psicologia e da pedagogia, busca-se identificar e sanar

esses problemas, visando uma melhoria na qualidade dos relacionamentos intra e interpessoais, assim como a harmonização do ambiente de trabalho e das relações de ensino-aprendizagem.

Existem três modalidades de atendimento, descritas abaixo:

### **1. Centro de atendimento psicopedagógico**

Aqui, busca-se a identificação das causas de dificuldades de alunos no processo ensino-aprendizagem e auxilia-se no encontro do necessário equilíbrio psicopedagógico com vista ao bom aproveitamento do ensino.

### **2. Centro de atendimento pedagógico**

Objetiva apoiar os professores na melhoria do seu desempenho pedagógico a fim de proporcionar aos alunos o máximo aproveitamento no processo ensino-aprendizagem.

### **3. Centro de atendimento psicológico**

Visa atender à demanda de alunos, professores e funcionários na solução de conflitos intrapessoais, almejando uma melhoria da qualidade de vida e a convivência harmônica na instituição.

## **15.2.5 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL**

A FTM-CN procurará se consolidar por meio de compromissos e ações que reforcem sua proposta educacional, a qual percebe o espaço universitário como um lugar de debate, aberto às críticas e novos conceitos. Nesse sentido, procurará desenvolver ações democráticas que congreguem a todos, docentes, discentes e corpo administrativo, numa proposta de ensino que se harmonize com o interesse de todos. Assim, é dada especial atenção aos canais participativos que possibilitem a inserção das opiniões do corpo discente nos processos e discussões que se relacionam diretamente com seus interesses acadêmicos. São eles:

- **Eleição para representante de turma** – os alunos podem escolher livremente, entre seus pares, um representante de turma para atuar em seu nome, em determinadas ocasiões como: intermediando relações entre turmas, entre os alunos e o coordenador de curso, entre os alunos e alguns órgãos dentro da IES;

- **Formação de Centros Acadêmicos pelos alunos – CAs** – é aberto a todos os cursos a possibilidade de organizarem seus Centros Acadêmicos;
- **Participação nos órgãos colegiados** - Os alunos têm direito, de acordo com o Regimento Geral da FTM-CN, de representação junto a órgãos colegiados, por meio de um representante;
- **Participação na Comissão Própria de Avaliação – CPA** – A comunidade discente participa do processo de avaliação institucional por meio da representação discente na comissão Própria de Avaliação, conforme previsto na lei dos SINAES.

### 15.2.6 PROGRAMAS DE APOIO E ORIENTAÇÃO FINANCEIRA AOS DISCENTES

A IES desenvolverá alguns programas especiais que visam dar respaldo às atividades do corpo discente, procurando fomentar uma vivência acadêmica enriquecedora e produtiva, adequada para seu desenvolvimento profissional e pessoal, e também possibilitar a sua permanência até a conclusão do curso.

As políticas de inclusão de estudantes carentes são de responsabilidade da direção acadêmica, voltada aos alunos da instituição que se encontram em dificuldades financeiras, com mensalidades em atraso, ou que queiram solicitar benefícios junto à IES.

Os procedimentos do serviço de apoio ao aluno FTM-CN são feitos de modo orientar os alunos sobre as políticas financeiras existentes para a quitação de débitos em atraso, obtenção de descontos e também para o pagamento antecipado de mensalidades e forma de concessão de créditos educativos.

As diretrizes para a definição dos descontos serão relacionadas em documento formal da FTM-CN, o qual dispõe sobre o oferecimento dos benefícios, assim como orienta os critérios para a concessão dos mesmos. Os benefícios a serem concedidos estão limitados aos valores liberados pela Diretoria Geral.

Podem requerer os benefícios:

1. Funcionários, professores e seus respectivos dependentes legais (filhos e cônjuge);
2. Monitores

3. Alunos que realizam estágio na IES – Bolsa Trabalho;
4. Alunos socialmente carentes;
5. Alunos indicados pela Diretoria.

Quanto aos procedimentos para requerer o benefício, o interessado deve procurar a direção acadêmica, onde receberá todas as orientações para a solicitação e obtenção de benefícios.

Quanto aos percentuais de desconto oferecidos, a IES manterá uma política formal de orientação aos processos para obtenção e manutenção de bolsas de estudo, a qual define os parâmetros que serão avaliados nas solicitações. As concessões observarão o limite indicado pela Diretoria Geral. A direção acadêmica, também será responsável pela gestão do programa institucional de financiamento estudantil. Todo ano a Instituição destinará um valor determinado no seu orçamento para financiamento das mensalidades de alunos carentes.

Além das bolsas internas, a IES também oferta vagas pelo Programa Universidade para Todos – PROUNI, com bolsas parciais e integrais, variando a oferta do número de bolsas conforme planejamento da IES.

### **15.2.7 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA ESTUDANTIL**

Uma das preocupações da FTM-CN é o permanente acompanhamento do estudante durante a graduação e o incentivo à permanência no curso por meio de serviços que possibilitem sua efetiva integração com as atividades acadêmicas, com o corpo docente, com os colegas e com a instituição como um todo. Para isso manterá um programa de cursos de nivelamento, disponibilizará ferramentas interativas para facilitar o gerenciamento de sua vida acadêmica e um serviço de acompanhamento de alunos desistentes.

### **15.2.8 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS**

A proposta didático-pedagógica da IES, considerando sua proposta de aperfeiçoamento continuado, não poderia deixar de contemplar um plano de

acompanhamento dos egressos. Isso porque é pela avaliação dos egressos que se pode ter a exata dimensão dos resultados práticos de seus cursos, constando o seu grau de intervenção sócio-profissional. A partir dessa avaliação, o curso poderá analisar a necessidade de alteração e/ou atualização das ementas e conteúdos programáticos das disciplinas.

O Plano de acompanhamento de egressos será através de um cadastro informatizado dos alunos, com atualização periódica e acompanhamento das atividades profissionais e/ou acadêmicas do egresso. O desenvolvimento de um Programa de Acompanhamento de Egressos serve de instrumento para possibilitar a avaliação continuada da instituição, através do desempenho profissional dos egressos, como um importante passo no sentido de incorporar ao processo ensino/aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimenta pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação. Nesse contexto, a Instituição deve conhecer as dificuldades de seus egressos e coletar informações de mercado, as quais possibilitarão formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Este Programa prevê, em linhas gerais, além do acompanhamento da inserção profissional dos egressos, outras atividades que promovam a interação entre egressos e ingressos, incentivem a formação continuada dos egressos e aprimorem a formação oferecida pela Instituição, a partir das experiências acadêmicas e profissionais. Mantendo o vínculo com a instituição, e se sentindo amparado por ela, possibilitaremos ao egresso dar continuidade aos estudos em cursos de extensão e/ou pós-graduação, aprimorando seu desenvolvimento profissional.

Desta forma, o Programa tem com objetivo geral avaliar a eficácia dos cursos, no que se refere a sua capacidade de favorecer o ingresso e ou permanência do egresso no mercado de trabalho, e também busca atender os seguintes objetivos específicos:

Quanto aos objetivos específicos, o programa pretende:

- Apoiar medidas recomendadas para a melhoria do ensino e da cultura, quer na atualização de currículos, quer na realização de cursos especiais e de extensão universitária;
- Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos egressos;

- Suscitar e fortalecer oportunidades de aproximação profícua entre antigos alunos e docentes da IES;
- Propor linhas de desenvolvimento de estudos nas diversas áreas de conhecimento e atuação do profissional egresso;
- Promover intercâmbio entre egressos e ingressos;
- Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à sua formação prática, e que, pela própria natureza do mundo moderno, estão em constante aperfeiçoamento;
- Condecorar egressos que se destacam nas atividades profissionais;

Para a consolidação do programa serão desenvolvidas ações no sentido de:

- **Incentivar a formação continuada dos ex-alunos** – visando oportunizar melhores chances profissionais, os alunos são orientados no sentido de que a vida profissional deve ser constantemente aprimorada pelo estudo, em nível Lato Sensu. Nesse sentido, a FTM-CN oferecerá bolsas com desconto para os ex-alunos.
- **Encaminhamento Profissional** – a inserção no mercado de trabalho é feita com auxílio Programa **FTM-CN DE ESTAGIOS E EMPREGOS**. Já no último semestre dos cursos, os coordenadores são orientados no sentido de mapearem a existência de alunos ainda não inseridos no mercado, para uma possível reversão dessa situação;
- **Compartilhamento de experiências** – os ex-alunos podem ser requisitados para ministrar palestras ou aulas para os alunos, com objetivo de colocar os graduandos em contato com as várias experiências profissionais vividas pelos egressos;
- **Manutenção do vínculo com a IES** – é permitido e incentivado aos egressos a participação em eventos promovidos pela IES, como cursos de extensão, pós-graduação, seminários, palestras, também consultas às bibliotecas, de modo a melhorar sempre mais a sua atualização profissional.

Está prevista a criação de um Banco de Dados de Egressos, visando colher dados sobre a atuação profissional, formação oferecida pela Instituição, dificuldades

encontradas na profissão, entre outros. Essas informações subsidiarão ações calcadas na possibilidade de potencializar competências e habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo da oferta educacional. Pretende-se efetuar o acompanhamento dos egressos por no mínimo 3 anos consecutivos, para apurar as mudanças ocorridas a partir da situação inicial de cadastro, propiciando:

- a. Reflexão da instituição sobre o resultado;
- b. Subsídios para o projeto pedagógico;
- c. Estímulos à elaboração de subprojetos especiais e estratégias coletivas e criativas, para atendimento das diferenças regionais (EAD);
- d. Alteração da metodologia, atualização e adequação dos cursos.

Para consolidação do processo serão desenvolvidas ações no sentido de permitir o acesso às bibliotecas (dos Campi e Virtual), disponibilização de notícias sobre cursos de extensão, pós-graduação, descontos oferecidos para alunos egressos, posicionamento do mercado de trabalho, concursos públicos, e outros informes de interesse do egresso.

Diante disso, o Acompanhamento de Egressos, passa a ser um mecanismo importante para que avaliações sejam feitas, porque, além de possibilitar uma informação detalhada da inserção do egresso no mundo de trabalho, possibilita que a instituição seja constante e devidamente avaliada.

### **III – EXPANSÃO DOS CURSOS E DESENVOLVIMENTO DA IES**

---

#### **1 CURSOS DE GRADUAÇÃO EXISTENTES**

A seguir, apresentamos a lista de cursos solicitados para a IES:

#### **Quadro 8: Cursos presenciais da Faculdade Três Marias -CN**

## 2 EXPANSÃO DOS CURSOS DE BACHARELADO PRESENCIAL

Segundo definição do Ministério da Educação – MEC, “os Cursos de Graduação conferem diplomas de bacharel, ou de título específico referente à profissão (ex: Médico). São cursos que habilitam os portadores a exercerem uma profissão de nível superior. Alguns cursos de bacharelado oferecem diferentes tipos de habilitação, que devem, necessariamente, compartilhar um núcleo comum de formação.”

A graduação confere título ao egresso em diversas áreas do conhecimento, sendo abertos a portadores de diploma do ensino médio aprovados nos processos seletivos das instituições. Os cursos de bacharelado que serão oferecidos pela FTM-CN na modalidade presencial, serão das diversas áreas de conhecimento e possuirão tempo de integralização diferenciado, conforme cada diretriz curricular. A seguir, apresentamos a proposta de expansão dos cursos de bacharelado.

Quadro 9: Cursos de Bacharelados Presenciais a serem implantados até 2026

Cursos	Previsão para início do curso	Nº de vagas anuais solicitadas	
		Presencial	EAD
<b>Instituto Superior de Ciências Biológicas e da Saúde</b>			
Fisioterapia	2026	100	
Nutrição	2026	100	
Terapia Ocupacional	2026	100	
Fisioterapia	2026	100	
Fonouadiologia	2026	100	
Educação Física	2026	100	
<b>Instituto Superior de Engenharia e Ciências Exatas</b>			
Engenharia	2026	100	
<b>Instituto Superior de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas</b>			
Serviço Social	2026	100	

### 3 EXPANSÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA – PRESENCIAL

Segundo o Ministério da Educação – MEC, as Licenciaturas destinam-se a formar profissionais da Educação, para atuar nos seguintes campos:

- Na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Neste caso, a formação se dá nos Cursos Normais Superiores, podendo também realizar-se em cursos de Pedagogia, quando oferecidos pelas Universidades e Centros Universitários;
- Nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Neste caso, a formação se dá nas Licenciaturas das áreas específicas do conhecimento - Licenciatura em Física, em Matemática, em Geografia, etc.

A carga horária para os cursos de formação de Professores<sup>15</sup>, em nível superior, está estabelecida em 3200 horas, com a seguinte articulação teoria-prática em seus projetos:

- 400 horas de práticas como componente curricular;
- 400 horas de estágio curricular supervisionado;
- 2.200 horas de atividade formativas;
- 200 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento.

Os cursos de licenciatura da FTM-CN são oferecidos na modalidade presencial, visando aos propósitos estabelecidos pelo Ministério da Educação – MEC, na formação de professores para o Ensino Fundamental e Médio.

Os cursos serão estruturados de forma a oferecer ao aluno, futuro docente, acesso unitário e indissociável ao conhecimento prático e teórico em educação, visando ao desenvolvimento profissional de seus egressos como agentes formadores de cidadãos capazes, que possam contribuir efetivamente com o desenvolvimento cultural, político, econômico e tecnológico da nação.

Atualizado com as questões contemporâneas relevantes, o curso oferece diferenciais de formação, como Educação Inclusiva para pessoa com necessidades

---

<sup>15</sup> Tomou-se como referência a Resolução CNE/CP N.º 2, de 01 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

especiais, projetos e parcerias com escolas e empresas para que o futuro docente possa aproximar-se da prática profissional.

O perfil do licenciado formado pela FTM-CN é de um profissional habilitado, por meio de habilidades e competências adquiridas no decorrer do curso, para atuar no exercício da docência, na organização e gestão dos processos de ensino, também capaz de fazer uso de recursos tecnológicos e de compreender os princípios fundamentais da educação contemporânea: interdisciplinaridade, aprendizagem colaborativa e processos democráticos.

Quadro 10: Cursos de Licenciaturas Presenciais a serem implantados até 2026

Instituto Superior de Educação			
Cursos	Previsão para início do curso	Nº de vagas anuais solicitadas	
		Presencial	EAD
Licenciatura em Pedagogia	2026	150	

#### 4 EXPANSÃO DOS CURSOS TECNOLÓGICOS – PRESENCIAL

Segundo o Ministério da Educação – MEC, os cursos superiores de Tecnologia são de curta duração, e visam formar profissionais para atender campos específicos do mercado de trabalho. Correspondente ao ensino superior, os tecnólogos podem dar continuidade ao ensino cursando a pós-graduação *Stricto Sensu* e *Latu Sensu*. São abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente.

Estruturam-se para atender aos diversos setores da economia, ministrando formação profissionalizante que abrange áreas especializadas e conduz o aluno “(...) a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades em uma determinada área profissional e com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o meio ambiente e a sociedade”<sup>16</sup>

Os cursos Tecnológicos oferecidos pela FTM-CN são desenvolvidos na modalidade *presencial*. As grades curriculares são estruturadas em módulos e contemplam disciplinas de natureza científica, humanística e de formação

<sup>16</sup> Informações obtidas em <http://portal.mec.gov.br> - Parecer CNE/CES 436/2001.

específica, com ênfase especial nos processos tecnológicos e no desenvolvimento de práticas profissionais sintonizadas com o mercado de trabalho. A organização dos módulos tem, em média, duração de dois a dois anos e meio. Isso confere uma vantagem competitiva ao aluno em relação ao tempo investido na integralização total do curso.

Os cursos superiores de Tecnologia da FTM-CN asseguram, ainda, a possibilidade de o aluno incrementar o seu currículo com os cursos de pós-graduação em nível *lato* e *stricto sensu*. Inclusive os alunos são estimulados a cursar tais níveis de ensino – *lato sensu* - na própria instituição.

**Quadro 11: Cursos Tecnológicos presenciais a serem implantados até 2026**

Instituto Superior de Tecnologia				
	Cursos	Previsão de início	Nº de vagas previstas	
			Presencial	EAD
1	Tecnologia em Gestão Ambiental	2026	50	
3	Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo	2021	50	
4	Gastronomia	2021	50	

## 5 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU PRESENCIAIS

De acordo com a Secretaria de Educação Superior, os cursos de pós-graduação *lato sensu*, (...) são voltados às expectativas de aprimoramento acadêmico e profissional, com duração máxima de dois anos e com caráter de educação continuada. Nesta categoria estão os cursos de especialização, os cursos de aperfeiçoamento e os cursos designados como MBA (Master Business Administration) ou equivalentes que estejam incluídos na categoria de curso de pós-graduação *lato sensu*.

Oferecido aos portadores de diploma de curso superior, têm usualmente um objetivo técnico-profissional específico, não abrangendo o campo total do saber em que se insere a especialidade. Tais cursos têm finalidades muito variadas, que podem

incluir desde o aprofundamento da formação da graduação em determinada área - como as especializações dos profissionais da área de saúde - ou temas mais gerais que proporcionam um diferencial na formação acadêmica e profissional”.<sup>17</sup>

Os cursos de especialização da FTM-CN serão distribuídos em quatro grandes áreas, estruturadas na forma de Coordenações.

Tais áreas respondem pedagogicamente por seus cursos, assim como estabelecem as bases logísticas para o desenvolvimento e implementação dos mesmos. As áreas dividem-se em:

- Educação;
- Saúde Meio Ambiente;
- Ciências Sociais Aplicadas.

Este modelo permite agregar os diversos cursos em quatro áreas, de maneira a concentrar campos do conhecimento afins articulando-os sob a mesma filosofia. As coordenações interagem buscando sintonia permanente, sem perder o foco de cada campo. A integração interdisciplinar se desenvolve através da consolidação dos objetivos institucionais. Isto se dá através do fortalecimento do conceito presencial de ensino e das próprias concepções específicas dos cursos, ou seja, uma forte ênfase nas relações humanas e com a sociedade. Esta preocupação permeia todos os cursos e permite um diálogo maior entre as áreas visando um impacto social consistente e não apenas no aspecto educativo.

As coordenações se responsabilizam pelo andamento dos cursos, bem como pelo formato, estrutura e qualidade dos mesmos. Isto inclui projeto pedagógico, seleção e definição de professores, estabelecimento de convênios e parcerias. Às coordenações cabe também efetuar um planejamento estratégico de longo prazo com vistas ao aperfeiçoamento dos cursos existentes, da elaboração de novos cursos, sempre com atenção particular às exigências do Ministério da Educação.

#### **Quadro 12: Cursos de pós-graduação lato sensu presenciais a serem implantados até 2026**

**Instituto Superior de Tecnologia**

<sup>17</sup>Informações obtidas em <http://portal.mec.gov.br>

	Cursos	Previsão de início	Nº de vagas previstas	
			Presencial	EAD
1	Engenharia de Segurança do Trabalho	2018	50	300
2	Gestão da Qualidade e Segurança do Trabalho	2018	50	300
3	Atendimento Educacional Especializado	2019	50	300
4	Biblioteconomia e Gestão de Bibliotecas Escolares	2018	50	300
5	Dermoestetética e Cosmetologia	2019	50	300
6	Docência do Ensino Superior	2018	50	300
7	Docência do Ensino Superior e Gestão Escolar	2019	50	300
8	Educação Ambiental	2018	50	300
9	Educação Ambiental e Saúde Pública	2020	50	300
10	Educação Especial e Inclusiva	2018	50	300
11	Educação Infantil	2019	50	300
12	Enfermagem do Trabalho	2020	50	300
13	Enfermagem em Nefrologia	2021	50	300
14	Enfermagem em Oncologia	2022	50	300
15	Enfermagem em Urgência e Emergência	2022	50	300
16	Gestão Ambiental	2019	50	300
17	Gestão, Coordenação e Supervisão Educacional	2019	50	300
18	Gestão de Pessoas	2020	50	300
19	Gestão de Projetos Sociais: elaboração e captação de recursos	2021	50	300
20	História da Paraíba	2019	50	300
21	MBA em Gestão de Recursos Humanos	2018	50	300
22	Direito Imobiliário	2018	50	300
23	Orçamento Público e Planejamento Tributário	2021	50	300
24	Políticas Públicas e Intervenção Social	2022	50	300
25	Psicopedagogia Institucional e Clínica	2018	50	300
26	Psicopedagogia Institucional e Gestão Escolar	2018	50	300
27	Saúde da Família	2019	50	300
28	Saúde Pública	2021	50	300
29	Sistemas de Gestão da Qualidade e Segurança no Trabalho	2022	50	300



### 1 INFRAESTRUTURA

A IES possui atualmente uma infraestrutura para oferecer variados serviços Educacionais – ensino presencial, com Bacharelados, Licenciaturas, Tecnologias e Pós-Graduação - e também os subsídios necessários para iniciar seu processo de expansão como IES credenciada.

Entre os anos de 2024 a 2028 está prevista a criação de novos cursos de graduação, a serem implantados gradualmente, sendo que tal processo exigirá uma sensível reformulação estrutural, em todos os níveis, visando possibilitar a satisfação das demandas que deverão surgir com o aumento do corpo docente, discente e técnico-administrativo. Uma das consequências será a necessária ampliação da infraestrutura física e tecnológica, com aumento no número de salas de aula, laboratórios, setores administrativos, e na quantidade de equipamentos essenciais para a execução das atividades educacionais e administrativas, como por exemplo, informática – computadores, softwares, redes, etc.

A expansão da estrutura física está planejada considerando-se a abertura de novos cursos e o conseqüente aumento do número de vagas a serem oferecidas. Dessa forma, todo o planejamento orçamentário da IES orienta-se por essa previsão, levando-se em conta as despesas, receitas e investimentos a serem feitos durante os próximos 05 anos, a contar de 2024. As planilhas ao longo do texto procurarão demonstrar o planejamento que a IES espera cumprir.

Inicialmente, os investimentos que estão planejados para a ampliação dos serviços em cada modalidade de ensino e os respectivos cursos a serem oferecidos. Também serão detalhadas as previsões com as Despesas Operacionais para as modalidades de ensino, as receitas e os parâmetros utilizados para o orçamento de receitas de despesas.

Com base em todos esses dados, a IES espera demonstrar a consistência do seu planejamento orçamentário para os anos de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional.

**Quadro 13: Infraestrutura da Faculdade Três Marias – FTM-CN.**

UNIDADE SEDE	
AMBIENTES	QUANTIDADE
Direção	1
Coordenações	10
Recepção	1
Secretaria Acadêmica	1
CPA,	1
NUAPP	1
NDE	1
Salas de aula	25
Sala dos Professores (gabinete para professores tempo integral e secretária)	1
Sala de atendimento ao aluno	3
Auditório	1
Laboratório de Informática	3
Biblioteca (sala de estudo individual, em grupo e acervo)	1
Espaço de convivência	1
Banheiros	20
Cantina	1
Copa	1
Estúdio	1
Laboratórios	9
Sala de informática	1
Sala de apoio à informática	1

### 1.1 SALAS DE AULA

As salas de aula são disponibilizadas de acordo com as necessidades dos cursos. São arejadas e bem iluminadas e contam com todo mobiliário necessário, de forma a oferecer conforto para alunos e professores durante as aulas. Serão diferenciadas de acordo com a característica do curso, existindo salas apropriadas para aulas teóricas e práticas. As salas de aula contam com equipamentos multimídias, tais como, computador, sistema de som, câmera para vídeo conferência, data show, lousa digital, mesa digitalizadora, ar condicionado, quadro de vidro, microfone de lapela e carteiras apropriadas para canhotos e obesos.

## **1.2 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS E COORDENAÇÕES DE CURSOS**

Para a realização das atividades administrativas todos os setores estão equipados com mobiliário (mesas, cadeiras, arquivos, armários, etc) e equipamentos (informática, telefonia, material de escritório, etc) de acordo com suas necessidades. As Coordenações de Cursos acompanham a localização dos cursos por campi, possuindo toda a infraestrutura necessária para respaldar os coordenadores na execução de suas tarefas. Os espaços ocupados são definidos conforme a necessidade de cada setor.

## **1.3 SECRETARIAS ACADÊMICAS**

O setor de Registro e Controle Acadêmico compõe-se de uma Secretária Geral e os auxiliares e é responsável e pelos cursos presenciais e de Pós-Graduação.

O Setor de Registro e Controle Acadêmico é uma instância de apoio responsável pelos processos de normatização, recebimento, análise, processamento e distribuição das informações e dados sobre a vida acadêmica dos alunos, desde o seu ingresso na instituição até a colação de grau, expedição e registro do diploma, o que inclui, também, zelar pelo controle dos registros acadêmicos de modo a garantir a segurança, preservação, lançamento e correção no trato dos documentos escolares, bem como acompanhar a legislação vigente.

## **1.4 ÁREAS DE CONVIVÊNCIA**

Uma área dedicada à convivência da sua comunidade acadêmica. A cantina com bancos estrategicamente instalados para maior conforto. A IES também disponibiliza espaços estruturais para a constituição dos Centros Acadêmicos, com todo o suporte necessário para que os alunos executem suas atividades.

## 1.5 SALAS PARA DOCENTES

A sala coletiva de professores é um espaço preparado para a realização de algumas atividades docentes. Possui mobiliário e equipamentos adequados como computadores exclusivos, impressoras, sofá para descanso, mesa para reunião, televisão, frigobar, micro-ondas, armário para guarda individual de materiais, estações de trabalho individual e banheiros privativos aos professores. Os professores são assessorados por secretárias que viabilizam serviços essenciais como digitação e outros.

Os professores também contam com ambientes adequados dentro das unidades, para as atividades de orientações e desenvolvimento de trabalhos acadêmicos.

## 1.6 AUDITÓRIO

O auditório é usado para realização de eventos diversos, equipados com toda a infraestrutura de comunicação e mídia, o qual comporta aproximadamente 150 pessoas.

## 1.7 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

A infraestrutura tecnológica contará com laboratórios de informática, para os alunos realizarem as atividades acadêmicas. Cada aluno possuirá um *login* e uma senha, que lhe garantirá acesso tanto à rede do laboratório quanto à Internet. Ficarão abertos de segunda a sexta, das 08h às 22h00 e nos sábados, das 08h00 às 17h00 horas. Entretanto, como muitas aulas são ministradas nestes laboratórios, eles estão disponíveis integralmente apenas no período diurno. Para o período noturno é feito um agendamento semestral das aulas e nos dias que não possui agendamento o acesso é livre aos alunos.

Em cada turno haverá no mínimo um técnico no laboratório, responsável pelo controle e pelo bom funcionamento da rede instalada, bem como pela manutenção

da ordem e adequação das condições ambientais necessárias. Os docentes podem fazer uso do conjunto dos equipamentos instalados nos laboratórios da Instituição, além dos computadores exclusivos na sala dos professores.

### **1.7.1 CONSERVAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

A Instituição trabalhará com manutenção preventiva dos equipamentos, visando antecipar eventuais problemas que possam vir a acontecer, existindo verificação diária das máquinas pelo do corpo técnico da Faculdade. Essa manutenção é realizada interna ou externamente, considerando a vigência do prazo de garantia ou a necessidade de envio do equipamento para oficinas previamente cadastradas e homologadas pela Instituição.

A atualização tecnológica dos *softwares* se faz por meio da aquisição de novos lançamentos, pela observação das tendências do mercado, e também pela atualização, por meio de contratos de parceria com empresas de softwares. Antes do início de cada período letivo, é feito um levantamento junto às coordenações de curso e aos professores, procurando identificar suas necessidades para o ensino. Com a aquisição de novos produtos, é feita a adequação do *hardware* por meio da substituição dos equipamentos ou da atualização (*upgrades*) dos mesmos.

### **1.8 BIBLIOTECA DA INSTITUIÇÃO**

Como a instituição já mantém cursos de graduação e pós-graduação em parceria com outras IES, já existe uma biblioteca na sede que, a medida que a instituição for crescendo, será ampliada e subdividida em bibliotecas setoriais por campus e possuirá acervo condizente com os cursos que estes abrigam.

Seus serviços já estão disponíveis para professores, alunos e funcionários, que podem fazer consultas e empréstimos de obras – livros, periódicos e audiovisuais. A comunidade também pode consultar o acervo já existente. De forma a ampliar as possibilidades de acesso à informação, a biblioteca já mantém convênio com outras bibliotecas – pertencentes a instituições universitárias públicas ou

privadas – e também integra o programa de Comutação Bibliográfica – COMUT do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.

A Biblioteca conta também com acervo de obras digitais, em várias áreas do conhecimento, para consulta e impressão.

### 1.8.1 ACERVO COM O TOTAL DE TÍTULOS E EXEMPLARES

A biblioteca procurará adequar-se às exigências dos programas e currículos dos cursos, investindo constantemente na aquisição de novas obras para compor seu acervo. Professores e coordenadores de cursos participam do processo de solicitação de aumento do acervo, com a finalidade de aquisição, indicando as necessidades existentes em suas áreas de atuação.

### 1.8.3 BASES DE DADOS E PERIÓDICOS

A biblioteca também disponibiliza o acesso, aos seus alunos e professores, a Bases de Dados de diversas áreas do conhecimento, como a SCIELO e o SICON.

**Quadro 14: Base de Dados utilizadas na Faculdade Três Marias - CN**

Identificação	Área de Conhecimento
SCIELO Abrange: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Sociais e Aplicadas; Engenharia; Linguística, Letras e Artes	Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros
SICON – Sistema de Informações do Congresso Nacional	Direito
INDEXPSI	Psicologia
Portal da CAPES	Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros
Banco de teses e dissertações da USP	Várias áreas do conhecimento

LILACS	Literatura Latina Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MEDLINE	Literatura internacional nas áreas médicas e da saúde

Nota: apenas o Portal da CAPES possui acesso para docentes, técnicos e alunos com restrições.

A grande maioria das bibliotecas usa o modelo desenvolvido pelo norte-americano G. Edward Evans no processo de desenvolvimento de coleções, o qual utiliza o estudo da comunidade a ser servida como subsidio para o atendimento de outras partes do processo, sendo composto por política de seleção, avaliação e descarte de materiais bibliográficos.

Considerando que uma biblioteca deve atender tanto a comunidade acadêmica quanto a de pesquisadores, deve possuir uma coleção de livros com grande tendência ao crescimento, para que ambos tenham acesso a todos os pontos de vista importantes e necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, deve-se prestigiar a seleção, a avaliação e o descarte da coleção para otimização do acervo. É prioridade máxima nortear o desenvolvimento de suas coleções pelas exigências dos programas ou currículos por ela oferecidos.

A FACUDADE TRÊS MARIAS oferece aos seus alunos acesso a um conjunto de periódicos eletrônicos, por meio de página em seu sítio eletrônico, os quais são referências nacionais e internacionais em sua respectiva área de atuação. Dessa forma, a instituição contribui para a qualidade da formação de seu corpo docente e discente por meio da disponibilização de informações atualizadas na área dos seus cursos de graduação.

#### **1.8.4 POLÍTICA DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO**

Para atender o curso proposto o acervo da biblioteca conta com livros relacionados no programa das disciplinas ministradas. O acervo atende aos programas das disciplinas na proporção recomendada no instrumento de avaliação de cursos de graduação no tocante a bibliografia básica e complementar indicada.

Para que a Biblioteca mantenha um acervo que atenda as necessidades dos professores e alunos, a instituição adota um processo de atualização do acervo, no

qual participam os professores, os alunos e a bibliotecária. As solicitações são encaminhadas para a Diretoria Acadêmica, que providenciará a compra de livros ou a ampliação da biblioteca virtual por meio de mais convênios. Outros materiais indicados pelos professores são adquiridos no início de cada semestre letivo. Todos os finais de semestre são realizados inventários do acervo e os materiais que se extraviaram são repostos antes do início de cada novo semestre.

A IES usa o modelo desenvolvido pelo norte-americano G.Edward Evans no processo de arquivamento de coleções, tomando como referência um estudo da comunidade a ser servida para estruturar sua política de seleção, avaliação e descarte de materiais bibliográficos.

Neste sentido, a biblioteca atende tanto a comunidade acadêmica interna quanto aos pesquisadores da comunidade externa, possuindo uma coleção de materiais bibliográficos liberados para acesso de ambos, sendo prioridade máxima nortear o desenvolvimento de suas coleções pelas exigências dos programas ou currículos dos cursos oferecidos pela FTM-CN.

Para atender a necessidade de investimento em biblioteca, a IES tem previsão orçamentária do seu orçamento anual para compra de materiais bibliográficos. Respeitando, cabe as bibliotecárias, aos coordenadores, professores e alunos a indicação das compras que devem ser priorizadas. Caso esse percentual não seja suficiente, a mantenedora providenciará verba complementar.

### **1.8.5 INFORMATIZAÇÃO E CONSULTA AO ACERVO**

Todo acervo existente está catalogado segundo as normas técnicas e organizado em estantes de dupla face, em locais bem iluminados e ventilados. Os alunos, mediante *login* e senha fornecida pela IES, poderão ter acesso aos serviços da biblioteca de qualquer lugar onde estejam.

Para catalogação do acervo foi feito uma assinatura do *software PERGAMUM* (sistema de automação de bibliotecas) desenvolvido pela Universidade Católica do Paraná – PUCPR, para ser utilizado em computadores que possuam acesso à Internet. Toda base de dados está disponibilizada aos usuários para consulta e utilização. Além da consulta, outras operações estão disponibilizadas pela Internet

aos usuários, tais como: reserva e renovação de livros e monografias, reservas de materiais bibliográficos e de multimídia.

A Biblioteca oferece os seguintes serviços: empréstimo domiciliar; serviço de comutação bibliográfica – COMUT; visitas orientadas; disseminação seletiva da informação; treinamento de usuários e normalização de documentos. O acervo é constituído de obras de referência, livros didáticos e de literatura nacional e estrangeira, teses, monografias, periódicos, e kindle.

Os livros são classificados de acordo com a Classificação Decimal de Dewey (CDD), 20 ed., versão espanhol. A representação descritiva é feita de acordo com o Código de Catalogação Anglo-Americano, 2.ed. (AACR2) e para notação do autor utiliza-se a Cutter- Sanborn Table.

A armazenagem do acervo se dá por tipo de documento, ou seja: Livros: em estantes de aço pelo número de classificação; Periódicos: em estantes de aço por ordem alfabética de título (letra por letra) independente da área de conhecimento; Teses, Dissertações e Monografias: em estantes de aço por número de classificação; Multimeios: em armário apropriado para armazenamento deste tipo de material.

A recuperação da informação se dá por meio de catálogos de autor, título, assunto e série nos terminais de computador, instalados na Biblioteca e em toda a rede integrada da instituição.

### **1.8.6 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO**

O horário de funcionamento é: durante o período letivo, de segunda a sexta das 09h00h às 21h00h e nos sábados: 8:00h às 14:00h; durante as férias, de segunda a sexta das 09:00h ao 12h00 e 14h00 às 19:00h.

### **1.8.7 BIBLIOTECÁRIA E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

A organização administrativa interna da Biblioteca reflete e integra os vários recursos materiais, humanos, financeiros e técnicos que são coordenados de modo a

cumprir seus objetivos. A estrutura organizacional, suas competências e atribuições são relatados no Regimento Interno e no Regulamento dos Serviços de Empréstimo.

A Biblioteca é dirigida por uma bibliotecária a quem cabe a condução do planejamento, da aquisição e da administração técnica do acervo, do intercâmbio, da comutação e do acesso eletrônico *on line* com outros acervos e fontes de informações, do treinamento do usuário, do treinamento e coordenação do pessoal e a articulação dos departamentos e cursos da Faculdade. A bibliotecária conta com a ajuda dos auxiliares para a execução das tarefas.

#### **Quadro 15: Identificação do Perfil da Bibliotecária**

<b>NOME</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>FUNÇÃO</b>
DAYSE DE FRANÇA BARBOSA	Curso Superior – Biblioteconomia	Bibliotecária

#### **1.8.8 POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA**

A IES mantém contrato com empresa especializada em segurança que garante vigilância 24h por dia. A entrada nos prédios é feita mediante passagem em catraca eletrônica ou identificação ao recepcionista. Existe uma brigada de incêndio treinada, sinalização clara para saídas de emergência e equipamentos adequados. Haverá também uma CIPA constituída e periodicamente treinada. Para manutenção predial contamos com prestadoras de serviços especializadas, além de contar pessoal próprio.

#### **1.8.9 ESPAÇO FÍSICO DA BIBLIOTECA DISPONÍVEL**

A Biblioteca ocupa uma ampla área, subdivididos em:

- recepção/guarda volumes;
- balcão de atendimento (empréstimo/devolução);

- serviço de referência;
- biblioteca virtual com consulta via Internet;
- cabines para estudos individual e para grupos;
- acervo (livros/periódicos e multimeios);
- instalações técnico-administrativas;

Os usuários têm acesso direto ao acervo e a estrutura física conta com 30 estações de estudo individual, 5 mesas para estudo coletivo. As salas têm boa iluminação e ventilação.

### 1.8.10 EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS

**Quadro 16: Equipamentos disponíveis nos polos FTM-CN.**

<b>Espaços</b>	<b>Mobiliário e Equipamentos</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Estudo individual</b>	Cabines (Baías) de 1 m <sup>2</sup> com 1 cadeira	30
<b>Pesquisa on-line</b>	Cabines (Baías) de 1,3 m <sup>2</sup> com 1 cadeira	3
	Computador com acesso a Internet	25
	Mesa retangular com 4 cadeira	2
<b>Estudo em grupo</b>	Mesa quadrada com 4 cadeiras	5

### 1.8.11 BIBLIOTECA VIRTUAL

A Biblioteca Virtual/digital dispõe de acesso às informações de interesse acadêmico para os alunos. Para implantação dessa Biblioteca adota-se o conceito extraído do *Thesaurus*, publicado pela *American Society for Information Science* (ASIS), em 1998, ou seja:

- Bibliotecas digitais “são bibliotecas cujos conteúdos estão originariamente em forma eletrônica e são acessados local ou remotamente por meio de redes de comunicação”:

- Bibliotecas virtuais são “sistemas nos quais os recursos de informação são distribuídos via rede, independentemente de sua localização física num determinado local”.

Seu acervo concentra-se nas áreas dos cursos oferecidos, possui obras de referência geral e especializada, como dicionários e enciclopédias. O acervo estará em constante atualização.

A Biblioteca Virtual também é constituída de indicações de *sites* que contém informações relacionadas aos cursos ministrados na Instituição. Além disso, permite acessar os *links* de outras bibliotecas virtuais que disponibilizem seus conteúdos on line. A Biblioteca virtual terá como componentes prioritários:

- Acervo com a literatura básica dos cursos;
- Infraestrutura eletrônica (conectividade da biblioteca como fator essencial);
- Acesso remoto aos documentos;
- Equipe treinada.

A FTM-CN disponibiliza as bibliotecas virtuais Pearson, Minha biblioteca e Saraiva para docentes, discentes e técnicos administrativos.

## **1.9 EQUIPAMENTOS UTILIZADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS**

A FTM-CN dispõe de uma gama variada de equipamentos de suporte para as atividades educacionais. Conta com um corpo de funcionários técnicos que cuidam da sua conservação e instalação. Os professores fazem a solicitação do material a ser utilizado e os técnicos cuidam da instalação nas salas de aula ou nos auditórios. Entre os equipamentos disponíveis estão: Aparelhos de TV, Datashow, Telas para projeção, e Caixas Amplificadoras, estúdio, câmaras etc.

## 2.4 SUPORTE TECNOLÓGICO

Para oferecer o suporte tecnológico necessário, a FTM-CN optou pela montagem da seguinte estrutura:

- Instalação de um provedor interno e um endereço de suporte a partir do qual será possível acessar as informações sobre a instituição, seus cursos e atividades;
- Um provedor interno para área administrativa;
- Todos estes provedores e laboratórios interligados por rede de alta velocidade e atendidos por equipamentos de última geração;
- Laboratórios de informática com no mínimo 50 computadores cada um, com softwares mais comuns no mercado e acesso à rede mundial de comunicação em todos os laboratórios e na biblioteca;
- Estabelecimento de um provedor para as atividades de suporte didático-pedagógico nas atividades presenciais, atendidos no endereço do site da FTM-CN;
- A Faculdade Três Marias dispõe de equipamentos distribuídos na seguinte configuração:
  - ✓ Equipamentos desktops/notebooks administrativos.
    - Todos os equipamentos que compõem a rede utilizam recursos computacionais que possibilitam o trabalho dos colaboradores. Em caso de defeito disponibilizamos de suporte, de forma que seja efetuado o backup dos arquivos e disponibilizando outra máquina.
  - ✓ Equipamentos desktops/notebooks de laboratório e biblioteca.
    - A faculdade possui vários laboratórios que contam com equipamentos configurados para os sistemas operacionais e softwares comuns a disponibilidade de utilização em todos os equipamentos, dispondo de equipamentos de backup para troca e reposição em caso de falhas.
  - ✓ Equipamentos servidores externos.
    - Todos os servidores foram contratados com alta disponibilidade e redundância dos equipamentos contratados sendo a orquestração e administração dos serviços realizados pelo fornecedor, garantidos através do SLA do contrato.

✓ Firewall de segurança.

- Sistema de Firewall do Windows implementado em alta redundância configurado com um link de conexão a internet que servem os ambientes internos da faculdade para disponibilidade dos serviços e acessos.

## **ACORDO COM FORNECEDOR DO DATACENTER RESPONSÁVEL POR TODOS OS SERVIDORES EXTERNOS**

I. Serviços inclusos em contrato:

- Instalação dos servidores propostos
- Disponibilidade
- Suporte ao cliente em relação aos serviços contratados:
- Gestão de segurança
- Monitoramento do hardware de virtualização;
- Monitoramento das clouds dedicadas – (Rede, CPU, Disco, Memória);
- Disponibilidade de espaço FTP backup dos bancos de dados,
- Retenção de 90 dias;
- Replicação de toda infraestrutura virtualizada em ambiente remoto;
- Retenção de backups diários por 7 dias;
- Retenção de backups mensais por 2 meses;

II. Os atendimentos serão realizados exclusivamente de forma remota.

III. Custos de novos projetos derivados de serviços não previstos em contrato terão seu custo adicional orçados para aprovação.

IV. Sempre que houver necessidade de manutenção dos equipamentos enviaremos comunicados para agendamento das janelas de manutenções.

### **SLA (SERVICE LEVEL AGREEMENT – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS OU GARANTIA DE DESEMPENHO DE SERVIÇO)**

Serviço Tempo Ativo

- Servidores Dedicados 99.4%
- Servidores Virtuais 99.4%
- Hospedagem de sites 99.4%
- Monitoramento de ambiente 99.4%
- Rede 99.4%

### **CLOUD BANCO DE DADOS**

1	Processador 2x Intel Xeon CPU E5-2660 v3 @ 2.597GHz
2	Memória 4 GB / 1999 MB
3	Espaço em disco 50GB
4	Sistema Operacional Ubuntu 16.04 xenial

5	Banco de dados MySQL libmysql - 5.5.54
6	Backup de infraestrutura completa diária com retenção de 7 dias
7	Backup do Banco de Dados completa diária com retenção de 7 dias

### **CLOUD PORTAIS WEB**

1	Processador 2x Intel Xeon CPU E5-2660 v3 @ 2.597GHz
2	Memória 2 GB / 1999 MB
3	Espaço em disco 30GB
4	Sistema Operacional Ubuntu 16.04 xenial
5	Banco de dados MySQL libmysql - 5.5.54
6	Backup de infraestrutura completa diária com retenção de 7 dias
7	Backup do Banco de Dados completa diária com retenção de 7 dias

## **4 EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI.**

O desenvolvimento da FTM-CN, com a implantação gradativa de suas áreas de atuação, implicará necessariamente na expansão de sua infraestrutura, pois esta deverá adequar-se ao aumento gradual do número de professores, alunos e funcionários que passarão a existir com a implantação dos novos cursos – presenciais e suas respectivas necessidades educacionais e administrativas.

A expansão se dará tanto nos aspectos estruturais – número de salas de aula, laboratórios, setores administrativos, etc –, quanto na quantidade de equipamentos essenciais para a execução das atividades educacionais e administrativas, como por exemplo, informática.

### **4.1 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA DA IES**

A expansão da estrutura física está planejada considerando a abertura de novos cursos, o aumento do número de alunos nos cursos existentes e as inovações tecnológicas. Está planejada ampliação de mais laboratórios de informática e laboratório didáticos específicos para os cursos que estão em andamento e os que serão aprovados. Ampliação das salas de aula e espaços administrativos, e demais setores necessários ao funcionamento da IES.

## 4.2 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Para o período de vigência do novo PDI, 2024-2028, estão previstas reestruturações na configuração da IES, a qual pretende expandir a oferta dos seus serviços educacionais. Tal expansão deverá ser seguida de perto pela reestruturação do seu quadro de pessoal – docente e técnico-administrativos – o qual deverá acompanhar o ritmo de crescimento da IES. A expansão do quadro de docentes procurará orientar-se pelas Diretrizes do Ministério da Educação, que estabelece um mínimo de 33% de mestres e doutores na composição do corpo docente das IES.

Outra característica do planejamento da expansão do quadro de docentes é o gradual aumento no número de profissionais com dedicação parcial e integral à instituição. Isso se deve à preocupação da IES em aumentar a qualidade dos serviços educacionais oferecidos ao corpo discente. É preciso notar que a IES não apenas orienta-se no sentido da contratação de efetivos qualificados, mas também investe na qualificação do corpo docente, com seus programas de aperfeiçoamento, anteriormente já descritos no PDI.

Obedecendo ao mesmo ritmo de crescimento, o quadro de pessoal técnico-administrativo também deverá aumentar. IES pretende ampliar o número de aumentar o número de pessoal técnico administrativo de acordo com a gradual implantação das novas estruturas de ensino e o correspondente aumento do número de setores administrativos. Para tal pretende-se privilegiar a contratação de pessoal mais qualificado, por isso está previsto maior crescimento na faixa de contratações de nível superior,

**Quadro 18: Cronograma de Expansão do Corpo Docente**

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Especialista	Hor/Par/Int	15%	10%	5%	5%	5%
Mestre	Parc/Int	65%	70%	70%	70%	70%
Doutor	Parc/Int	20%	20%	25%	25%	25%

**Quadro 19: Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo**

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Ensino Médio	8h diárias	90%	70%	50%	30%	20%
Graduação	8h diárias	10%	30%	50%	70%	80%

### 4.3 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Os aspectos financeiro-orçamentários do FTM-CN, projetados até 2027, compreendem:

- Número total de vagas oferecidas
- Previsão de receita por unidade de ensino
- Previsão total de receitas
- Necessidades de investimentos em tecnologia e infra-estrutura
- Resultado operacional
- Despesas operacionais

#### Quadro 20: Demonstrativo Financeiro da FTM-CN.

ITENS	2024	2025	2026	2027
Anuidade / Mensalidade(+)	3.600.000	7.200.000	10.800.000	19.000.000
Bolsas(-)				
Diversos(+)				
Financiamentos(+)				
Inadimplência(-)	540.000	1.080.000	1.620.000	2.850.000
Serviços(+)				
Taxas(+)				
<b>TOTAL</b>	<b>3.097.000,00</b>	<b>6.159.000,00</b>	<b>9.219.000,00</b>	<b>16.189.000,00</b>
ITENS	2024	2025	2026	2027
Acervo Bibliográfico(-)	100.000,00	120.000,00	150.000,00	180.000,00
Aluguel(-)	60.000,00	65.000,00	70.000,00	75.000,00
Despesas Administrativas(-)	100.000,00	200.000,00	400.000,00	600.000,00
Encargos(-)	650.000,00	1.300.000,00	1.944.000,00	3.237.000,00
Equipamentos(-)	1000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00

Eventos(-)	50.000,00	100.000,00	200.000,00	400.000,00
Investimento (compra de imóvel)(-)				
Manutenção(-)	50.000,00	100.000,00	200.000,00	300.000,00
Mobiliário(-)	200.000,00	300.000,00	400.000,00	600.000,00
Pagamento Pessoal Administrativo(-)	150.000,00	400.000,00	650.000,00	950.000,00
Pagamento Professores(-)	500.000,00	1.000.000,00	1.500.000,00	2.500.000,00
Extensão(-)	15.000,00	20.000,00	40.000,00	60.000,00
Treinamento(-)	15.000,00	15.000,00	20.000,00	40.000,00
<b>TOTAL</b>	2.890.000,00	4.620.000,00	6.574.000,00	9.942.000,00
<b>SALDO</b>	207.000,00	1.539.000,00	2.645.000,00	6.247.000,00

O planejamento financeiro da IES leva em conta a participação da comunidade acadêmica, através das representações de seus segmentos nos órgãos colegiados, bem como através dos resultados da Comissão Própria de Avaliação. Os relatórios da CPA, nesse sentido, são peça chave para a organização financeira da IES, pois permite que se percebam quais áreas merecem maior atenção. O planejamento exposto na tabela acima é, portanto, uma previsão que deve ser revisada anualmente.

#### 4.4 ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A estratégia de gestão econômico-financeira prevê receitas oriundas de:

- Mensalidades, anuidades, taxas, contribuições ou emolumentos cobrados dos alunos;
- Renda da atividade industrial, agropecuária e da prestação de serviços;
- Subvenções, auxílios, contribuições, doações e verbas atribuídas por entidades públicas ou privadas, por pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- Rendas de bens e da aplicação de valores patrimoniais.

Conforme se pode ver no planejamento financeiro da FTM-CN, a principal fonte de receita é a cobrança de mensalidades.

## ***V – AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL***

---

### **1 AUTOAVALIAÇÃO E DESEMPENHO INSTITUCIONAL**

O planejamento da Avaliação Institucional revela o comprometimento da Instituição com a qualidade de suas ações, e enfocando a avaliação como uma de suas prioridades, a FTM-CN viabiliza e norteia o aperfeiçoamento e o acompanhamento de suas ações de gestão acadêmica e administrativa.

Sendo assim, a implementação de um processo avaliativo rotineiro, sistêmico e participativo é um grande desafio, principalmente quando se tem como principal objetivo o compartilhamento do conhecimento acerca da realidade, buscando

transformá-la para benefício da comunidade acadêmica, conhecendo seus pontos fracos e fortes de forma a subsidiar a elaboração do planejamento institucional. Esse processo permitirá o desenvolvimento de uma cultura avaliativa e garantirá aos gestores a efetiva implementação de mudanças que contribuam para a melhoria contínua da qualidade do ensino e da gestão da instituição.

A necessidade de assegurar padrões de qualidade é um imperativo para todas as instituições, e a gestão acadêmica e administrativa deve estar apoiada “num planejamento acadêmico e numa avaliação global, que objetive ao final de todo o processo subsídios para a tentativa de atingir metas já estabelecidas” NAVAJAS (1998, p.23).

Assim como no processo avaliativo a elaboração de um PDI se constitui uma ferramenta importante para uma Instituição, pois facultar-lhe a oportunidade de refletir sobre seus pontos fortes e fracos e identificar suas ameaças e oportunidades. O envolvimento de toda comunidade acadêmica (corpo docente, discente e técnico-administrativo) tanto na elaboração do PDI quanto no seu processo avaliativo permitirá alcançar a maturidade gerencial desejada e a oferta de serviços educacionais de qualidade.

Um programa de avaliação deve ser um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, assim como uma ferramenta para o planejamento e gestão. A avaliação, desse modo, se coloca como um processo permanente do conhecimento da realidade interna e externa que abrange as atividades da IES, em comparação com suas finalidades e objetivos a serem atingidos, assim como a missão e visão. Desta forma, é necessário que se sistematize um processo avaliativo que observe, acompanhe e interprete o desenvolvimento institucional.

Com esse entendimento, a FTM-CN trabalhará no sentido de implementar um Programa de Avaliação Institucional, o qual busca envolver aspectos do processo ensino-aprendizagem, assim como do processo de gestão acadêmica e administrativa, enquanto funções essenciais de uma Instituição de Ensino Superior.

## **1. 1 PLANO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

## INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, que visa garantir o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, foi instituído a partir do sancionamento da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e reestruturado conforme nota técnica nº14/2014. Em consonância com as propostas de reformas da educação superior e dentro desse contexto, elaboramos o Projeto de Auto Avaliação Institucional da FACULDADE TRÊS MARIAS – FTM-CN.

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, que visa garantir o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, foi instituído a partir do sancionamento da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Em consonância com as propostas de reformas da educação superior e dentro desse contexto, elaboramos o Projeto de Auto Avaliação Institucional da FACULDADE TRÊS MARIAS – FTM-CN.

De acordo com a referida Lei, em seu parágrafo primeiro, estabelece que o SINAES tem por finalidade “a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior”.

Conforme o Artigo 2º, da mesma Lei, compete ao SINAES assegurar:

“I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições da educação superior e seus cursos;

II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV – a participação dos segmentos discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior e da sociedade civil por meio de suas representações.”



Neste caso, a avaliação das instituições de educação superior deve identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando a missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pós-graduação e a extensão; a responsabilidade social da Instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; a organização e gestão da Instituição; a infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento a estudantes e egressos e, igualmente, a sustentabilidade financeira. De acordo com a lei, para otimizar a avaliação institucional, foram instituídas, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, e, no âmbito de cada Instituição de ensino superior, pública ou privada, a Comissão Própria de Avaliação - CPA.

As Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), previstas no Art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentadas pela Portaria Ministerial nº 2.051, de 19 de julho de 2004, foram constituídas no âmbito de cada Instituição de Educação Superior, com a atribuição de coordenar os processos internos de avaliação da Instituição, de sistematizar e prestar informações solicitadas pelo INEP.

Por meio da CPA, deve se desenvolver uma experiência de avaliação que permita a construção de uma ampla visão da complexidade da Instituição, e servir de base para a melhoria contínua das ações administrativas e acadêmicas.

A avaliação das instituições de educação superior no âmbito do SINAES tem caráter formativo e visa ao aperfeiçoamento da comunidade acadêmica, em especial quando conta com a participação efetiva de tal comunidade e, ainda, constrói uma cultura de avaliação que possibilite uma permanente atitude de tomada de consciência sobre a missão e sua finalidade acadêmica e social.

Para a avaliação das instituições são utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto avaliação e a avaliação externa in loco, conforme Portaria MEC nº 2.051, de 19 de julho de 2004. Estes instrumentos devem contemplar a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das Instituições de Ensino Superior.

## **PERÍODO DE MANDATO DA CPA**

O mandato dos membros da CPA será de três anos, sendo permitida a recondução. Não será permitida, em um mesmo ano, a renovação de mais de dois terços dos membros da CPA.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS OS OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO**

A avaliação das instituições de educação superior tem por objetivo identificar o perfil e o significado da atuação destas instituições, pautando-se pelos princípios do respeito à sua identidade e diversidade, bem como pela realização de auto avaliação e de avaliação externa.

Para esta Instituição, este projeto de auto avaliação tem como objetivos:

1. Despertar a comunidade acadêmica da Instituição para a relevância da avaliação institucional como instrumento de autoconhecimento e aperfeiçoamento das ações institucionais;
2. Promover a participação da comunidade acadêmica no processo de tomada de decisão, visando à consolidação da gestão democrática;
3. Criar um banco de dados das atividades complementares de ensino, extensão, gestão e das atividades sociais desenvolvidas pela Instituição;
4. Implantar processo contínuo de avaliação em todos os setores, de forma democrática e flexível, com a participação de todos os sujeitos envolvidos;
5. Subsidiar as políticas de desenvolvimento de recursos humanos e acadêmicos;
6. Propor alternativas para a melhoria do desempenho institucional, baseadas nos resultados detectados no processo de avaliação interna.

## **MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO DA AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação institucional surge para atender às exigências da sociedade do conhecimento, marcado pelo surgimento de novas tecnologias aplicadas ao planejamento da gestão institucional.

A avaliação institucional constitui um processo de aferição das ações desenvolvidas por membros internos e externos de uma dada comunidade acadêmica, na busca da correção e do aperfeiçoamento dessas ações e do

autoconhecimento institucional, objetivando a promoção da qualidade acadêmica das instituições em todos os seus níveis.

Conscientes da importância da auto avaliação para o crescimento institucional e da necessidade desse processo como prática educativa dentro de qualquer sistema de ensino que necessita da participação de todos os segmentos, as instituições utilizam este instrumento como elemento sinalizador do desempenho que expressa a eficácia social de suas atividades e a eficiência de seu funcionamento para responder ao mercado extremamente competitivo, exigente e interativo.

Nesse sentido, avaliar, de acordo com a concepção de planejamento previamente elaborado, significa detectar as distorções entre o planejado e o que está sendo executado para corrigi-las, adequando a Instituição às demandas da sociedade.

Considerando-se a educação um bem público, ou seja, o maior “patrimônio” de um país, seus benefícios devem atingir toda a sociedade e por isto deve ser avaliada em termos de resultado de suas atividades voltadas para a sociedade, bem como em termos da eficiência de seu funcionamento. É urgente a necessidade de se estabelecer, no sistema educacional, formas criteriosas de avaliação para que se possa responder às demandas da sociedade. Assim, a avaliação institucional se constitui numa ferramenta valiosa para demonstrar o que é e o que faz a Instituição, permitindo buscar novos caminhos e realizar mudanças internas para alcançar resultados significativos. Assim, a lógica que orienta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, rompe com a verticalidade hierárquica da estrutura universitária propondo a lógica das interações horizontais e verticais das atividades-fim e atividades-meio das Instituições, através do enfoque das atividades a serem avaliadas em suas especificidades, e sua globalidade, tendo como referência, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

A auto avaliação constitui-se num processo realizado de forma participativa pela comunidade acadêmica (gestores, docentes, discentes e técnicos administrativos) e conduzida pela Comissão Própria de avaliação. Estes autores avaliam as dimensões institucionais definidas na Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Na avaliação destas dimensões serão utilizados alguns métodos e técnicas tais como questionários, entrevistas, observações, levantamentos, estudos, reuniões, realização de fóruns entre outros. Os métodos e técnicas tem como foco as

dimensões, os recursos, os instrumentos, o processo, os resultados, a cobrança pela melhoria e as deliberações do órgão gestor.

Além destes indicadores é importante trabalhar com categorias intelectuais relativas à qualidade educativa, à eficácia social, à cidadania, à qualidade das relações interpessoais, das hierarquias e estruturas institucionais.

A avaliação externa é realizada por comissões de planejamento e gestão da educação superior designada pelo INEP, segundo diretrizes do CONAES. A comissão analisa as informações e resultados da auto avaliação, as propostas e as práticas desenvolvidas.

A relação entre a avaliação interna e externa é a de complementação. Esta coerência é um importante instrumento crítico e organizador das ações da Instituição e do MEC. A integração destas avaliações busca produzir um processo de discussão e reflexão sobre os temas para a manutenção e desenvolvimento da educação superior, seja no âmbito político, pedagógico, científico e, sobretudo, de responsabilidade social.

Em resumo, o processo de avaliação institucional constitui-se numa ação flexível em permanente construção que permite o redimensionamento do Programa de Avaliação Interna participar do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Conclui-se, portanto, que o principal objetivo da Avaliação Institucional é promover a realização autônoma do projeto institucional de modo a garantir a qualidade acadêmica no ensino, na extensão, na gestão e no cumprimento de sua missão com responsabilidade social.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O Art. 10 da Portaria Ministerial nº 2.051 de 19 de abril de 2004 regulamenta que o processo de auto avaliação será coordenado pela Comissão Própria de Avaliação, que, conforme o Art. 11 da Lei nº 10.861/2004, assumirá a responsabilidade pela “condução dos processos de avaliação internos da Instituição de sistematização e de prestação de informações solicitadas pelo INEP”. A auto avaliação prevê a participação e envolvimento da comunidade acadêmica, com o apoio da alta administração da Instituição e com disponibilização de informações e dados confiáveis.

A coleta, processamento, estudo, a retroalimentação e a manutenção de dados e informações devem ser realizados mediante a utilização de instrumentos combinados, conforme as necessidades, situações específicas, focos e aprofundamento exigidos pela dinâmica da Instituição.

A metodologia utilizada contempla em forma de avaliação interna ou auto avaliação, assim denominada por ser o momento em que a própria comunidade se posiciona a partir das informações coletadas e sistematizadas pela CPA. Desse modo, trata-se de um momento importante para que a comunidade acadêmica reflita sobre o resultado das atividades desenvolvidas, tendo possibilidade de conhecer e analisar criticamente a Instituição em sua totalidade, sugerindo alternativas corretivas, tendo em vista a questão da qualidade acadêmica. O ponto principal das discussões repousa na possibilidade de comparar a missão, os objetivos, as políticas institucionais e seus programas estruturantes com o que vem de fato realizando.

Este programa de auto avaliação deve ser desenvolvido com a participação dos segmentos, docentes, técnico-administrativos, estudantes, dirigentes e representantes da sociedade sob a coordenação da CPA.

Um programa de auto avaliação deste porte inclui, necessariamente, a negociação e a participação dos envolvidos tanto nas decisões relativas aos indicadores previstos quanto ao que diz respeito à definição das medidas decorrentes dos resultados obtidos.

O programa de auto avaliação é coordenado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, considerando os três núcleos: básico e comum; temas optativos; e outro de documentação, dados e indicadores.

A metodologia proposta orientará o processo quanto às decisões, técnicas e métodos, de forma flexível, para, diante de situações concretas, assumir novos formatos, adotar atos mais vinculados às situações em pauta. Além de gerar a participação da comunidade a partir da abertura de espaços para sugestões e avaliações espontâneas para a avaliação interna.

## **DESCRIÇÃO**

Comissão Própria de Avaliação – CPA: Responsável pela condução e coordenação dos processos de auto avaliação, de sistematização e de prestação de informações solicitadas pelo INEP, nos quais são verificados as dimensões do

SINAES, para verificar se estão de acordo com as normas exigidas pelo MEC e também com a missão, a visão e os objetivos da Instituição.

**Objetivo:**

Desenvolver um constante processo de avaliação institucional de maneira sistemática, envolvendo o ensino, a extensão, a estruturação organizacional e a gestão administrativa e política da Instituição.

As atividades de planejamento e levantamento das necessidades devem ser processadas segundo alguns padrões de funcionamento:

1. Serão promovidas reuniões com a Direção Geral, Direção Acadêmica, Membros da CPA e, em algumas ocasiões, deverão estar presentes Coordenadores de Cursos (ensino), Extensão e Pós-Graduação, membros de outros órgãos colegiados e pessoal técnico-administrativo. No entanto, essas reuniões podem ser compostas de acordo com a configuração das necessidades de cada período ou processo de auto avaliação;
2. Nas Reuniões a CPA deve informar como se dá a implementação do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, reforçando este contexto sempre que necessário, a fim de transmitir informações sobre o delineamento dos trabalhos e desenvolver as técnicas de desenvolvimento do processo avaliativo;
3. A CPA deve solicitar à direção, às coordenações, aos colegiados e aos setores técnicos-administrativos, informações em relação às ações desenvolvidas nas respectivas unidades, com o propósito de auxiliar na construção das etapas referentes às dimensões institucionais que reflitam a responsabilidade social, política de pessoal, comunicação com a sociedade, política de atendimento ao estudante, sistemática de planejamento e avaliação dos processos, sustentabilidade financeira, dentre outros;
4. Cada unidade participativa deverá suprir a CPA de materiais e informações constantemente, a fim de que a dinâmica do processo seja concretizada para definir as ações internas da CPA;
5. A CPA deverá solicitar, sempre que necessário, informações a cada setor da Instituição. Após a recepção das contribuições encaminhadas por cada setor, devem ser concretizadas a sistematização dos resultados por meio de análises e discussões e interpretações dos dados gerando relatórios que são encaminhados à Direção Geral;

6. Por sua vez as esferas administrativas da Instituição complementam o processo quando a CPA encaminha, baseado nas suas diretrizes, a necessidade dos acertos.

## **PROCEDIMENTOS E AÇÕES CONSEQUENTES PREVISTAS TENDO EM VISTA OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO**

A conclusão dos trabalhos se dá com a divulgação pública dos resultados e possíveis providências, por meio de reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e com um balanço crítico do processo em preparação para a visita da comissão externa de avaliação que será procedida por uma visita in loco. Documentos a serem disponibilizados para as Comissões Externas de Avaliação pela CPA:

7. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
8. Diretrizes de Funcionamento da CPA;
9. Relatórios parciais e finais do processo de auto avaliação, produzidos segundo orientações gerais disponibilizadas pelo INEP;
10. Dados gerais e específicos da Instituição constantes do Censo da Educação Superior e do Cadastro de Instituições de Educação Superior;
11. Dados sobre o desempenho dos estudantes no ENADE, disponíveis no momentos da avaliação;
12. Relatórios de avaliação dos cursos de graduação da Instituição, produzidos pelas Comissões Externas de Avaliação de Curso, disponíveis no momento da avaliação;
13. Dados do Questionário Socioeconômico dos estudantes, coletados na aplicação do ENADE;
14. Relatórios da Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Compromisso, quando for o caso;
15. Relatório do conceito da CAPES para os cursos de Pós-Graduação da Instituição, quando for o caso;
16. Documentos sobre o credenciamento e o ultimo credenciamento da Instituição;
17. Outros documentos julgados pertinentes.

## ETAPAS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

O processo de auto avaliação, objeto deste projeto, será desenvolvido em cinco etapas:

### ETAPA 1 - SENSIBILIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O objetivo desta etapa é planejar a auto avaliação, de forma que todo processo seja previamente estudado e descrito com o máximo de detalhes, tendo como fundamento dos trabalhos as diretrizes e orientações gerais para a auto avaliação das Instituições formuladas pelo CONAES e os documentos básicos e oficiais da Instituição, cujo conteúdo contem sua missão, suas finalidades e objetivos.

Para tanto, devem ser realizados atividades paralelas, a fim de promover o processo e envolver a comunidade acadêmica, por meio da implementação de roteiros de reuniões e seminários.

#### Ações previstas para esta etapa:

18. Constituição da Comissão Própria de Avaliação - CPA;
19. Capacitação da Comissão Própria de Avaliação – CPA;
20. Planejamento das ações pelos membros da CPA e reuniões mensais para acompanhar o desenvolvimento do projeto;
21. Planejamento da auto avaliação com a definição de objetivos, estratégias, metodologias, recursos e cronograma;
22. Sensibilização da comunidade acadêmica;
23. Apresentação do projeto de Auto Avaliação da Instituição à comunidade acadêmica através do site/portal da Instituição;
24. Reuniões com professores em geral;
25. Reuniões com alunos dos cursos de graduação;
26. Reuniões com os Coordenadores de cursos de graduação;
27. Reuniões com os funcionários técnico-administrativos;

#### Divulgação:

28. No site/portal da Instituição.

### ETAPA 2 - DESENVOLVIMENTO

O objetivo desta etapa é a concretização das atividades que foram programadas na proposta de auto avaliação, articulando todos os autores envolvidos, bem como os recursos a serem disponibilizados, com o intuito de que as ações transcorram com o máximo de envolvimento da comunidade acadêmica.

#### **Ações previstas para esta etapa:**

29. Levantamento dos documentos oficiais que definem as políticas e prioridades da Instituição;
30. Levantamento dos Atos Normativos da Instituição;
31. Organização dos dados estatísticos referentes ao último ano, em tabelas e gráficos de forma a visualização do desempenho da Instituição, neste período;
32. Estudo dos documentos oficiais identificando valores, concepções e sua coerência com o PDI:
33. Avaliação da docência, compreendendo auto avaliação do estudante, auto avaliação do docente, a avaliação do docente pelo discente e das condições de ensino que integra a dimensão ensino-aprendizagem;
34. Elaboração de relatórios parciais, tendo a Dimensão Ensino como eixo articulador das demais dimensões já citadas na justificativa;
35. Sistematização dos dados quantitativos e da análise dos documentos em um relatório parcial que servirá de base ao processo de auto avaliação a ser desenvolvido através de Seminários, Reuniões e Oficinas de trabalho.

### **ETAPA 3 - AUTOAVALIAÇÃO**

Nesta etapa deve ser desenvolvida a abordagem quantitativa e qualitativa. Aplicação dos questionários, oficinas e seminários, cujo ponto central é o debate em grupo, para a coleta de percepções, expectativas e desejos da comunidade universitária a respeito do papel e futuro da Instituição. Contempla as percepções dos sujeitos envolvidos com a prática institucional e com representantes da sociedade.

Os sujeitos envolvidos neste processo são: corpo diretor, docentes, alunos, e servidores da Instituição. São convidados representantes de diversos setores da

sociedade tais como: jornalistas, empresários, políticos e representantes de categorias profissionais.

Cada participante deve conhecer os indicadores de desempenho da Instituição, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e um roteiro que irá orientar as discussões, contendo as dimensões relacionadas no art. 3º da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

## **O CICLO AVALIATIVO**

Os instrumentos de avaliação são constituídos para a aplicação em toda a comunidade acadêmica, de acordo com as necessidades de informação. Os dados e informações obtidos devem gerar uma grande quantidade desses instrumentos os quais deverão ser adequadamente estudados, compreendidos, aplicados e discutidos com o objetivo de melhoria contínua.

A fim de consolidar o processo avaliativo todos os dados e informações colhidas geram um relatório parcial. O trâmite de tal relatório é a apreciação da Direção Geral, Direção Acadêmica, Coordenações de Cursos, setores Técnicos administrativos para que ao analisarem seus respectivos resultados processem as devidas providências ou deliberações no intuito de que o relatório final contemple a relação de “início, meio e fim”. Isto é: A coleta de dados necessários; Suas análises e suas discussões; Identificação de problemas; Encaminhamento para os órgãos responsáveis; Suas deliberações e a divulgação do ciclo avaliativo denominado de Procedimentos e Ações Consequentes Previstas Tendo em Vista os Resultados da Avaliação.

## **ETAPA 4 - CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO GLOBAL DE AUTO- AVALIAÇÃO**

Após a adequada integração das informações geradas no processo de avaliação, o objetivo desta etapa é buscar a integração de melhoria da qualidade nas estruturas práticas acadêmicas e administrativas da Instituição.

### **Ações previstas para esta etapa:**

36. Organização dos resultados analisados pela comunidade acadêmica;
37. Elaboração do relatório Parcial para sua entrega aos setores interessados;

38. Descrição do processo de auto avaliação, sua metodologia, procedimentos e quem participou;
39. Resultados da auto avaliação, analisando cada dimensão e suas inter-relações, destacando os pontos fortes e os pontos fracos;
40. Elaboração dos procedimentos e ações consequentes previstas tendo em vista os resultados da avaliação;
41. Planejamento da aplicação dos resultados visando o saneamento das deficiências identificadas.

## **ETAPA 5 - PROPOSIÇÕES E MEDIDAS PARA CORREÇÃO DE RUMOS DA INSTITUIÇÃO**

### **Fórum de Avaliação**

42. Apresentação e discussão com a comunidade acadêmica através de um seminário com a presença da Diretora Geral;
43. Aprovação das Proposições de Políticas Institucionais e medidas para aperfeiçoar o Plano de Desenvolvimento Institucional;
44. Encaminhamento do relatório dos resultados da auto avaliação da Instituição ao MEC;
45. Publicação dos resultados da auto avaliação.

### **Divulgação dos Resultados**

A divulgação dos resultados da auto avaliação deverá contemplar, primeiramente, a praticidade e simplicidade, considerando que inúmeros segmentos terão acesso às informações. Portanto, deverão ser disponibilizadas de forma acessível e compreensível para os destinatários.

### **Utilização dos Resultados**

Os autores do processo avaliativo, a fim de consolidar o processo, deverão deliberar ações de curto, médio e longo prazo. Este planejamento deve ter o suporte de um conjunto de metas que comporão os objetivos propostos na adequação de suas responsabilidades.

4 EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PERANTE AS 10 (DEZ) DIMENSÕES DO SINAES

## **DIMENSÕES DO SINAES**

46. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
47. Política para ensino, pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, de monitoria e demais modalidades;
48. Responsabilidade Social da Instituição, considera especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, artística e do patrimônio cultural;
49. Comunicação com a Sociedade;
50. Políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
51. Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
52. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
53. Planejamento e Avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação Institucional;
54. Políticas de Atendimento aos estudantes;
55. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior;

## **DIMENSÕES PASSA A SER 5 DIMENSÕES**

Após a nota técnica nº14/2014 as 10 dimensões foram agrupadas assim formando 5 eixos.

EIXO 1: Planejamento e Avaliação Institucional	EIXO 2: Desenvolvimento Institucional	EIXO 3: Políticas Acadêmicas	EIXO 4: Políticas de gestão	EIXO 5: Infraestrutura Física
--	---------------------------------------	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------

<p>Considera as dimensões: (8) Planejamento e Avaliação; Relato Institucional descrevendo os principais elementos do processo interno e externo de avaliação em relação ao PDI; Inclui os Relatórios da CPA, do período que constitui o objeto da avaliação.</p>	<p>Contempla as dimensões: (1) Missão e PDI (3) Responsabilidade Social</p>	<p>Abrange as dimensões: (2) Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão; (4) Comunicação com a sociedade; (9) Políticas de Atendimento aos Discentes)</p>	<p>Compreende as Dimensões: (5) Políticas de Pessoal; (6) Organização e Gestão da Instituição; (10) Sustentabilidade Financeira</p>	<p>Contempla: (7) Infraestrutura Física</p>
--	---	---	---	---

## MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

### Objetivos:

A CPA, por meio de seus instrumentos, deve avaliar a efetividade da missão de formar cidadãos e profissionais competentes e comprometidos com o desenvolvimento regional, contemplando sua importância e a inserção das graduações oferecidas, a capacitação dos professores, a atuação dos egressos no mercado, o desenvolvimento da mão de obra e toda assistência na conjuntura social.

### Ações:

Todas as ações desenvolvidas nesta dimensão dizem respeito à coerência dos atos administrativos e pedagógicos com os interesses explicitados no PDI. Discute-se a articulação do PDI com as práticas institucionais e para isso a CPA deve manter sua verificação constante junto aos setores responsáveis da Instituição. Os instrumentos de avaliação são discutidos qualitativamente numa análise quanto à estrutura dos cursos e sua concepção pedagógica, desde a estrutura dos projetos pedagógicos até a relação docente/discente para as atribuições do ensino aprendido. A fim de tornar tal avaliação mais completa, todas as ações devem ser explicitadas por meio de estratégias a serem seguidas. Isso tudo, portanto, concebe informações para a manutenção ou desenvolvimento contínuo do Plano de Desenvolvimento Institucional.

## POLÍTICA PARA ENSINO, PÓS-GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO, INCLUÍDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA, DE MONITORIA E DEMAIS MODALIDADES.

### Objetivos:

Mensurar as políticas de formação acadêmico-científico, profissional e cidadã; de construção e disseminação do conhecimento e de articulação interna, que favorece o ensino e o desenvolvimento de projetos de extensão.

### Ações:

O instrumento utilizado pela CPA, para avaliar tal dimensão, deve procurar perceber, na Instituição, a interação entre a política de ensino utilizada em sala de aula ou laboratórios (adequação do PPC, didática docente, critérios de avaliação, desempenho do discente, controle acadêmico e registro de atividades) com o questionamento que norteia a principal função do ensino superior. Partindo do princípio complementar entre ensino e extensão, o instrumento questiona também sua aplicabilidade no meio acadêmico, sua comunicação entre os envolvidos e sua extensão, no intuito de complementar o ensino, além de dar visibilidade à comunidade na execução de projetos desenvolvidos pelos cursos. O instrumento deve prevê também a análise dos incentivos por parte da Instituição, para tais atividades, sua articulação com as escolas de ensino médio, a execução de um calendário para encontros pedagógicos, a atualização dos conteúdos programáticos das disciplinas, a atualização profissional dos docentes e técnicos-administrativos.

Para os programas de pós-graduação devem ser analisado as políticas institucionais utilizadas no processo de planejamento, criação, expansão e manutenção dos programas. Além da discussão sobre a dedicação à formação de profissionais a partir da qualidade mínima exigida neste processo.

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO**

### **Objetivos:**

Avaliar a contribuição da Instituição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social da região, ao estímulo e ao empenho na defesa do meio ambiente, na preservação da memória cultural, no incentivo à produção artística e à preservação do patrimônio cultural.

### **Ações:**

A CPA deve ter sua participação efetiva junto a todas as coordenações de curso e, neste caso a avaliação acontece como um processo de acompanhamento, no qual as coordenações tem liberdade e autonomia para levar à sociedade todos os projetos que incluam atividades com responsabilidade social. O calendário fica a critério de cada colegiado ou coordenação, mas sua execução é constantemente exigida pela direção e a CPA deverá analisar os relatórios de execução de cada atividade como documento descritivo das ações de responsabilidade social, seus objetivos e resultados alcançados. Isso deve reforçar a principal característica da Instituição: o relacionamento com a sociedade através de atividades, projetos e eventos para a inclusão social, desenvolvimento econômico, meio ambiente entre outros.

## **COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE**

### **Objetivos:**

Identificar as formas de aproximação efetiva entre a Instituição e a sociedade, de tal modo que a comunidade participe ativamente da vida acadêmica, bem como a Instituição se comprometa efetivamente com a melhoria das condições de vida da comunidade ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém.

### **Ações:**

O acompanhamento do processo de comunicação social, por parte da CPA deve ser feito através de campanhas de conscientização desde a observação do informativo

acadêmico (instrumento mais simples de comunicação interna), normatização da biblioteca, atualização do site/portal e de suas publicações, calendário de eventos até a relação da comunidade acadêmica junto aos documentos oficiais (Regimento Geral, PDI/PPI e PPCs). A CPA deve contemplar também uma análise contínua das relações existentes entre os setores estratégicos da Instituição e os setores de execução. Acompanhar as reuniões semanais entre a Direção Acadêmica e as coordenações, as reuniões entre coordenações e colegiados e as reuniões com a Diretoria Geral. O objetivo de tais reuniões é preservar o fluxo de comunicação uniforme entre os órgãos da Instituição, a fim de manter sua cultura organizacional e sua filosofia.

### **POLÍTICAS DE PESSOAL, AS CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.**

#### **Objetivos:**

Explicitar as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os a planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e com condições objetivas de trabalho do capital humano atuante na Instituição.

#### **Ações:**

A CPA deve realizar o acompanhamento das políticas de pessoal, por meio de instrumentos que analisam o desempenho funcional pela auto avaliação dos mesmos e por meio da comunidade acadêmica, que analisa a qualidade dos serviços prestados. O instrumento deve contemplar aspectos sobre a qualidade do atendimento; o envolvimento e comprometimento com a Instituição; relação interpessoal; qualificação; apresentação pessoal (fardamento, higiene, etc.); relação com a comunidade acadêmica; políticas de incentivo; ambiente (físico) de trabalho; atribuições e responsabilidades, além de monitorar o funcionamento do plano de cargos e salários, seja para os docentes ou técnico-administrativos.

Com os resultados deverão ser elaborados programas de qualificação profissional por meio de planos de desenvolvimento de pessoal, capacitação ou treinamentos específicos, feitos pela própria Instituição (utilizando docentes) ou por meio de convênios com outras Instituições.

### **ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E A REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO COM A MANTENEDORA E A PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS**

#### **Objetivos:**

Avaliar os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder

entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão Institucional.

**Ações:**

Todas as ações, projetos e deliberações das coordenações e seus colegiados devem ser acompanhados constantemente por membros da CPA em suas reuniões.

O Regimento Geral é um documento formal e aplicável em todas as decisões. Este processo permite que a organização e gestão institucional tenham sua autonomia, porém sob um monitoramento constante, a fim de evitar falhas de comunicação e, conseqüentemente, na execução.

O procedimento eficaz para a análise das execuções dos referenciais de poder e autonomia dos colegiados, núcleos de docentes estruturantes, coordenações e todas as relações entre as esferas administrativas e acadêmicas é a efetivação de um instrumento regular da presença da CPA em reuniões de colegiado, reuniões ordinárias a fim de definir propostas de desenvolvimento ou aprimoramento das relações internas e participação democrática dos órgãos colegiados para uma gestão de seus interesses e dos interesses da comunidade acadêmica desde seu PPC até a relação com a alta administração institucional.

**INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

**Objetivos:**

Analisar a infraestrutura física e tecnológica da Instituição, relacionando-a com as atividades acadêmicas de formação, de produção de disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da Instituição, tendo em vista a definição de processos de redimensionamento.

**Ações:**

A CPA deve analisar as instalações da Instituição por meio de um instrumento próprio. Este instrumento tem como objetivo analisar se a estrutura física atende as necessidades da Instituição, verificar a manutenção física e limpeza, a estrutura para atendimento as pessoas com necessidades especiais, se o horário de funcionamento dos setores atende às necessidades da sua clientela, avaliar o fluxo de entrada, saída e segurança da Instituição.

A avaliação da estrutura física possibilita verificar necessidades ambientais e aproveitamento do espaço pertencente à Instituição. Os resultados visam adequar a infraestrutura da Instituição em função de suas atividades de ensino e extensão, conservação e limpeza, iluminação, acústica, ventilação e vislumbrarão, além de um melhoramento contínuo, o planejamento de novos espaços, para atender tais necessidades e deficiências.

**PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE OS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

**Objetivos:**

Analisar o planejamento e a avaliação como instrumentos interligados, e sua inclusão no processo de gestão da educação superior. Esta dimensão consiste na confluência da avaliação como processo que questiona o presente para articular o futuro Institucional a partir da sistematização dados.

### **Ações:**

Baseados no fato de que o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, que visa garantir o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, foi instituído a partir do sancionamento da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Em consonância com as propostas de reformas da educação superior e dentro desse contexto, foi elaborado o Projeto de Auto Avaliação Institucional desta Instituição.

Neste caso, a avaliação das instituições de educação superior deve identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando a missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pós-graduação e a extensão; a responsabilidade social da Instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; a organização e gestão da Instituição; a infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento a estudantes e egressos e, igualmente, a sustentabilidade financeira. De acordo com a lei, para otimizar a avaliação institucional, foram instituídas, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, e, no âmbito de cada Instituição de ensino superior, pública ou privada, a Comissão Própria de Avaliação – CPA.

A CPA deve proporcionar tal relacionamento institucional, transformar a coleta de dados em informações adequadas, disponibilizá-las às suas instâncias de responsabilidades, propor ações e cobrar deliberações para que o processo de auto avaliação não seja finito, ou seja, para que ele se mantenha constante e próximo de toda comunidade acadêmica que pretende participar do processo.

Um plano estratégico deve ser contemplado desde as intenções do Regimento Geral, PDI, PPI, PPCs e interesses do corpo diretor, docentes, discentes e técnicos administrativos. Para comungar tais interesses, deve ser exposto, a todos, um fórum de discussão ou reuniões ordinárias com representantes destes interesses, para que as informações tomem formatos qualitativos com metas propostas para a busca de um objetivo comum.

Por meio das diretrizes da CPA pode-se observar a estruturação dos direitos e deveres daqueles que participam do processo avaliativo. Desde a aquisição de dados, a transformação em informações, a qualificação destas informações, as ações propostas, o encaminhamento aos setores responsáveis, a busca pela resposta imediata das deliberações, o cumprimento de prazos e o reinício do processo.

## **POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES**

### **Objetivos:**

Analisar as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas por meio dos quais a Instituição busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil, com o propósito de adequação e melhoria desta prática na Instituição.

### **Ações:**

A CPA deve participar das decisões institucionais, com o caráter de assessoria, para tanto acompanhar todas as ações de atendimento aos estudantes, sejam ingresso, efetivos ou egressos. Aspectos como políticas de acesso, seleção ou permanência; políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágio e monitoria), Iniciação científica, Extensão, avaliação institucional. Aspectos de análises de dados sobre evasão ou abandono, relação entre professor e estudante e Instituição como um todo.

A CPA deve também acompanhar o funcionamento do Núcleo de Apoio Psicológico, além de convênios firmados para as potenciais parcerias de estágios. Ao egresso criar mecanismos de verificação de inserção profissional. Como acompanhamento continuado, a Instituição propõe a atuação ou manutenção do discente junto às instituições conveniadas, para lhes garantir no mercado de trabalho. A proposta de criação do núcleo de pós-graduação, como mecanismo de educação continuada deve dar continuidade ao acompanhamento do egresso, sobretudo, participante contínuo das atividades oferecidas pela Instituição. Para a Instituição e sua Comissão Própria de Avaliação, é importante monitorar seus egressos e manter-se à disposição dos mesmos.

## **SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

### **Objetivos:**

Avaliar a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão, a eficácia na utilização e na obtenção de recursos financeiros necessários no cumprimento das metas e prioridades estabelecidas.

### **Ações:**

A CPA deve participar de reuniões com a diretoria para delinear os procedimentos a serem adotados e as informações pertinentes à dimensão enfocada, preparando a organização e a distribuição das tarefas sempre com base nas exigências e necessidades da comunidade acadêmica quando se referem a utilização de recursos financeiros sejam na atividade de ensino e extensão.

## **POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO**

Os processos avaliativos internos servem como subsídios para o redirecionamento das ações e formulação de políticas, tanto para a gestão própria da Instituição como para as políticas públicas de educação superior.

Dessa forma a CPA apresenta o documento final de avaliação para as análises dos resultados e sugestões, estabelecimento de metas, encaminhamento à direção e procedimentos necessários.

As informações que o processo de avaliação disponibiliza conduzem o planejamento das ações destinadas à superação dos aspectos negativos detectados e ao fortalecimento do objetivo. Desta maneira os autores do processo priorizam ações de curto e médio prazo, estabelecendo, de modo compartilhado, etapas para alcançar desde as metas mais simples às mais complexas.

Quando o processo de avaliação é definido para neutralizar os pontos negativos e enfatizar os pontos positivos, a Instituição percebe maiores oportunidades de enriquecer suas ações pedagógicas, pois isso permite não só o autoconhecimento da institucional e o

balizamento para a avaliação externa prevista pelo SINAES, mas também as diretrizes para os novos objetivos e a criação de novas políticas de qualidade

Na política de utilização dos resultados das avaliações, a Instituição pretende a busca permanente da melhoria e renovações constantes, articuladas a um conjunto de aspectos básicos da competência da Instituição, construindo e consolidando fortemente o sistema de avaliação da Instituição.

## **A RELAÇÃO COM PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

### **POLÍTICA DE ENSINO**

A Instituição reúne sua equipe de dirigentes (diretoria e coordenação de cursos) e os professores inicialmente selecionados para implantar os cursos de graduação pleiteados no seu PDI e definiu as diretrizes pedagógicas básicas, que servirão de bússola para as diretrizes de cada curso, em seu projeto pedagógico próprio. Os cursos de graduação devem ser implementados com base nas seguintes diretrizes gerais:

56. Metodologias de ensino que promovam o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas na formação integral do educando e na sua formação para o trabalho, nas diversas carreiras de nível superior;

57. Planos de ensino que propiciem a integração, simultânea, entre teoria e prática;

58. Avaliação formativa e continuada da aprendizagem, minimizando as avaliações quantitativas centradas meramente na acumulação de informações de cunho teórico-doutrinário;

59. O educando como centro do processo pedagógico, mediante a assistência e atendimento em todos os momentos de sua vida acadêmica, ao lado da oferta de ensino de qualidade, apoiado em um corpo de professores qualificados e em recursos metodológicos, bibliográficos e tecnológicos adequados;

60. Sistema organizacional que respeite as individualidades e harmonize a convivência acadêmica, em todos os níveis e categorias;

61. Integração do educando à comunidade social, por meio de programas e ações de iniciação científica e extensão, em parceria com organizações, empresas e instituições governamentais ou particulares;

62. Convênios interinstitucionais para viabilizar a troca de experiências e de informações entre a comunidade acadêmica da Instituição, a comunidade local e regional e organizações brasileiras e estrangeiras.

### **PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO**

O Programa de Avaliação Institucional é baseado no Manual de Avaliação Institucional editado pelo INEP. Esta opção visa a facilitar que possíveis incorreções no processo de auto avaliação e/ou nas avaliações promovidas pelo INEP sejam detectadas com a maior brevidade possível, podendo, com isso, serem também prontamente diagnosticadas e sanadas. Os parâmetros serão estabelecidos pelo colegiado superior da Instituição, após amplo debate com a comunidade acadêmica (alunos, professores e funcionários).

Os resultados das avaliações serão publicados periodicamente de acordo com o calendário aprovado pela Diretoria da Instituição. A CPA desenvolverá suas atividades com

apoio operacional da Diretoria e a participação dos membros da comunidade acadêmica (alunos, professores e pessoal técnico-administrativo), seus dirigentes e egressos.

**A CPA deverá especialmente:**

63. Implantar e alimentar um banco de dados institucional, estabelecendo os indicadores a serem utilizados no processo de auto avaliação.
64. Analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e sua adequação ao contexto da Instituição, no que diz respeito à missão institucional, à concepção que fundamenta os cursos, aos currículos, além da factibilidade do que foi projetado em termos de crescimento quantitativo e qualitativo, considerando a evolução ocorrida desde o credenciamento.
65. Avaliar como se deu o processo de implantação proposto para efeito de credenciamento da Instituição, qual o nível de cumprimento das metas estabelecidas, ano a ano, quais as principais distorções que dificultaram o atingimento das metas pretendidas.
66. Analisar os resultados de processos avaliativos realizados pelo MEC, como o ENADE, os resultados das Avaliações das Condições de Oferta (SERES) e das Avaliações das Condições de Ensino (INEP) nos cursos de graduação.

**Serão avaliados, periodicamente:**

67. Organização institucional: funcionamento efetivo da estrutura administrativa, da estrutura acadêmica, dos órgãos colegiados e das coordenações de curso;
68. Graduação: ensino e atividades complementares ao ensino (atendimento a alunos, visitas a empresas, estágios, monografias, trabalhos de conclusão de disciplinas ou de curso, etc.), interdisciplinaridade, projetos integrados, etc.;
69. Pós-graduação: cursos de pós-graduação lato e stricto sensu (se oferecidos) e sua integração com as práticas investigativas e com a graduação;
70. Extensão: tipos de atividades (cursos, projetos assistenciais, prestação de serviços, assistência técnica), participação de docentes e discentes, público-alvo;
71. Corpo discente: assistência ao estudante, política estudantil, diretórios e acompanhamento de egressos;
72. Corpo docente: formação, regime de trabalho, tempo de trabalho na Instituição, produção pedagógica, científica, intelectual, técnica, cultural e artística, atividades de gestão e atividades acadêmicas desenvolvidas (ensino ou práticas de investigação, extensão);
73. Instalações: salas de aula, salas especiais, laboratórios, instalações administrativas e para as coordenações de cursos, salas de reuniões, salas para docentes (inclusive gabinetes de estudo), auditórios ou salas de conferência, acesso para pessoas com necessidades especiais, instalações sanitárias, condições de salubridade (iluminação, ventilação, acústica), condições de conservação e limpeza, equipamentos adequados e suficientes (audiovisuais, multimídia, laboratórios de informática, outros);
74. Biblioteca: instalações físicas (para o acervo, para estudo individual, para trabalho de grupo), horário de funcionamento, pessoal técnico e de apoio, serviço de consulta e de empréstimos, acervo (livros, periódicos, vídeos, mídias digitais, etc.), acesso ao acervo, às bases de dados, à Internet, política de aquisição e de expansão, informatização;
75. Laboratórios: quantidade e qualidade (condições físicas, equipamentos, software, material de consumo, lâminas, vidrarias, reagentes) e sua efetiva utilização pelos professores e alunos, pessoal técnico suficiente e com formação adequada;
76. Pessoal técnico-administrativo: adequado, em número e em qualificação, à atividade administrativa e acadêmica da Instituição;

77. Egressos: cadastramento e acompanhamento dos egressos, a partir da diplomação da primeira turma da Instituição; remessa periódica de questionários sobre atividades profissionais, participação em programas de educação continuada, participação no processo de avaliação externa da Instituição.

## **DESCRIÇÃO DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS**

### **PESQUISA SOCIOCULTURAL**

#### **Justificativa:**

A partir da necessidade de analisar o perfil e estabelecer a realidade dos estudantes da Instituição a implementação da pesquisa sociocultural no processo de auto avaliação se faz presente e contínua.

#### **Objetivos:**

Obter uma visão geral dos acadêmicos em diversos momentos de sua formação, confrontar os objetivos gerais da Instituição, sua missão e suas metas às condições dos estudantes.

#### **Metodologia:**

Os questionários podem ser aplicados junto ao processo seletivo e no momento das matrículas e rematrículas compondo um banco de dados para a secretaria acadêmica e diretoria acadêmica.

#### **Resultados:**

Os resultados que irão orientar a formação do perfil discente da Instituição são compostos por dados que geram representações quantitativas e qualitativas acerca do cruzamento de tais informações.

### **PESQUISA DO EGRESSO**

#### **Justificativa:**

Na intenção de evoluir no seu processo ensino-aprendizagem, o acompanhamento dos egressos da Instituição é importante instrumento para proporcionar informações de melhorias e inovações, visto que, a formação profissional se adéqua as realidades e necessidades do mercado.

#### **Objetivos:**

Buscar o progresso das competências da Instituição, mantendo um canal de comunicação aberto com os egressos, na intenção de criar fontes de informações sobre o ambiente externo, suas oportunidades e ameaças, a fim de fortalecer as habilidades da Instituição.

#### **Metodologia:**

O processo de avaliação por meio dos egressos da Instituição ainda é um processo facilitado, pois, pelo fato de ser jovem, a Instituição não possui alunos matriculados e/ou formados.

**Resultados:**

Os resultados colhidos permitem que suas análises (quantitativa e qualitativa) amplie o relacionamento entre a Instituição e o egresso, como um importante instrumento de melhoria dos serviços prestados pela Instituição de Ensino Superior.

**PESQUISA DISCENTE PELO DOCENTE**

**Justificativa:**

Este instrumento se justifica pela necessidade de avaliação do perfil do estudante, analisado a partir da visão do docente, a fim de comparação de dados com a avaliação sociocultural e a aferição de conhecimentos mensais dentro de sala de aula.

**Objetivos:**

Gerar dados sobre o comportamento dos discentes, suas forças e deficiências; seu aproveitamento e rendimento. Analisar de maneira particular e grupal a relação discente e projetos pedagógicos, vocação e inserção no mercado, discutindo qual o papel da Instituição nesta abordagem.

**Metodologia:**

Este processo avaliativo acontece com a periodicidade semestral, no qual os docentes se deparam com discussões pertinentes acerca de seus alunos, suas turmas e respectivos rendimentos, traçando, portanto este perfil no que a Instituição denomina de encontro pedagógico.

**Resultados:**

Os resultados, exclusivamente, quantitativos expressão o perfil analisado pelos docentes, dos discentes que se encontram em contato semanalmente. Tais resultados influenciam pontualmente na evolução da estrutura pedagógica da Instituição.

**PESQUISA DOCENTE PELO DISCENTE**

**Justificativa:**

A avaliação do docente por meio das informações colhidas no meio discente se justifica pela necessidade de envolver a comunidade acadêmica na análise do desempenho dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Expondo sua visão crítica e impessoal de tais profissionais e sua prestação de serviço.

**Objetivos:**

Reconhecer, a partir da visão discente, o trabalho desenvolvido pelos docentes no seu ambiente. Dar voz ao corpo principal da Instituição e analisar a partir daí suas necessidades e especificidades no que se refere ao aproveitamento da metodologia aplicada, resultados e rendimentos mediante processos de aferição do conhecimento utilizada pelo docente, verificar a relação de compromisso entre discente / docente e Instituição.

**Metodologia:**

A metodologia utilizada para avaliar o corpo docente por meio do ponto de vista discente é a de uma avaliação semestral realizada em sala de aula, sob gerenciamento, acompanhamento e compilação de dados da CPA.

**Resultados:**

Os resultados são discutidos entre a coordenação de curso e cada docente individualmente, a fim de evitar constrangimentos. Neste momento o professor passa a assumir um compromisso com a Instituição, mediante os resultados. Compromisso este que poderá ser o de manter, ou melhorar sua didática, comportamento e/ou metodologias de ensino.

**PESQUISA SOBRE O COORDENADOR DE CURSO****Justificativa:**

O coordenador é o gestor imediato dos procedimentos rotineiros do curso. Além de responsável pelo planejamento e execução do Projeto Pedagógico do Curso. Por estes motivos sua avaliação é cautelosa e de suma importância para o andamento perfeito do curso.

**Objetivos:**

Adequar as atividades do coordenador aos objetivos e missão do projeto pedagógico do curso a partir dos resultados obtidos nos instrumentos avaliativos. Identificar sua liderança perante o corpo docente e discente. Analisar o relacionamento e comprometimento do coordenador com suas atribuições.

**Metodologia:**

A metodologia utilizada para avaliar o coordenador por meio do ponto de vista docente e discente é a de uma avaliação semestral realizada em sala de aula, sob gerenciamento, acompanhamento e compilação de dados da CPA.

**Resultados:**

Os resultados são difundidos pela direção acadêmica a cada coordenador individualmente, a fim de evitar constrangimentos. Neste momento o coordenador passa a assumir um compromisso com a Instituição, mediante os resultados. Compromisso este que poderá ser o de manter, ou melhorar sua liderança, comportamento e/ou gestão.

**PESQUISA SOBRE A ESTRUTURA FÍSICA****Justificativa:**

O sucesso do processo ensino-aprendizagem depende também do ambiente físico em que discentes, docentes, colaboradores estão inseridos. Para tornar este ambiente agradável e condizente com os objetivos de um melhor processo didático, a CPA da Instituição realiza, entre seus instrumentos, a avaliação de tal ambiente a fim de torná-lo capaz de satisfazer todas as suas necessidades inerentes.

**Objetivos:**

Analisar se a estrutura física atende as necessidades da Instituição, verificar a manutenção física e limpeza, a estrutura para atendimento as pessoas com deficiência, se o horário de funcionamento dos setores atende às necessidades da sua clientela, avaliar o fluxo de entrada, saída e segurança da Instituição.

**Metodologia:**

Aplicação de um questionário a todos os alunos, professores e colaboradores da Instituição, analisando como estrutura física desde a entrada, limpeza, manutenção do prédio e a necessidade de sua ampliação.

**Resultados:**

A auto avaliação da estrutura física possibilita verificar necessidades ambientais e aproveitamento do espaço pertencente a Instituição. Tais resultados podem apontar para a necessidade de novos campus, afim atender necessidades e deficiências.

**PESQUISA SOBRE A ESTRUTURA PEDAGÓGICA****Justificativa:**

A Instituição possui claramente expostos seus objetivos e metas no que se refere ao gerenciamento de suas atividades de ensino. O procedimento de auto avaliação da estrutura pedagógica se justifica pela necessidade de analisar se tais objetivo e metas institucionais estão sendo efetivados na rotina de todos os setores acadêmicos envolvidos no processo estrutural de ensino-aprendizagem.

**Objetivos:**

Analisar a interação entre ensino, pesquisa e extensão; incentivo à participação de alunos em projetos de extensão; articulação com as escolas de ensino fundamental e médio; a existência de um calendário de realização de reuniões e/ou encontros pedagógicos; a atualização sistemática dos conteúdos programáticos das disciplinas; e uma política de atualização profissional do corpo docente e corpo técnico-administrativo.

**Metodologia:**

São aplicados questionários aos alunos, professores, coordenadores e diretores, abordando pontos que possam cumprir com os objetivos específicos de maneira quantitativa e qualitativa.

**Resultados:**

Os resultados expressados nos instrumentos mostram as necessidades de aperfeiçoamento contínuo nos procedimentos e estratégias criadas pelo projeto pedagógico da Instituição.

**PESQUISA SOBRE COLABORADORES****Justificativa:**

Tal instrumento de avaliação é motivado pela intenção de melhoria na prestação de serviços oferecidos pela Instituição aos seus discentes e docentes na busca da excelência.

**Objetivos:**

Analisar o nível de satisfação e a qualidade do atendimento dos colaboradores da Instituição, assim como avaliar o nível de envolvimento e comprometimento dos colaboradores; o setor em que os colaboradores são mais atuantes e os menos atuantes; quais aspectos os colaboradores da Instituição devem melhorar; e atendimento da Direção acadêmica.

**Metodologia:**

São aplicados questionários aos alunos e professores abordando pontos que possam analisar a qualidade dos serviços prestados com abordagens quantitativas e qualitativas.

**Resultados:**

Os resultados alcançados com os instrumentos de avaliação dos colaboradores são analisados pela Administração da Instituição que, por sua vez, cria estratégias para melhoramento, capacitações e/ou correções das ações executadas na prestação dos serviços.

**PESQUISA SOBRE A ESTRUTURA DOS CURSOS****Justificativa:**

Para o bom andamento dos cursos oferecidos pela Instituição são necessárias estruturas de funcionamento que envolvem aspectos acadêmicos e físicos, por isso a necessidade de avaliar quais critérios a Instituição leva em consideração para a efetividade de tais pontos e a visão dos envolvidos no processo.

**Objetivos:**

Avaliar se o curso atende as demandas do mercado de Picos e região; se as disciplinas têm contribuído para: Formação técnica, Formação cidadã, Compreensão crítica da sociedade e Acesso ao conhecimento científico atualizado. Se a matriz curricular proporciona a formação do perfil profissional proposto pelo curso, se as disciplinas fazem articulação com projetos/atividades de extensão, se as disciplinas fazem articulação com as demais disciplinas do Curso e a avaliação quanto à estrutura física da IES para os respectivos cursos, além de Laboratórios, Biblioteca, Salas de aula e Recursos áudios-visuais.

**Metodologia:**

O questionário de avaliação é aplicado aos professores, coordenadores e diretores e compreende resultados que podem ser utilizados pelas coordenações e diretorias, além da Diretoria Geral da Instituição na intenção de buscar continuamente melhorias nos aspectos que são bases de sustentação dos cursos. A metodologia aplicada busca também levantamentos qualitativos.

**Resultados:**

Os resultados são analisados pelos órgãos da Instituição e serão comparados a avaliações futuras, na constatação do processo evolutivo deste instrumento.

**PESQUISA SOBRE A BIBLIOTECA**

### **Justificativa:**

Na intenção de aperfeiçoar tanto a prestação de serviços como a estrutura da biblioteca, tal instrumento se justifica pela necessidade de proporcionar à toda comunidade da Instituição um acervo atualizado e variado concomitante com atendimento especializado e organizado, aliado a uma estrutura física capaz de atender as necessidades e proporcionar um ambiente agradável para a assimilação do conhecimento.

### **Objetivos:**

Avaliar se a atual estrutura física da biblioteca atende as necessidades da Instituição; a manutenção e atualização dos materiais utilizados na biblioteca; a limpeza da biblioteca; se a biblioteca da Instituição possui estrutura para atendimento aos alunos com deficiência física; se o horário de funcionamento da biblioteca da Instituição atende às necessidades dos alunos; avaliar as normas internas da biblioteca; avaliar a atualização dos títulos; avaliar a quantidade de títulos por alunos; avaliar os colaboradores responsáveis pela biblioteca.

### **Metodologia:**

O questionamento avaliativo é realizado no ambiente da biblioteca a fim de contemplar seus usuários e estar cientes de suas necessidades em relação à biblioteca. Os frequentadores podem expor de maneira quantitativa e qualitativa seus anseios em relação ao atendimento e estrutura da biblioteca.

### **Resultados:**

Os resultados são analisados juntamente com as coordenações de cursos a fim de desenvolver melhorias e atualizações dos títulos e juntamente com a direção administrativa com trabalho por melhorias na estrutura física e atendimento aos usuários.

## **PESQUISA SOBRE OS LABORATÓRIOS**

### **Justificativa:**

Os cursos ofertados pela Instituição requerem laboratórios para a execução das práticas e estudos. A Instituição oferece estrutura suficiente para essa execução. Na intenção de estudar melhorias e manutenção da qualidade de estudos nesses ambientes a avaliação dos laboratórios se faz necessária, importante e necessariamente contínua.

### **Objetivos:**

A avaliação dos laboratórios analisa se a atual estrutura dos laboratórios atende as necessidades da Instituição; observa a manutenção e atualização dos materiais utilizados nos laboratórios, a limpeza dos laboratórios, o horário de funcionamento, as necessidades específicas dos cursos, quando aplicável; avalia as normas internas dos laboratórios; e os colaboradores responsáveis.

### **Metodologia:**

O questionário é realizado no ambiente dos laboratórios a fim de contemplar seus usuários e estar cientes de suas necessidades em relação à estrutura e instrumentos. Os frequentadores

também podem expor de maneira quantitativa e qualitativa seus anseios em relação ao atendimento e manutenção dos laboratórios.

**Resultados:**

A análise dos resultados é feita por uma comissão responsável pela manutenção e atualização dos laboratórios, aliadas ao estudo dos interesses e necessidades das coordenações dos cursos, a fim de desenvolver melhorias e atualizações constantes, resultados estes que são levadas a direção administrativa para decisões de compras e aquisições de materiais. Além da observação da estrutura física e atendimento aos usuários.

## **AUTO AVALIAÇÃO DOCENTE**

**Justificativa:**

O docente é peça importante no processo de ensino-aprendizagem, além de mediador e regulador dos instrumentos pedagógicos da Instituição. A sua auto avaliação se justifica pela necessidade de analisar o nível de conscientização de suas atividades e metodologias dentro do ambiente didático e servir como parâmetro da avaliação de docentes pelos discentes.

**Objetivos:**

O objetivo básico desta avaliação é a autoanálise do docente em relação a apresentação de Plano de Curso da disciplina no início do período letivo; Esclarecimento do significado e a importância da disciplina para o curso; como evidencia domínio do conteúdo da disciplina que ministra; se demonstra clareza, organização e sequência lógica nos conteúdos ministrados; se faz uso de linguagem acessível aos alunos para melhorar a compreensão do conteúdo; se dinamiza a aula, promovendo atividades que estimulam a participação dos alunos (por exemplo: expressão oral, escrita, gráfica); se orienta com clareza os trabalhos solicitados; se estabelece a relação teoria e prática, respeitadas as especificidades da disciplina; se relaciona os conhecimentos da disciplina aos do curso e à formação profissional; se incentiva a autonomia intelectual dos alunos; se cumpre o programa da disciplina conforme o estabelecido no Plano de Curso; se estabelece um bom relacionamento acadêmico com os alunos; se trabalha com respeito, eventuais limitações ou insucessos do aluno; se é pontual no início e término do período das aulas que ministra; se é assíduo às aulas; se estabelece, de forma clara, os critérios de avaliação da disciplina; se utiliza práticas avaliativas que valorizam a reflexão e a solução de problemas mais do que a memorização de dados e fatos; se utiliza instrumentos de avaliação compatíveis com os objetivos e os conteúdos ministrados; se faz análise dos resultados da avaliação (revisão automática) como oportunidade da aprendizagem e de retomada dos conteúdos.

**Metodologia:**

O questionário é entregue a cada docente e este instrumento necessita de colaboração qualitativa e quantitativa.

**Resultados:**

Os resultados são restritos a cada coordenação de curso e à direção acadêmica da Instituição.

## **PESQUISA DA INSTITUIÇÃO PELO COLABORADOR**

### **Justificativa:**

O colaborador faz parte do processo administrativo das instituições e responsável pela eficiência e eficácia das ações. Por estes motivos, tal personagem técnico-operacional precisa se sentir aceito, reconhecido e satisfeito com o ambiente de trabalho que está inserido. Tal avaliação se justifica na intenção de tornar mais agradável o ambiente de trabalho para estes colaboradores a fim de refletir na prestação de serviços ao público da Instituição.

### **Objetivos:**

A avaliação da Instituição pelos colaboradores tem como objetivos a auto avaliação de tais colaboradores no que se refere a qualidade do seu atendimento na Instituição; e o nível de envolvimento e comprometimento na Instituição. No aspecto Instituição, quais aspectos da Instituição devem melhorar; as políticas de incentivos por parte da Direção; os programas de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento que a Instituição oferece; quanto às instalações físicas e ambientes de trabalho; quanto ao relacionamento com seus colegas de trabalho (clima organizacional); quanto ao relacionamento com seu superior; quanto ao relacionamento com a direção geral e/ou mantenedora; se as atribuições estão totalmente relacionadas com sua função; se realiza as ações de acordo com a missão divulgada.

### **Metodologia:**

O questionário é entregue aos colaboradores de todos os níveis hierárquicos e estes levantarão os aspectos de satisfação profissional nos parâmetros quantitativos e qualitativos.

### **Resultados:**

Os resultados são analisados pela administração da Instituição juntamente com os chefes de setores e mantenedora, a fim de usar tais resultados na elaboração do planejamento estratégico da Instituição.

## **FÓRUM DE AUTO AVALIAÇÃO**

### **Justificativa:**

O Fórum de Avaliação da Instituição é um evento que reúne todos os principais envolvidos no processo de avaliação assim como representantes de todas as classes acadêmicas da Instituição. Líderes de turma, chefes de setores, representantes dos docentes, diretores, membros da CPA e membros da sociedade civil. Tal evento se justifica pela necessidade de tornar públicas as ações da comissão própria de avaliação da Instituição e a confecção de um plano estratégico para a melhoria da Instituição.

### **Objetivos:**

Analisar os resultados das avaliações realizadas pela CPA e traçar, a partir daí, as ações e as estratégias como fontes de um plano de ação a ser efetivado pela direção Geral.

### **Metodologia:**

O Fórum de Avaliação da Instituição tem como metodologia a reunião de todos os envolvidos com as avaliações da Instituição. Posteriormente os participantes são divididos em grupos responsáveis pela análises de determinadas avaliações. Tais grupos são responsáveis por traçarem as ações a serem realizadas de acordo com os resultados e a forma de pô-las em prática através da formulação das estratégias.

### Resultados:

Os resultados são expressos em documento de compromisso com a Direção Geral e Mantenedora.

## 5.1 INSTRUMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO

### AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM DOCENTES

QUANTO AO ENSINO		TS	S	NS	I	TI
A partir de sua experiência pessoal na FTM-CN, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Qualidade do(s) curso(s) em que leciona;					
2.	Satisfação em relação à estrutura curricular (de disciplinas) do(s) curso(s) em que atua;					
3.	Conhecimento do projeto pedagógico do(s) cursos(s) em que atua;					
4.	Clareza em relação às melhores alternativas metodológicas para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem nas suas aulas;					
5.	Formas de avaliação utilizadas nas disciplinas para “medir” os níveis de aprendizagem dos alunos;					
6.	Mecanismos adotados no curso para a definição dos conteúdos a serem tratados em cada disciplina;					
7.	Alternativas oferecidas aos alunos para a complementação de sua formação global;					
8.	Criatividade demonstrada no desempenho das atividades de ensino (enquanto docente);					
9.	Inovação realizada a cada ano para o desenvolvimento das disciplinas em que atua;					
10.	Relação entre reprovações e aprovações de alunos nas disciplinas em que atua;					
11.	Seriedade acadêmica manifestada pelos docentes do curso em que atua;					
12.	Nível de formação atingido pelos alunos que concluem o curso;					
13.	Dedicação acadêmica dos alunos do curso em que atua;					
14.	Nível de formação dos alunos quando ingressam no curso;					
15.	Capacidade manifestada pelos alunos para a leitura de textos científicos durante o curso de graduação;					
16.	Qualificação dos alunos para a escrita de trabalhos científicos durante o curso de graduação;					
17.	Capacidade manifestada pelos alunos para a elaboração de monografia e/ou trabalho de conclusão de curso;					
18.	Oportunidades de treinamento e inserção no mercado de trabalho, oferecidas pelo(s) curso(s) em que atua;					
19.	Relação entre o número de alunos que ingressam e concluem o curso a cada ano;					
20.	Medidas adotadas para a melhoria da qualidade do ensino no curso em que atua;					
21.	Medidas adotadas para superar as dificuldades dos alunos com deficiências nas disciplinas;					
22.	Medidas adotadas para aprimorar a metodologia das aulas nas disciplinas do curso;					
23.	Medidas adotadas para aprimorar a avaliação dos alunos nas disciplinas do curso;					
24.	Procedimentos adotados pelo curso para a qualificação dos conteúdos desenvolvidos nas disciplinas;					
25.	Satisfação em relação ao regime de oferta do curso da FTM-CN;					
26.	Adequação do projeto pedagógico do curso ao perfil do aluno a ser formado;					
27.	Condições dos alunos para a dedicação ao curso;					
28.	Tempo dedicado ao planejamento e avaliação constantes do andamento das disciplinas;					
29.	Iniciativa dos alunos para a complementação de sua formação acadêmica;					

30.	Pauta de assuntos tratados nas reuniões de colegiados de curso e sua relação com as atividades de ensino;					
31.	Mudanças efetivamente realizadas no ensino a partir das decisões tomadas nas reuniões de colegiado de curso;					
32.	Mecanismos de atendimento e orientação acadêmica dos alunos no cotidiano dos cursos;					
33.	Comprometimento efetivo dos docentes com a qualificação dos cursos em que atua;					
34.	Conhecimento da situação dos alunos que já concluíram o curso no mercado de trabalho;					
35.	Satisfação em relação à implantação de novos cursos de graduação na FTM-CN;					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)  
 NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)  
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)

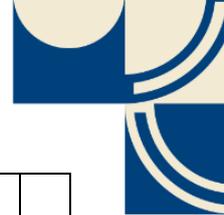
### AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM DOCENTES

<b>QUANTO A COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO</b>		TS	S	NS	I	TI
A partir de sua experiência pessoal na FTM-CN, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Conhecimento do Estatuto, Regimento e Resoluções dos Conselhos Superiores da FTM-CN;					
2.	Conhecimento das discussões e decisões dos Conselhos Superiores da FTM-CN;					
3.	Formas de comunicação/informação visual (murais, cartazes, etc.);					
4.	Fluxo e circulação de informação no interior da FTM-CN;					
5.	Comunicados e informes sobre eventos internos da FTM-CN;					
6.	Comunicados e informes sobre eventos externos da FTM-CN;					
7.	Acesso a equipamentos de comunicação e informação (fax, telefone, etc.);					
8.	Acesso a equipamentos de informática e Internet;					
9.	Qualidade da informação prestada nos diversos setores;					
10.	Fluxo de memorandos, ofícios, convites e convocações internas;					
11.	Satisfação quanto ao EducaSystem					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)  
 NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)  
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)

### AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM DOCENTES

<b>QUANTO A EXTENSÃO</b>		TS	S	NS	I	TI
A partir de sua experiência pessoal na FTM-CN, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Condições existentes para o desenvolvimento da extensão na FTM-CN;					
2.	Cooperação entre os docentes para o desenvolvimento das atividades de extensão;					
3.	Participação de alunos de graduação no desenvolvimento das atividades de extensão;					
4.	Participação dos funcionários da FTM-CN no desenvolvimento de projetos e atividades de extensão;					
5.	Participação em projetos coletivos e/ou grupos com atividades de extensão;					
6.	Acesso a fontes de financiamento à extensão universitária;					
7.	Participação em eventos de extensão, com apresentação de trabalhos;					
8.	Divulgação das atividades de extensão realizadas;					
9.	Valorização da extensão no ambiente da FTM-CN;					
10.	Formas de aprovação e acompanhamento dos projetos de extensão da FTM-CN;					
11.	Importância das atividades de extensão desenvolvidas na FTM-CN para a sociedade;					
12.	Eventos de extensão promovidos pela FTM-CN;					
13.	Políticas e mecanismos de incentivo à extensão na FTM-CN;					



14.	Políticas e mecanismos de incentivo à participação de alunos de graduação nas atividades de extensão;					
15.	Relação da extensão com as atividades de ensino na FTM-CN;					
16.	Conhecimento dos objetivos institucionais em relação à extensão;					
17.	Produção intelectual gerada por ações de extensão;					
18.	Recursos financeiros dispendidos pela FTM-CN em ações de extensão;					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)  
 NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)  
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)

### AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM DOCENTES

QUANTO AO AMBIENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO		TS	S	NS	I	TI
A partir de sua experiência pessoal na FTM-CN, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Relacionamento entre os professores da FTM-CN;					
2.	Relacionamento com os funcionários da FTM-CN;					
3.	Relacionamento com os estudantes da FTM-CN;					
4.	Ética nas discussões e relações internas da FTM-CN;					
5.	Satisfação com as atividades que desenvolve;					
6.	Trabalho em equipe, espírito de cooperação e solidariedade;					
7.	Valorização enquanto profissional da FTM-CN;					
8.	Oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal na FTM-CN;					
9.	Condições do espaço físico onde desenvolve as atividades profissionais (salas de aula, salas de docentes, etc.);					
10.	Condições da estrutura física (limpeza, segurança, aparência estética, etc.);					
11.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades de ensino;					
12.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades de extensão;					
13.	Instruções/orientações para o desenvolvimento de atividades, preenchimento de formulários, etc.;					
14.	Estímulo e apoio para a inovação de processos e formas de trabalho;					
15.	Salário em relação à função exercida;					
16.	Salário em comparação com outras instituições públicas;					
17.	Salário em relação às despesas básicas;					
18.	Conhecimento dos descontos e vantagens salariais.					
19.	Adequação do ambiente de trabalho para favorecer o bom desempenho acadêmico e científico;					
20.	Adequação do tipo de convivência interna da FTM-CN para favorecer a formação de cidadãos ética e socialmente responsáveis.					
21.	Plano de Carreira dos docentes da FTM-CN					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)  
 NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)  
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)

### AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM DOCENTES

QUANTO A ORGANIZAÇÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS		TS	S	NS	I	TI
A partir de sua experiência pessoal na FTM-CN, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Políticas da FTM-CN para o Ensino e Extensão;					
2.	Realismo no Planejamento das atividades na Instituição;					
3.	Racionalidade na programação e execução orçamentária na FTM-CN;					
4.	Participação da comunidade acadêmica na tomada de decisões;					
5.	Envolvimento da FTM-CN com as preocupações e demandas da sociedade regional;					

6.	Compromisso da Comunidade acadêmica com a situação e o futuro da FTM-CN;						
7.	Imagem interna da FTM-CN;						
8.	Imagem da FTM-CN na sociedade;						
9.	Imagem da FTM-CN no meio universitário;						
10.	Nível de satisfação em fazer parte da FTM-CN						
11.	Contribuição da FTM-CN para o desenvolvimento local e regional;						
12.	Funcionamento administrativo da FTM-CN						
13.	Clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração da FTM-CN;						
14.	Mecanismos de tomada de decisões da FTM-CN;						
15.	Funcionamento dos Conselhos Superiores da FTM-CN						
16.	Funcionamento do Colegiado de Curso do qual participa;						
17.	Objetivos institucionais da FTM-CN a médio e longo prazos;						

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)  
 NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)  
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)

### AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM ALUNOS

QUANTO AO ENSINO		TS	S	NS	I	TI
A partir de sua experiência pessoal na FTM-CN indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Qualidade do curso que realiza;					
2.	Estrutura curricular (de disciplinas) do curso;					
3.	Conhecimento do projeto pedagógico do curso que realiza;					
4.	Qualidade dos Planos de Ensino apresentados pelos professores;					
5.	Metodologia para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem nas aulas;					
6.	Formas de avaliação utilizadas nas disciplinas para “medir” os níveis de aprendizagem dos alunos;					
7.	Mecanismos adotados no curso para a definição dos conteúdos a serem tratados em cada disciplina;					
8.	Alternativas oferecidas aos alunos para a complementação de sua formação global;					
9.	Criatividade demonstrada pelos docentes no desempenho das atividades de ensino;					
10.	Inovação realizada a cada ano pelos docentes nas disciplinas que cursa;					
11.	Notas obtidas nas disciplinas em relação à aprendizagem alcançada;					
12.	Seriedade acadêmica manifestada pelos docentes do curso;					
13.	Nível de formação atingido pelos alunos que concluem o curso;					
14.	Seriedade acadêmica dos alunos do curso;					
15.	Nível de formação dos alunos quando ingressam no curso;					
16.	Capacidade manifestada pelos alunos para a leitura de textos científicos durante o curso;					
17.	Qualificação dos alunos para a escrita de trabalhos científicos durante o curso;					
18.	Qualificação manifestada pelos alunos para a elaboração de monografia e/ou trabalho de conclusão de curso;					
19.	Oportunidade de treinamento e inserção no mercado de trabalho oferecidas pelo curso;					
20.	Número de alunos que concluem o curso a cada ano;					
21.	Medidas adotadas para a melhoria da qualidade do ensino no curso;					
22.	Medidas adotadas para superar as dificuldades dos alunos com deficiências nas disciplinas;					
23.	Medidas adotadas para aprimorar a metodologia das aulas nas disciplinas do curso;					
24.	Medidas adotadas para aprimorar a avaliação dos alunos nas disciplinas do curso;					
25.	Procedimentos adotados pelo curso para a qualificação dos conteúdos desenvolvidos nas disciplinas;					
26.	Adequação do projeto pedagógico do curso ao perfil do aluno a ser formado;					
27.	Condições dos alunos para a dedicação ao curso de graduação;					

28.	Tempo dedicado ao estudo das disciplinas que cursa;						
29.	Iniciativa dos alunos para a complementação de sua formação acadêmica;						
30.	Pauta de assuntos tratados nas reuniões de colegiados de curso e sua relação com as atividades de ensino;						
31.	Mudanças efetivamente realizadas no ensino a partir das decisões tomadas nas reuniões;						
32.	Mecanismos de atendimento e orientação acadêmica dos alunos no cotidiano dos cursos;						
33.	Comprometimento efetivo dos docentes com a qualificação do curso de graduação que realiza;						
34.	Conhecimento da situação dos alunos que já concluíram o curso no mercado de trabalho;						
35.	Satisfação em relação ao curso que está realizando;						
36.	Limpeza e estado de conservação da sala de aula;						
37.	Pontualidade e assiduidade dos docentes nas aulas;						
38.	Conhecimento demonstrado pelos docentes nas matérias que lecionam;						
39.	Dinâmica das aulas para manter a atenção dos alunos;						
40.	Organização na exposição de conteúdos pelos docentes.						

TS - Totalmente Satisfatório(a)      S - Satisfatório(a)  
 NS - Não sabe ou tem dúvidas      I - Insatisfatório(a)  
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)

### AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM ALUNOS

QUANTO A EXTENSÃO		TS	S	NS	I	TI
A partir de sua experiência pessoal na FTM-CN, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Condições existentes para o desenvolvimento da extensão na FTM-CN;					
2.	Cooperação entre os docentes e alunos para o desenvolvimento das atividades de extensão;					
3.	Participação de alunos no desenvolvimento das atividades de extensão;					
4.	Participação em projetos coletivos e/ou grupos com atividades de extensão;					
5.	Participação em eventos de extensão em geral;					
6.	Divulgação das atividades de extensão realizadas na FTM-CN;					
7.	Valorização da extensão no ambiente universitário da FTM-CN;					
8.	Importância das atividades de extensão desenvolvidas na FTM-CN para a sociedade;					
9.	Eventos de extensão promovidos pela FTM-CN;					
10.	Políticas e mecanismos de incentivo à extensão na FTM-CN;					
11.	Políticas e mecanismos de incentivo à participação de alunos de graduação nas atividades de extensão;					
12.	Relação da extensão com as atividades de ensino na FTM-CN;					
13.	Conhecimento dos objetivos institucionais da extensão na FTM-CN.					

TS - Totalmente Satisfatório(a)      S - Satisfatório(a)  
 NS - Não sabe ou tem dúvidas      I - Insatisfatório(a)  
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)

### AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM ALUNOS

QUANTO A COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO		TS	S	NS	I	TI
A partir de sua experiência pessoal na FTM-CN, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Conhecimento do Estatuto, Regimento e Resoluções dos Conselhos Superiores da FTM-CN;					

2.	Conhecimento das discussões e decisões dos Conselhos Superiores da FTM-CN;					
3.	Conhecimento das discussões e decisões nas reuniões do Colegiado do curso que 232requenta;					
4.	Formas de comunicação/informação visual (murais, cartazes, etc.);					
5.	Fluxo e circulação de informação no interior da FTM-CN;					
6.	Comunicados e informes sobre eventos internos à FTM-CN;					
7.	Comunicados e informes sobre eventos externos à FTM-CN;					
8.	Acesso a equipamentos de comunicação e informação (fax, telefone, etc.);					
9.	Acesso a equipamentos de informática e Internet;					
10.	Canais de expressão e reivindicação de melhorias;					
11.	Qualidade da informação prestada nos diversos setores					
12.	Fluxo de memorandos, ofícios, convites e convocações internas;					
13.	Protocolo, fluxo e distribuição de documentos;					
14.	Localização de documentos arquivados;					
15.	Satisfação quanto ao educasystem					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)  
 NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)  
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)

## AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM ALUNOS

<b>QUANTO A ORGANIZAÇÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS</b>		TS	S	NS	I	TI
A partir de sua experiência pessoal na FTM-CN, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Políticas da FTM-CN para o Ensino e Extensão;					
2.	Realismo no Planejamento das atividades na Instituição;					
3.	Racionalidade na programação e execução orçamentária na FTM-CN;					
4.	Participação da comunidade acadêmica na tomada de decisões;					
5.	Envolvimento da FTM-CN com as preocupações e demandas da sociedade regional;					
6.	Compromisso da Comunidade acadêmica com a situação e o futuro da FTM-CN;					
7.	Imagem interna da FTM-CN;					
8.	Imagem da FTM-CN na sociedade;					
9.	Imagem da FTM-CN no meio universitário;					
10.	Nível de satisfação em fazer parte da FTM-CN;					
11.	Contribuição da FTM-CN para o desenvolvimento local e regional;					
12.	Funcionamento administrativo da FTM-CN;					
13.	Conhecimento sobre os Cursos da FTM-CN;					
14.	Clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração da FTM-CN;					
15.	Conhecimento dos cargos e funções existentes na FTM-CN;					
16.	Mecanismos de tomada de decisões na FTM-CN;					
17.	Funcionamento dos Conselhos Superiores da FTM-CN					
18.	Funcionamento do Colegiado de Curso do qual participa;					
19.	Objetivos institucionais da FTM-CN a médio e longo prazos;					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)  
 NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)  
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)



## AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM ALUNOS

<b>QUANTO AO AMBIENTE E RELAÇÕES HUMANAS</b>		<b>TS</b>	<b>S</b>	<b>NS</b>	<b>I</b>	<b>TI</b>
A partir de sua experiência pessoal na FTM-CN, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Relacionamento entre os alunos do curso;					
2.	Relacionamento com os funcionários;					
3.	Relacionamento com os professores do curso;					
4.	Relacionamento com as direções e coordenações em geral;					
5.	Ética nas discussões e relações internas à FTM-CN;					
6.	Satisfação com o curso que realiza;					
7.	Trabalho em equipe, espírito de cooperação e solidariedade entre os alunos;					
8.	Valorização enquanto membro da comunidade acadêmica da FTM-CN;					
9.	Oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal na FTM-CN;					
10.	Amizade e convivência social com os colegas de outros cursos;					
11.	Condições do espaço físico onde desenvolve as atividades de formação (salas de aula, biblioteca etc.);					
12.	Condições de estrutura física do campus (limpeza, segurança, aparência estética etc.);					
13.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades de ensino;					
14.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades complementares de formação (estágio etc.);					
15.	Instruções/orientações para o desenvolvimento de atividades, preenchimento de formulários etc.;					
16.	Estímulo e apoio para a inovação de processos e formas de aprendizagem;					
17.	Adequação do ambiente de ensino para favorecer o bom desempenho acadêmico e científico;					
18.	Adequação do tipo de convivência interna da FTM-CN para favorecer a formação de cidadãos ética e socialmente responsáveis.					

TS - Totalmente Satisfatório(a)

S - Satisfatório(a)

NS - Não sabe ou tem dúvidas

I - Insatisfatório(a)

TI - Totalmente Insatisfatório(a)

## AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

<b>QUANTO A COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO</b>		<b>TS</b>	<b>S</b>	<b>NS</b>	<b>I</b>	<b>TI</b>
A partir de sua experiência pessoal na FTM-CN, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Conhecimento do Estatuto, Regimento e Resoluções dos Conselhos Superiores da FTM-CN;					
2.	Conhecimento das discussões e decisões dos Conselhos Superiores da FTM-CN;					
3.	Formas de comunicação/informação visual n(murais, cartazes, etc.);					
4.	Fluxo e circulação de informação no interior da FTM-CN;					
5.	Comunicados e informes sobre eventos internos à FTM-CN;					
6.	Comunicados e informes sobre eventos externos à FTM-CN;					
7.	Acesso a equipamentos de comunicação e informação (fax, telefone, etc.);					
8.	Acesso a equipamentos de informática e Internet;					
9.	Canais de expressão e reivindicação de melhorias;					
10.	Qualidade da informação prestada nos diversos setores da FTM-CN;					
11.	Fluxo de memorandos, ofícios, convites e convocações internas.					
12.	Protocolo, fluxo e distribuição de documentos;					
13.	Localização de documentos arquivados;					
14.	Satisfação quanto ao Educasystem					



TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)  
 NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)  
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)

## AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

<b>QUANTO AO AMBIENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO</b>		TS	S	NS	I	TI
A partir de sua experiência pessoal na FTM-CN, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Relacionamento entre os funcionários da FTM-CN					
2.	Relacionamento com os professores da FTM-CN;					
3.	Relacionamento com os estudantes;					
4.	Relacionamento com as direções e coordenações em geral;					
5.	Ética nas discussões e relações internas à FTM-CN;					
6.	Satisfação com as atividades que desenvolve;					
7.	Trabalho em equipe, espírito de cooperação e solidariedade;					
8.	Valorização enquanto profissional na FTM-CN;					
9.	Oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal na FTM-CN;					
10.	Condições do espaço físico onde desenvolve as atividades profissionais;					
11.	Condições da estrutura física (limpeza, segurança, aparência estética, etc.);					
12.	Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades profissionais;					
13.	Instruções/orientações para o desenvolvimento de atividades, preenchimento de formulários, etc.;					
14.	Estímulo e apoio para a inovação de processos e formas de trabalho;					
15.	Salário em relação à função exercida;					
16.	Salário em comparação com outras instituições públicas;					
17.	Salário em relação às despesas básicas;					
18.	Conhecimento dos descontos e vantagens salariais.					
19.	Adequação do ambiente de trabalho para favorecer o bom desempenho profissional;					
20.	Adequação do tipo de convivência interna da FTM-CN para favorecer a formação de cidadãos ética e socialmente responsáveis.					
21.	Satisfação em relação ao Plano de Cargos e Salários.					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)  
 NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)  
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)

## AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

<b>QUANTO A ORGANIZAÇÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS</b>		TS	S	NS	I	TI
A partir de sua experiência pessoal na FTM-CN, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Políticas da FTM-CN para o Ensino e Extensão;					
2.	Realismo no Planejamento das atividades na FTM-CN;					
3.	Racionalidade na programação e execução orçamentária na FTM-CN;					
4.	Participação da comunidade acadêmica na tomada de decisões;					
5.	Envolvimento da FTM-CN com as preocupações e demandas da sociedade;					
6.	Compromisso da Comunidade acadêmica com a situação e o futuro da FTM-CN;					

7.	Imagem interna da FTM-CN;						
8.	Imagem da FTM-CN na sociedade;						
9.	Imagem da FTM-CN no meio universitário;						
10.	Nível de satisfação em fazer parte da FTM-CN;						
11.	Contribuição da FTM-CN para o desenvolvimento local e regional;						
12.	Clareza sobre o funcionamento administrativo da FTM-CN;						
13.	Conhecimento sobre os Cursos da FTM-CN;						
14.	Clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração da FTM-CN;						
15.	Conhecimento dos cargos e funções existentes na FTM-CN;						
16.	Satisfação com os mecanismos de tomada de decisões na FTM-CN;						
17.	Satisfação com o funcionamento dos Conselhos Superiores da FTM-CN;						
18.	Objetivos institucionais da FTM-CN a médio e longo prazos;						

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)  
 NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)  
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)

## AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DIAGNÓSTICO COM FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

QUANTO A EXTENSÃO		TS	S	NS	I	TI
A partir de sua experiência pessoal na FTM-CN, indique o grau da satisfação ou insatisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores ou questões propostas a seguir:						
1.	Condições existentes para o desenvolvimento da extensão na FTM-CN;					
2.	Cooperação entre os docentes e funcionários para o desenvolvimento das atividades de extensão;					
3.	Participação dos funcionários da FTM-CN no desenvolvimento dos projetos e atividades de extensão;					
4.	Participação em grupos com atividades comunitárias e de extensão;					
5.	Divulgação das atividades de extensão realizadas na FTM-CN;					
6.	Valorização da extensão no ambiente universitário da FTM-CN;					
7.	Valorização da participação de funcionários nos projetos de extensão;					
8.	Formas de aprovação e acompanhamento dos projetos de extensão na FTM-CN;					
9.	Importância das atividades de extensão desenvolvidas na FTM-CN para a sociedade;					
10.	Eventos de extensão promovidos pela FTM-CN;					
11.	Políticas e mecanismos de incentivo à extensão na FTM-CN;					
12.	Políticas e mecanismos de incentivo à participação de funcionários nas atividades de extensão;					
13.	Relação da extensão com as atividades de ensino na FTM-CN;					
14.	Objetivos institucionais da extensão na FTM-CN.					

TS - Totalmente Satisfatório(a) S - Satisfatório(a)  
 NS - Não sabe ou tem dúvidas I - Insatisfatório(a)  
 TI - Totalmente Insatisfatório(a)



PLANO DE  
DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL